



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 55 QUARTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 58ª SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 26 DE ABRIL DE 2016	
1.1 – ATA	7
1.1.1 – ABERTURA	7
1.1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a discutir o tema “Meio Ambiente e Estado: Desafios para o Legislativo, Executivo e Judiciário”...	7
1.1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Jorge Viana)	8
1.1.2.2 – Oradores	
Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça	8
Sr. Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores	9
Senador Cyro Miranda	11
Sr. João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros	12
Senador Blairo Maggi	13
Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça	15
Srª Inger Andersen, Diretora-Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza	15
Sr. Michael Bothe, Professor-Emérito da Universidade Johan Wolfgang Goethe-Universität da Alemanha	17
Sr. Parvez Hassan, ex-Presidente da Comissão Mundial de Direito Ambiental do Paquistão	17
Sr. Arnold Kreilhuber, Chefe da Unidade de Direito Internacional Ambiental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil, Nairóbi	18
Deputado Sarney Filho	19
Srª Malini Mehra, Diretora-Executiva da Globe Internacional	22
Senador Donizeti Nogueira	22
Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça	24
Sr. Nicholas Robinson, Professor da Pace University	25
Sr. Samson Odhiambo Okong’o, Presidente do Tribunal Ambiental do Quênia	25
Sr. Emmanuel Ugirashebuja, Presidente do Tribunal da África do Leste	26
Sr. Michael Wilson, Desembargador do Tribunal de Justiça do Havaí	26
Srª Irum Ahsan, Advogada da Asian Development Bank	27
Sr. Bradnee Chambers, Secretário-Executivo da Convenção das Espécies Migratórias	28
Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores	29
Srª Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente	31
1.1.3 – ENCERRAMENTO	36
2 – 59ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE ABRIL DE 2016	
2.1 – ATA	39
2.1.1 – ABERTURA	39
2.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 2.2)	39
2.1.2.2 – Oradores	
SENADOR JORGE VIANA – Críticas às articulações políticas realizadas pelo Vice-Presidente da República antes da votação do processo de impeachment; e outros assuntos	39
SENADORA ANGELA PORTELA – Alerta para a possível redução de programas sociais caso o processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff seja admitido pelo Senado Federal; e outros assuntos	43
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da legalidade do processo de impeachment da Presidente da República; e outros assuntos	44
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Preocupação com o precário atendimento pediátrico nos hospitais particulares de Brasília; e outros assuntos	48
SENADOR DÁRIO BERGER – Apresentação de argumentos favoráveis à admissibilidade do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff	53

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Satisfação com a aprovação, na CAE, da autorização para contratação de operação de crédito pela cidade de Manaus; e outro assunto.....	54
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Explicações sobre decisão do Supremo Tribunal Federal que autoriza a quebra dos sigilos bancário e fiscal de S. Ex ^a	56
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Questionamento sobre a metodologia empregada pelo IBGE para a aferição das taxas de desemprego no País	71
2.1.3 – ORDEM DO DIA	
2.1.3.1 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 25/2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 453/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que <i>autoriza o Município de Manaus (AM) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)</i> . Aprovado	73
Redação final do Projeto de Resolução nº 25/2016 (Parecer nº 457/2016-CDIR). Aprovada . À promulgação	74
2.1.3.2 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 26/2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 454/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que <i>autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP</i> . Aprovado	74
Redação final do Projeto de Resolução nº 26/2016 (Parecer nº 458/2016-CDIR). Aprovada . À promulgação	75
2.1.3.3 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 27/2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 455/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que <i>autoriza o Município de Niterói a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América)</i> . Aprovado	75
Redação final do Projeto de Resolução nº 27/2016 (Parecer nº 459/2016-CDIR). Aprovada . À promulgação	75
2.1.3.4 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 28/2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 456/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que <i>autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)</i> . Aprovado	75
Redação final do Projeto de Resolução nº 28/2016 (Parecer nº 460/2016-CDIR). Aprovada . À promulgação	76
2.1.3.5 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 13/2016, do Senador Alvaro Dias, que <i>reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 22, de 8 de agosto de 2014, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Paraná contrate a operação de crédito externo nela prevista</i> . Aprovado, com emenda	78
Redação final do Projeto de Resolução nº 13/2016 (Parecer nº 461/2016-CDIR). Aprovada . À promulgação	78
2.1.3.6 – Item 3	
Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que <i>altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência</i> . Transcorrida a quarta sessão de discussão, em primeiro turno	78
2.1.3.7 – Apreciação de requerimento	
Nº 15/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores. Aprovado	78
2.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.1.4.1 – Oradores	
SENADOR TELMÁRIO MOTA, como Líder – Críticas aos nomes supostamente aventados pelo Vice-Presidente Michel Temer para assumirem cargos de Ministros de Estado em eventual mandato presidencial; e outros assuntos	79
SENADOR PAULO PAIM – Manifestação contrária à PEC nº 143, de 2015, que institui a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e outros assuntos	84
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Necessidade de acordo entre partidos políticos e agentes públicos e de participação da sociedade para retomar o crescimento do País.....	90
SENADORA ROSE DE FREITAS – Comentários sobre o julgamento, no STF, acerca dos juros devidos da repactuação das dívidas dos estados e municípios com a União; e outro assunto	92
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Considerações sobre as evidências que apontam crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma Rousseff no exercício de 2015	95
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Defesa da constitucionalidade da PEC que prevê a realização de eleições presidenciais simultaneamente às eleições municipais de 2016	96

SENADOR FLEXA RIBEIRO - Voto de congratulações à estudante paraense Laryssa da Silva Pinto, vencedora nacional do Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovido pela União Postal Universal e realizado no Brasil pelos Correios.	101
2.1.5 – ENCERRAMENTO.....	108
2.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
2.2.1 – EXPEDIENTE	
2.2.1.1 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resoluções nºs 25 a 28/2016.....	109
2.2.1.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nº 241/2016, na origem, que encaminha cópias dos Acórdãos nºs 366 e 767/2016 (TC 005.933/2014-5), em resposta ao Requerimento nº 20/2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.....	109
Nº 250/2016, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 858/2016 (TC 025.568/2015-9), em resposta ao Requerimento nº 714/2015, do Senador Alvaro Dias.	109
2.2.1.3 – Comunicações	
Do Senador Vicentinho Alves, que justifica o não registro da presença de S. Exª na sessão do dia 19 do corrente (Ofício nº 2/2016).....	109
Da Comissão Especial do <i>Impeachment</i> , de eleição do Presidente e do Relator da referida Comissão (Memorando nº 1/2016).	110
2.2.1.4 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR WILDER MORAIS – Defesa da redução da participação do Estado na economia; e outros assuntos..	111
2.2.1.5 – Pareceres	
Nº 453/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 39/2016 (conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 25/2016).	114
Nº 454/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 40/2016 (conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 26/2016).	124
Nº 455/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 41/2016 (conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 27/2016).	132
Nº 456/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 42/2016 (conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 28/2016).	141
2.2.1.6 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 177/2016, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (<i>Código de Defesa do Consumidor</i>), para dispor sobre reparações imediatas previstas no § 3º do art. 18.....	151
Nº 178/2016, da Senadora Simone Tebet, que confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose	155
2.2.1.7 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 21/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.....	159
2.2.1.8 – Requerimentos	
Nº 308/2016, da Senadora Simone Tebet, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Ramona Miranda de Brito	163
Nº 309/2016, do Senador Ciro Nogueira, de voto de aplauso e congratulações à TV Cidade Verde.....	165
Nº 310/2016, do Senador Blairo Maggi, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.....	166
Nº 311/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Município de Itacotiara.	170
Nº 312/2016, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356/2012	172
2.2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
2.2.2.1 – Projeto de Resolução nº 25/2016	
Redação final (Parecer nº 457/2016-CDIR).....	173
2.2.2.2 – Projeto de Resolução nº 26/2016	
Redação final (Parecer nº 458/2016-CDIR).....	176
2.2.2.3 – Projeto de Resolução nº 27/2016	
Redação final (Parecer nº 459/2016-CDIR).....	179
2.2.2.4 – Projeto de Resolução nº 28/2016	
Redação final (Parecer nº 460/2016-CDIR).....	182
2.2.2.5 – Projeto de Resolução nº 13/2016	
Redação final (Parecer nº 461/2016-CDIR)	185

2.2.3 – CONGRESSO NACIONAL

2.2.3.1 – Comunicação

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 712/2016 (**Ofício nº 181/2016**). *Será feita a substituição solicitada*.....

187

3 – ATA**3.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2016.....

188

4 – DOCUMENTOS DIVERSOS**4.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Requerimento nº 12/2016.....

215

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO..... 218

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 221

7 – LIDERANÇAS..... 222

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 225

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 246

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES..... 256

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 306

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS 330

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 340

58ª Sessão, De Debates Temáticos , em 26 de Abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Jorge Viana e Donizeti Nogueira

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 18 minutos e encerra-se às 12 horas e 58 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Eu queria, antes de mais nada, convidar o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, o Embaixador Mauro Vieira para que possa compor a Mesa, o Ministro Herman Benjamin, o ex-Senador Cyro Miranda e o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros João Ricardo dos Santos Costa, por gentileza, para participar da Mesa, da abertura dos trabalhos.

Eu peço a todos os convidados que tomem assento. Não há impedimento, pois este tipo de sessão permite que tenhamos os convidados no plenário.

A presente sessão destina-se ao Debate Temático sobre Meio Ambiente e Estado: Desafios para o Executivo, Legislativo e Judiciário. Ela acontece nos termos do Requerimento nº 303, de 2016, que eu tive a honra de ser signatário com os demais colegas Senadores.

Eu queria agradecer também a presença das autoridades que nos visitam e que nos dão a satisfação de suas presenças aqui no plenário do Senado, nesta sessão, ao mesmo tempo em que felicito o Ministro Herman Benjamin, que é um entusiasta, e, como muitos de nós, ele não tem causa; é a causa que o tem. Refiro-me talvez a uma das mais importantes agendas que os governantes do mundo têm, que é a busca em equilibrar a relação da atividade do homem com a natureza.

Nós tivemos recentemente um evento da maior importância, em que o nosso Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Vieira estava presente nas Nações Unidas, acompanhando a Presidenta Dilma, em que se assinou um documento, com a mais expressiva presença de chefes de Estado já registrada na história das Nações Unidas, dando sequência ao acordo na COP 21, firmado em Paris no ano passado. Esse evento, de certa forma, é um desdobramento, nós estamos aqui graças a um empenho de entidades – e aqui o Senado Federal se inclui, mas também o Judiciário brasileiro –, um conjunto de associações e entidades ligadas a essa causa. Nós estamos também dando sequência no Brasil a essa agenda estabelecida a partir deste acordo e do entendimento que nós tivemos na COP 21.

Eu queria fazer uma fala de abertura nesse momento. Nós estamos aqui neste debate sobre Meio Ambiente e Estado: desafios para o Legislativo, Executivo e Judiciário. Estamos aqui para promover um debate que esperamos ser um dos mais férteis nas nossas Sessões de Debate Temático. O Senado brasileiro estabeleceu uma forma de trazer para o plenário temas de relevância para o Parlamento e para o nosso país. Foi com base nesse propósito que nós instituímos esta sessão.

Esta importante Sessão de Debate Temático, a sexta na história do Senado, foi aprovada por unanimidade dos Senadores e das Senadoras que integram esta Casa. Sua realização, não custa repetir, é resultado da soma de esforços de muitos, e eu aqui destaco o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin.

Nesse espaço democrático iremos discutir a relação entre as questões ambientais e o Estado. Esse é um grande tema da agenda nacional e, podemos dizer, da agenda do planeta.

Contamos aqui com a presença de convidados de renome nacional e internacional. Portanto, é legítimo esperar que tenhamos uma manhã enriquecedora e um debate do mais alto nível. Esta sessão exigirá de nós clareza, concisão, tolerância e uma grande capacidade de síntese. É quase certo que cada um dos debatedores conclua sua participação com a sensação de que muito ainda teria por dizer. Não é difícil prever esse fato, dada a elevada qualificação dos nossos convidados. Contudo, mesmo com eventuais limitações de tempo, não poderia ser mais estimulante a reunião no plenário do Senado Federal.

Eu queria mais uma vez registrar que é raríssimo trazermos um debate, um tema para este plenário do Senado Federal. Isso nos dá esperança de que aqui ouviremos importantes sugestões para que possamos modificar estruturas, sejam elas legislativas, sejam administrativas, sejam ainda judiciais, buscando aprimorar a proteção de recursos naturais ameaçados, principalmente daqueles com caráter planetário como, por exemplo, o clima e a biodiversidade.

Nesta especialíssima ocasião cabe-me a honra de saudar os representantes dos três Poderes, que sustentam o Estado, juntamente com os especialistas dos organismos internacionais, membros da Academia e os que representam a sociedade civil, desejando a todos um bom debate.

Por fim, eu queria ainda dizer que, referindo-me mais uma vez ao evento das Nações Unidas, 171 países assinaram em 22 de abril de 2016, em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, o acordo sobre clima, concluído na COP 21 no final do ano passado.

Nós ouvimos vários posicionamentos. A nossa Presidenta, o nosso país cumpriu um papel que o mundo tinha expectativa. Temos aqui o Embaixador Marcondes e outros que trabalharam, que foram operários desse processo. Do meu lado está o chanceler brasileiro, o Ministro Mauro. Temos também hoje o Embaixador do Brasil, o ex-chanceler Figueiredo e a nossa Ministra Izabella. Foi nessa soma de competências que o Brasil fez a Rio+20, conduzido também pela liderança da Presidenta Dilma Rousseff. O Brasil cumpriu um papel fundamental. Dali saíram os objetivos do desenvolvimento sustentável que estabelece alguma métrica para que as nações busquem consolidar o desenvolvimento sustentável e criou-se também as condições para o Acordo de Paris do ano passado.

Eu concluo dizendo que esta agenda está apenas começando. O desafio é enorme. Mesmo se cumprirmos todo o estabelecido nos acordos – e, no caso brasileiro, numa posição voluntária –, assim mesmo, teremos extrema dificuldade de limitar a 2°C a mudança da temperatura do planeta. Por si só, isso já é um gravíssimo problema.

Eu vivo na Amazônia, sou engenheiro florestal, fui gestor municipal e Governador de um dos principais Estados da Amazônia por oito anos. Sei do papel que a Amazônia tem a cumprir nessa agenda. Nós temos no nosso país quase 20% da biodiversidade do planeta. Somos guardiões, fiel depositário, de significativa parte do patrimônio da nossa biodiversidade.

O Brasil fez algumas leis, nos últimos tempos, procurando estabelecer limites de uso de recursos naturais e, ao mesmo tempo, fazer a recomposição dos recursos naturais. Nós atualizamos o nosso Código Florestal, fizemos um novo Marco da Ciência e da Tecnologia e Inovação e também fizemos a nova Lei de Acesso à Biodiversidade. Em todas elas eu tive a honra de ser Relator. E quero dizer que foi sempre fundamental a colaboração voluntária e institucional do Ministro Herman Benjamin, um grande especialista nesta área no Brasil.

Eu queria fazer também um registro do Senador Ferraço e do Senador Donizeti, que estão no plenário e mais uma vez agradecer o Senador Ciro pela presença. E só deixar mais uma frase – eu não tenho dúvida, morando talvez no país mais rico do planeta em água doce, em biodiversidade, que é o Brasil. O homem, a sociedade não vive sem a natureza. Mas a natureza vive sem o homem. O desafio que nós temos é enorme: de estabelecer uma nova relação, um novo padrão de consumo no planeta, e uma nova relação do homem, da sociedade, nos diferentes continentes do mundo com os recursos naturais. Em um evento como esse, num país como o Brasil, tem um papel enorme. E que bom que ele está acontecendo na Casa do Parlamento brasileiro, que é o Senado Federal.

Sejam todos bem-vindos e que tenhamos uma boa sessão com um tema que é desafiador para todos nós neste século XXI.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou passar então a palavra para o Ministro Herman Benjamin, um ajudador, um proponente desta sessão, que esteve aqui com o Presidente Renan Calheiros. Acho que é muito apropriado que ele possa fazer essa fala inaugural e, em nome, obviamente, de muitos que já estão aqui, já nos ir levando ao tema do debate.

Em seguida, vamos ouvir o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Com a palavra V. Ex^a, Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, saudar o Embaixador Mauro Vieira, nosso Chanceler, que representa o Brasil tão bem, é um cartão de visitas do nosso Brasil.

Queria saudar igualmente o Senador Cyro Miranda, que foi Presidente da Comissão de Educação desta Casa e, nesta condição, ajudou muito nos temas afeitos à educação ambiental, e saudar também meu colega,

Juiz João Ricardo dos Santos Costa, que é Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, entidade anfitriã de uma série de atividades que estão ocorrendo nesta semana no Brasil, terminando num grande evento no Rio de Janeiro.

Esse evento talvez mereça uma palavra, Senador Jorge Viana, para explicar a raridade com que esse tipo de encontro ocorre no plenário do Senado. Todas as discussões técnicas na estrutura do Parlamento brasileiro ocorrem nas comissões, nos *committees*, comitentes, e muito excepcionalmente um debate técnico é trazido para o plenário do Senado. Eu mesmo não me recordo de nenhuma ocasião, até porque esse tipo de exceção exige a aprovação unânime de todos os Senadores.

Por isso, eu queria agradecer, em primeiro lugar, ao Presidente da Mesa, Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente do Senado, ao Presidente Renan Calheiros, Presidente do Senado, e aos eminentes Senadores desta Casa. Vejo aqui o Senador Ricardo Ferraço, vejo o Senador Blairo Maggi e o Senador Donizeti, três dos subscritores desse pedido e três Senadores extremamente engajados com o tema da sustentabilidade, e agora entrando o Senador José Medeiros, além do Senador Fernando Bezerra, que é da minha região, o Sertão nordestino, e também da Comissão de Mudanças Climáticas do Senado.

Então, esta é a primeira observação, Senador, se V. Ex^a me permite fazê-la, sobre o caráter excepcional deste encontro.

Mas este encontro tem também um caráter de grande importância porque se propõe a discutir a posição do Estado diante de duas crises planetárias que nós enfrentamos. Em primeiro lugar, a crise das mudanças climáticas, e esta Casa, como a Câmara dos Deputados e o próprio Poder Judiciário, tem já se debruçado sobre esta matéria. A segunda grande questão é a crise planetária da perda de biodiversidade, perda crescente e perda irreversível, em muitos casos. Ninguém pode trazer de volta uma espécie que venha a desaparecer. E quantas estão desaparecendo sem sequer terem tido o privilégio de terem sido identificadas pela ciência?

O terceiro aspecto que eu gostaria de realçar é a presença de um mosaico de instituições aqui, meu caro Embaixador Marcondes. Nós temos o primeiro lugar a IUCN, representada pela sua Diretora-Geral, Inger Anderson. Temos o PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com sua representação de Nairóbi e o Diretor-Geral, que é amigo desta Casa estará no Rio de Janeiro na sexta-feira. Temos a organização dos Estados Americanos e temos a instituição que é mais próxima desta Casa, que é a Globe Internacional, aqui representada pela sua Diretora Executiva, Malini Mehra. Então, a todos os professores, a todos os especialistas, as várias instituições que estão aqui presentes, meus colegas magistrados de vários países, que estão presentes, quero, em nome da Comissão científica, dar as boas-vindas e agradecer mais uma vez ao Senado Federal, sobretudo ao Senador Jorge Viana, e também aos Senadores aqui presentes que subscreveram o pedido desta audiência pública, deste *hearing*, deste *technical hearing* no plenário do Senado Federal. A todos um excelente evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma vez, agradeço a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Blairo Maggi, Senador Ferraço, Senador Donizeti. Quero agora passar a palavra ao Ministro, nosso Chanceler Embaixador Mauro Vieira. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente da sessão, Ex^{mo} Sr. Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado Federal; Sr. Senador Cyro Miranda, que compõe a Mesa, Srs. Senadores, Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Antonio Herman Benjamin, e Ex^{mo} Sr. Presidente das Associação de Magistrados Brasileiros, João Ricardo dos Santos Costa, Srs. Convidados especiais e expositores deste seminário.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de manifestar a minha grande satisfação em participar desta sessão de debates temáticos sobre Meio Ambiente e Estado – Desafios para o Executivo, Legislativo e Judiciário. Considero esse colóquio um exercício útil para o necessário aperfeiçoamento da coordenação entre os três Poderes e o fortalecimento do diálogo do Estado com especialistas e a sociedade civil, o que enriquece a formulação e a execução da política externa brasileira.

O Brasil é um importante ator no cenário internacional, sobretudo no que diz respeito ao debate ambiental. País mais megabiodiverso do mundo e de dimensões continentais, dono da quinta maior população e da maior floresta tropical do Planeta, o Brasil tem participado ativamente de todas as negociações internacionais na área ambiental.

Não por acaso a política externa brasileira tem como dois dos seus alicerces fundamentais a busca do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Essas dimensões, aliás, estão intimamente associadas. O desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelo crescimento com inclusão social.

Não podemos dissociar os pilares social, econômico e ambiental do processo de desenvolvimento. E é essa visão que nos tem orientado nos debates nos diversos fóruns internacionais que discutem o tema.

Todo o esforço dispendido pelo Brasil e por outros países em prol de condições mais propícias para o crescimento com justiça social resultou em dois frutos importantes em 2015. O primeiro deles foi a aprovação

da Agenda 2030, que contempla os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Brasil foi um dos protagonistas dessa negociação, tendo sediado, em 2012, a Conferência Rio+20, que lançou as bases para a negociação desse importante instrumento internacional. O primeiro e mais fundamental dos objetivos é, aliás, um tema central da agenda brasileira: a erradicação da pobreza.

Uma característica fundamental da Agenda 2030 é o fato de constituir um conjunto de compromissos de alcance universal, que vincula tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento. Existe, portanto, um reconhecimento de que todos, sem exceção, temos desafios a enfrentar na promoção do desenvolvimento sustentável.

O segundo avanço importante foi a aprovação do Acordo de Paris sobre mudança do clima. O Brasil guiou-se, nesse processo, pela busca de um compromisso que fosse abrangente e, ao mesmo tempo, levasse em consideração a diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Oferecemos uma contribuição nacional ambiciosa que refletiu a nossa determinação em diversificar a nossa matriz energética, combater o desmatamento e avançar em ações de reflorestamento.

O Acordo de Paris constitui uma oportunidade para que todos nós sejamos mais ousados e possamos caminhar mais rapidamente em direção a um Planeta menos dependente de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de reconhecer que os países em desenvolvimento e desenvolvidos devem ter responsabilidades diferentes, até porque as nações menos desenvolvidas tiveram, historicamente, menor participação no aquecimento global.

Esses dois exemplos demonstram o potencial do multilateralismo em construir soluções para os graves problemas globais. Quando há disposição efetiva de se negociar, podemos superar mesmo as mais sérias diferenças de visão. Por isso, a Presidenta Dilma Rousseff definiu o acordo como uma histórica conquista da humanidade por haver refletido a capacidade da comunidade internacional de oferecer respostas, como disse ela em seu discurso em Paris, “respostas firmas e decisivas aos imensos desafios apresentados pela construção de um amplo consenso”.

Senhoras e senhores, independentemente dos compromissos assumidos internacionalmente, o Brasil vem avançando de maneira autônoma e concreta no que se refere à área ambiental. Esse é um trabalho realizado por todos nós. As metas e políticas internas em matéria ambiental sugeridas, aprovadas, implementadas, fiscalizadas e protegidas pelos três Poderes são, como disse, mais ambiciosas que aquelas negociadas no âmbito internacional.

O Brasil é, por isso, um exemplo de como enfrentar os desafios ambientais. Somos uma das maiores economias do mundo, mas temos grandes lacunas a preencher no campo do desenvolvimento socioeconômico. Não obstante, estamos na vanguarda no que se refere à definição de metas claras e ousadas.

O Governo brasileiro anunciou, por exemplo, que pretende reduzir em 37% a emissão dos gases de efeito estufa até 2025 e em 43% até 2030, em ambos os casos com relação aos níveis de 2005.

Queremos também aumentar a participação das fontes renováveis de energia, de modo que alcancem 45% de nossa matriz energética até 2030, ou seja, em menos de 15 anos almejamos que praticamente a metade de nossa matriz energética seja constituída por fontes de energia limpa.

Outro aspecto relevante da contribuição nacional brasileira é a meta de alcançar o desmatamento zero na Amazônia, além de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e outros 15 milhões de hectares de pastagens degradadas.

A combinação da diversidade e riqueza natural do Brasil e a existência de políticas nacionais ambiciosas e de vanguarda fortalecem as credenciais do País nas negociações internacionais, tornando, como ressaltei, uma referência na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A assinatura do Acordo de Paris na semana passada, em Nova York, dá início agora a uma segunda etapa igualmente importante: a de traduzir os compromissos assumidos em realidade. A principal vertente desse processo será o apoio aos países em desenvolvimento, alguns dos quais como o Brasil adotaram voluntariamente metas que vão além do que prevê o arcabouço normativo internacional. Esperamos, por isso, avanços em dois temas fundamentais. Em primeiro lugar, que o nível de ambição dos países desenvolvidos seja aumentado progressivamente, a exemplo do que países como o Brasil já têm feito. Não podemos nos contentar em cumprir metas nacionais voluntárias que não representem desafio maior em termos de redução da emissão de gases de efeito estufa. O sucesso do Acordo de Paris depende sempre de buscar novos patamares de mudança de perfil de geração e consumo de energia.

Em segundo lugar, que se viabilizem, inclusive no plano financeiro, os meios adequados para que os países em desenvolvimento possam continuar com suas contribuições concretas para os esforços globais de mitigação e adaptação. O Acordo de Paris prevê apoio financeiro anual da ordem de US\$100 bilhões, mas esperamos que esse montante seja ampliado progressivamente a partir da entrada em vigor do acordo. Esses

valores devem contemplar também transferências de tecnologia que nos ajudem a tornar nossas economias cada vez menos dependentes de combustíveis fósseis.

Caros Senadores, senhoras e senhores, é importante ter presente que esses instrumentos, recentemente aprovados, não apenas trazem desafios, mas também oferecem oportunidade para que as legislações e as políticas ambientais nacionais sejam continuamente aperfeiçoadas.

As estreitas correlações entre compromissos nacionais e internacionais tornam ainda mais necessária a constante articulação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, de maneira que possamos observar e cumprir plenamente as obrigações que assumimos.

São vários os exemplos de avanço no Brasil no campo ambiental hoje reconhecidos internacionalmente. Isso se deve ao diálogo e à interação entre os diferentes Poderes.

Primeiro, o Novo Código Florestal e a Implantação do Cadastro Ambiental Rural, que constituem elementos potencialmente revolucionários para a conservação florestal e a gestão e o controle do desmatamento.

Segundo, a Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado e de Repartição de Benefícios, aprovados no ano passado;

Terceiro, as políticas de áreas protegidas que já garantem percentual de áreas protegidas superior ao estabelecido pelas chamadas Metas de *Aichi* da Convenção sobre Diversidade Biológica e pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as ambiciosas metas estabelecidas nacionalmente para redução das emissões de carbono até 2030, que mencionei anteriormente.

Não poderia deixar de ressaltar também o importante papel do Brasil em matéria de cooperação internacional, que reforça nosso protagonismo em questões ambientais no âmbito mundial.

O desenvolvimento e a continuidade de tais políticas e iniciativas requerem, evidentemente, a atuação coordenada dos três Poderes da República.

Acredito que a presente sessão de debate é uma iniciativa que vem ao encontro dessa necessidade de concertação, aproximando diferentes estruturas do Governo, organismos internacionais e a sociedade civil e contribuindo para a formulação da política interna e externa de forma representativa e integrada.

Creio, também, que nosso diálogo é um exemplo do compromisso do Estado brasileiro em promover o desenvolvimento sustentável. Para isso, devemos continuar empenhados em reduzir a pobreza e a desigualdade, que representam, como estabelecido na Agenda 2030, o primeiro passo para que tenhamos um país mais justo e um meio ambiente mais equilibrado.

Devemos nos manter fiéis ao lema “Incluir, Crescer, Conservar e Proteger”, que guiou os trabalhos da Rio+20 e dá uma noção precisa da natureza integral e indivisível das diversas dimensões que compõem o processo de desenvolvimento de qualquer país.

Eu gostaria de concluir desejando a todos um produtivo dia de debates e trabalhos e agradecendo, mais uma vez, a oportunidade oferecida ao Ministério das Relações Exteriores de participar desse importante exercício de diálogo com o Congresso Nacional e outros órgãos do Governo e da nossa sociedade civil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar o Embaixador, nosso Chanceler, Mauro Vieira e dizer que todos nós temos orgulho de o nosso País poder apresentar o papel que tem desempenhado no sentido de estabelecer um limite para a mudança do clima e para o estabelecimento de políticas que visem ao desenvolvimento sustentável no mundo e que o Itamaraty, com seus técnicos, profissionais, tem cumprido um papel que muito nos orgulha. É muito importante. É o Estado brasileiro fazendo uma política junto com o Governo.

Então, parabéns, Ministro Mauro Vieira!

Eu vou, então, passar a palavra agora para o Senador Cyro Miranda, do Estado de Goiás, para que ele também possa oferecer sua contribuição. Em seguida, ouviremos o Dr. João Ricardo dos Santos, para encerrar os que estão compondo a Mesa, e passaremos a ouvir os que estão no plenário dentro da programação desta sessão.

Com a palavra V. Ex^a. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. CYRO MIRANDA – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Jorge Viana, com quem tive o prazer de compartilhar durante quatro anos grandes projetos nesta Casa. Quero cumprimentar, em nome de todos os Senadores aqui presentes, um especial amigo, o Senador Blairo Maggi, que se tornou um amigo pessoal, que hoje presta seus serviços de enorme valor a esta Casa. Prazer em revê-lo, Senador.

Quero cumprimentar também o Ministro de Estado e Relações Exteriores, Sr. Embaixador Mauro Vieira; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman Benjamin, com cujos ensinamentos tenho apren-

dido e aprendo muito, principalmente na área do meio ambiente; o Presidente da Associação de Magistrados Brasileiros, João Ricardo dos Santos. Quero também cumprimentar todos os expositores e senhores convidados que, nesta manhã, aqui se reúnem.

Agradeço o convite, Senador Jorge e Ministro Herman, cumprimentando-os pelas iniciativas. Tenho uma grande emoção, que me oportunizam hoje, a emoção de voltar a esta Casa, onde estive por quatro anos.

Quero enaltecer a participação do Senador Jorge Viana no Código Florestal, de cujas votações tive a grande oportunidade de participar quando S. Ex^a foi Relator; se não foi o melhor dos códigos que gostaríamos, foi o possível. Melhoramos e avançamos muito.

Meus parabéns ainda, Ministro Hermann, pelo êxito do Seminário Internacional de Direito Ambiental Aprofundado, sediado em Goiânia neste último fim de semana, ou melhor, nos dias 22, 23 e 24 de abril, repleto de êxito e com muitas novidades. E vi naquele dia também, na sua exposição, a grande preocupação do Judiciário hoje. O senhor deixou para nós, já, o que está pacificado nas cortes no que diz respeito às responsabilidades, daqueles que detêm a propriedade hoje, seja herdando, ou se cometeram alguma coisa que não foi correta nos últimos 20 anos, continuam sendo responsáveis. Isso é uma lição que se deixa para as próximas gerações. Parabênz pela coordenação dos trabalhos do Seminário Internacional.

Ainda, destaco o apoio de Goiás vindo às atividades da AMB, tendo sediado no passado seu 22º Congresso. Sem Poder Judiciário forte, independente e respeitado, não é possível falar em verdadeiro Estado de Direito.

A importância da criação do Instituto Judicial Global de Ambiente sob a liderança da UICN, da PNUMA, da OEA e da AMB, no momento em que o Planeta vive duas grandes crises, a crise de mudanças climáticas e a rápida perda de biodiversidade.

Goiás, meu Estado, com suas belezas naturais, áreas protegidas que são patrimônios mundiais da Unesco, recebe os magistrados e especialistas estrangeiros de braços abertos. Que voltem não só para continuar o excelente trabalho, mas para aproveitar o riquíssimo patrimônio natural, cultural e turístico do Estado.

Por último, quero aqui deixar a mensagem de que, quando presidi a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, tive um aprendizado muito grande com o Ministro Herman Benjamin, que teve o cuidado com a educação com o meio ambiental. No dia em que nós atingirmos esse objetivo de uma conscientização na educação que vem desde o ensino fundamental e médio, talvez as leis e o Código Florestal sejam poucos usados. Espero que esta Casa não perca a visão de apoiar sempre a educação dos nossos jovens quanto ao meio ambiental.

Desejo a todos os senhores nesta manhã êxito, assim como tivemos êxito em Goiás na sessão de debates temáticos.

Que tenham todos um bom dia e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento o colega Senador Cyro Miranda pelas palavras. Agradeço a cortesia e a gentileza dele, sempre muito querido na Casa.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O SR. JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA – Saúdo o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado Federal que gentilmente nos recebe neste momento.

Saúdo também o Senador Cyro Miranda, que tem nos apoiado também na realização deste importante encontro aqui no Brasil.

Saúdo o nosso Chanceler Embaixador Mauro Vieira e o nosso Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin, que tem sido o nosso grande ícone aqui no Brasil no que diz respeito sobretudo às questões ambientais e que tem movimentado não só o sistema de Justiça brasileiro, mas também os três Poderes em relação a essa questão ambiental no sentido de avançarmos cada vez mais na apropriação desse importante tema, que é fundamental e que sai das fronteiras de qualquer Estado nacional. É realmente um assunto mundial na sua origem, o meio ambiente é uma questão globalizada.

Também quero fazer uma saudação especial ao Senador Blairo, aqui presente, ao Senador Donizeti e também aos Senadores que estiveram antes aqui na Casa, Senador Ricardo Ferraço...

Senador Fernando Bezerra e Senadora Vanessa Grazziotin. Também uma saudação ao Embaixador Marcondes de Carvalho, que também tem nos acompanhado neste evento.

A AMB congrega 14 mil magistrados no Brasil. Das entidades de juízes que compõem a União Internacional de Magistrados, é a entidade que tem o maior número de associados, é a maior entidade organizada de juízes do mundo. A AMB envolve uma magistratura plural que atua nas várias áreas do sistema de Justiça, com um foco hoje muito preocupado e muito determinado na questão do meio ambiente. O meio ambiente tem sido uma pauta da Magistratura brasileira, ao passo que vem sendo exigida do sistema de Justiça nacional uma capacitação cada vez maior, uma especialização cada vez maior nessas áreas; os juízes estão se envolvendo mais e

se preparando mais para tratar dessas questões. E a parceria com o Legislativo e a parceria com Poder Executivo são fundamentais para que possamos, como três Poderes da República, ser efetivos nas questões ambientais.

A reunião aqui no Brasil... E aí eu faço uma saudação especial a todos os juristas, a todos os juízes que aqui se fazem presentes, advogados do mundo todo, que nos dão a honra das suas presenças, que nos dão a honra de vir aqui trocar o seu conhecimento, a sua experiência nos seus países para que possamos construir um movimento global que hoje pode dizer que se reúne no Instituto Judicial Global, que é uma importante iniciativa para os sistemas de justiça do mundo todo no sentido de se construir um conceito de atuação do Poder Judicial em relação ao meio ambiente, na forma como o meio ambiente se apresenta, que é globalizado. Quer dizer, as questões que envolvem o meio ambiente devem ser tratadas por todos os países, por todas as autoridades de todos os países.

Então, eu deixo aqui esse registro a todos dizendo que a AMB, a Magistratura brasileira, se sente muito honrada de poder sediar, de poder receber todos vocês neste evento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu também agradeço a colaboração, porque, sem o envolvimento dos magistrados, nós não teríamos como trabalhar este tema, já que o Judiciário é peça fundamental. Temos muita satisfação de ter ouvido o Dr. João Ricardo dos Santos Costa, que é Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Quero também seguir agradecendo aos demais Senadores, ao Senador Magno Malta e ao Senador Hélio José.

E dizer que o Senado é uma das instituições mais transparentes do Brasil, como avaliado por instituições ou organizações da própria sociedade.

Nós temos aqui um permanente contato. Estamos também com a internet ligada e temos a participação da sociedade, mesmo durante a sessão, pelo e-Cidadania. Queria agradecer a Letícia Gomes e a Anna Flávia, que estão acompanhando a nossa sessão, se manifestando também e valorizando o tema que estamos debatendo.

Quero registrar também a presença do Senador Valdir Raupp.

Há inclusive uma proposta de zerar o desmatamento no Brasil que, de certa forma, também foi assumida como meta pelo Brasil, pelo Estado brasileiro.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que pede para vir também fazer uma saudação ao evento. Obviamente, em seguida, nós vamos dar sequência à ordem de oradores.

Com muita satisfação, ouvimos o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Jorge Viana.

Cumprimento a Mesa, em nome do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; também do Embaixador Mauro Vieira, que é o nosso Ministro de Relações Exteriores; do nosso colega, Senador Cyro Miranda, que está de volta a esta Casa; do Sr. João Ricardo dos Santos, Presidente da AMB; e V. Ex^a, Presidente, que toca a sessão neste momento.

Quero cumprimentar todos que participam deste evento e dizer que sou um representante do setor produtivo nesta Casa, assim como vários colegas Senadores que estão aqui.

Trabalhamos muito no Código Florestal, junto com o Ministro Herman, que foi nosso assessor diário e permanente aqui. Construímos um Código Florestal, à época, como já disse o Senador Cyro na sua fala, que, se não foi o melhor, se não foi o excelente, foi o que de melhor nós pudemos fazer naquele momento. Penso que ele trouxe avanços significativos para a proteção do meio ambiente e também para a consolidação das atividades do agronegócio, da agricultura e da pecuária e da indústria madeireira no Brasil.

Depois desse evento, nós tivemos um pouco mais de calma entre os vários atores que trabalham nesse setor no Brasil inteiro. Poderia até dizer que trouxemos um pouco de paz, um pouco de harmonia entre setores de fiscalização, setores conservacionistas e produtivos. E falar em produtivos não significa que os produtivos, esses que trabalham na terra, não sejam ambientalistas, também não sejam conservacionistas. Esse setor no qual eu milito tem certeza clara e plena de que sem um meio ambiente equilibrado não há possibilidade de produção.

Nós já sentimos as diferenças de 20 anos atrás, 30 anos atrás para agora. Eu trabalho, milito no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso, como no Estado de Goiás, do Senador Cyro, no Estado de Rondônia, do Senador Raupp. E a gente sente as mudanças muito fortes, muito fortes a ponto de se perguntar no dia a dia o que está acontecendo. Na verdade, a gente sabe o que está acontecendo, mas se pergunta: o que está acontecendo? Os regimes de chuvas se alteraram, as ondas de calor são imensas. Eu moro numa cidade que talvez seja uma das mais quentes do Brasil, que é a cidade de Cuiabá.

Mas mesmo um cuiabano, mesmo eu, que estou há 30 anos lá, tenho reclamado constantemente das ondas de calor que têm atingido aquele Estado, aquela cidade. E isso tem trazido, sim, resultados ruins para os setores produtivos, principalmente para a agricultura, as mudanças climáticas que estão acontecendo.

Este ano mesmo, no meu Estado, regiões que tradicionalmente nunca tiveram problemas de clima, de seca, como o norte do Araguaia e o médio-norte mato-grossense, tiveram-nos, com quebras substanciais: onde os produtores tinham a possibilidade de colher sessenta, setenta sacos por hectare de soja, acabaram colhendo dez, quinze sacos de soja por hectare. São pontos localizados, mas se isso ainda tem uma tendência de crescer, significa que os problemas na agricultura, os problemas no agronegócio serão cada vez mais fortes e mais evidentes daqui para a frente. E o resultado disso, para um país que é um grande produtor de alimentos... Eu sempre nos comparo com a Arábia Saudita ou com os países da Opep: eles fazem petróleo, fazem combustível para os carros, para os aviões, os navios, e nós fazemos combustível para a vida. Exportamos para mais de 150 países, e dependem...

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... da nossa comida, depende da nossa produção haver paz nesses países.

Então, senhores, as mudanças estão aí, e o enfrentamento deve ser feito.

Agora, em relação ao Código Florestal, voltando um pouquinho, eu diria que a nossa legislação é uma legislação boa, que protege bastante o meio ambiente e que põe limites nos setores produtivos. Hoje o Brasil inteiro utiliza 8% do seu Território, apenas 8% de seu Território para fazer agricultura, de todo o Território brasileiro. Mais de 20% desse Território são utilizados para atividades pecuárias, e 68% do Território brasileiro ainda são da forma como foi feito, com algumas degenerações, como disse o Ministro Herman, que são degradações progressivas que temos nas florestas, mas ainda continuam lá.

Então, a legislação brasileira prevê a manutenção desse *status quo*. Quando o Senador Valdir Raupp coloca que quer desmatamento zero na Amazônia, eu concordo com o Senador Raupp: eu quero desmatamento líquido zero, porque nós temos várias áreas que foram ocupadas na Amazônia, no meu Estado, que não deveriam ter sido ocupadas. Simplesmente foram ocupadas de forma errada porque, na época de 50, 60 ou 70, a atividade era uma atividade pecuária, e queriam as beiras dos rios, os córregos, para dar água aos animais. A agricultura quer outra situação, quer as áreas mais altas, onde não há água, onde há flora, mas não há fauna.

Então, o desmatamento líquido, se ele vier a prosseguir... E as empresas, Ministro Herman, e eu também faço parte de um grupo junto com empresas esmagadoras de soja e a Abiove e outras entidades...

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... também defendem isso. Elas não são contra o desmatamento líquido zero. Então, nós devemos avançar nesse caminho, e teremos, no setor produtivo, nas indústrias, nos exportadores e nos consumidores o apoio para levar adiante uma ideia como essa.

Eu quero saudar a todos e desejar um bom encontro. Sempre é muito importante debatermos esse assunto porque, como eu disse, os problemas já estão aí.

O tamanho deles pela frente ainda não sabemos, mas temos que aprender a contornar porque alimentos são necessários assim como a gasolina no carro das pessoas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço o depoimento. Não é nenhuma intervenção o depoimento do Senador Blairo Maggi, porque eu comentava com o Ministro Herman Benjamin e com o Ministro Mauro que o Senador Blairo Maggi é produtor há muito tempo e, com sua, família, é um dos maiores plantadores de soja do mundo. Quando estávamos debatendo o Código Florestal, a revisão do Código, fomos à propriedade dele para ver um estudo de caso. Estava ocorrendo a recuperação de margem de rio, de nascente, e ele propunha fazer esta inversão. Durante décadas, a ocupação se deu de maneira equivocada à margem dos rios, nas nascentes, e isso ia em confronto direto com a biodiversidade, com a própria fauna. E, se tivesse ocorrido dentro de um planejamento, poder-se-iam ocupar áreas que não causassem tantos danos tal como os danos decorrentes da maneira como ocupamos o Brasil. Então, é um depoimento muito rico de alguém que vive a realidade.

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e caminha sempre para o topo dessa produção. Nós todos temos que entender que o maior aliado de quem produz alimentos, de quem trabalha a agricultura é o meio ambiente. Até há algum tempo, no Brasil, o meio ambiente era tido como um adversário. As políticas e as leis ambientais eram tidas como adversárias dos produtores, e o Brasil pacificou isso com o novo Código Florestal, com o Cadastro Ambiental Rural e um programa de recomposição, de recuperação de áreas degradadas, que o Ministro Mauro tão bem explicitou na sua fala.

O Ministro Herman Benjamin quer dar uma palavrinha, acho que enriquece.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Presidente, esta é uma sessão de debates, embora estejamos...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Esta é uma sessão de debates e evidentemente estamos muito mais interessados em ouvir os nossos expositores, mas eu gostaria de dizer uma palavra sobre o Senador Blairo Maggi.

O Senador Jorge Viana disse que ele é um dos maiores produtores de soja do mundo. Não é. É o maior! Então, essa é uma pequena retificação. Quando falamos de proteção do meio ambiente, a voz do Senador Blairo Maggi é ouvida por quem diretamente precisa ouvir. Todos nós temos um profundo orgulho, Senador, de contar com a sua voz – nós, brasileiros; nós, juízes, mas como brasileiros antes de mais nada – abalizada de quem conhece e de quem é respeitado pelos seus pares. Eu, se convidado para um evento, como o sou frequentemente, de agricultura e meio ambiente, o que falo certamente em boa medida entra de um lado e sai de outro, como dizemos no Brasil.

E eu vejo a atenção com que todos ouvem o que V. Ex^a diz. E o mesmo se aplica ao Senador Valdir Raupp, que está sentado ao seu lado, que vem de um Estado da Amazônia, Rondônia, vizinho do Senador Jorge Viana, que, quando fala em Amazônia, quando fala em floresta, é porque conhece a floresta. E esse tipo de credibilidade nos dá grande esperança no sentido de que nós vamos conseguir manter essa biodiversidade brasileira para as gerações futuras.

Então, aqui, não é como juiz, não é como professor, é como cidadão que eu festejo a voz abalizada de parlamentares como V. Ex^{as}, Senador Blairo e Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu agradeço as palavras do Ministro Herman Benjamin.

Agora, entramos propriamente nos temas que esta sessão pretende vencer.

Situação atual da conservação da natureza.

Eu convido, então, para fazer uso da palavra, a Diretoria-Geral da UCN, a União Internacional para a Conservação da Natureza, a Dr^a Inger Andersen, a quem, desde já, agradeço a participação nesta sessão.

Pode ser daí mesmo ou da tribuna. Como a senhora queira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, pode ser daí mesmo, sentada.

A SR^a INGER ANDERSEN *(Tradução simultânea.)* – S. Ex^a, Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente do Senado Federal; S. Ex^a Ministro Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores; claro, o Ministro Antônio Herman Benjamin; todas as S. Ex^{as} Senadores, Ministros e Embaixadores, senhoras e senhores aqui presentes, é uma grande honra para todos nós termos a oportunidade de participar deste evento único, um evento excepcional, como já foi dito aqui, no plenário do Senado do Brasil. Nós, do movimento do meio ambiente, sentimo-nos muito honrados, porque nós aprendemos com os Senadores, com todos os presentes que já possuem alguma influência nesse campo, e nós esperamos que, quando nós compartilharmos ajuda, esta seja de interesse para os nossos parceiros aqui. E eu venho aqui para dar mensagens bem simples, mas no sentido de que elas, claro, são essenciais.

A primeira mensagem é muito simples: nós estamos enfrentando diversas crises no mundo, e o Brasil é a capital da diversidade. Vocês são este país único, o país mais biodiverso no mundo, e são um enorme produtor de alimentos para o mundo. Vocês têm 70% dos animais e plantas catalogados. Essa é uma riqueza enorme que vocês possuem! E o conhecimento da biodiversidade sempre está se expandindo a cada ano. Em torno de 70 espécies são descobertas no seu país a cada ano.

Neste momento, descobriram uma barreira de corais que vai até o Brasil. Foi descoberta nesse momento, não se sabia antes.

Então, esse mundo que vocês têm é extraordinário, mas, Excelências, na escala global, nós estamos perdendo espécies mil vezes mais. Nós temos muitas espécies que vão ser extintas. Quando nós estamos perdendo as espécies e as florestas, isso é uma crise. Eu não estou falando só do Brasil. Globalmente, perde-se um campo de futebol a cada segundo. Então, quando nós pensamos nesses números enormes, sempre temos que pensar na unicidade do Brasil e como produzir os alimentos para o mundo. Então, aqui, temos o tema de como podemos equilibrar, de que forma nós podemos alimentar esse mundo e como vamos deixar esse mundo sem a pobreza, e, da mesma forma, com o vamos proteger isso. É nisso que nós temos que pensar. Essa é a discussão

de hoje. É como já disse: temos as mudanças climáticas, esse é o ponto principal. Vocês são campeões. O Brasil está liderando todo o pacote e fazendo um ótimo trabalho.

O segundo ponto que eu gostaria de mencionar aqui é a Agenda de 2030, que foi aprovada para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Esses acordos que estamos celebrando e assinamos anteontem, em Nova Iorque, não terão sentido se não tivermos a legislação e se já não abrirmos os sistemas legais sobre acordos globais. Portanto, a legislação é muito importante.

Já temos uma plataforma, que já conhecemos muito bem. Temos 139 constituições no mundo que contêm o direito a um mundo seguro e a um ambiente também, porque a proteção do meio ambiente é necessária. Digamos que é um pré-requisito para a justiça e uma pré-condição para gozar desses direitos de proteção. É muito importante reconhecer isso.

Mas quando nós vemos alguns números e vemos que já temos todos aqueles compromissos ao assinarmos os acordos – o Acordo de Versalhes –, de todos esses compromissos globais, nós somamos todos e digamos que temos 90 grandes acordos e apenas quatro com progresso significativo. Nós assinamos um monte de acordos, uma variedade de acordos, mas apenas quatro tiveram algum tipo de progresso. Portanto, na nossa lista de afazeres globais, temos algumas questões que devemos atacar. E se nós vamos cumprir com os requisitos, se queremos conseguir alcançar as metas para 2030, a legislação deve fortalecer os tribunais, as cortes, também as agências de vistoria, auditoria, para poder ter os meios de fazer um trabalho de baixo para cima. Isso tem que ser em âmbito internacional, regional, local e, também, global.

É por isso que o fato de realizar esse evento tem muito significado, e o Senado, de uma forma muito transparente, tem mostrado isso neste evento.

Portanto, o meu segundo ponto para lidar com isso. Nós teremos êxito se nós temos a legislação aplicável, mas estamos vendo que o Brasil é o líder nesse movimento, porque nós desejamos estudar o caso do Brasil. É por isso que estamos aqui presentes, no Brasil. Nós entendemos que o Brasil é o país da América do Sul que adotou completamente a estratégia de biodiversidade. Vocês têm a estratégia e fizeram a adoção completamente. Em 2009, vocês tinham um número grande de legislações que estavam relacionando como vocês iriam implementar a estratégia de biodiversidade. Esse é um compromisso extraordinário de um país de tamanho continental, e assim nós estamos fazendo... Vocês estão conseguindo aplicar isso no nível federal e municipal e já estão fazendo uma série de atividades que falam também dos objetivos sobre a Convenção de Biodiversidade que foi estabelecida... Os corredores ecológicos, onde esses países podem se conectar, isso evita a fragmentação dos ecossistemas.

Vocês têm um mosaico das áreas protegidas e também criaram o grande número das áreas protegidas no mundo no período de 2006 a 2010. Eu conheço muito bem porque eu tive o prazer de visitar o ICMBio, que já tem muitos planos para avançar e nós desejamos muita sorte, e que vocês consigam fazer isso rapidamente.

Mas o que é essencial é que o Brasil está liderando para salvaguardar toda essa herança natural e o que é importante é que nós vemos grupos como o que encontramos neste lugar, e esse diálogo é muito importante para a África, para a Ásia, para a América do Sul, para a Europa, para todos nós. Estamos provocando esse diálogo. E o fato de misturar Senadores, Ministros, Embaixadores, Parlamentares, membros do sistema judiciário, acadêmicos e especialistas de organizações internacionais... Esse é o debate que nós precisamos ter em nível global e esse é o tipo de conversa que precisamos ter em todos os Senados do mundo e também em todos os Paramentos do mundo.

Portanto, amanhã, nós deveremos ter o primeiro congresso que foi realizado no Brasil para poder colocar juntos e para avançar na legislação e para obter soluções inovadoras que podem assegurar a sustentabilidade. Portanto, também o Instituto Global do Meio Ambiente vai ser lançado no Congresso. Essa é uma excelente conquista. Temos todas as instituições envolvidas, associações, a ABM, todas as participantes, também a Corte Suprema do Estado e outros parceiros-chave que dizem que conhecem e sabem que precisam ajudar, colaborar com todo o sistema para poder implementar e aplicar a legislação ambiental.

Portanto, colocar juntos os especialistas, os juízes, isso ajuda a construir a capacidade dessa legislação ambiental. Como o senhor sabe, nós precisamos da natureza, como foi dito, e a natureza não precisa de nós. Isso é o que nos está levando a mostrar esse caminho, e nos sentimos muito honrados por estar aqui. Agradecemos muito por esse privilégio.

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O nosso Embaixador, Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, precisar seguir para outro compromisso, mas eu queria, em nome de todos que organizaram esta sessão e do Senado Federal, agradecer a presença de V. Ex^a.

Aproveito para agradecer e fazer o registro do apoio, sem o qual não teríamos condição de realizar esse encontro, do PNUMA, da OEA, da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), do Ministério do Meio Ambien-

te, do Governo do Distrito Federal, do Governo de Goiás e da UCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), cuja diretora acabou de fazer uso da palavra. E, claro, queria também agradecer à Globe, que também dá um importante apoio para que tenhamos Parlamentares e a realização desta sessão.

O Ministro Mauro Vieira se retira neste momento.

Convido, agora, para falar sobre o tema Estado de Direito Ambiental, o Prof. Michael Bothe, Professor Emérito da Johann Wolfgang Goethe University, da Alemanha. Peço, então, que ele possa fazer sua exposição.

O SR. MICHAEL BOTHE (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Presidente desta sessão, Senadores, Ministros e pessoas que defendem o meio ambiente. É uma honra estar aqui para compartilhar alguns pensamentos em relação a esse tema tão fundamental para o mundo inteiro.

Como legislador de um país que tenta promover a causa de proteção do meio ambiente, eu combino algumas palavras de gratidão aos esforços que estão sendo feitos neste evento, que serão feitos nos próximos eventos, e também à hospitalidade brasileira.

Está havendo uma degeneração gigante do meio ambiente, e a lei de meio ambiente internacional irá diminuir e, talvez, retardar esse processo. Ela já disse que, no PNUD, estão tentando fazer isso e também nas outras associações internacionais. E, nos anos 60 e 70 do último século, houve realmente uma implementação dessas políticas para proteger o meio ambiente.

Isso significa que a lei de meio ambiente é muito importante. E isso acontece em muitos países em nível internacional.

Mas quais são os pré-requisitos para essa lei de meio ambiente? Isso tem que ultrapassar algumas dificuldades e vou falar de algumas delas. Essa lei tem que ter uma praticidade de aplicação. Então, tem que ter procedimentos apropriados para reforçar essa lei. Tem que ser de acordo com a Declaração de 1992 em relação aos objetivos de meio ambiente e sustentabilidade até 2015.

E, como a Europa já estipulou em tratado internacional, nós temos três pilares importantes: informação, participação do público e acesso à Justiça. Esses requisitos são formais e também não são tão formais assim, porque as leis de meio ambiente têm algumas demandas em relação ao meio ambiente e esses pré-requisitos são essenciais para a equidade e para que possa haver uma justiça do meio ambiente.

Esses requisitos também levam a outro problema que é essencialmente político, o problema de competição entre poderes. Por que a lei de meio ambiente não é respeitada? Alguns atores têm interesses egoístas em relação ao meio ambiente. Você pode ver isso em muitos casos e em muitas situações em que alguns objetivos são egoístas. A corrupção é apenas um exemplo em relação a esse antagonismo entre a economia e as metas de curto prazo que acontece em cada um dos países. Esse é um problema para o meio ambiente.

Então, como isso pode ser contornado para preservar o meio ambiente? Com certeza, com o tempo, precisamos...

A preparação do mundo em relação ao meio ambiente não pode ser feita sem a coabitação mundial, e, sim, tem que ser subjugada à lei internacional, e isso tem a ver também com...

Como essa lei pode existir? Existem alguns fatores: os atores têm que ser convencidos, têm que ser estabelecidos exemplos para mostrar a significância disso. Por exemplo, o Ministro do Brasil que tem que mostrar a importância para a sociedade civil. Então, a formação da sociedade civil é muito importante também, como o debate que está sendo feito no momento também é muito importante. Vocês me chamaram para ser parte disso, então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foram as palavras do Prof. Michael Bothe.

Eu queria pedir para que pudesse também fazer sua exposição o ex-Presidente da Comissão Mundial de Direito Ambiental do Paquistão, Parvez Hassan, para fazer uso da palavra.

O SR. PARVEZ HASSAN (*Tradução simultânea.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Ex^a, neste evento, por me fornecer um dos momentos mais memoráveis da minha vida.

Por duas décadas da minha vida eu tento muito fazer parte desse processo político do Paquistão.

Eu fiz parte dessa organização política no meu país e eu tento trazer honestidade e transparência. Contem com o nosso país internacionalmente. Eu já fui o Presidente da Comissão Mundial e as pessoas têm feito muitas greves para que se mude essa situação e eu fui candidato também para a Assembleia do Paquistão em relação ao meio ambiente. Tudo estava indo muito bem, mas, quando o partido não conseguiu ir à frente, não consegui ser eleito e isso é um grande sonho meu. Então, hoje vocês fizeram um dos meus sonhos virar realidade. Eu acho que acabei de fazer com que a minha presença aqui fosse algo que eu sempre quis, e vocês fizeram esse meu sonho se realizar.

Muito obrigado. A minha gratidão ao Brasil se estende além deste dia especial. Eu também fui ao Rio em 1992 e vi como aquele evento mudou o mundo. O que houve lá em relação aos problemas do meio ambiente

também ressoou no mundo inteiro. No Paquistão, nós recebemos muito do que aconteceu no Rio como algo que fazia parte do nosso comprometimento mundial.

Nós mudamos as nossas leis e as nossas instituições, tudo o que foi requisitado no Rio naquela época. Depois de dois anos, em 1994, a Suprema Corte do Paquistão, com a declaração do Rio de Janeiro... Eu tive o privilégio de fazer parte disso. Uma lei foi feita para mudar a vida do meu país e isso tem ressoado no Paquistão.

Eu também gostaria de fazer parte da História ao mudar a lei do meio ambiente lá também. Nós tentamos fazer isso em 1994. Nós abrimos todos os tribunais lá para tentar mudar essas leis. No Paquistão falaram que a lei de meio ambiente fazia parte da sociedade toda, era estendida para todo o público.

Eu gostaria de compartilhar uma história com vocês que aconteceu nos últimos meses. O país: Paquistão. Em relação à justiça do meio ambiente, cada história tem um herói. E o herói dessa história é um amigo nosso desta sala, todos nós gostamos dele e vamos falar com ele no Rio esta tarde. Essa história heroica mostra que, há um ano, nós tivemos uma petição que foi feita. Um cidadão paquistanês tinha o direito fundamental de que as prioridades do meio ambiente do Paquistão fossem implementadas de acordo com a consistência do que era feito no Paquistão e no mundo inteiro. O juiz que fez essa mudança, em 1992, tentava mudar a justiça em relação ao meio ambiente, e todas essas mudanças foram feitas para que essa jornada fosse realizada. Isso é algo que nós fazemos muito no Paquistão. E eu gostaria de falar sobre isso nesta reunião.

Ele fez uma comissão, pediu que eu fizesse parte e me deu um mandato. Ele pediu que eu garantisse que as políticas do meio ambiente que fossem feitas no Paquistão em 2010 fossem implementadas para efetuar as leis ambientais e de forma correta.

Então, o que ele fez foi que 60 participantes fizessem parte dessa mudança climática para planejar melhor nos governos de todos os territórios do Paquistão, que todos os chefes, universidades e a sociedade civil fizessem parte disso. Durante seis meses fizemos isso e descobrimos que, enquanto o país estava sob a impressão de que iria ser feita uma mudança ambiental, cada departamento, cada município lá fez um progresso muito grande em relação a essa implementação da lei lá, no Paquistão.

Acredito que isto será falado no próximo congresso no Rio, mas eu só gostaria de realmente mostrar esse progresso que foi feito no Paquistão desde o ano passado, o tanto de coisas positivas que foram adquiridas com essas mudanças com a implementação da lei ambiental no Paquistão. Eu também gostaria de compartilhar com vocês que essa tentativa de criar mecanismos em todos os municípios, em todos os governos de cada estado foi muito importante, e eu gostaria de falar que isso seria bom, talvez, que fosse feito nos outros países também, porque foi uma experiência muito boa que eu tive lá no Paquistão.

Muito obrigado por essa oportunidade, Sr. Presidente.

Eu sei que 1992 vai continuar ecoando no futuro para a sustentabilidade no Paquistão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu o cumprimento e queria também cumprimentar o Deputado Federal Zequinha Sarney. Vou agora anunciar o próximo orador, em seguida, será V. Ex^a.

Convido, então, para fazer uso da palavra, para fazer sua exposição, o Dr. Arnold Kreilhuber. Com a palavra V. S^a.

O SR. ARNOLD KREILHUBER (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador Viana. É uma honra fazer parte disso hoje e estar aqui hoje.

O Brasil é muito importante no mundo inteiro porque foi um dos gestores dessas mudanças e da Constituição, o que nós apreciamos bastante mundialmente e que também é um crescimento muito grande em relação ao meio ambiente. Os legisladores deveriam realmente ter muito orgulho disso, porque o desenvolvimento do meio ambiente cresceu bastante durante os anos, e isso é algo que eu acredito que é muito importante.

O Sr. Senador tem já mencionado é que não só temos ligado para a emissão de gases na atmosfera, mas também o desflorestamento e todos os problemas em relação ao meio ambiente. Os desafios que vocês têm enfrentado também têm a ver com a igualdade social, o combate à fome. Os seus princípios e a adoção desses direitos ambientais são muito importantes. Também recentemente, o acordo de Paris que foi firmado agora para a emissão de mercúrio mostra que temos que trabalhar mais como fazedores de leis e como comitê internacional para continuar indo para a frente, continuar progredindo.

Existem muitas pessoas que ainda morrem devido às consequências de um meio ambiente poluído, de uma água contaminada, e há problemas de desnutrição devido aos recursos naturais que não crescem em ambientes poluídos. Então, isso também necessita de energia extra para ser combatido. Estamos tentando realmente ter leis internacionais, tentando ter, nas constituições, a implementação de melhoria na vida das pessoas. Nós realmente deveríamos pensar em uma disciplina que fosse alcançada em todos os países. Para fazer isso, a lei internacional...

Em 2015, na convenção que tivemos, houve uma decisão para a sustentabilidade ambiental, e isso foi a primeira negociação intergovernamental feita. Nessa decisão, os governos viram a importância da lei do meio ambiente internacionalmente. Poder-se-ia melhorar ainda mais a promoção de uma lei internacional do meio ambiente. É claro que isso tem sido desenvolvido desde 1992 e, claro, o passado tem sido apenas um rascunho para o futuro. Mas a governança deste País e dos outros países tem realmente melhorado os nossos conceitos em relação ao nosso sucesso para as décadas futuras no que se refere ao meio ambiente. Claro, a lei ambiental e as comunidades têm, muitas vezes, deixado de ver o valor dessas leis ambientais na prática.

Então, o que deveríamos fazer para o futuro? Bom, deveríamos mostrar a importância dessas leis ambientais internacionais e saber quais são os métodos da implementação disso nas outras constituições municipais, na prática, para mostrarmos com clareza o que acontece quando fazemos essas mudanças e quais os benefícios disso no futuro.

Devemos reconhecer a importância disso para todos os países a fim de mostrar a compensação que existe depois de combater problemas no meio ambiente e a poluição em nível internacional. Por exemplo, nós não temos, ainda, uma terminologia internacional em relação ao meio ambiente. Assim, os cidadãos também não têm visto a compensação como algo que pode realmente fazer alguma coisa em prol do meio ambiente. Então, nessa área, muito deve ser feito para termos mais justiça em relação aos danos ambientais que têm que ser combatidos, para podermos eliminar essas barreiras, para termos mais acesso à justiça e mostrar como isso pode mudar o mundo inteiro.

Mais de 50 Estados têm implementado isso, como nos Estados Unidos, e ainda cada cidadão vê isso de uma forma diferente em cada país. Essas barreiras têm que ser removidas e os tribunais têm que mostrar a importância disso para o país.

Gostaria de destacar uma questão que também foi reconhecida recentemente no Acordo de Paris: a relação entre os direitos humanos e o meio ambiente. Nas últimas duas décadas, já há uma consciência sobre essa relação entre o meio ambiente e gozo dos direitos humanos. Nós precisamos capitalizar essa relação no futuro.

Por último, nós gostaríamos de ter essa responsabilidade sobre a integridade das instituições que tomam as decisões, porque, assim, nós poderemos utilizar essa comunidade de auditoria para envolvê-los na implementação da legislação e, também, para assegurar que eles possam avaliar o dano ambiental.

A Agenda 2030, com relação ao Acordo de Paris, nos dá uma noção de como foi baseada a legislação e também que foi baseada em direitos. Nós precisamos desenvolver e promover os programas que possam melhorar, para que a legislação funcione. É por isso que nós estamos aqui presentes.

E, ainda, o Congresso que nós vamos inaugurar amanhã, no Rio de Janeiro, tratará dos resultados ambientais e também daqueles que estão em situação de vulnerabilidade por desastres extremos, isso é importante para todos a fim de operacionalizarmos o constitucionalismo e a legislação. Então, o Estado legisla sobre práticas ambientais em todos os lugares e para todos. Esse é o ambiente de legislação que pode fazer a diferença, e é por isso que é muito importante para nós.

Agradeço muito esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

Queria, neste momento, já mudando o enfoque, passar a palavra para debatermos o tema: “Legisladores e ambiente: desafios e perspectivas”.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra – e, se assim o desejar, poderá fazer uso da palavra – o ex-ministro do Meio Ambiente do Brasil, Deputado Sarney Filho. Em seguida, vamos ouvir a Diretora Executiva da Globe.

Deputado Sarney Filho, ex-ministro do Meio Ambiente, V. Exª tem a palavra.

O SR. SARNEY FILHO – Obrigado, Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado, ex-Governador do Estado do Acre e um parceiro da causa ambiental, tanto aqui no Congresso quanto no Executivo.

A mim foi pedido que falasse hoje sobre legisladores e ambientes, desafios e perspectivas. Começo dizendo que participei na semana passada, a convite do Ministro do Supremo Tribunal Luiz Fux, de uma audiência pública sobre o Novo Código Florestal. O objetivo da audiência foi reunir subsídios para que o Ministro formasse seu juízo sobre as ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República e pelo Partido Socialismo e Liberdade. Trata-se de um assunto emblemático, no que tange ao tema que aqui debatemos, devido à amplitude do alcance de suas determinações.

Fui um crítico contumaz dos argumentos que moveram o processo de revisão da Lei 4.771, de 1965, o antigo Código Florestal, os quais se basearam, segundo meu entendimento, em um modelo de desenvolvimento arcaico, centrado nas mesmas diretrizes que orientaram a ocupação da Mata Atlântica no período colonial e no século XIX. Naquela época, não se tinha noção clara dos efeitos do desmatamento sobre a biodiversidade, os solos, as nascentes e os rios, mas hoje, como sabemos, não é mais assim. A ciência já demonstrou a impor-

tância da vegetação nativa para a manutenção dos serviços ecossistêmicos. A vegetação nativa, especialmente aquela situada nas Áreas de Preservação Permanente, é fundamental para a segurança das populações e a ocupação irregular de encostas íngremes das áreas de inundação do rio são o principal fator pelas inúmeras mortes observadas todos os anos, na época das chuvas, em decorrência dos desastres.

O descumprimento da legislação florestal gera consequências que vão além da propriedade privada e atinge toda a sociedade brasileira. Recuperar os ecossistemas degradados tem custos muito mais altos do que a manutenção da vegetação nativa, além de não propiciar a restauração plena dos serviços ecossistêmicos. Descumprir a legislação traz lucros de curto prazo para quem desmata, mas causa prejuízos de longo prazo, senão permanentes, para toda a sociedade, o que me parece ainda pior para as futuras gerações. Diversos dispositivos possibilitam a redução da vegetação nativa protegida. Por exemplo, na nova lei, as Áreas de Preservação Permanente de cursos d'água são delimitadas a partir da calha por onde correm regularmente as águas e não a partir do leito maior, como ocorria antes.

No lugar de valorizar a biodiversidade como patrimônio da Nação, como determina a Constituição Federal, a nova lei não apenas consolidou desmatamentos ilegais como diminuiu a proteção da vegetação nativa em terras privadas.

A revisão do Código Florestal não foi motivada por um melhor ordenamento do Território nacional que propiciasse a implantação de uma agricultura pautada em critérios de sustentabilidade ecológica.

Tenho dito, reiteradas vezes, que não se trata de demonizar os agricultores. Muito pelo contrário. Respeitamos o setor agropecuário e reconhecemos sua enorme importância para a economia nacional. Entretanto, não podemos ficar reféns de argumentos econômicos e ignorar os impactos de ordem ecológica e social decorrentes do modelo agropecuário adotado por parte dos produtores.

Os cientistas brasileiros já demonstraram que é possível elevar a produção agropecuária com o aumento da produtividade e a incorporação de pastagens degradadas e de novas tecnologias para diminuir a ocupação do solo.

Hoje, uma cabeça de gado consome 1,1 hectare de terra. Se nós pudéssemos, como ocorre em outros países, colocar três ou quatro cabeças de gado por hectare, já sobraria terra suficiente para fazermos a agricultura necessária.

É absolutamente inconcebível o argumento de que a produção de alimentos ainda depende da expansão da fronteira agrícola. A economia não pode continuar sujeita a esse modelo de produção no país que é o mais biodiverso do mundo.

Houve um tempo em que as civilizações floresceram se utilizando fortemente dos nossos recursos naturais. A foz e as beiras dos rios eram o principal local de desenvolvimento da agricultura, e, portanto, todas as grandes civilizações passaram por esse modelo. Hoje, com mais de sete bilhões de habitantes, a Terra já não consegue mais repor o que dela se retira no atual processo civilizatório.

É importante recuperar áreas degradadas, contribuir para a conservação, a biodiversidade, melhorar as condições hídricas das bacias hidrográficas, diminuir o risco de desastre, reduzir a contribuição brasileira das emissões de gases do efeito estufa e movimentar a economia com sustentabilidade.

Na COP21, o País se comprometeu com metas que visam exatamente a esses objetivos, compromisso reiterado na semana passada pela Presidente da República, ao assinar oficialmente o Acordo de Paris na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Há pouco tempo, senhoras e senhores, nós tivemos uma crise hídrica na Região Sudeste. Essa crise ameaçou as grandes metrópoles do Brasil, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e, seguramente, se deu por causa do aquecimento global. Mas ficou constatado que as bacias hidrográficas que geram e que fornecem águas a essas cidades são as mais desmatadas, as que têm menos cobertura vegetal. O que eu digo é que, mesmo com o aquecimento global, se nós tivéssemos essas bacias protegidas, ocorreria a crise, mas em muito menor proporção do que a que ocorreu.

O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos. Em nível global, é um sistema complexo que tem a ver com muitas condições essenciais para a vida humana, como nos ensina o Papa Francisco em sua bela carta *Laudato Si*.

O País apresenta plenas condições para o desenvolvimento sustentável, sendo possível uma drástica redução de suas emissões. A realidade, porém, é complexa, como afirma o Pontífice, e, para conquistar um perfil de baixo carbono, devemos lidar com questões tanto técnicas quanto políticas. Assim, é primordial e urgente a conciliação do setor ruralista com os interesses do conjunto da sociedade. É preciso que se perceba com clareza que, sem água, não há produção, assim como não há produção em terras inférteis.

(Soa a campanha.)

O SR. SARNEY FILHO – E, aqui, é importante, Presidente Jorge Viana, que façamos um registro sobre o que a ciência, agora, nos aponta, da importância do Bioma Amazônico para a produção de chuvas em todo o resto do continente sul-americano. Hoje, já se sabe que a floresta não só mantém como acrescenta umidade e, quando essa umidade bate nos Andes, ela se espalha por todo o resto do continente e contribui enormemente para o regime de chuvas no Brasil e nos Estados brasileiros, como os Estados da Região Sul e da Região Centro-Oeste, que são produtores de soja, de grãos, Estados essencialmente agrícolas. Para que a chuva possa chegar lá, é fundamental a existência da Floresta Amazônica.

A Floresta Amazônica funciona como uma bomba d'água, jogando água para o resto do continente. E nós hoje estamos vendo que a Amazônia pode, sim, infelizmente, perder essa possibilidade de continuar sendo essa bomba d'água para o resto do País, porque, cada vez mais, vê-se que, de uma forma ou de outra, a devastação da Floresta Amazônica está se dando, agora, não só mais no arco do desmatamento, mas também na parte central e na parte que vem do norte para o sul.

Então, é fundamental que tenhamos noção da importância da Amazônia não só para o ecossistema global, não só funcionando como um ar condicionado do clima, um dos ares-condicionados do mundo, mas também fornecendo e gerando água, chuvas para a produção agrícola. É importante que os produtores tenham noção de que conservar a Amazônia hoje, cientificamente, está provado que não vai ser só conservar variedades de vida e possibilidades de cura através de remédios da bioprospecção, mas também dos serviços ambientais fundamentais para a existência da segurança alimentar no nosso País e no mundo.

(Soa a campanha.)

O SR. SARNEY FILHO – Assim, é primordial e urgente a conciliação dos ruralistas com o interesse do conjunto da sociedade. O instrumento talhado para regular essa ocupação, o Cadastro Ambiental Rural, um dos poucos aportes positivos do Novo Código Florestal, precisa ser efetivamente implementado.

O que é o Cadastro Ambiental Rural?

Vou ser bem breve, Ministro Herman Benjamin, porque já estamos com o nosso tempo bem adiantado.

O Cadastro Ambiental Rural é o georreferenciamento de todas as propriedades do Brasil. Esse cadastro também vai apontar aquelas propriedades que não cumpriram a legislação e, dentro de um programa dos Estados, vão se comprometer a recuperar as áreas que estão degradadas. Esse cadastro, que está sendo implementado, é um cadastro ambicioso. É o georreferenciamento, como já disse, de todas as propriedades. Isso vai baratear enormemente a fiscalização e vai dar instrumentos de gestão para que os governantes possam apontar quais os caminhos melhores para que não percam os serviços ecossistêmicos tão importantes no mundo de hoje. Infelizmente, já se fala na prorrogação do prazo para esse cadastramento.

Falei do Código Florestal – já estou me encaminhando para o final – devido ao seu alcance e importância, e penso que esta exposição dá uma boa perspectiva da dimensão de nossos desafios. Precisamos melhorar muito, tanto em termos de legislação quanto de gestão, em todos os aspectos que cercam a questão ambiental.

Tenho, pessoalmente, aqui no Congresso vários projetos que buscam lidar com esses desafios. Um deles, que visa corrigir distorções no Novo Código Florestal, diz respeito à efetiva proteção das nascentes intermitentes e ao aumento da proteção das Áreas de Preservação Permanente, vitais para a saúde hídrica do nosso País. Como diz o Ministro Herman Benjamin, as nascentes são o útero da água. Se você mata as nascentes, você mata a produção de água.

Proposições de minha autoria também tratam da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), conservação e uso sustentável do Cerrado, conservação e uso sustentável do bioma marinho brasileiro, educação ambiental e tantos outros.

Apoio, ainda, projetos igualmente significativos dos meus companheiros de luta da Frente Parlamentar Ambientalista, que coordeno.

Dois projetos merecem destaque e estão entre minhas prioridades para este ano legislativo.

Um deles propõe a incorporação do INDC à Política Nacional sobre Mudança do Clima. O Senador Jorge Viana é autor de um projeto semelhante a esse. É, mais do que nunca, importante que consolidemos aquilo que foi acordado em Paris através de uma legislação nacional.

O outro que abracei com grande entusiasmo determina o desmatamento zero. De iniciativa popular, essa proposta, apresentada à Comissão de Legislação Participativa com mais de 1,4 milhão de assinaturas, é de suma importância. Nós não podemos protelar mais ainda a questão do desmatamento. Temos que buscar o desmatamento zero imediatamente e não daqui a 10, 15, 20 anos.

A iniciativa popular pelo fim do desmatamento alimenta a esperança.

Somente com a mobilização da sociedade conseguiremos as mudanças legislativas necessárias e uma gestão efetiva e comprometida com o desenvolvimento sustentável no País.

Só assim conseguiremos fazer do Brasil a terra e também as águas e o ar, as matas e os bichos que o nosso povo merece e que o mundo espera.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria então concluir esta etapa de Legisladores e Ambiente: Desafios e Perspectivas, convidando para encerrar este tópico da nossa sessão a Sr^a Malini Mehra, amiga que tenho a satisfação de receber no Brasil, já nos recebeu tão bem em outros eventos. Ela é Diretora-Executiva da Globe International.

Com a palavra V. S^a.

A SR^a MALINI MEHRA *(Tradução simultânea.)* – Muito obrigada, Sr. Presidente da sessão, excelências, senhoras e senhores, bom dia a todos. É minha honra estar falando aqui com vocês hoje sobre as instituições do meio ambiente. Eu estou aqui representando a Globe International. Globe é uma rede mundial que é devotada à mudança climática e ao meio ambiente de forma sustentável nacional e internacional. Nós temos Senadores e legisladores distintos no Brasil que têm lutado por isso nos últimos 25 anos. A mudança climática tem sido muito importante nos últimos anos, por isso que nós temos que incluir nas nossas legislações, nos estudos de cada um dos países e nas constituições para a cada cinco anos fazemos debates em relação a isso.

Desde 1997, nós tínhamos mais ou menos 54 leis em relação ao meio ambiente e à energia. Tínhamos mais de 800 leis no mundo inteiro desde então. Isso quer dizer que os políticos de todos os países têm ficado cada vez mais preocupados com isso. Nós temos agora uma arquitetura de mudança climática mundial e uma esperança para melhoria disso no futuro. Desde 2015, vi que isso é muito importante e que houve muitas mudanças desde então, na redução de risco climático, sobre o que foi feito o debate no ano passado, em Nova York. E, claro, o acordo sobre o clima de Paris, que também tem trazido algumas questões e alguns legisladores, o Judiciário também tem falado disso. Mas há uma nova perspectiva desse marco legal em relação ao meio ambiente que foi realmente mudada nos últimos anos. Em segundo lugar, esses acordos também mostram uma nova complexidade para os países e novas formas de trabalhar em relação à competência técnica no Parlamento, fugindo de um comitê que tenha uma agenda mais interligada.

De uma forma mais importante elas também representam a ambição do meio ambiente, de forma mundial, em relação à mudança climática. Também novos esforços foram feitos para a mudança climática para 38º Celsius. Essas contribuições que foram feitas e outros objetivos que foram determinados em relação ao Acordo de Paris começaram a tomar maior forma desde 2015, com uma nova forma de pensar dos legisladores no mundo inteiro para mudar o clima no mundo.

Então, é importante pensar nessa revisão que foi feita em Beijing nos últimos anos. Esse é o nosso foco do Acordo de Paris. Nós estávamos muito felizes em ter os Senadores do Brasil e outros legisladores do mundo inteiro.

Houve alguns desafios que nós tivemos de enfrentar em relação a esses tópicos, principalmente usando a tecnologia e maior transparência com a sociedade civil e outras partes numa agenda que pode ser publicamente aceita. E aqui é importante ver que os Parlamentos se tornaram os primeiros que publicaram uma declaração dos Objetivos de Desenvolvimento e também a implementação desses objetivos para os próximos, os futuros 15 anos, embora as mudanças do Governo devessem revisar...

(Interrupção do som.)

Temos um debate público. O atendimento dessas agendas é necessário, com certeza, nas diferentes partes do Governo. E eu recomendo esse debate exatamente como é necessário.

Senador, muito obrigado pela sua liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria de agradecer a Malini Mehra, Diretora-Executiva da Globe, que traz uma contribuição muito importante para esta sessão.

Logo nós vamos ter a presença também da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que já está em deslocamento para esta sessão.

Antes de passar para o outro tópico, Justiça e Ambiente, eu gostaria de passar a palavra, para que possa fazer uso da tribuna, ao Senador Donizeti, para que faça também uma manifestação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, Ministro Herman Benjamin, nossos convidados e participantes deste importante evento, eu queria tecer alguns comentários.

Eu sou mais otimista em relação ao Código Florestal Brasileiro porque ele pega uma situação que de fato existia e transforma em uma situação de direito para que possa ser aplicado.

Quando tomei posse aqui no Senado, há um ano e quatro meses, eu disse, no meu discurso de posse, que o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo precisavam sair da condição de normatizar, disciplinar, fiscalizar

e punir os crimes de meio ambiente, precisavam ter uma ação proativa e uma ação de fomentar a recuperação daquilo que havia perdido. E o Código Florestal, que venho estudando desde que tomei posse aqui, penso que aponta para isso aqui no Brasil, porque ele disciplinou, e o Governo Federal vem aplicando os instrumentos previstos no Código Florestal para dar conta da tarefa definida por esse marco legal.

Uma das tarefas é o CAR. O CAR é uma tarefa extraordinária. Nós vamos, do meu ponto de vista, ter que prorrogar por mais um ano a execução do cadastramento, porque considero que ele já é bem sucedido, embora já esteja vencendo o prazo agora em 5 de maio, porque já cadastramos mais de 70% das propriedades no Brasil. Isso significa que, em mais um ano, podemos chegar muito próximo dos 100%, ou até aos 100% do cadastramento.

Mas há alguns atores envolvidos que, do meu ponto de vista, Ministro Hermes Benjamin, estão faltando. Boa parte dos Estados ainda não atualizaram a lei florestal estadual. Isso não é por acaso. Isso é porque há coisas que estão acontecendo nos Estados que os governantes não querem enfrentar e que o Parlamento não quer discutir. É preciso que nos mobilizemos a partir do Governo Federal, a partir das instituições, das organizações não governamentais e pressionemos os Parlamentos estaduais e os governos estaduais para atualizar essa lei estadual, porque senão nós vamos concretizar o CAR, essa ferramenta extraordinária que o Brasil está construindo, que tem um sistema que vai nos permitir olhar dia a dia, propriedade por propriedade, o que está acontecendo, vai facilitar o licenciamento de maneira extraordinária, vai permitir fazer troca de reservas na propriedade para aquilo que tem por construção de uma outra floresta, para poder utilizar aquela que existe de forma muito bem fiscalizada e muito perceptível... Então, penso que, se não atualizarmos as leis estaduais, nós não vamos poder fazer o PRA, que é o Projeto de Regularização Ambiental estadual, não vamos poder fazer...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... essa parte que vai permitir aos proprietários terem acesso ao programa do Governo, o Planaveg, que pode ajudar na recuperação daquele passivo ambiental que os produtores têm.

De fato, do meu ponto de vista, o Código Florestal é uma ferramenta extraordinária que vem colocar de direito aquilo que existia de fato e nós não tínhamos como executar, não tínhamos como cumprir a legislação anterior. Agora eu penso que nós temos, até porque o desenvolvimento tecnológico que se pode lançar mão hoje, de forma a fiscalizar isso de uma sala em qualquer ponto do País, vai permitir, muito melhor, a regularização disso.

Por fim, Senador Jorge Viana, precisamos colocar

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por quê? Só esse INDC apresentado em Paris, no que ouvimos e pudemos discutir lá, não é suficiente para que possamos alcançar a meta estabelecida. Precisamos, como eu digo, colocar o dedo na ferida, e, para isso, temos que fazer duas coisas no meu ponto de vista: reconceituar o consumo. Estamos dispostos, em um país tropical como o nosso, usar menos roupas para trabalhar, para economizar água, detergente etc.? Estamos dispostos a consumir de forma diferente para economizar e ajudar o meio ambiente? Se não reconceituarmos o consumo, se não mudarmos nossa forma de consumir, não vamos dar conta da tarefa de preservação do Planeta.

Por fim, também precisamos reconceituar o sistema de drenagem...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...das grandes cidades.

A impermeabilização das grandes cidades é um problema seriíssimo: falta água na cidade, mas, quando vem chuva, inunda a cidade. Por quê? Porque está tudo impermeabilizado, a água não infiltra para o lençol freático, vai faltar água nos reservatórios, mas vai inundar as cidades no tempo das chuvas. Então, é preciso ter coragem, tanto o Legislativo quanto o Executivo e o Judiciário, para enfrentar esse desafio no mundo para podermos dar conta da tarefa.

Termino, Presidente Jorge Viana, mais trinta segundos, dizendo que o Brasil, aplicando nossa legislação, terá consolidado 2.994.343 km² de unidades de conservação e terras indígenas. Reserva legal: 2.685.542 km². Áreas de preservação permanente: 1.442.544 km². Isso dá um total de 6.059.526 km², que representam 71% do nosso território. Ou seja: podemos contribuir com isso para o mundo, mas nós temos déficit para financiar a consolidação das nossas áreas. Assim, penso que precisamos encontrar uma maneira de financiar isso tanto instituindo pagamento por serviços....

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...um marco legal que possa garantir o pagamento por serviços ambientais no nosso País. Também precisamos ter, no mundo, uma contribuição para isso, por parte dos países desenvolvidos, que não terão como ter 70% dos seus territórios de floresta, como podemos ter, em Cerrado ou Caatinga. Penso que a nossa legislação dá conta de cumprir uma tarefa muito importante para o Brasil e para o Planeta, porque, nós, com 30% do nosso território, vamos abastecer o Brasil e ajudar a abastecer o mundo, com tranquilidade, com tecnologias desenvolvidas. Esses dados são da Embrapa, que nos apresentou. Sou otimista com a aplicação do Código Florestal, não sou pessimista.

Penso que ele é um instrumento fundamental para o Brasil cumprir as suas tarefas para evitar a emissão dos gases de efeito estufa.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço a V. Exª e o convido, Senador Donizete, a permanecer aqui à Mesa junto conosco.

Eu queria, agora, iniciar a outra parte da nossa sessão, com o tema: “Justiça e Meio Ambiente: a importância da criação do Instituto Judicial Global do Meio Ambiente”.

Convido, então, para fazer uso da palavra, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Antônio Herman Benjamin.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, eu agradeço muito o convite para estar hoje aqui. Agradeço a presença do Senador Donizete, que vem do Estado de Tocantins. E, para aqueles convidados que não conhecem bem os Estados brasileiros, Tocantins tem algumas das mais extraordinárias belezas naturais do Brasil. Eu mesmo – e posso fazer essa confissão de público – passei as minhas férias de janeiro em dois parques nacionais de Tocantins – o Parque do Cantão e o Parque do Jalapão – e posso dizer que estou pronto para voltar a qualquer momento, Senador, agradecendo muitíssimo a acolhida que o Estado me deu.

O meu tema é “Justiça e Ambiente”. Eu vou me limitar a falar menos de cinco minutos, porque estou muito mais interessado em ouvir os nossos colegas de outros países. Assim, vou me limitar a dizer uma palavra sobre o Instituto Judicial Global do Ambiente (*The Global Judicial Institute for the Environment*), que será lançado no Rio de Janeiro, como aqui o disse a Diretora-Geral da UCN, Inger Andersen, nesta semana, e que representa o coroamento de um esforço de capacitação de juízes e de trabalho com juízes de todo o mundo por várias décadas, especialmente desde o Congresso Mundial da UCN em Jeju, na Coreia do Sul, aí sim, como uma proposta específica, já não mais de capacitação de juízes apenas, mas de criação de um novo organismo, um instituto com esse nome, ou seja, o Instituto Judicial Global do Meio Ambiente.

Os meus colegas de painel, a começar pelo Professor Nicholas Robinson, e todos os outros juízes que vão falar, como o Juiz Samson Okong'o, Presidente do Tribunal Ambiental do Quênia, o Juiz Emmanuel Ugira-shebuja, Presidente do Tribunal da África do Leste, o Desembargador Michael Wilson, do Tribunal de Justiça do Havaí, e minha colega Irum Ahsan, do Bando de Desenvolvimento da Ásia, eles terão oportunidade de melhor analisar e aprofundar esse tema.

Portanto, Senadores, é apenas uma notícia curtíssima que eu trago a este Parlamento. Já tivemos oportunidades, aqui mesmo no Senado, há dois anos, naquele momento ainda, de tratar do conceito idealizado desse instituto, mas neste momento, agora, a oportunidade é de anunciar que finalmente o filho ou filha está para nascer.

Aproveito também este momento para agradecer ao Parlamento brasileiro o apoio que vem dando a todas as instituições que são parceiras dessa iniciativa – IUCN, Unep, PNUMA, Globe, também a Organização dos Estados Americanos e o próprio Asian Development Bank, que tem um programa extraordinário de capacitação dos juízes.

Agradeço finalmente aos participantes, a todos os meus colegas que se propuseram a cruzar oceanos para estar em Brasília e no Rio de Janeiro com o intuito de lançar este Instituto Judicial Global do Ambiente. Então, agradeço muitíssimo ao Senado mais uma vez e a V. Exª, Sr. Presidente Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin.

Eu pediria agora que se manifestasse o Prof. Nicholas A. Robinson, da Pace University.

O SR. NICHOLAS A. ROBINSON (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador, Excelências e colegas. É ótimo estar aqui no Senado. É uma honra porque eu tenho um respeito muito grande pelos Líderes do Congresso e pelos Senadores do Brasil em relação ao meio ambiente.

A Universidade de Nova York recebe estudantes do Brasil todos os anos para estudar o meio ambiente. Nós temos feito isso há décadas. Então, nós realmente consideramos bastante as pessoas aqui do Brasil. É uma honra.

Nós realmente agradecemos ao Sr. Figueiredo pela sua liderança. É simbólico o que tem acontecido nos últimos anos no Brasil, nós entendermos melhor como proteger o meio ambiente. Temos um simpósio no Banco de Desenvolvimento Asiático. Nós tivemos um simpósio também em todas as regiões do mundo para realmente fazer essa instituição jurídica. Nós temos mais de 800 tribunais em mais de 50 países e o número está crescendo cada dia. O Brasil, claro, tem a liderança nisso já há algum tempo. Os simpósios, no mundo inteiro, têm confirmado que as cortes de todo o mundo têm um foro de cooperação para melhorar a capacidade deles, para saber como usar as melhores fórmulas e para ter um sucesso maior em relação à legislação ambiental.

Em relação a essas cortes, talvez nós não consigamos chegar a esse objetivo final no momento. Sr. Sarney e S. Ex^a Sr. Jorge Viana, essa é a razão pela qual nós precisamos de uma instituição jurídica. Nós temos umas discussões com alguns juízes e mais... Tivemos algumas reuniões em São Paulo, Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Porto Velho, Goiânia... Alguns de nossos amigos têm se preparado para isso, para propor aos institutos internacionais e a alguns institutos ambientais, e nós esperamos que nossos colegas do mundo inteiro melhorem suas leis ambientais que a Europa tem articulado e, mais importante, que os 177 países que têm em suas constituições o direito ao meio ambiente, que nós possamos compartilhar essas experiências para poder melhorar as operações em todos os aspectos da sociedade.

É muito honroso para mim falar disso, dessas consultas que eu fiz no mundo inteiro. Nós estamos num momento de realmente ter uma nova criação de uma lei internacional. Eu estou muito otimista em relação a essa nova instituição que vai ser criada.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Samson Odhiambo Okong’o.

O SR. SAMSON ODHIAMBO OKONG’O – Vice-Presidente do Senado, Srs. Senadores presentes...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pediria atenção de V. Ex^a, um pouquinho... Já convido a Ministra Isabella Teixeira que está nos dando a honra de sua presença, que ela possa vir à Mesa e compor... Estou anunciando a chegada da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, amiga querida e competente e uma das responsáveis pelo fato de o Brasil ter assumido o protagonismo que assumiu nesse tema ambiental na Rio+20, no Acordo de Paris e, mais recentemente, na ratificação em Nova York, em Londres.

É um prazer tê-la aqui, Ministra.

Ela, em breve, certamente, vai dirigir a palavra a todos nós.

Retorno a palavra ao Sr. Okong’o.

O SR. SAMSON ODHIAMBO OKONG’O – Sr. Vice-Presidente do Senado, Senadores e Ministros presentes, senhoras e senhores, é um grande prazer e um privilégio estar aqui presente.

Eu sou da República do Quênia e não do Congo.

Eu gostaria de agradecer ao Senado pela oportunidade de estar nesta sessão. Muito obrigado pela formação dessa instituição global jurídica em relação ao meio ambiente. Todos os palestrantes que vieram antes de mim falaram sobre essa organização. O objetivo deste debate era encontrar formas de encontrar a justiça ambiental.

Eu não posso falar muitas coisas, mas realmente compartilhar minha experiência em relação ao que vocês precisam, em relação ao Instituto Judicial Global do Meio Ambiente. Eu acho que nós somos um ou dois países especialistas nesse instituto judicial. A nossa corte, o nosso tribunal foi estabelecido em 2010, e eu sou seu chefe. Então, basicamente temos somente seis anos.

Foi uma demanda dos quenianos, porque eles precisavam de especialistas, de uma instituição formal para determinar as disputas ambientais, e a Constituição criou esse tribunal. Então, eu gostaria de dizer que não estávamos preparados para esse tribunal, pois não tínhamos estrutura ou pessoas experientes para lidar com isso. Mas, em todo caso, eu posso dizer que a lei ambiental não foi estudada nas nossas universidades até meados de 1990.

Por isso, posso dizer que o Instituto Judicial Global do Meio Ambiente vai nos ajudar bastante, porque daí podemos tirar nossas leis, o que vai facilitar bastante esse compartilhamento de informações em relação à capacidade técnica das pessoas. Também vai ser uma plataforma mentora para as pessoas enfrentarem os desafios que virão disso.

Então, eu realmente estou a favor de que seja feito o Instituto Judicial Global do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – (*Falha na gravação.*) ...Emmanuel Ugirashebuja, Presidente do Tribunal da África do Leste.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EMMANUEL UGIRASHEBUJA (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador Viana, por me dar esta oportunidade de falar sobre esse assunto aqui no Senado. Gostaria realmente de agradecer por todo esse apoio ao meio ambiente e pela oportunidade de, pessoalmente... O Senador Viana foi uma das poucas pessoas que falou meu nome de forma mais correta. Muito obrigado por isso.

Eu gostaria de trazer à tona uma visão geral do lugar de onde venho, para que vocês saibam o que acontece lá. Nas últimas cinco décadas têm demorado a acontecer essas leis no meu país. Em nossas cidades e em algumas das cidades que têm estabelecido essas leis... (*Falha na gravação.*)

Nós também temos alguns megaprojetos que estão sendo desenvolvidos neste momento e, como resultado, a sociedade civil tem alguns desafios a serem enfrentados, assim como seus governantes.

Realmente abriu nossos olhos ouvir falar desse Instituto Global. Eu acho que realmente será muito importante que ele seja instaurado amanhã. Isso vai deixar nossas vidas muito mais fáceis. Então, realmente estou ansioso para ver esse instituto formado. Acho que a conservação do ambiente não pode ser deixada de lado. Sei que meus amigos já falaram que esse instituto realmente terá um papel fundamental na jurisprudência de todos os países em relação ao meio ambiente. A ideia é realmente ajudar o Senado a dar apoio à formação desse instituto.

Eu acredito que já passou o tempo de os juízes verem isso de uma forma diferente. Esse instituto realmente terá um papel fundamental para adaptar-se a essa nova proteção do meio ambiente.

Eu não gostaria de falar muito, porque os nossos amigos já falaram bastante e já mostraram como isso vai ser importante. Mas gostaria de realmente reforçar o meu agradecimento ao Senado por essas conquistas.

Muito obrigado por isso realmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou, temporariamente, por não mais que cinco ou dez minutos, passar a Presidência ao Senador Donizeti, e estarei aqui na hora em que a Ministra fizer uso da palavra.

Agora, eu convocaria o Desembargador Michael Wilson, do Tribunal de Justiça do Havaí, para poder fazer sua intervenção.

Agradeço a presença de V. Ex^a aqui.

O SR. MICHAEL WILSON (*Tradução simultânea.*) – Senador Viana, Senador Donizeti e também Embaixador Marcondes, com quem também tive o prazer de estar, e meus caros colegas, foi um prazer ouvi-los nesta manhã.

Eu venho do Havaí e posso dizer que gostaria de me desculpar pelo entusiasmo que vou expressar neste momento. O meu extraordinário colega Parvez Hassan falou sobre os momentos importantes da sua vida, e eu gostaria de oferecer a perspectiva de uma pessoa que vem do Havaí. Este é um dos momentos mais importantes dos quais eu já fui parte e eu virei também aos Jogos Olímpicos, é o lugar em que eu gostaria de estar presente.

Eu gostaria também de dar uma saudação do nosso Estado tão pequeno, que é o Havaí. Eu gostaria também de falar sobre a história do Havaí com o Brasil, que eu acredito que seja muito importante para o meu Estado. É um país que tem em torno de 200 milhões de habitantes e vocês propiciaram a liderança para todos os Estados, isso pode mostrar o valor do Instituto Judicial Global do Meio Ambiente.

Nós nos consideramos uma capital em perigo de extinção das espécies. Nós também consideramos que somos a partir do território muito mais distantes, porque nós estamos trabalhando sempre com as agências nesses momentos. Também temos o oceano mais limpo, mas nós também temos muitos desafios que são comuns para todos, as mudanças climáticas. Nossa comunidade também mudará no futuro – os nossos lençóis freáticos, nossa água, porque também estamos passando pelas mudanças climáticas e também temos desafios que lidam com a legislação. Isso me leva ao Brasil, porque tem sido um líder também no mundo da ciência.

O Brasil também tem carregado o mundo, inclusive nos oferecendo o conceito da biodiversidade. E também nos dá a liderança – como o diretor-geral falou muito também sobre a liderança na mudança climática – para o futuro que temos, que é tão extraordinário como a ciência. Então, nós estamos indo para outras áreas em nível global, onde a ciência não é adequada e não funcionará.

Assim como o meu caro colega, Sr. Kreilhuber, disse, nós agora precisamos da legislação. Isso nos leva à segunda liderança, que é do Brasil, sobretudo para o Havaí, porque nós temos uma corte ambiental. Talvez nós provavelmente sejamos o único Estado que tem uma corte ambiental. E nós temos também todas as questões relacionadas: criminais, com relação à água, a ar, porque nós não temos o tipo de legisladores responsáveis.

Nós não tínhamos a liderança, que poderia ser representada por um vice-presidente, como o que foi governador de um Estado do Amazonas, ou um embaixador como o Marcondes, que também reservou um tempo,

foi muito gentil e nos encontrou com a minha delegação no pequeno Estado do Havaí. Mas a liderança está representada com uma jurisprudência internacional ambiental, como a que já tivemos nesse novo ambiente, e também nos trouxe esse conceito de ter a legislação. E isso deve ser abraçado pela comunidade.

Então, em nível institucional, temos a legislação que fala com o braço judiciário e também com o juiz. Assim, temos uma combinação entre a ciência e a legislação que nos leva ao ponto, que não está baseado apenas na ciência, onde temos esses processos deliberativos como homens e mulheres que estão treinados a estarem atentos, inclusive, até às desvantagens para poder lidar com os temas – temas em que o Brasil foi tão poderoso. Nós temos que ter essa produção de agricultura, mas, ao mesmo tempo, precisamos pensar na saúde ambiental do Planeta. Portanto, no Havaí nós temos a participação direta do Brasil. Por quê? Porque o Ministro Benjamin foi para o Havaí, fizemos esse treinamento e isso deu a inspiração para toda a nossa comunidade.

Embora nós tenhamos esses desafios, a especialização da legislação que nós temos, também podemos ter essa esperança e nos beneficiar dessa Corte Ambiental que já está funcionando há mais ou menos um ano. Todos os nossos juízes pensam no Brasil, com certeza, pela liderança do Ministro Benjamin, porque ele já propiciou e proporcionou muitos exemplos. Assim, nós estamos instituindo esse instituto judicial global do ambiente. E, claro, tem como seu próprio coração ser o Brasil. Então, a ideia de estarmos aqui presentes...

Nós temos gratidão por poder ter essa instituição poderosa, porque, quando falamos de ambiente, isso representa um exemplo do que pode acontecer.

O que pode acontecer com esses institutos?

Nós desejamos muito a sua liderança e agradecemos muito por fazer essa diferença. Vocês oferecem essa liderança sofisticada para a comunidade global, mas nós podemos oferecer essa esperança porque temos uma Corte ambiental. Mas nós aprendemos que podemos continuar sendo esse tesouro para vocês e para todos, e também participando nessa liderança e nesse instituto judicial global do ambiente.

Então, agradeço muito. E vou dizer *aloha* de novo, que para nós representa a vida. E, no Brasil, podemos dizer que representa muito a vida e todas as pessoas que eu conheci nesses dias.

(Durante o discurso do Sr. Michael Wilson, O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós temos a satisfação de convidar agora a Srª Irum Ahsan, advogada do Banco de Desenvolvimento da Ásia, para fazer uso da palavra e nos trazer mais conhecimentos, inclusive sobre a instituição financeira.

A SRª IRUM AHSAN (*Tradução simultânea.*) – Eu gostaria de agradecer a todos. Sinto-me muito feliz pelo fato de saber que o Brasil, que a Ministra é líder dessa iniciativa. Eu gostaria de agradecer muito por poder estar aqui e ter essa parceria com o Senado. Venho da Ásia e vou falar em nome da Ásia e dar uma perspectiva asiática do momento da comunidade. Nós nos movemos dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e o acesso igual para a justiça, portanto, os objetivos e a comunidade global já admitiram que o papel do Judiciário é crucial para qualquer tipo de desenvolvimento, seja ele sustentável ou não.

Como diretora geral, eu gostaria de dizer que eu vi que esses não são os momentos normais, normalmente nós vemos que o Executivo e os legisladores são suficientes para lidar com esses temas no cenário global e desde essa perspectiva. Mas isso não é um ponto, esse é um momento de crise, esse é um momento onde todo o mundo está encarando essa crise ambiental. Então, vou dar algumas estatísticas breves para entender a dimensão dessa crise.

Entre 1992 e 2008, em torno de 78 milhões de pessoas na Ásia foram atingidas por um desastre natural, e o resultado foram 230 mil mortes.

Mas, quanto ao ambiente, mais de 200 mil em Butão, Bangladesh, Maldivas, Nepal, Índia e Sri Lanka estão ameaçados pela perda de neve, e as emissões de lixo sólido alcançam mais de 6 milhões, o que nos leva a 24% da economia do sudeste da Ásia.

Portanto, essa é a crise que estamos vivendo. Nós precisamos dos juízes para atuar, porque é um momento em que devemos combinar o desejo do Governo. Todos têm que trabalhar em conjunto. O Poder Judiciário é importante para a aplicação da legislação porque os juízes diretamente emitem regras, decisões, estabelecem as prevenções e lideram todo o sistema legal, todo o sistema judiciário para poder ter esse desenvolvimento sustentável.

Então, o que está acontecendo? Os juízes estão influenciando todo o sistema legal, como esses marcos jurídicos são interpretados. Isso atinge também todos os investimentos privados. E aí temos essa parte do desenvolvimento sustentável. Portanto, os juízes são a parte da frente.

No passado, as pessoas viam o Judiciário como último recurso, mas, com esse trabalho proativo e criando esse tipo de ambiente, os juízes começaram a estar na liderança. Porque a metodologia tradicional de advogar

a proteção inovou o processo de investigação, como já foi dito esta manhã, ao estabelecer as comissões que envolvem todos os especialistas que se sentam em uma mesma sala para encontrar soluções. Portanto, o Judiciário já fez essa inovação e, através da experiência, mudou radicalmente todo o sistema de tomada de decisões.

Portanto, devo dizer que este é o momento em que precisamos de um instituto judicial global do meio ambiente. E o nosso banco sente-se muito satisfeito pelo fato de que essa instituição nasce no Brasil. Agradeço muito ao Estado do Brasil, a todos vocês, S. Ex^{as}, e agradeço muito essa oportunidade de poder falar com todos vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então vamos seguir para a temática seguinte, que é sinergia entre convenções internacionais.

O nosso orador convidado é o Sr. Bradnee Chambers, Secretário-Executivo da Convenção das Espécies Migratórias, que fará sua exposição neste importante evento que discute o mundo.

Por favor.

O SR. BRADNEE CHAMBERS (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador. É uma grande honra estar aqui hoje.

Eu vou falar sobre a sinergia entre os acordos multilaterais. Eu falo sobre as espécies as quais o Brasil fez parte dessa convenção no ano passado, e as espécies que estão tendo problemas e que, talvez estejam em extinção.

Nós tentamos proteger os animais, desde borboletas até elefantes e baleias azuis. Nós também tentamos ajudar os albatrozes, os golfinhos e vários outros animais, como os flamingos e as tartarugas. E nós também tentamos lidar com os sistemas independentes para serem incluídos no Apêndice I.

Também devemos cuidar dessas espécies de forma nacional, para que não sejam extintas. Se todas as partes concordarem, a espécie nº 2 será colocada nesse sistema para, realmente, conservá-la.

O sistema já tem mais de mil espécies, e 150, ou seja, 10% dessa parcela, vêm sendo cuidadas.

Na primeira convenção em que falamos sobre esse processo, havia algumas convenções que foram tratadas na Rio+20, no parágrafo 29, que falava sobre essa melhoria de relações entre os países. E o parágrafo fala sobre essa preocupação dos instrumentos em relação ao meio ambiente. Basicamente 40 dos instrumentos foram relacionados aos países individualmente.

Esse acordo multilateral aconteceu depois de muitas discussões, e a nossa sabedoria em relação ao assunto, internacionalmente, foi debatido desde então. E faz parte do sistema de governança de todos os países muitos atores e pessoas que fazem parte desse debate e que falam sobre o uso da terra, a biodiversidade e a poluição.

O parágrafo 89 fala sobre esses acordos para promover, em todos os níveis, para melhorar a eficácia, a duplicação e cooperação entre os países desde a Convenção Rio+20. Em termos práticos, o que está por trás desse parágrafo, o que nós vemos aqui é que são países que tentam seguir esses guias estabelecidos na convenção, como US\$29 milhões têm sido gastos para implementar acordos e assistência técnica em relação ao meio ambiente. E ter uma maior coerência internacional porque a política é internacional, então as obrigações também são internacionais.

Desde o Rio, nós fizemos algum progresso em relação à sinergia. O grupo que tem feito essa convenção regularmente tem posicionamentos que tem notificações mundiais em todas as reuniões com todos os seus membros.

Outro grande exemplo tem a ver com as convenções do *Aichi* e os objetivos que têm sido atingidos desde o COP 10 para diminuir a perda de biodiversidade até 2020. A herança da biodiversidade que tem sido levada ao mundo inteiro para diminuir essa perda de biodiversidade e alguns dos objetivos foram adotados pela assembleia e são alinhados com os objetivos do *Aichi Targets* e têm a ver com essas convenções que foram estabelecidas desde então.

(*Soa a campanha.*)

O SR. BRADNEE CHAMBERS – Os países têm que olhar para esses objetivos do *Aichi Targets* e olhar para cada uma dessas convenções com isso em mente. Se nós fizermos isso, poderemos progredir bastante para diminuir a perda de biodiversidade.

Eu trabalho com isso há duas décadas como líder de uma convenção internacional. Na *Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals* (CMS), nós fizemos um acordo com a sinergia interna e as convenções internacionais, e vendo o que foi feito de forma internacional, eu fiz perguntas. O que será feito no futuro? Sem entrar em reformas públicas que poderiam ser feitas nos últimos anos, de uma forma multilateral, eu poderia dizer que há algumas lacunas que devem ser passadas, mas isso tem que ser feito nacionalmente, e não internacionalmente porque isso tem que ser feito por cada país, projetos têm que ser realmente melhorados nacionalmente, a capacidade técnica tem que ser melhorada e a implementação dos objetivos *Aichi Targets*.

Também em relação ao nível nacional, também precisamos de melhores formatos de leis para poder coletar dados e monitorar de uma forma mais eficaz. Também é comum ter a Estratégia de Biodiversidade, que pode ser implementada desde o *Convention on Biological Diversity* (CBD) e pode ser útil para as próximas convenções.

O marco legal em relação a essa biodiversidade pode levar à força na implementação das prioridades internacionais.

Todos esses instrumentos já existem, mas são organizados e usados separadamente, enquanto deveriam ser usados sinergicamente.

Mas, além disso, temos que realmente combater a mudança climática, porque, sem dúvida, isso deveria ser uma reforma feita com as Secretarias de forma conjunta como a capacidade técnica e o aumento de recursos para isso, que é similar ao CBD, em relação à natureza.

Então, as convenções sempre mencionam essas funções, e outras convenções, como a *CITES*, são regulatórias e requerem o serviço comum em relação a esses serviços e ao MBA. E o marco legal, também, dessa convenção é que eles compartilham da organização de biodiversidade internacional. Isso, em teoria, é muito bonito, mas, infelizmente, nem sempre acontece na prática.

Também há o risco de que essas negociações também distraiam as secretarias dos objetivos principais de perda de biodiversidade.

Em conclusão, Ministros, colegas e Senadores, nós estamos tentando fazer uma sinergia entre o MBA e também em todas as secretarias para que eles possam olhar de uma forma nacional como melhorar essa sinergia da qual eles fazem parte em vez de pensar em responsabilidades pequenas e separadas do resto. Tudo tem que ser feito de uma forma unificada, e os países que requerem isso deveriam ser apoiados de forma multilateral. Nós temos os instrumentos, eles já existem. Então, nós somente temos que fazer uso desses instrumentos, porque, senão, não vamos ter um resultado eficaz, porque nós temos que começar a pensar de uma forma estrutural no sistema que nós já temos. E isso requer que os legisladores e as pessoas que tomam decisões no País realmente tomem a melhor decisão no parágrafo 89 para que os países sejam mais coerentes com o que é estabelecido internacionalmente e tenha um compartilhamento desses objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós que agradecemos a sua contribuição.

Nós vamos passar agora para outro tema, que é O Brasil e o Meio Ambiente.

Com a palavra o nosso Embaixador José Antônio Marcondes Gadelha, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Senador, Sr^a Ministra, Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin, caros amigos e amigas.

Vou tentar ser mais sintético do que eu pretendia, até porque eu acho importante não apenas poder ouvir vocês, como também podermos ouvir a nossa Ministra Izabella Teixeira, que acaba de retornar da cerimônia de assinatura do Acordo de Paris, em Nova York, na semana passada.

Eu queria dizer sobre a enorme satisfação de encontrar vocês e estar aqui no plenário desta Casa participando de um encontro dessa magnitude e dessa importância. Eu gostaria de lançar alguns pontos, algumas ideias, alguns temas.

Em primeiro lugar, mencionar o fato de que, no ano de 2015, como vários já mencionaram aqui, a agenda internacional foi marcada pela conclusão de dois importantíssimos instrumentos: o Acordo de Paris e a Agenda 2030.

Do lado do Brasil, nós preferimos pensar essa agenda não como uma agenda ambiental *stricto sensu*. Preferimos pensar nela como uma agenda do desenvolvimento sustentável mais do que negociações ambientais *stricto sensu*.

Um segundo ponto que eu gostaria de observar é uma posição histórica reiterada que o Brasil vem defendendo em várias dessas negociações. O Brasil tem se pautado pela defesa do binômio desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente. Isso tem sido uma posição que o Brasil vem defendendo, justamente para termos a condição de valorizar o uso racional e sustentável dos nossos imensos recursos naturais aqui no Brasil e podermos justamente ter essa possibilidade.

Um terceiro elemento que eu gostaria de mencionar agora nesta rápida intervenção é o fato de que, nos últimos 20 anos, desde a Conferência do Rio de Janeiro em 1992, nós avançamos muito. Os países, a comunidade internacional avançou muito na construção de arcabouços jurídicos e, internamente, normativos nos seus próprios países. Não vou aqui citar a lista enorme de acordos assinados desde 1992. É uma quantidade bastante considerável. Vários desses pontos já foram citados.

Um outro elemento que eu gostaria de mencionar aqui para nossa reflexão é que nós vemos, nesse conjunto recente desembocando no ano 2015, uma mudança de paradigma internacional, a construção de um novo paradigma internacional, de como serão as relações entre os países e como serão as relações da humanidade com o seu meio ambiente.

Nós estamos aqui justamente para debater os desafios para os Poderes da União – Legislativo, Executivo e Judiciário –, e eu queria aqui fazer algumas rápidas observações.

Acho que um dos principais desafios que nós temos – começo pelo Executivo, Poder ao qual pertenço –, nesse ambiente de temas de desenvolvimento sustentável e legislação ambiental, é aprofundar e refinar constantemente a governança de clima e de meio ambiente no nosso País. Esse é um primeiro aspecto que é muito importante como um desafio do Executivo.

O segundo desafio importante que vejo para o Executivo é buscar a definição de políticas públicas, evidentemente com a participação de entes governamentais, da sociedade, do meio empresarial, da sociedade civil, que possibilitem levar adiante e implementar compromissos nacionais e internacionais. Refiro-me, como já foi mencionado aqui, à INDC, aos compromissos de *Aichi* e aos objetivos do desenvolvimento sustentável, para citar alguns.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Um terceiro desafio que considero muito importante para o Executivo Federal é continuar buscando articular com entidades subnacionais as políticas públicas locais com o mesmo fim, de implementar os compromissos nacionais e internacionais.

Um último ponto é que políticas públicas que o Executivo venha a desenhar com ampla participação possam permitir a criação de condições para a consecução de objetivos, e isso vai depender muito de podermos aliar vontade política com conhecimento técnico específico em cada uma das matérias.

Com relação ao Judiciário, depois de ter ouvido aqui várias observações extremamente interessantes, eu gostaria de mencionar um ponto e deixá-lo para nossa reflexão.

No caso específico brasileiro, a nossa Constituição deixa muito claro que aqueles que cometerem ações lesivas ao meio ambiente deverão reparar os danos causados.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Na base do entendimento, poluidor paga. Eu me pergunto, Ministro Benjamin, se já há algum entendimento, ou se começa a se desenhar um entendimento, ou se haverá em algum momento isso? Do mesmo modo que poluidor paga, se as cortes nacionais já começam a pensar num conceito análogo de que emissor paga, se vamos falar da questão do clima.

Então, eu deixo esta provocação: seguramente, como V. Ex^a sempre menciona, cabe ao Judiciário velar pelo cumprimento das leis. E como a nossa Presidente do Brasil acaba de assinar, em Nova York, o Acordo de Paris, vamos imediatamente iniciar seu processo de ratificação interno, e a nossa Ministra Izabella seguramente vai abundar mais sobre isso.

Eu gostaria de botar um pouco o foco no Legislativo, Senador Jorge Viana, que continuará com um objetivo permanente, com um desafio permanente que é a elaboração das leis necessárias para a consecução do desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental.

Mas, também como parte, como determinação constitucional, o Legislativo tem o papel fiscalizador das ações do Executivo. Seguramente, nessa área, nesses aspectos que nós estamos aqui tratando hoje de manhã, como o Legislativo vai melhor se capacitar, melhor se preparar para cumprir essa função constitucional de fiscalização do Executivo.

Um outro elemento que é um desafio importante que nós temos para o Legislativo, além do processo de elaboração de leis, é a questão da internalização de normas externas, de normas internacionais, com a celeridade necessária, para que o Brasil, o Executivo possa, havendo o consenso do Congresso Nacional, ratificar esses acordos que estamos hoje construindo.

Enfim, vejo esses como os grandes desafios que nós temos para os três Poderes.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Já tentando concluir esta intervenção, evidentemente que não vou me deter em aspectos específicos do Acordo de Paris ou do compromisso de ODS. Mas eu gostaria de mencionar que hoje no País essas negociações internacionais têm um sentido de urgência, elas têm

uma importância ainda maior e deixaram já, há algum tempo, de ser negociações apenas restritas a diplomatas, apenas restritas ao Ministério de Relações Exteriores; elas estão permeadas na sociedade e vão muito além.

Essa maior capilaridade e maior participação de outros entes de Governo e também do meio empresarial é um tema ao qual tem que ser dada continuidade, apesar de hoje ser maior, mas temos que ainda aprofundar esse tipo de situação.

Eu não poderia acabar esta minha intervenção, Sr. Presidente, sem aqui reiterar o que eu já disse em outras oportunidades, não necessariamente aqui nesta Casa, sem fazer o reconhecimento público da grande liderança que a nossa Ministra Izabella Teixeira teve nesses processos não apenas dos DDSs, a partir da conferência do Rio de Janeiro, Rio +20, mas também no processo da UNFCCC, do Acordo de Paris, já desde o ano de 2011, na Conferência das Partes em Durban. Então, eu queria fazer aqui esse reconhecimento público do papel de liderança desempenhado pela nossa Ministra e dizer da enorme satisfação que a minha equipe e eu pessoalmente temos de poder trabalhar com ela num sentido de estreita parceria.

Enfim, Sr. Presidente, essas seriam as observações que eu queria fazer a respeito de como nós vemos as negociações internacionais, quais os desafios que nós, *prima facie*, vemos para os três Poderes nessa área de desenvolvimento sustentável, mais do que especificamente de meio ambiente, e o papel dos três Poderes constitucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, o Sr. Donizeti Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu que agradeço.

Cumprimento o Embaixador José Antônio Marcondes, que também foi um dos engenheiros dessa contribuição que o Brasil deu ao longo desses anos todos, trabalhando com o Embaixador Figueiredo e com a chefia do Itamaraty sempre, mas com a coordenação da Ministra Izabella Teixeira, a quem o Brasil deve muito, não tenho nenhuma dúvida, e o próprio mundo, nesse tema, pela contribuição que ela deu ocupando, ao longo desses anos, o cargo de Ministra do Meio Ambiente do Brasil.

É exatamente com ela, e não poderia haver maneira melhor, que encerraremos esta sessão temática que trata do tema: Meio Ambiente e Estado: desafios para o Legislativo, Executivo e Judiciário, que contou com a presença honrosa de tantos colaboradores. É com ela que nós vamos fazer a última exposição e, dessa forma, encerraremos esta sessão temática.

Com a palavra V. Ex^a, Sr^a Ministra Izabella Teixeira, que é uma querida amiga.

A SR^a IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Inicialmente eu gostaria de cumprimentar todos, saudando a presença do Nicholas Robinson e da Inger Andersen, em nome deles, saudar todos os que estão participando deste evento e, obviamente, além de saudá-los, desejar sempre que sejam bem-vindos ao Brasil!

Eu quero cumprimentar com especial carinho o meu amigo Senador Jorge Viana, meu amigo Ministro Herman Benjamin, também meu amigo, querido amigo Embaixador José Marcondes de Carvalho e, em nome dos senhores, saudar os brasileiros que aqui estiveram.

Eu fui informada da participação de outros Senadores e de outros brasileiros durante o evento e me desculpo pelo fato de ter chegado somente no final, mas eu acabei de desembarcar, vindo de Nova York. Eu não dormi no avião. Então, peço desculpas, não estou na minha melhor frequência, o que, segundo o Ministro Hermes Benjamin, pode ser bom, porque sou muito acelerada. (*Risos.*)

Mas fiz questão de aqui estar, mesmo chegando de Nova York, da reunião do Acordo de Paris, da reunião das OCDEs, e da reunião do MEF (Major Economies Forum), exatamente pelo caráter deste evento e do evento que nós teremos sexta-feira, no Rio de Janeiro, que, na realidade, busca dar especial foco na questão do Judiciário, na sua inserção com o Legislativo e com o Executivo nas políticas de Estado. Portanto, a política ambiental, no meu entendimento, é uma política de Estado consolidada no Brasil, particularmente nos últimos 15, 20 anos, sem sombra de dúvida.

Sou funcionária de carreira do Ministério do Meio Ambiente, então posso dizer isso com muita tranquilidade, entendendo, olhando, nos últimos 30, 32 anos, o que o Brasil avançou em termos de políticas, de jurisprudência, de políticas ambientais, de políticas públicas, com um engajamento cada vez maior e com a necessidade de maior integração entre Legislativo, Executivo e Judiciário nos temas que envolvem a questão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Pediram-me que eu falasse um pouco sobre os aspectos relacionados a essa nova agenda global, que, na realidade, está muito estruturada no Brasil, envolvendo, de um lado, a questão climática, que, com o Acordo de Paris, determinará um novo arranjo político ou geopolítico das relações de clima e desenvolvimento no mundo. Eu vou falar um pouquinho sobre isso.

Trata-se de uma nova agenda associada à questão do desenvolvimento sustentável em função do legado da Rio+20, da tradução dessa nova agenda na Agenda 2030 e nos seus objetivos de desenvolvimento sustentável – e acabei de participar de um dia inteiro em Nova York dedicado a isso, um painel discutindo como implementá-los.

E, na questão da biodiversidade, eu vou dar um *upgrade*, embora eu não esteja convencida disso, de que as Metas de *Aichi* sejam suficientes para assegurar no mesmo patamar a integração, o novo paradigma de conservação de biodiversidade com o clima e com desenvolvimento sustentável. E talvez aqui venha minha primeira preocupação de natureza política: não é sustentável, se podemos dizer assim, que tenhamos um *gap* ou um distanciamento entre essas convenções. A Convenção de Clima ganhou outro patamar de natureza geopolítica e política, e a convenção de biodiversidade deverá fazê-lo agora, na Conferência das Partes do México. E, nos debates de natureza política envolvendo a questão de clima, a questão de biodiversidade vem muito associada a vulnerabilidades, mas não necessariamente como um ativo de desenvolvimento sustentável.

Há uma discussão que entendo necessária, e estou olhando aqui para a Presidente da IUCN, de aproximação desses mundos e de construção de novas pontes de natureza política entre as duas convenções, porque assim elas foram pensadas em 1992.

E os objetivos do movimento sustentável, na realidade, trazem, com a Agenda 2030, uma nova agenda, como foi dito aqui pelo Embaixador, que trate da agenda de desenvolvimento.

Então, a primeira observação é de natureza mais estratégica. Por onde vamos com a biodiversidade para que ela tenha esse *scale up*, esse incremento, essa mudança de patamar de natureza política no diálogo global sobre as novas agendas globais e de geopolíticas de desenvolvimento sustentável? Lembro que os países detentores de biodiversidade, muitos deles, são países os mais vulneráveis do ponto de vista de mudança do clima e lembro também que a agenda de mudança de clima não está circunscrita à mitigação, mas também à adaptação. É um desenho importante sobre o qual o próprio Brasil terá que se debruçar, a que terá que se dedicar, quando formos falar de clima.

Vou falar um pouco da referência de clima, rapidamente, que fiz no início. O Brasil vive um momento extremamente interessante do ponto de vista de mudança do clima, porque fizemos um trabalho, nos últimos anos – e por isso fiz referência a uma política de Estado –, de real engajamento da sociedade brasileira com uma leitura de trazer clima como um assunto estratégico do nosso desenvolvimento.

Isso está bem expresso com a redução das taxas de desmatamento, com a mudança do desmatamento da Amazônia e com a mudança de patamar de emissões do Brasil, associados ao uso da terra. É óbvio que é intolerável o desmatamento na Amazônia, o desmatamento legal e é óbvio que o Brasil tem o compromisso de acabar com esse desmatamento. Mas também é importante entender que, quando você tira o desmatamento, as emissões brasileiras estão associadas à agricultura predominantemente e à energia, embora o Brasil detenha a matriz energética mais renovável do Planeta. Ambições de países desenvolvidos são alcançar na matriz elétrica em 2050 o que o Brasil já tem hoje. Mesmo assim, você tem, dentro de conceitos de segurança energética e outros conceitos, a necessidade de fazer uma transição de uma matriz que é ou que já foi predominantemente renovável – hoje é 40% renovável e 60% fóssil e não fóssil – para chegar a 50% e 50%. E o Brasil sinalizou isso com muita clareza na sua INDC; mais do que isso: assumiu uma INDC a mais ambiciosa do Planeta, com 43% de emissões. E mais ainda: em uma leitura de *economy wide*. É o primeiro País em desenvolvimento que assume, de fato, a partir de 2020, a abordagem de *economy wide* para a redução de emissões.

Isso vai mudar completamente a posição do Brasil e as condições que teremos que implementar na política nacional de mudança do clima.

Paralelamente a isso, o Brasil terá que se preparar, nos próximos quatro anos, para lidar com um cenário de *economy wide*, capacitar todos os setores da sua economia, mesmo que não sejam grandes emissores, a lidarem com a *economy wide* e mudança do clima. Mais do que isso: na nossa ambição, queremos deixar de ser emissores para sermos sumidouros de carbono, associando a restauração e reflorestamento com o desenvolvimento da agricultura e da agricultura de baixo carbono no Brasil, em que se traz produção e proteção como ações convergentes, e não mais divergentes numa leitura econômica.

Isso determinará, e gosto sempre de provocar o Ministro Herman Benjamim com isso, novas regras, novas leis.

Possivelmente, o Brasil deverá caminhar no mercado de carbono. O Brasil terá que discutir, eventualmente, uma nova tributação sobre a questão do carbono. Isso significa tratar do Direito Ambiental junto com o Direito Tributário,...

(Soa a campanha.)

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – ... junto com os direitos de acesso ao bem comum, que é o meio ambiente, e com a própria questão de viabilidade econômica, no curto e no médio prazos, da indústria brasileira, das ações de desenvolvimento do País.

Essa é uma nova plataforma legal que o Brasil terá de debater, além de dizer como é que isso vai ser implantado, considerando que também o Brasil tem hoje áreas expressivas, do ponto de vista de ativos ambientais ou da biodiversidade, em propriedades privadas.

Esse é o segundo aspecto que eu gostaria de destacar aqui. O clima vem com um aspecto inovador, em que ele trabalha a mitigação e a adaptação. O Brasil lança, agora, o I Plano Nacional de Adaptação. Estamos nos preparando; temos uma política voluntária que é compulsória, porque é lei, porque esta Casa aprovou uma lei, reduzindo emissões, e teremos de estar capacitados, com métrica, com *accountability*, com tudo...

(Interrupção do som.)

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Isso é importante, quando olhamos para a biodiversidade, e tenho certeza de que aqui deve ter sido mencionado o Novo Código Florestal, e o Cadastro Ambiental Rural que está sendo feito.

O Cadastro Ambiental Rural é um instrumento extremamente poderoso para a gestão ambiental e para a gestão do desenvolvimento rural neste País. Novamente, concebido onde você converge proteção ambiental com produção sustentável de alimentos. Isso nos permite hoje fazer uma projeção da área agrícola do Brasil. Estima-se que essa área seja de cerca de 380 milhões de hectares – 394 milhões, corrigindo, porque nós corrigimos isso. Hoje, nós estamos com 300 milhões de hectares na base, chegando, possivelmente, a 85%, de acordo com a projeção da área agrícola do Brasil sob o controle do cadastro até o final deste mês.

O que nós já estamos identificando? Uma coisa é falar sobre os passivos, isto é, o que tem que ser recuperado, se há nascente, se tem que recuperar isso... O Código Florestal, do ponto de vista do passivo, é construído na leitura da agricultura, não na leitura, por exemplo, da economia florestal. Isso é importante porque ele é um código reativo no que diz respeito à regularização. Mas, no que diz respeito à proteção, ele não só manteve – e o Ministro Herman Benjamin foi um ator estratégico para isso, para as áreas de preservação permanente, para o estatuto da reserva legal... Esta Casa queria acabar com a reserva legal. Se voltarmos no tempo, no debate, veremos isso. E tudo foi preservado graças a uma grande aliança feita com o Legislativo, com a sociedade e com o Judiciário. O Judiciário nos ajudou a permanecer com os chamados instrumentos estratégicos do Código Florestal, como a questão da reserva legal, lembrando aos senhores que tudo isso é em propriedades privadas.

O Brasil é o único país do mundo que impõe ao proprietário privado dono de uma fazenda na Amazônia que 80% da sua área não pode ser desmatada; pode ser manejada, se você tiver vocação florestal – ainda há isso –, e mais as áreas de preservação permanente. Isso dá um patamar de conflito potencial, de conflito de disputa, em que o Judiciário brasileiro tem sido um aliado da proteção e da conservação ambiental desde o primeiro momento. E é óbvio que, quando você fala de regularização, você tem uma lógica que foi discutida e viabilizada politicamente, mas você tem o que está em pé, e o que está em pé...

É aí que eu quero dar uma notícia aos senhores. O Código manda não desmatar; tem que ficar em pé. Todavia, quando você faz o Cadastro Ambiental Rural do que está em pé, da vegetação nativa, você tem mais vegetação nativa, hoje, em propriedades privadas do que em todo o sistema de unidades de conservação de terras públicas do Brasil.

Esse é o novo sistema nacional de áreas protegidas. Nós teremos que saber gerir, quando se fala de novas governanças etc, as áreas públicas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e as áreas privadas que estão sob o domínio privado – e eu não estou falando de reserva particular de proteção da natureza. Estou falando de áreas de vegetação nativa preservadas que existem em propriedades privadas sem nenhum tipo de controle ambiental sobre elas, ou seja, passíveis de supressão, o que vai exigir, certamente, um incremento tecnológico para que você possa produzir mais numa área menor, preservando aquilo. Isso se chama agricultura de baixo carbono; isso se chama novas tecnologias de produção de alimentos no Brasil, em que você traça a redução de emissões, em que essa vegetação passa a fixar carbono também. Além do valor da biodiversidade, você contabiliza como fixadora de carbono.

Essa é uma nova agenda. Quatro anos atrás, ninguém sabia o tanto que havia. Aliás, falava-se muito mais dos passivos do que dos ativos. Há mais ativo do que passivo. É o inverso. Quando você faz a tecnologia, monitora, com a tecnologia de 5 mega, imagem de satélites comprada anualmente... O Brasil fez a maior compra de imagem de satélites do mundo, além dos Estados Unidos, com quem não dá para se comparar. Anualmente, nós estamos acompanhando. É um novo instrumento que vai literalmente mexer com a lógica de tomar a decisão sobre o uso de território quando se envolve a agricultura. Isso vai, certamente, sugerir conflitos, sugerir disputas, como também convergências, soluções. Essa é uma agenda que as metas de *Aichi*, por exemplo, não

sabem. Analisando, vamos ter que trazer para a Comissão Nacional de Biodiversidade e discutir quais serão os novos encaminhamentos sobre isso e como trabalhar com o setor privado para assegurar que isso seja viável.

O proprietário privado. Estamos fazendo um primeiro teste agora, num projeto aprovado pelo Global Environment Facility, com fundo mundial, em que se financia a expansão da soja. Com a expansão da soja brasileira no Cerrado, os proprietários privados dobram a reserva legal no mínimo. Então, você protege mais e tem tecnologia para produzir na expansão da fronteira agrícola com menor impacto ambiental. Esse projeto foi aprovado e foi lançado já em parceria com o agronegócio aqui no Brasil.

Vejam que interessante: a mentalidade de uma nova geração que vem querendo preservar e produzir ao mesmo tempo. Isso, certamente, se refletirá na própria governança de biodiversidade. Não será suficiente você querer proteger somente as áreas públicas, as unidades de conservação como nós chamamos. Temos novos instrumentos, novas linguagens, novos ativos políticos para preservar e dar valor àquilo que está preservado. E isso, obviamente, não é somente pelo pagamento de serviços ambientais. Qual é a fonte disso? Você tem negócios, nova estrutura e vem associado a um outro avanço no Brasil, que é a Lei de Acesso a Recursos Genéticos, pela qual você viabiliza agora a bioindústria, pela qual, de forma eventual, você vai ter do agricultor, possivelmente nas suas terras, o potencial de exploração e acesso a recursos genéticos.

Isso tudo está pronto do ponto de vista de leis, e agora da aplicação das leis; daí os conflitos, as decisões, aquilo sobre o que os juízes terão que se manifestar e aquilo que o Parlamento terá que eventualmente aprimorar, rever.

Então, essas novas questões que estão colocadas no Brasil dialogam totalmente com um acordo global de clima.

Para construirmos a NDC do Brasil, nós nos baseamos nisso, e fomos conservadores, e em outras agendas. Baseamo-nos também em uma ampla consulta à sociedade brasileira, não só à sociedade, mas também aos atores políticos consolidados, inclusive à oposição política ao Governo, pensando exatamente numa visão de Estado em que a política ambiental se assume como uma política de Estado e não mais como uma política circumsrita a governos. E isso está construído.

Quando se fala de novas governanças, nós teremos que fazer esse enfrentamento, muito possivelmente: quais são os ministérios que terão capacidade de coordenar, de fato, a implementação de todas as ações? A implementação da agricultura de baixo carbono, num primeiro momento, é agricultura, mas você tem outros ministérios que vão estar associados, por exemplo: à infraestrutura de baixo carbono associada à expansão da agricultura brasileira.

Herman, tudo vem na contabilidade do clima. Tudo terá que vir também numa nova contabilidade de conservação da biodiversidade. Tudo terá que vir nos bancos de desenvolvimento que financiam isso, e o setor de *financing* – eu estava ouvindo a senhora do Banco Asiático com cuidado – também tem uma responsabilidade estratégica sobre isso, porque a tomada de decisão sobre investimentos no Brasil terá que ser feita também considerando a sua ambição do ponto de vista do carbono e a sua ambição de conservação da biodiversidade. É uma nova maneira de abordar o tema e uma nova maneira de tomar decisão sobre os temas, o que também não é trivial numa nova cultura política para a qual o Brasil terá que se preparar nos próximos quatro anos.

Indo para a minha parte final, a mesma coisa eu digo em relação à questão da Convenção da Diversidade Biológica. Eu estava, cuidadosamente, ouvindo aqui sobre a questão da Convenção das Espécies Migratórias e o tempo que o Brasil levou para ratificar. Eu acho uma das convenções mais lindas que temos, na minha opinião, mas talvez seja meu lado de bióloga que fica ainda tentando voltar no tempo. Mas vejam o tempo que esta Casa, o Congresso Nacional, levou para ratificar essa convenção!

As convenções de conservação da biodiversidade, não só a CDB, mas todas elas, das espécies migratórias, das espécies ameaçadas de extinção, terão que ter um novo arranjo político para dialogar com as questões de clima. Não pode haver esse *gap*. Não pode nem na natureza política nem na natureza econômica. Não são mundos distintos. E é preciso se buscarem mecanismos inovadores em que essa questão seja determinante do ponto de vista do multilateralismo e das relações bilaterais em países detentores de ativos de biodiversidade e vulneráveis ou não ou ativos de questão de carbono.

Então, há um debate de natureza política que precisa ser feito e que eu ainda acho muito incipiente tanto no guarda-chuva do clima quanto no guarda-chuva da conservação da biodiversidade.

E o Embaixador falou bem: a diplomacia se especializa cada vez mais nesse debate. O Brasil tem uma excelência na sua diplomacia do carbono. O Brasil tem uma excelência na sua diplomacia da biodiversidade. Nós precisamos entender como os atores econômicos e como os atores sociais estarão, nesses dois universos, trabalhando nacional e internacionalmente. A fronteira do internacional e do nacional é cada vez mais tênue e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável deixam isso de maneira muito clara.

Então, há desafio enorme neste País, de prover seus novos fundamentos legais, seus novos fundamentos políticos em torno de uma agenda de meio ambiente. Na realidade, estaremos falando de qualidade de vida, estaremos falando de desenvolvimento sustentável.

Nenhum país no mundo renuncia ao desenvolvimento. O que estamos renunciando são aos chamados caminhos do desenvolvimento que já se revelam insustentáveis.

Por outro lado, não dá para falar de biodiversidade *stricto sensu*, como vimos falando nos últimos anos, como não dá para falar de clima como uma ameaça exclusivamente. Clima virou hoje um ativo geopolítico. Hoje, tem-se a geopolítica do clima associada à geopolítica do desenvolvimento, à geopolítica do comércio. Biodiversidade vai ocupar que papel?

Então, é óbvio que é um debate que, espero, na Conferência do México, pelo menos nos espaços políticos, isso possa ser debatido. Na reunião de que acabei de participar, sábado e domingo, das maiores economias do mundo, estávamos discutindo exatamente a questão de como antecipar Paris; como viabilizar Paris mais rápido; como preparar os países do mundo. E acho que fui a única Ministra que falou que tínhamos de nos preparar também para a biodiversidade.

Então, isto é absolutamente importante. Quero dizer para os senhores que há um *timing* político novo na mesa, e temos de fazer com que as duas convenções, ou o conjunto de convenções da conservação da biodiversidade, estejam mais alinhadas a esse novo momento político sobre a questão que Paris pauta como um marco. Mas Paris terá de ser trabalhado em muitas coisas ainda. As próprias relações das entidades não governamentais com a tomada de decisão deverão ser influenciadas...

(Interrupção do som.)

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Quero, com isso, encerrar a minha breve fala, dizendo que muito foi feito. Agradeço as palavras elogiosas tanto do Senador Jorge Viana quanto do Embaixador Carvalho e todas as homenagens que recebi agora em Nova Iorque, enfim. O sentimento que tenho é o seguinte: tem muito trabalho pela frente, e estamos apenas começando. Demos um passo audacioso no mundo sobre Paris, e eu peço a vocês que deem um passo audacioso no México. Não apequenem o debate político no México. E, para isso, tem que ampliar a *constituency* de biodiversidade. Clima fez isso: ampliou a *constituency* política de clima. Se biodiversidade tem de ampliar a sua *constituency*. Gosto muito de falar uma frase que marcou um pouco a minha gestão quando tive de fazer as rupturas políticas para enfrentar as disputas nesta Casa: não adianta pregar para os convertidos. Teremos de buscar aqueles que estão fora da caixa.

Esses são os atores políticos que vão fazer a diferença, como estão fazendo a diferença na questão de clima. E eu sugeriria que fosse um debate político não de ameaça: que o mundo vai acabar, que a espécie A vai sumir. Não façam isso. Convençam da oportunidade que a conservação da biodiversidade nos oferece para que tenhamos de fato um desenvolvimento mais inclusivo, mais sustentável e novos estilos de vida, em que o mundo possa ser mais justo. Aí, talvez, a questão política da conservação seja mais alinhada com os debates políticos que temos hoje tanto de desenvolvimento sustentável como de mudança do clima.

No mais, quero muito agradecer mais uma vez a chance de aqui estar, pedir desculpas pelo meu cansaço.

Dormi pouquíssimo no avião, e ainda assisti a um filme que me apavorou muito – achei que era uma história de amor, mas se tratava de um *serial killer*! (Risos.)

Inacreditável!

Mas quero dizer o seguinte. Eu gosto muito dessas iniciativas do Herman, que junta todo mundo para mostrar que podemos ir do Havaí à Ásia dizendo que estamos defendendo um mundo mais justo. Eu tenho plena convicção de que essa é a agenda do presente. Se clima é o futuro no presente, a biodiversidade é o presente no futuro. Tratemos de trazer isso de outro jeito.

Muito obrigada a todos.

Sejam bem-vindos ao Brasil. Bebam caipirinha, curtam o Herman, porque ele é muito legal, mas, mais do que isso, trabalhem por uma nova convenção de diversidade biológica.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bem rapidamente, mais uma vez, cumprimento a Ministra Izabella Teixeira, que acho que nos deu o fecho desta sessão temática da melhor maneira e com a visão adequada, ela que tem conduzido todo esse processo de negociação do Brasil nessa quadra que o mundo vive e que nos impõe um tremendo desafio, que é estabelecer o equilíbrio entre a atividade humana e a conservação e a preservação dos recursos naturais no Planeta.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com suas presenças e suas manifestações.

Declaro encerrada a presente sessão, agradecendo e pedindo que saudemos com uma salva de palmas o Ministro Herman Benjamin. Sem ele esta sessão não teria acontecido. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se sessão às 12 horas e 58 minutos.)

59ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Dário Berger, da Srª Ana Amélia e dos Srs. Garibaldi Alves Filho, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Donizeti Nogueira e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 20 minutos e encerra-se às 20 horas e 55 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

59ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 26/04/2016 07:00:00 até 26/04/2016 21:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
-	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Moraes	X

Compareceram 72 senadores.

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 2.2 do Sumário)**

Eu quero anunciar que consultei o Senador Wellington Fagundes, que não vai chegar, e eu assumo a primeira inscrição.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, a Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª está inscrita para uma comunicação inadiável.

Eu não sei se o Senador Dário poderia dar o prazer de ficar aqui na Presidência, porque eu falaria primeiro, depois, seria a Senadora Angela, até que cheguem mais alguns colegas.

Nós estamos com uma comissão funcionando. Eu participei a manhã inteira aqui de uma sessão temática, presidindo essa sessão, e agora vou à tribuna. *(Pausa.)*

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Com a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Devo, em primeiro lugar, agradecer a forma carinhosa com que fui recebido no Estado do Acre, minha terra. Eu estive, nesse fim de semana, participando de um compromisso mais familiar, por conta do aniversário do meu pai, que, aliás, é hoje, mas um dos propósitos meus era prestar contas do meu mandato e fazer a apresentação para a imprensa do Acre de mais uma revista que eu produzi no mandato. É a quarta revista que o meu mandato produz, prestando contas do trabalho, trazendo todas as atividades ou pelo menos um resumo daquilo em que eu estive diretamente ou indiretamente envolvido.

Nessa revista, que se chama *O Acre no Senado*, nós estamos fazendo a história do Acre, Território e depois Estado, no Congresso brasileiro, com a ajuda daqueles que me auxiliam no mandato tanto aqui, em Brasília, no meu gabinete, quanto em Rio Branco, com a coordenação do Marcos Vinicius e da Mariama, o Marcos em Rio Branco e a Mariama aqui, e com vários envolvidos. Nós conseguimos produzir – e eu quero aqui agradecer à Gráfica do Senado e a todos que se envolveram – uma revista que segue a linha de dar transparência ao mandato, de prestar conta à população e, ao mesmo tempo, de fazer o mandato se aproximar cada vez mais de temas que são fundamentais para o cidadão e para a cidadã brasileira.

E aqui eu faço mais uma vez agradecimentos a toda a imprensa do Acre, que tem respeitado meu mandato, aos sites, aos jornais, às televisões, às rádios. Eu queria agradecer muito pela maneira respeitosa e pelo extraordinário encontro que me possibilitaram fazer ontem. Estiveram lá o Governador Tião Viana, o Prefeito Marcus Alexandre, Parlamentares, Deputados Federais, que estavam representados pelo Angelim, vários deputados estaduais, vereadores. Enfim, foi um momento muito especial que nós vivemos ontem. Eu fico muito agradecido por todos, especialmente à turma do meu gabinete, que trabalhou intensamente para que nós pudéssemos ter feito esse encontro ontem.

Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, eu venho também dizer que, hoje pela manhã, eu participei da sessão temática, da qual eu sou um dos autores e que por unanimidade foi proposta. Contou com a ajuda do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, na articulação. Tivemos o encerramento com a Ministra Izabella Teixeira. O Chanceler Mauro Vieira estava aqui. Enfim, foi um debate em que várias pessoas do Executivo, do Legislativo e também do Judiciário do mundo inteiro estavam aqui hoje. Eu fiquei muito satisfeito de ter colaborado para que essa sessão temática fosse realizada aqui, no Senado, que trata da agenda pós a COP 21 e também da assinatura do Acordo de Paris, feita, nessa semana, nas Nações Unidas e que agora vai ter que passar por uma ratificação aqui, no Congresso.

No intervalo, eu participei de um encontro da maior importância. Foi um encontro de mais de 30 representantes dos movimentos sociais brasileiros que estão agrupados na Frente Brasil Popular e na Frente

Povo Sem Medo, da UNE ao MST, da CUT às entidades que trabalham para que possamos ter a igualdade racial neste País e a igualdade de gênero. Eu marquei esse encontro com o Presidente Renan e participei dele, com alguns colegas Senadores – os Senadores Randolfe, Paulo Paim e Paulo Rocha e a Senadora Fátima Bezerra estavam lá. Inclusive, eu vou fazer uma postagem de uma fala que fiz de não mais que dois minutos – hoje ainda, talvez no final do dia, eu deva fazer essa postagem na minha Fanpage. E lá ouvimos a voz da sociedade brasileira organizada, daqueles que estão lutando, que estão alertando, que estão pedindo, apelando, como fizeram hoje para o Presidente Renan, para que o Brasil não pegue esse caminho de romper com a institucionalidade, para que o Brasil não pegue esse atalho que atropela a Constituição, para que o Brasil não materialize esse golpe.

Lá, no fim de semana, no Acre, eu conversei com a imprensa. Quero muito agradecer a maneira respeitosa como eles trataram. E fui realista. E, quando somos realistas, às vezes, passa-se uma impressão que não é bem aquela. Não se trata de acharmos que os fatos já estão consumados, porque eles não estão. Não se trata – como até alguns questionaram e eu não tenho nenhum reparo a fazer sobre isto – de dizer “Ah, já jogaram a toalha”. Não se trata disso, mas vamos à lógica dos fatos.

Hoje, eu falei uma coisa na frente do Presidente Renan, junto com os movimentos sociais brasileiros, o movimento do povo que luta, o movimento do povo que sonha com um Brasil mais igual, o movimento das entidades que não aceitam a corrupção no Brasil, que não aceitam aquele tipo de sessão que vimos na Câmara dos Deputados que envergonhou o Brasil dentro e fora – a imprensa internacional e as pessoas em toda parte falam da vergonha que tivemos que passar naquele fatídico domingo, presidido pelo Sr. Eduardo Cunha, em que foi acatado o pedido de *impeachment*. Que fique bem claro que esse disfarce de que o *impeachment* está previsto na Constituição e de que tem rito do Supremo não cola mais. É claro que o *impeachment* está previsto na Constituição, é claro que tem um rito estabelecido pelo Supremo, mas o problema não é esse. O problema é: cadê o crime? Cadê o atentado à Constituição praticado pela Presidenta Dilma? O que estamos vendo no Brasil é outra coisa. E, hoje, no encontro do Presidente Renan com os movimentos sociais, falei uma coisa simples. Eu queria chamar a atenção de quem está me ouvindo pela Rádio Senado ou me assistindo na TV Senado para um simples raciocínio. Abram os jornais de hoje, liguem o noticiário do rádio ou da TV e só vão ver uma coisa: a montagem do governo de Michel Temer. Já convidou ministro, o ministro não aceitou, já desconvitou ministro, parece que também o Presidente do PMDB, Romero Jucá, nosso colega aqui, e o Vice-Presidente Michel Temer, que se arvora já de Presidente da República, já distribuindo ministérios, convidando as pessoas para assumirem o Ministério da Fazenda, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a Caixa Econômica. E eu queria que vocês atentassem comigo: como é o rito do *impeachment*? A Câmara dos Deputados aceita ou não. Se a Câmara dos Deputados aceitar, como foi o caso, um pedido de *impeachment*, começa aí um processo. Você manda a documentação para o Senado, o Senado se transforma em um tribunal e, como tribunal, o Senado vai fazer um justo julgamento se há ou não crime de responsabilidade. O que me estranha e é tão somente isto que me estranha – e falei hoje no encontro dos movimentos sociais com o Presidente do Congresso e do Senado, Senador Renan Calheiros – é que estamos tendo a primeira reunião da comissão que aprecia o processo de *impeachment*, e os ministérios já estão distribuídos. O eventual governo de Michel Temer já está sendo montado. Isso é um atentado contra o Senado Federal!

Vão transformar a Comissão em um espaço de palhaçada? De brincadeira? Para que passaram a manhã debatendo o relator e elegendo o Presidente? Meus colegas estão lá, debatendo. Mas se o Sr. Michel Temer, no Jaburu, já está montando um governo, para que o julgamento?

É um jogo de carta marcada. Mas a população está vendo. Cada dia que passa, há um número maior de pessoas que dizem: “eu estava caindo no conto do vigário. Realmente, o Sr. Eduardo Cunha, por vingança, resolve votar, se junta com o que há de pior no Parlamento para fazer um *impeachment* sem causa, sem crime”.

Não que não haja descontentamento da população com o Governo, com o PT. Aí está a diferença. E eu tenho coragem de dizer: há muitos erros nossos, erros do nosso Governo. O Governo passou praticamente a máquina administrativa para o PMDB, para os partidos que depois traíram a Presidenta Dilma.

Há gente do nosso povo, Senadora Angela Portela, Sr. Presidente Dário, há gente do povo, há gente da nossa sociedade que até gosta de traição. Vou repetir: há gente na sociedade, querido colega Medeiros, que até gosta de traição, mas tem horror a traidor. Tem horror a traidor.

Em um processo como esse, feito da maneira como está sendo feito, com reuniões de madrugada, com discurso antes de posse, sentando na cadeira de Presidente, distribuindo Ministérios e cargos sem o Senado sequer ter iniciado o julgamento, estão querendo transformar o Senado num picadeiro? Por que não fazem como o Vice-Presidente Itamar Franco, que ficou no seu canto, esperou a decisão da Câmara, do Senado? Só aí ele foi organizar um governo e fez a transição no nosso País.

Como é que pode dar certo um governo desse, se a gente vê no Roda Viva o Presidente do PMDB,

Romero Jucá, fazendo lá um discurso como se fosse o dono do Brasil, dos cargos? Sem voto!

Agora, o maior vexame não é esse. O maior vexame, Sr. Presidente – o caro colega Medeiros está pedindo um aparte e vou ouvi-lo –, o maior vexame sabem qual é? É o ridículo das manchetes de jornais de ontem e de hoje que mostram que o Presidente do PMDB disse “não, discutir eleição direta para Presidente é golpe”. Agora à tarde, entrou o Vice-Presidente Michel dizendo que discutir eleição direta para Presidente do Brasil é golpe. Perguntem aos brasileiros. Perguntem aos eleitores.

Vejam: estão tirando uma Presidenta ou tentando tirar uma Presidenta que teve 54 milhões de votos e pondo um que teve aqueles votos ridículos que envergonharam o Brasil lá na Câmara dos Deputados naquele domingo. É essa a troca. Estão tocando voto do povo por voto de político que não tem nenhum prestígio, apesar de terem sido eleitos. Perderam prestígio porque o Congresso brasileiro está desprestigiado junto à população.

Falo isso sentido, porque sou Vice-Presidente da Casa. Sei que existem homens e mulheres honrados aqui, como na Câmara, mas há espetáculo mais deprimente, que diminuiu e apequenou o Parlamento, do que o que vimos na Câmara? Acho que agora estão desmoralizando o Senado, por que pergunto: para que a Comissão processante? Para que votar o *impeachment*, se o governo do Sr. Michel Temer e do Vice Eduardo Cunha já está sendo montado? Tomara que não estejamos vivendo a maldição dos vice-presidentes! Repito, tomara que não estejamos vivendo a maldição dos vice-presidentes! Se for isso, meu amigo, o Sr. Michel Temer, se der certo o golpe, está lascado, porque o Vice dele, o Vice do Michel Temer será o Eduardo Cunha, o perverso, o malvado.

Ouçó o Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a, com a competência de sempre, traz um discurso aqui na tribuna do Senado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bondade sua, amigo.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ...mas me permita fazer o contraponto até para enriquecer melhor o seu discurso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É um prazer.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Tem sido dito constantemente que o Vice-Presidente Michel Temer não teria legitimidade e que também não foi votado. O Vice-Presidente Michel Temer, na verdade, é uma consequência constitucional. Ele foi votado na chapa da Presidente Dilma. Então, quem apertava o número na urna, obviamente, via a face do Vice-Presidente também. Se, eventualmente – e, com certeza, foi por isso que o legislador assim colocou –, não concordasse com a chapa, não votaria. Portanto, esses 54 milhões de votos também foram colocados. Eventualmente, na saída da Presidente, ele estaria a assumir o cargo. O processo de *impeachment* é um processo que está transcorrendo de forma legítima, tanto é que está sendo feito um debate acalorado, mas o PT, com a competência que lhe é devida, e porque sempre soube fazer muito bem, e com as ferramentas que aprendeu fazendo oposição, tem colocado – vamos dizer assim – esse factóide chamado golpe, que não se sustenta porque o golpe pressupõe violência, ruptura, mas não é isso que nós temos. Temos aqui o Legislativo funcionando. V. Ex^a, que é da situação, fazendo um discurso maravilhoso aqui na tribuna defendendo o Governo; eu, fazendo a contradita. Nosso sistema democrático está funcionando. Agora, óbvio, um processo de *impeachment* incomoda, mas temos, nesse momento, que cumprir a lei. E o que a lei diz? Nesse momento, nessas etapas, em dúvida, é *pro societate*. Por isso, se há indícios de materialidade, o Senado está observando, está fazendo, assim como a Câmara o fez. Quanto à montagem do Governo, penso que é legítimo até que ocorra, porque vamos ter que trocar pneu com o carro andando. O País não pode ficar parado. Se não der certo, se o *impeachment* não passar, fica o dito pelo não dito, mas tem que se preparar para enfrentar o momento difícil que estamos tendo. Sobre a Câmara, Senador Jorge Viana, acho que foi ali um momento democrático. Da outra vez também, os Parlamentares petistas votaram pela família, pelo Estado. Acho que houve coisas horrendas, como, por exemplo, engrandecer o Coronel Ustra. Agora, houve cusparada também do outro lado. Mas isso foram detalhes. Creio que, no momento, estamos democraticamente muito fortes, Senadora Jorge Viana. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço. V. Ex^a é sempre muito elegante também na convivência aqui. Acho que isto também faz uma diferença danada no Senado: aqui ouvimos uns aos outros. Eu estava prestando atenção no que V. Ex^a estava falando, até para poder, se for o caso, argumentar contra.

Por exemplo, nós temos que lembrar, Senador Medeiros, que o Brasil teve um período em que João Goulart foi eleito Vice-Presidente. Votava-se para Presidente – ele era de outra chapa, de chapa diferente do Jânio Quadros – e votava-se para Vice-Presidente. Agora, no regime presidencial que temos, fruto da

Constituição de 1988, vota-se no Presidente da República, e o papel do Vice-Presidente é bem definido na Constituição: suceder e substituir o Presidente no caso de necessidade ou de impedimento. É só esse o papel. Não está escrito lá que o papel do Vice-Presidente é conspirar contra o Presidente, antecipar governo antes de ter sido julgado, assumir a Presidência sem ser Presidente. Não está escrito isso na Constituição. Esse é um aspecto importante.

Eu queria também dizer, Senador Medeiros, que nós estamos vivendo uma situação... Eu tenho aqui comigo uma pesquisa do Ibope. Essa é uma pesquisa fantasma. É uma pesquisa fantasma, porque quando há notícia ruim ela vai para a capa dos jornais, principalmente se for contra o PT, contra o Governo, contra o Lula, vai para a capa dos jornais. Mas há uma notícia aqui que é péssima para o Vice-Presidente Michel Temer. Ela é péssima para setores do PMDB que estão arquitetando esse golpe.

Eu ouvi aqui desta tribuna o Senador Romero Jucá no dia em que justificava o desembarque do PMDB. O PMDB passou a vida inteira pendurado nas tetas do Governo, de todos os governos. Há governo, o PMDB está dentro, com todo o respeito. Há Senadores aqui que eu sei que não estavam – aliás, divergem. O próprio Presidente diverge, o Requião, o Senador Dário, que tem uma postura independente aqui, e tantos outros. Podia citar vários, mas há uma turma ali que é da pesada – tem governo, estamos dentro. O argumento que eu ouvi dele aqui é o seguinte: o Governo Dilma tem que sofrer o *impeachment* porque está muito mal avaliado, está muito mal nas pesquisas. Ora, a Presidenta Dilma tem que sair porque está mal nas pesquisas, mas o que diz a pesquisa do Ibope? Olhem só essa pesquisa fantasma que ficou por aí nos rodapés de páginas da imprensa, mas que foi feita em 142 Municípios, entre os dias 14 e 18 de abril. E eu posso afirmar, pela minha vivência, minha experiência, que se for feita hoje essa pesquisa, a situação já piorou para os que estão arquitetando esse golpe. Não tenho dúvida disso! É só conversar com as pessoas. Agora está caindo a ficha de todo mundo. Elas estão caindo na real: “mas nós vamos tirar a Dilma e vamos botar o Michel Temer? Vamos botar esse pessoal todo que está distribuindo já para o PP a Caixa Econômica, o Ministério da Saúde e o Ministério da Integração?” Nesse bonde do Michel Temer não vai caber a quantidade de fregueses porque eles estão mal-acostumados, estão mal-acostumados a estarem dentro de tudo que é governo. Eu não sei como é que ele vai acomodá-los. Vai ter que ser na marreta, botando-os debaixo do banco, botando-os pendurados no bonde. Agora essa turma não está querendo o Governo para consertar nada, não. Eles estão querendo pegar o Governo para se darem bem e depois botarem a culpa no PT. Mas se materializarem o golpe – está tudo caminhando para isso –, em pouco tempo a sociedade vai ver o que significa essa turma no poder.

Vou ler, para poder concluir, o resultado das pesquisas. Foram 2.022 pessoas e 62% delas preferem novas eleições. Mas o Sr. Michel Temer disse hoje – está na capa do *O Globo* – que nova eleição é golpe. Ele terá que dizer que é golpe para 62% da população brasileira.

Não sei com que cara alguém pode dizer que transferir, garantir a decisão das pessoas, do eleitor, pode ser golpe. Gente, é muito complicado traduzir esse enredo do golpe dentro do Brasil. Imagine fora! O mundo inteiro não está entendendo nada. Vamos afastar a Presidenta Dilma, assinar embaixo do enredo do Eduardo Cunha e teremos uma Presidenta, eleita pelo voto, lá no Palácio e, no outro palácio, o outro, que não foi eleito, nomeando Ministro. É isso? É muito complicado.

Vou ler o resto da pesquisa para poder concluir minha intervenção. A colega Angela está ali, esperando para falar também. Não quero consumir, já chegaram outros colegas também no plenário que estão inscritos.

Segundo os entrevistados, a melhor forma de superar o momento da crise política seria: 62%, haver nova eleição; 25% dos entrevistados pelo Ibope dizem para a Presidenta Dilma continuar o seu mandato, com o novo pacto, entendimento, para que se tenha um novo Governo; e apenas 8% – olha como a rua está virando! – dizem que a Dilma tem que sofrer o *impeachment* e o Michel Temer assumir. Apenas 8% dos brasileiros acham que a Presidenta Dilma tem que sofrer o *impeachment* e o Michel Temer assumir; e 62% dizem que Michel Temer de jeito nenhum, e novas eleições, sim.

Sinceramente, acho que podemos ter gravíssimos problemas no nosso País. Há tanta gente sofrendo com o desemprego, tanta família sem saber o que fazer, porque o que estava empregado, desempregou; o jovem que chegou na hora de trabalhar não está conseguindo trabalho; a inflação está caindo. Temos condição de retomar, sim, o crescimento econômico do nosso País, combater a corrupção, fortalecer a operação Lava-Jato, fortalecer a nossa Polícia Federal, a Justiça. Temos condição, sim, de fazer tudo isso, mas com o País pacificado.

Agora, materializando-se isso, não sei quando devem ser anunciados fatiadamente os Ministérios, mas já que estão todos os dias prometendo Ministério e declarando que o já têm Ministros, estão fazendo contra o Senado um papel que a história há de registrar. Para que, então, a Comissão? Para que o julgamento se, para eles, já estamos tendo um fato consumado?

Acho que, se for para fazer o golpe, se for para, na marra, tirar uma Presidenta eleita, seria melhor consultar a população. Isso, para mim, é o limite do limite, mas só pode vir se for dentro de um entendimento,

dentro de um procedimento em que o Parlamento, a própria Presidenta, o Sr. Vice-Presidente Michel Temer e o Supremo Tribunal pudesse acolher. Estou achando que, nesse caminho do Brasil está pegando, pode ser que, para enfrentar um Governo ilegítimo, querendo tomar medidas para atender os seus parceiros, o povo vá à rua, e aí o povo vai exigir o fim de um Governo. E o Brasil terá um segundo trauma, e essa crise econômica e política pode se agravar.

Eu, sinceramente, acho que estamos vivendo uma espécie de insensatez coletiva. O ideal mesmo seria que, com serenidade, conversássemos o País, assumíssemos um compromisso com a democracia...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e encontrássemos uma solução que não agravasse a crise, que não criasse uma cicatriz definitiva na jovem democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, a próxima oradora inscrita para uma comunicação inadiável é a Senadora Angela Portela, a quem concedo a palavra.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu quero, antes de iniciar o meu pronunciamento, parabenizar a eloquência e a clareza com que o Senador Jorge Viana fez o seu pronunciamento, defendendo aqui a Presidenta Dilma e falando da importância da compreensão de que este processo de *impeachment* é muito grave e muito preocupante para todos nós, brasileiros e brasileiras. Então, parabéns, Senador Jorge Viana!

Sem dúvida nenhuma, é um momento grave e preocupante. Podemos observar claramente, principalmente hoje, na discussão da Comissão Especial que analisa o processo de *impeachment*, o avanço dessas medidas para que se consagre o afastamento da Presidenta Dilma.

A previsão é que será do dia 4 ao dia 6 a análise do relatório, e, no dia 11 de maio, a votação aqui no plenário do Senado Federal.

A movimentação dos políticos que armam a derrubada da Presidenta Dilma dá pistas das políticas recessivas que estão sendo preparadas. Além de ser um atentado à democracia – já que não se pode admitir o *impeachment* de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade –, o que se prepara é um golpe contra as conquistas sociais dos últimos 14 anos.

Conforme a imprensa já vem noticiando, as negociações entre os políticos que querem derrubar a Presidenta têm, como cardápio obrigatório, medidas de enxugamento drástico das políticas sociais – as mesmas políticas responsáveis por tirar milhões de brasileiros da pobreza extrema e de conferir a outros tantos direitos que antes eram privilégio de uma parcela mínima da população.

Eu poderia citar os programas mais conhecidos, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, que, certamente, estarão sob ameaça se esse atentado à democracia prosperar, mas há inúmeras outras políticas fundamentais de inclusão que poderão sofrer cortes em nome de uma austeridade fiscal, que sabemos a quem interessa.

É preciso, Sr. Presidente, que fique claro que o atual processo de *impeachment* é fruto de um acordo triplo. O acerto envolve os derrotados de 2014, Parlamentares desesperados por se verem livres das investigações da Operação Lava Jato e elites econômicas que pretendem voltar a ditar os rumos das políticas do Governo. Tenham certeza de que cada um desses grupos vai querer cobrar a sua parte se conseguirem derrubar a Dilma.

Vivemos, Sr. Presidente, um clima de instabilidade política que alimenta a instabilidade econômica desde outubro de 2014, quando a Presidenta Dilma foi eleita com 54 milhões de votos.

Os derrotados, naquele segundo turno da eleição, de pronto, lançaram-se à tarefa de desestabilizar o Governo. Primeiramente, não aceitaram os resultados das urnas. Num segundo momento, uniram-se aos notórios chantagistas da política nacional e urdiram um plano para inviabilizar todas as iniciativas do Executivo que tivessem o objetivo de promover ajustes na economia e de recolocar o País no rumo do desenvolvimento. Foram as inúmeras pautas bombas, cujo objetivo não era outro senão desestabilizar o Governo. Pautas bombas, Sr. Presidente, como V. Ex^a ouviu lá na Câmara em inúmeras ocasiões. Ficaram muito conhecidas as chamadas pautas bombas.

Será que alguém em sã consciência pode crer que aquela parcela importante da oposição estava movida pelo interesse público?

A terceira parte do projeto oposicionista de desestabilização do Governo foi o patrocínio desse frágil pedido de *impeachment* da Presidenta, sem razão jurídica plausível, sem requisitos constitucionais.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há ainda um grande grupo de Parlamentares envolvidos em

denúncias de corrupção, citados em delações de todo tipo, respondendo a vários processos no Supremo Tribunal Federal, que desejam trocar o *impeachment* por um tratamento mais brando da Justiça.

Esse objetivo ficou explícito durante a votação da abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, no dia 17, e ficou ainda mais claro nos dias que se seguiram. A sociedade já percebeu o engodo das discussões falsas do combate à corrupção.

O Senador Jorge Viana colocou muito bem aqui as pesquisas: 63% são favoráveis a um novo Governo, a eleições diretas; somente 8% apoiam o Vice-Presidente, Michel Temer. Isso mostra claramente a percepção da sociedade, que está mudando, para esse processo.

Arma-se na Câmara uma operação para salvar o mandato do maior artífice do golpe, o Deputado Eduardo Cunha. Temos observado Parlamentares, diversas vezes citados em delações premiadas, respondendo a múltiplos processos no STF, assumindo posições destacadas nas articulações do governo golpista, com desenvoltura acintosa.

Para completar, essas forças políticas do atraso – derrotados e enrolados com a Justiça – vêm recebendo apoios maciços de grupos econômicos habituados a se beneficiar das benesses do Estado. É o caso da Federação das Indústrias de São Paulo, que vem investindo recursos – e, em última instância, são públicos os recursos – no convencimento de Parlamentares favoráveis ao *impeachment*.

Esses grupos políticos, por certo, também vão exigir o seu prêmio: o aumento do custo social dos problemas econômicos do País.

Sr. Presidente, os principais analistas já falam em diminuição da idade mínima para aposentadoria, em cortes em gastos sociais e em aumento de impostos.

Tudo isso torna ainda mais dramática a tarefa no Senado, essa que estamos assumindo. Hoje de manhã, foi aprovado o plano para os trabalhos da Comissão de *impeachment*.

Devemos colocar as denúncias contra a Presidenta Dilma em seu devido lugar: o da disputa política, visto que não há sustentação jurídica para o *impeachment*.

Isto é o que se espera, Sr. Presidente, do Senado: serenidade, equilíbrio, apreço à democracia e apreço à Constituição.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Ex^a, cumprimento-a pelo pronunciamento. Realmente nós estamos vivendo um cenário dos mais preocupantes na atualidade, sobretudo pelo processo de *impeachment*, que está em análise aqui no Senado Federal e que nos impõem – vamos dizer assim – esse conflito de posições que, de maneira nenhuma, pode nos distanciar.

Temos que sair disso, aconteça o que acontecer, mais fortes do que nós estamos, porque, acima dos nossos partidos, está o Brasil, os brasileiros e as brasileiras, que esperam de nós uma posição firme, coesa, equilibrada, para que o Brasil possa buscar o caminho do desenvolvimento, voltar a crescer, para que os brasileiros e as brasileiras possam crescer junto com o Brasil. Esse é o grande objetivo que nós todos temos.

Evidentemente, nós temos as nossas posições políticas, nossas posições partidárias, mas isso, Senadora Angela Portela, não vai diminuir, de maneira nenhuma, a admiração e o apreço que tenho por V. Ex^a, que tenho pelo Senador Telmário – um amigo que construí aqui, que é muito atuante, um Senador muito vibrante. Infelizmente esse é o cenário que nós vivemos no presente momento, com uma Comissão Especial de *Impeachment*, que foi instalada hoje. É muito justo e natural que discutamos sobre esses aspectos, que são fundamentais para o Brasil, mas que, como eu falei, possamos sair fortalecidos disso tudo.

Então, eu cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a. Receba de minha parte a minha admiração e o meu apreço.

Eu concedo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia, que vai falar como oradora inscrita e que fez uma permuta com o Senador Ataídes.

O Senador Hélio José reclama, mas nós já tínhamos feito um acordo antes que V. Ex^a chegasse, inclusive, o acordo previa que eu falaria antes de V. Ex^a, mas, como V. Ex^a chegou, assim como a Senadora Ana Amélia permutaria com o Senador Ataídes, eu permutaria com a Senadora Ana Amélia.

Então, V. Ex^a tem a palavra. Em seguida, após a Senadora Ana Amélia, se V. Ex^a não se incomodar, companheiro de Partido que é, eu falaria, evidentemente, depois de V. Ex^a.

Com a palavra a atuante e destacada Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Ficam por conta da sua generalidade as referências, Senador Dário Berger, e farei isto, Senador Hélio José, estarei aí à disposição para ajudar todos os colegas.

É claro, Senador Dário Berger, que, ante a observação, queria saudar os nossos telespectadores da TV Senado, os nossos ouvintes da Rádio Senado, os nossos Senadores, Senadoras, que nos acompanham aqui

nesse desafio diário, agora aumentado, Senador Garibaldi Alves, pela responsabilidade que teremos, com serenidade, com responsabilidade, com equilíbrio, de dar uma resposta ao País sobre esta crise que está – como eu disse ontem – sangrando a nossa economia, com a geração de um exército de 10,5 milhões de desempregados, com uma inflação corroendo o poder aquisitivo dos trabalhadores, dos assalariados, dos aposentados, com a falta de perspectiva e com empresas, indústrias e comércio fechando.

Neste cenário, não vislumbramos, hoje, uma situação diferente, a não ser de uma mudança, que é o que estamos fazendo no Senado, com um julgamento político chamado *impeachment*, que está previsto na Constituição. O rito de todo o julgamento foi estabelecido pela Suprema Corte de Justiça do nosso País, com autonomia, com isenção e com independência, exatamente para que nós, no Senado, julguemos também com independência, com autonomia e com responsabilidade constitucional que a Constituição e o Regimento Interno do Senado nos obrigam a seguir. E faremos isso com senso de responsabilidade.

Quando vejo aqui os discursos raivosos, os discursos contundentes de pessoas tentando demover posições, algumas já firmadas e outras de alguns Senadores indecisos, uso um ditado muito comum lá na minha terra, Lagoa Vermelha: “Nem as moscas a gente apanha com vinagre.” Portanto, se eu quiser convencer V. Ex^a, Senador Dário Berger, de alguma coisa, não posso tratá-lo acidamente, criticamente, duramente, ferozmente, raivosamente. Eu tenho que tratá-lo com delicadeza, com racionalidade, com inteligência, com jeito, com educação, tentando convencê-lo a mudar de lado. Aí, certamente, eu terei muito mais chances de conseguir sucesso, mas agredindo-lhe, de maneira feroz, acidamente, certamente não terei sucesso, porque, lá na minha Lagoa Vermelha, se diz que “nem as moscas a gente atrai com vinagre”, elas correm, enquanto se coloca açúcar para atraí-las. É claro que, às vezes, coloca-se açúcar com um pouquinho de veneno para matar as mosquinhas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Deixe-me contribuir com V. Ex^a.

Nós temos capacidade de convencer de várias formas, mas quero destacar duas: a primeira, pela autoridade; e a segunda, pelo convencimento. O convencimento requer ternura, equilíbrio, serenidade. Quando convencemos as outras pessoas através desses princípios, a nossa vida é longa, retilínea, uniforme.

Quero dizer a V. Ex^a que me entusiasmos essa parte do seu discurso, porque eu sempre me baseei neste princípio: no princípio da paz, da harmonia, do respeito ao contraditório. É preciso respeitar as pessoas como elas são, e não como nós gostaríamos que elas fossem.

Como falei para a Senadora Angela Portela, Senadora Ana Amélia, estamos diante de um momento dramático da vida nacional, mas isso não pode nos dividir a ponto de não nos encontrarmos na frente. Na verdade, esse é apenas um processo do qual nós precisamos sair mais fortalecidos. É através do convencimento que eu imagino que temos capacidade de construir uma nova fase, um novo modelo e um novo Brasil para os brasileiros e para as brasileiras.

Obrigado.

Desculpe-me por interromper V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Eu fiquei muito feliz, Senador Dário Berger, porque somos da mesma escola, embora V. Ex^a tenha chegado aqui, em 2015, com a vitória em 2014. Estamos, nessa convivência agora, Senador Dário Berger, compartilhando os mesmos problemas, os mesmos dilemas, e temos igual identificação do que interessa à nossa economia – eu, do Rio Grande do Sul; e V. Ex^a, de Santa Catarina.

Eu também queria aproveitar, só para concluir, e agradecer-lo, já que V. Ex^a está na Presidência, porque, em plena quinta-feira, Senador Garibaldi, nós aqui tínhamos acordado com o Presidente Renan Calheiros de colocar em votação, na Ordem do Dia, um projeto da maior relevância para a economia brasileira, não porque eu tenha sido autora desse projeto, mas pelo conhecimento, pela informação que tinha do sistema que funciona lá, no Rio Grande do Sul; aqui, em Brasília – o Senador Hélio José está aqui, é ligado ao setor da suinocultura e conhece bem Marcelo Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos –; e, lá, em Santa Catarina, ainda com maior peso, já que Chapecó é a capital do sistema integrado.

Havia um vazio legal que poderia provocar uma insegurança jurídica enorme na relação entre os integrados e os integradores. E esse setor domina praticamente toda a suinocultura, domina grande parte da avicultura em nosso País, da produção de laticínios e também da produção de fumo ou tabaco. Então, em 2012, com o apoio de muitos dos personagens envolvidos nesse processo, produzimos um projeto para criar um marco regulatório, criando direitos e deveres equilibradamente para que não se penalizasse o pequeno, o integrado, na relação com o integrador.

Esse equilíbrio nós buscamos num diálogo extremamente democrático, com todos os agentes econômicos, e foi realmente, nesse processo, que democraticamente buscamos apoio naqueles que são especialistas nessa área para compor o projeto. Ele demorou, passou por todas as comissões aqui, no Senado –

o Senador Acir Gurgacz foi um dos relatores, muito importante no processo, faço reconhecimento a isso –, e foi para a Câmara dos Deputados. Andou, tramitou nas comissões, acabou em uma relatoria com o substitutivo do Deputado Valdir Colatto – casualmente, meu conterrâneo de Lagoa Vermelha, mas Deputado atuante, do PMDB, de Santa Catarina –, concluiu-se para votação, em um acordo com as lideranças, e veio para cá.

É evidente que o meu interesse era que isso continuasse tendo um ponto final muito positivo. Foi o que aconteceu na quinta-feira. Eu tinha sugerido que o Senador Dário Berger, até por sugestão do Relator na Câmara – vejam a convivência que nós temos –, fosse o Relator aqui, no plenário. E aí, por economia regimental, de tempo, porque a matéria já estava bem construída, para que não precisasse passar novamente por todas as comissões, o projeto veio aqui e foi aprovado, na quinta-feira, na relatoria do Senador Dário Berger, com o apoio dos Senadores que estavam aqui presentes, alguns Líderes de partido. E conseguimos dar uma resposta à sociedade, para dizer que, mesmo neste momento de crise, nós estamos trabalhando em matérias da maior relevância para a economia brasileira, para o nosso País. Então, faço este registro, agradecendo ao Senador Dário Berger pelo que fez.

Como abri falando sobre o *impeachment*, fiquei muito apreensiva, porque hoje, de novo, voltou-se a falar em golpe em relação ao que nós vamos apreciar aqui. Se fosse assim, não teria o Supremo Tribunal Federal dado cobertura legal no rito processual aqui, Deputado Mendonça Filho. Se fosse golpe, não estaríamos aqui com uma comissão especial constituída, com um rito definido pelo Presidente, obedecendo rigorosamente o princípio regimental, o princípio constitucional daquilo que, pelo menos, três grandes renomados Ministros do Supremo declararam textualmente: Ministro Celso de Mello, o Decano da Suprema Corte; Ministro Dias Toffoli, insuspeito, porque foi indicado pelo Partido do Governo, o Partido dos Trabalhadores, foi advogado deste, hoje preside o Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, uma pessoa insuspeitíssima; além do Ministro Gilmar Mendes. Todos eles falaram pela Corte no momento em que se imaginava que a Presidente iria a Nova York fazer cobranças ou críticas e dizer que aqui se estaria praticando uma violência à Constituição.

Não estamos. Nós estamos respeitando rigorosamente os termos constitucionais, tanto que hoje, na Comissão Especial, o Presidente, Senador Raimundo Lira, com o seu equilíbrio, com a sua democracia, com a sua responsabilidade, conduziu toda a reunião de maneira a acolher todos, ou não acolher algumas questões de ordem ali levantadas, da maneira mais competente e mais responsável possível.

Da mesma forma, confiamos que o Relator, Senador Antonio Anastasia, um professor de Direito Constitucional, dará uma contribuição e um relatório que vai, diferentemente da Câmara, certamente dar base e fundamento mais profundo ainda ao que estamos dizendo, até porque o Senado é a Casa julgadora. Aqui é um tribunal, mas é um tribunal político e, por isso, a relevância do que aqui iremos fazer em três processos de votação. São duas votações, com maioria simples, 41 Senadores; e a última para dizer culpado ou inocente, que terá necessidade de dois terços de votos, um quórum qualificado, o que dá 54 votos dos 81 Senadores. Então, estamos trabalhando dentro de um regime democrático, com instituições independentes, funcionando naturalmente e regularmente.

Eu queria, Senador, por fim, para não me...

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Nobre Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Fiz questão de fazer este aparte, inclusive, para cumprimentar V. Exª, também o nosso Presidente, Senador Dário Berger, a nossa querida Vanessa Grazziotin, guerreira, por ter corrido tudo bem hoje, na Comissão do *Impeachment*, da qual somos membros. O Garibaldi também participou de todo o processo. As coisas estão correndo com as devidas discussões necessárias, mas não concordo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ouvi isso de V. Exª e concordei plenamente, naquela hora, ao seu lado.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Muito obrigado, Senadora. Eu só queria fazer este aparte para confirmar o que V. Exª coloca, dando oportunidade para todo mundo poder se manifestar. Hoje foi aprovado um plano de trabalho que permitirá que especialistas venham colocar pontos de vista contraditórios e que possamos votar a admissibilidade com bom conhecimento realmente de todas as nuances prós e contra, para decidirmos com a maior tranquilidade do mundo. Então, V. Exª está de parabéns e corretamente relatando uma situação que nos agrada muito por estar aqui, nesta Casa, sabendo que esse processo está sendo tratado de forma adequada, como deve ser tratada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Hélio José, eu queria que esse aparte fosse acrescido ao meu pronunciamento, porque V. Exª, como Líder do Governo, tem autoridade também por esta condição e o que V. Exª fala tem peso, tanto que apareceu, no Jornal Nacional, na quinta-feira, esse tema também com o Senador Wellington Fagundes.

Eu queria, aliás, a propósito disso, saudar a decisão da Unasul, que foi invocada, Senador José Medeiros, pela Presidente da República, para que se manifestasse, no sentido de atacar e dizer que aqui é um golpe. Por senso, eu diria, de defesa de soberania dos países, os governos da Colômbia, do Peru, do Chile, da Argentina e do Paraguai foram contrários a uma solicitação dos países bolivarianos – a Venezuela, o Equador e a Bolívia – para dizer que era golpe. Então, foram cinco países contra três, para não acolher uma tentativa dessa, que seria, sim, ferir a Constituição.

Também é inaceitável que a Presidente da República sugira que o Mercosul retire o Brasil. Agora, se o fizer, será muito bom para o Brasil, porque aí, pelo menos o nosso País terá a liberdade de fazer acordo com vários países. Hoje ele está atrelado a um bloco que não lhe dá grandes proveitos: algum comércio com a Argentina principalmente, mas outros todos reclamam.

Por que retiramos o Paraguai? O Paraguai fez um *impeachment* do Presidente Lugo. E sabe quantos votos o Presidente teve na sua defesa? Um voto! Um voto terá sido um golpe ao Paraguai? E por causa daquele *impeachment*, o Paraguai foi afastado? Não foi por causa do *impeachment* que ele foi afastado, não. Ele foi afastado, para que o Congresso paraguaio, que resistia à inclusão da Venezuela no Bloco do Mercosul, porque não respeita as cláusulas democráticas, entrasse no Bloco do Mercosul. Foi simplesmente isso que aconteceu. Só isso! O tempo passou. A Venezuela entrou no Mercosul; o Paraguai voltou. E o Paraguai não é o Brasil. O Paraguai está com uma inflação pequena, um desemprego pequeno e crescimento grande. Então, o Paraguai não é o Brasil.

É lamentável que isso tenha acontecido, mas de qualquer maneira, se o Brasil sair do Mercosul, há uma vantagem: ele poderá fazer acordos comerciais com outros países. Isso seria uma vantagem para a população brasileira, que hoje amarga o problema do desemprego.

Concedo um aparte ao Senador José Medeiros e vou terminando, Senador Dário Berger.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, eu queria parabenizar V. Ex^a, porque faz uma narrativa do que foi um verdadeiro golpe. Ali foi cometido um golpe contra o Paraguai, perpetrado pela escola bolivariana, em que um país soberanamente afastou um Presidente da República. Veja só, eu não sabia – e creio que a maior parte dos brasileiros não sabia – que tinha sido por um placar tão dilatado, em que o Presidente Lugo teve apenas um voto. Ali, com certeza, a democracia se firmou, tanto é verdade que, quando a democracia vai bem, quando o país politicamente vai bem, geralmente a economia vai bem. Hoje vemos infelizmente, para infortúnio nosso, boa parte do nosso parque industrial se deslocando do Brasil para o Paraguai. V. Ex^a falou dos números da economia paraguaia. Vou citar aqui um exemplo: hoje as Lojas Riachuelo estão com o seu parque lá, no Paraguai. No Estado de Mato Grosso, que não tem uma tradição grande de indústrias, as poucas indústrias que lá estão já estão indo também para o Paraguai, porque dinheiro não tem pátria. Ele aflui para onde a economia vai bem. Cito, como exemplo, uma grande empresa que há, no meu Estado, inclusive nacional, uma *trading*, a Maggi, que é de propriedade do nosso colega do Senado, Senador Blairo Maggi. Eles estão fazendo um aporte de U\$150 milhões na Argentina. Por que estão fazendo? Porque veem segurança jurídica e segurança política, veem um norte para isso. É, neste momento, que refletimos e vemos que o Brasil precisa voltar a trilhar esse caminho. V. Ex^a tanto lutou e que tem lutado, nesta Casa, para buscar novos caminhos para o País. Tenho visto constantemente a sua luta pela economia, inclusive na questão dos vinhos lá do Rio Grande do Sul. Então, é um momento em que temos que refutar – e parabenizo-a por isso – esse discurso de golpe. Por quê? Porque passa uma imagem para o mercado internacional que nos prejudica imensamente. Se fosse verdade, tudo bem, mas, como é uma mentira, temos que combater. Não é golpe, porque nós estamos vendo todo o transcorrer deste processo na forma em que rege a lei.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E golpe é quando há uma ruptura, uma coisa contra a lei. Golpe é, por exemplo, o que o Stédile faz, no País inteiro, com o Movimento dos Sem Terra. Aí sim é ao arrepio da lei, fazendo golpe. E dito isso, finalizando, eu queria pedir ao Senador Renan que não atendesse mais isso. Hoje ele recebeu aqui, na Casa, todo esse movimento e o Sr. Stédile se comportando como um Ministro de Estado ali, na Presidência do Senado. Ele não nutre as condições necessárias para isso. Agora eu queria fazer um apelo também ao Ministro Lewandowski. Esse movimento é um movimento criminoso. Esse movimento tem cometido crimes pelo País inteiro e estou sabendo que será recebido, daqui a pouco, pelo Presidente do Supremo Tribunal. Presidente, não faça isso com o Brasil. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros, penso que a convivência democrática, respeitando a sua posição e a sua opinião, pressupõe isso.

Agora ela tem que ser dos dois lados, Senador Medeiros, como diz V. Exª...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o respeito à lei e quem não respeita a lei está fora dela. Então, nós queremos que a autoridade tenha a ciência das consequências que este ato representa neste processo.

E quero dizer também que não faltaram, Senador Dário Berger, conselhos à Presidente Dilma Rousseff. Vários Senadores, grupos de Senadores foram à Presidente, na hora em que estava começando a se agravar a crise, para dizer que medidas poderiam ser tomadas, mas não foram ouvidos, e nós estamos neste processo. Agora é assim que temos que encaminhar.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada aos Senadores que me apartearam.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, eu que agradeço a V. Exª e, antes de mais nada, eu quero restabelecer a ordem aqui das nossas inscrições.

Eu quero informar ao Plenário do Senado que o próximo orador inscrito é o Senador Hélio José; depois vou conceder a palavra ao Senador Garibaldi Alves, que está inscrito para uma comunicação inadiável; depois será este Senador que está falando; depois a nossa Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, o Senador Agripino Maia, mais um orador inscrito; e, em seguida, o Senador Ronaldo Caiado. Essa é a lista de inscrições refeita em função da presença dos Senadores em plenário.

Antes de mais nada, Senador Hélio José, se me permite só um minutinho. Eu fui Relator de um projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, que estabeleceu novas regras, novos conceitos para as atividades dos integrados e dos integradores. Esse projeto foi apresentado aqui, no Senado Federal, e teve, como Relator, o Senador Acir Gurgacz, que fez um excelente trabalho também como Relator.

Ato contínuo, foi remetido à Câmara dos Deputados. Encontrou lá outros projetos que já versavam sobre esse tema e teve, no Deputado Federal Valdir Colatto, um Relator especial, porque foi criada uma Comissão Especial, dada a importância do projeto, para que fosse agilizada sua tramitação e aprovação na Câmara dos Deputados.

E esse projeto, na verdade é um projeto inovador, oportuno e necessário. Portanto, quero parabenizar aqui mais uma vez a Senadora Ana Amélia por isso, porque, antes disso, Senador Hélio José, a indústria estabelecia a regra, e os integrados tinham que cumprir, sem nenhuma segurança jurídica, sem nenhuma contrapartida, sem nenhuma relação racional entre produtor e o sistema industrial que processa os integrados.

Bem, o projeto estabelece regras claras, objetivas, a transparência e a tão sonhada segurança jurídica. Portanto, tive muito orgulho de relatar esse projeto, sobretudo porque o oeste catarinense é uma região extremamente desenvolvida nesse setor de cooperados e também no setor de integrados e integradores, razão pela qual eu cumprimento, mais uma vez, V. Exª. Peço desculpa por utilizar a Presidência, para fazer esse registro, mas não poderia deixar de me manifestar a esse respeito.

E ele passou por unanimidade, nesta Casa, inclusive com o aplauso do Senador Caiado, que é uma das maiores autoridades da agricultura e do agronegócio do Brasil. Portanto, fiquei muito feliz, muito satisfeito por ter relatado esse projeto, que trouxe inúmeros benefícios à agricultura de Santa Catarina, do Brasil, mas sobretudo de Chapecó e região, sendo Chapecó a capital do agronegócio de Santa Catarina.

Muito obrigado ao Senador Caiado, muito obrigado à Senadora Ana Amélia.

E vamos em frente!

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senador Dário Berger. V. Exª nos orgulha a todos nesta Casa. Por isso, aprovamos aqui por unanimidade esse projeto tão importante para o Brasil.

Lembro-me muito bem aqui do discurso que o Senador Caiado e outros aqui fizeram, eu também fiz um, parabenizando V. Exª, parabenizando também a nossa Senadora Ana Amélia, por esse importante projeto que nós aprovamos aqui, porque o micro e o pequeno produtor rural principalmente agradecem, e agradecem de forma forte, porque nós sabemos a inclinação do Sul – não é, Ana? –, tanto do Rio Grande do Sul, quanto de Santa Catarina, nessa produção, e o tanto que é importante para lá e para o Brasil inteiro esse projeto que foi aprovado.

Quero cumprimentar os nossos ouvintes da TV e da Rádio Senado, que nos ouvem, e dizer inicialmente, antes fazer a minha fala aqui, que me envaideceu muito hoje, como eu estava falando, há poucos instantes, num aparte à Senadora Ana Amélia, a maturidade da nossa Comissão de análise da admissibilidade do *impeachment*. Fizemos um debate acalorado, mas respeitoso, tranquilo. Elegemos o Senador Raimundo Lira para Presidente da Comissão, de forma consensual; depois houve uma disputa acalorada pela relatoria, e,

depois de respeitado todo o debate, foi eleito o Senador Anastasia; e, depois, discutimos, de forma tranquila, um programa de trabalho, que foi aprovado e vai garantir o contraditório, vai garantir que a gente possa ouvir especialistas de ambas as teses e fazer com que essa Comissão tenha bastante êxito aqui nesta Casa.

Então, orgulha-me muito fazer parte. E também tenho orgulho da nossa Senadora, Presidente desta sessão, Senadora Ana Amélia, indicada *ad hoc* como Vice-Presidente também da nossa Comissão lá pelo nosso Presidente Lira, o que nos orgulha muito, porque sabemos também da competência da nossa Senadora Ana Amélia.

O que me traz aqui hoje é falar sobre a questão das dificuldades que nós estamos vivendo na emergência pediátrica em Brasília, a pediatria. As nossas crianças, que são tão dependentes e tão necessitadas da colaboração e da assistência médica, têm penalizado muito com a falta de profissionais da área pediátrica e também com a falta de apoio que esses profissionais têm tido na Secretaria de Saúde do Distrito Federal e também na rede privada. O que nos espanta é que, em vários hospitais importantes de Brasília da rede privada, os prontos-socorros e os atendentes da área de pediatria têm sido fechados e tem sido diminuído o número de atendentes médicos na área de pediatria.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, dizem que a grandeza de um país pode ser avaliada pelo tratamento que ele dispensa a suas crianças. Se fôssemos tirar nossas medidas com a mesma régua que mede o bem-estar das nossas crianças, como seríamos avaliados? Será que cada criança deste País é tratada com o respeito que merece? Será que cada criança tem a escola que merece? Tem sua saúde protegida da forma que merece?

Então, são essas reflexões que me trazem hoje aqui, nobre Senadora Simone Tebet, para poder falar. A senhora, que é uma mãe de família, mãe, parece-me, como a senhora me falou, de dois filhos, e eu sou pai de quatro, “pãe” – não é? –, porque quem é pai é um pouco mãe também, nós sabemos o tanto que é importante o médico pediatra naquele momento em que a gente passa dificuldade. E, em Brasília, nós estamos sofrendo muito com relação a essa área profissional. Então, essas reflexões é que me trazem aqui, para fazer essa breve fala.

Essa é uma questão básica fundamental e que merece toda a nossa atenção. Vejamos, por exemplo, a situação da saúde. E não me refiro à saúde pública, cujas mazelas são amplamente conhecidas, debatidas e lamentadas, nem à saúde do Brasil como um todo; refiro-me unicamente à saúde privada, à saúde suplementar do Distrito Federal. Trata-se de um subtítulo, de um pormenor, de um mero detalhe no grande e lastimoso cenário da proteção à infância em nosso País, nobre Presidente Senadora Ana Amélia.

E esse detalhe é cruel. Não conseguimos cuidar da saúde de nossas crianças nem mesmo aqui no coração do País; na Capital da República, estamos tendo essa dificuldade. E, como já disse, não falo do SUS, mas da saúde privada, da saúde suplementar, dos hospitais privados.

Temos recebido inúmeras reclamações sobre o atendimento pediátrico nos hospitais privados de Brasília. As emergências estão lotadas, pais e filhos passam horas esperando atendimento. E, quando o caso é grave e a criança precisa de uma vaga na UTI, eles, muitas vezes, não conseguem, lamentavelmente.

Eu mesmo, nobre Senadora Ana Amélia, tive um problema de saúde nesse final de semana, fui a um hospital privado e fiquei quase duas horas para ser atendido. Agora, imagine quando se trata de uma criança, tão dependente!

Essas famílias tentam suprir, por meio de uma relação contratual, a inépcia do Estado em honrar sua obrigação constitucional. Esforçam-se, sacrificam-se, tiram dinheiro do próprio bolso, para proporcionar segurança e conforto a seus filhos.

E o que recebem em troca? O mesmo descaso, o mesmo desprezo, a mesma negligência. O Estado que não cumpre suas obrigações constitucionais de garantir uma saúde pública de qualidade é o mesmo Estado que falha na regulação das relações contratuais entre usuários, planos de saúde e prestadores de serviço, lamentavelmente.

Segundo informações da imprensa, as vagas em UTIs pediátricas em Brasília estão cada vez mais escassas. O hospital do meu amigo Rafael Leal, o Hospital Santa Lúcia, fechou sua UTI pediátrica há dois anos; o Hospital Alvorada Brasília, no início do ano; e o Hospital Santa Luzia fechará a sua, lamentavelmente, no próximo mês, no mês que vem. Como um pronto-socorro pediátrico funciona sem ter para onde encaminhar os doentes graves? Como ficarão as crianças que precisam de terapia intensiva? São as perguntas que ficam, para serem respondidas, porque todo mundo tem crianças em casa, tem netos que precisam ser atendidos em hospital.

Esse é um problema que me preocupa bastante. A saúde suplementar, de certa forma, alivia a pressão sobre o SUS. O Brasil tem hoje cerca de 50 milhões de usuários de planos de saúde – um quarto da população brasileira. O SUS teria condições, nos dias de hoje, de absorver essa população? Será que teria? Certamente

não tem, e é bem provável que nossa pequena dificuldade regional reflita, em certa medida, uma dificuldade mais ampla, em nível nacional.

Temos tentado entender os fatores que levaram a pediatria brasileira a essa situação – até mesmo como forma de contribuir com soluções para a crise – e percebemos que o problema tem, pelo menos, dois degraus. O primeiro degrau é o atendimento ambulatorial. Quase 90% de todos os problemas de saúde da criança podem e devem, na verdade, ser resolvidos ambulatorialmente, no consultório médico, pelo pediatra que acompanha a criança.

Se as crianças tivessem um acompanhamento ambulatorial adequado, com um pediatra de confiança, haveria dois benefícios imediatos. Em primeiro lugar, boa parte das crianças que hoje lota as emergências não estaria mais lá, ou porque seus problemas teriam sido resolvidos ambulatorialmente, ou porque não teria sequer adoecido. Em segundo lugar, havendo menos crianças doentes e menos crianças nas emergências dos hospitais, as UTIs teriam muito mais vagas disponíveis. Todo mundo sabe o preço de uma vaga na UTI.

Infelizmente, o que observamos é que os pediatras têm tido dificuldade para remunerar adequadamente a prática clínica ambulatorial, as atividades de consultório. Lamentavelmente, tem acontecido isso. A relação entre causa e efeito não é muito clara, mas famílias brasileiras acabaram desenvolvendo uma espécie de cultura de pronto-socorro, uma crença de que conseguirão resolver suas carências de acompanhamento pediátrico nas emergências dos hospitais. Infelizmente, não vão conseguir isso.

O segundo degrau desse problema relaciona-se à lucratividade do paciente pediátrico, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores. A criança, graças a Deus, tem a invejável capacidade de se recuperar rapidamente, sem sequelas ou malabarismos, da maioria das doenças a afligem. Elas requerem menos exames, menos remédios e menos procedimentos complexos e, por isso, geram menos faturamento e menos lucro para os hospitais.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Seguindo essa lógica de mercado, por que atender e internar uma criança, quando, com a mesma estrutura, o mesmo leito, a mesma vaga de UTI, pode-se internar um adulto, já que um adulto gera mais dinheiro? É lamentável! Ao que tudo indica, essa lógica, ao menos em parte, tem influenciado as decisões dos hospitais privados em Brasília.

O fato é que a saúde não se pode render, simplesmente, à lógica fria e crua do mercado. As famílias pagam planos de saúde, achando que estão comprando atendimento de qualidade para seus filhos. A Agência Nacional de Saúde Suplementar, na Resolução Normativa nº 259, de 2011, diz que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem garantir acesso a todos os serviços e procedimentos definidos no chamado Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E, nos casos de urgência e emergência, esse acesso tem que ser imediato.

A lógica que rege a relação entre famílias, planos de saúde e hospitais privados até pode derivar da lógica de mercado, mas tem que se submeter à regulação do Estado, em benefício do cidadão, principalmente das crianças. Essa regulação, no caso da saúde, é obrigatória e imprescindível. Não existe justificativa possível para termos emergências e UTIs pediátricas superlotadas e assistirmos à rede privada se eximir de encontrar solução adequada para o problema, nobre Senador Ronaldo Caiado, que é nosso médico, e nobre Senador Dário Berger.

É um vexame! Se temos uma criança em casa e levamos para um hospital privado, e pagamos um plano de saúde caro, lá não há UTIs pediátricas. Elas estão sendo fechadas, porque não dão o lucro necessário que queriam que dessem. Não podemos admitir uma situação dessa.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A ANS tem que tomar as devidas providências, porque as crianças precisam de atendimento.

O Brasil conta com cerca de 35 mil pediatras, o equivalente a 10% dos médicos com especialidade registrada. O Distrito Federal tem 1.350 pediatras, mais de 11% dos médicos registrados. Esses números se equivalem, e até superam, os de muitos países onde o atendimento pediátrico funciona muito bem. Não é por falta de pediatras, certamente, que temos tido tantas dificuldades no atendimento, lamentavelmente, nobres amigos Senadores e Senadoras.

Tolstoi, o grande escritor russo, costumava dizer: “As famílias felizes são muito parecidas, mas as famílias

infelizes são infelizes, cada uma, a sua maneira.” No que se refere aos atendimentos pediátricos de emergência em Brasília, não temos sido muito felizes.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Concluindo, nobre Presidente.

E, se levarmos em conta que existe um aumento sazonal na demanda por atendimento pediátrico, no período que se iniciou no mês passado e que vai até junho, ou julho, a perspectiva é de que sejamos ainda mais infelizes nos próximos meses. Talvez tenhamos que sentar à mesa – todos, como uma verdadeira família –, para discutir as causas particulares da nossa infelicidade.

Era o que tinha a falar.

E gostaria, antes, de parabenizar o Tribunal de Contas do Distrito Federal, que, tomando atitudes a respeito dessa situação, fez uma série de recomendações ao Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Saúde, para que tomem providência para resolver tão importante situação aqui na nossa cidade.

Era isso que tinha a pronunciar.

Quero agradecer a V. Ex^{as} pela atenção.

Nobre Senador Berger, V. Ex^a queria falar alguma coisa?

(Interrupção do som.)

(Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Hélio José.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como eu estou presidindo, o Senador Dário Berger me deixou a orientação de como seria a ordem dos oradores. Eu dei uma informação equivocada ao Senador José Agripino, ou seja, disse-lhe que seria o primeiro inscrito pela Liderança. Acontece que, antes do Senador, fez a inscrição para uma comunicação inadiável, que é o último, o Senador Garibaldi Alves. Como o Senador Hélio José falou como orador inscrito, agora é o Senador Garibaldi Alves, depois o Senador Dário Berger, aí vem uma comunicação pela Senadora Vanessa Grazziotin, que está inscrita, e V. Ex^a será o próximo, inscrito pela Liderança.

Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Trata-se apenas de requerer, nos termos regimentais, a inserção em ata de um voto de pesar para a Sr^a Ramona Miranda de Britto. Ela é mãe do nosso querido colega Senador Waldemir Moka e faleceu nesta madrugada, na capital do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Se V. Ex^a me permitir, vou ler rapidamente a justificção e, inclusive, dizer que foi subscrita por V. Ex^a, pelo Senador Caiado e pelos demais Senadores aqui presentes.

A justificção de um voto de pesar, Sr^a Presidente, pelo falecimento de uma pessoa que nos é muito querida já é, na sua essência, difícil, porque é quando mais nos aproximamos do interior da nossa alma. Se esse mesmo voto é pela partida de uma mãe, em especial a de um amigo como o Senador Waldemir Moka, mais ainda, porque a nossa alma encontra um coração ferido, e nada mais nos resta que manifestar a nossa tristeza e levar a ele a nossa palavra de conforto. Este é, portanto, muito mais um voto de consolo ao nosso colega que hoje chora a dor da partida de quem lhe fez luz, de quem lhe fez do ventre o seu primeiro chegar e do coração o seu eterno morar.

Os cinco filhos eram poucos para o tamanho do coração de mãe da Sr^a Ramona Miranda de Britto. Ela adotou mais dois. Na verdade, adotou muitos outros, pois adotou todos aqueles que com ela conviveram nos seus 93 anos. Por isso, todos os sul-mato-grossenses que a conheceram mais de perto também estão, hoje, de coração ferido.

Sr^a Presidente, sou amiga pessoal e grande admiradora do Senador Waldemir Moka. Ele foi companheiro de luta do meu pai e, muitas vezes, o substituiu nos aconselhamentos aqui no Senado, nas nossas labutas políticas.

Manoel de Barros, nosso conterrâneo sul-mato-grossense, fez poesia da palavra de uma mãe – abre aspas: “Meus filhos, o dia já envelheceu, entrem pra dentro”. Fecha aspas. O poeta também dizia de um menino que também gostava mais do vazio do que do cheio, porque – abre aspas – “vazios são maiores e até infinitos”

– fecha aspas. Para o Senador Moka, seus irmãos e amigos, este dia 26 de abril envelheceu mais cedo. No ar, entre as nuvens do tempo, há um vazio do tamanho do infinito, mas a D. Ramona continuará, com certeza, a nos convidar para entrar para dentro do seu coração, um lugar muito conhecido de todos nós, porque é nele que todos nós moramos durante todo o tempo.

Eu peço aos nobres pares desta Casa a aprovação deste voto de pesar.

E, para a família, Sr^a Presidente, mais uma vez, eu invoco a poesia de Manoel de Barros: “Tem mais presença em mim o que me falta”.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O requerimento de V. Ex^a, subscrito por mim e por vários outros Senadores, é o Requerimento nº 308.

De novo, a Mesa se solidariza com a família do Senador Moka. Eu tive a honra e a alegria de conhecer a D. Ramona em novembro do ano passado, no casamento da filha do Senador Moka. Era uma figura doce, amável, uma mãe carinhosa. Portanto, a perda é sentida não só pela família, mas por quem teve o privilégio de conviver com ela, mesmo tão brevemente, como foi o meu caso.

Cumprimento a Senadora. E desejamos ao Senador Moka, um ativo e combativo Parlamentar do Mato Grosso do Sul, do PMDB histórico, as condolências da Mesa, endossando o requerimento de V. Ex^a, Senadora Simone Tebet.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, só para ir na mesma linha. Como representante do Estado de Mato Grosso, eu queria também me solidarizar com a família.

D. Ramona morou boa parte da sua vida no Estado de Mato Grosso, na região de Porto Esperidião, aliás, onde nasceu o Senador e nosso amigo Waldemir Moka.

Eu queria deixar a minha solidariedade, sendo que me solidarizo também com o Senador Petecão que, na semana passada, também perdeu a sua mãe. Um momento de dor em que compartilhamos a nossa solidariedade com esses dois colegas da Casa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Mesa acolhe a manifestação de V. Ex^a, inclusive estendendo também as condolências ao Senador Petecão pela perda da mãe na semana passada.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves para uma comunicação inadiável.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero também me associar ao voto de pesar apresentado pela Senadora Simone Tebet, pelo desaparecimento da mãe do Senador Moka. Nós que convivemos com o Senador Moka não podemos deixar de assinalar que se trata de um colega dos mais corretos, leais, amigos, e o sofrimento dele nos atinge também. Falei com ele hoje pela manhã e fiz ver a ele esse meu sentimento que, tenho certeza, não é apenas um sentimento meu, mas é de toda a Casa com relação ao desaparecimento da sua mãe.

Obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto ao Senador Garibaldi Alves se V. Ex^a fará o uso da palavra para comunicação inadiável, além da manifestação de V. Ex^a agora, porque se inscreveu para essa comunicação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu queria, Senadora Ana Amélia, ceder esse espaço, que foi generosamente cedido por mim, quando da Presidência do Senador Dário Berger, a outro orador. O Senador José Agripino está... Trata-se de um conterrâneo meu.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A permuta generosa de V. Ex^a é ao Senador Dário Berger. Portanto, fala agora o Senador Dário Berger.

Consulto a Senadora Vanessa – estamos no dilema do Regimento em relação a quem falará depois de um orador inscrito, que é o Senador Dário Berger – se falará como comunicação ou como inscrita.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como inscrita. Portanto, a próxima será uma comunicação ou pela Liderança.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador está inscrito, porque houve uma alteração aqui, o Senador Dário Berger estava aguardando.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Presidente, por gentileza.

Tratando-se de um contrerrâneo meu, eu queria ceder meu espaço ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Eu faria uma conciliação, Presidente. O Senador Dário Berger falará, e, com a concordância da Senadora Vanessa, usarei da palavra em seguida. Não será um discurso longo, e ficaríamos com as propostas equacionadas. É a proposta que faço a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço. É claro que depende da manifestação da Senadora Vanessa, que é sempre generosa com os colegas.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bem, com a concordância da Senadora Vanessa... Vamos esperar que ela não se manifeste e já vamos concordando, Senador José Agripino. (*Risos.*)

Senador Garibaldi, a minha homenagem a V. Ex^a por tudo aquilo que o senhor já representou e continua representando aqui, no Senado Federal. Muito obrigado, de coração.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, hoje, pela manhã, tivemos a primeira reunião da Comissão Especial do *Impeachment*, oportunidade em que elegemos o Presidente da Comissão, o Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba, e também o Relator, o Senador Antonio Augusto Anastasia, do PSDB, de Minas Gerais, bem como definimos o calendário dos trabalhos daquele Colegiado.

Preliminarmente, eu quero expressar aqui que, com muito orgulho e responsabilidade, participo daquela Comissão Especial – representando, sobretudo, o Estado de Santa Catarina –, que analisará o pedido de afastamento da Presidente da República.

E é justamente para falar sobre o *impeachment*, Senadora Ana Amélia, e sobre os trabalhos desta Comissão que ocupo a tribuna nesta tarde, nesta Casa Legislativa.

Iniciamos hoje a discussão e a avaliação de um processo histórico, história esta que é escrita diariamente por nós homens e mulheres, mediante nossas ações e nossas decisões. Não há dúvida de que somos diferentes e temos pensamentos e posições diferentes, porém a democracia, na sua essência, pressupõe que devemos respeitar as opiniões divergentes.

Nos próximos 15 dias, os olhos da Nação brasileira estarão voltados para aquela Comissão. Entendo que os nossos trabalhos deverão ser pautados pelo equilíbrio, pela serenidade, pela prudência, pelo respeito às normas, às leis e à democracia. Devemos respeitar o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Está muito claro para todos nós que, naquela Comissão, os debates seguirão um rito formal, dentro da competência constitucional desta Casa prevista no art. 52, inciso I, da Carta Magna, e do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, buscando sempre analisar a existência ou não de crime de responsabilidade por parte da Presidente da República, atendendo, assim, também ao disposto no art. 85, incisos VI e VII da nossa Constituição, bem como às disposições da Lei nº 1.079, de 1950.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado, é importante que se diga a verdade. O que a maioria dos brasileiros pensa, o que vem sendo dito e repetido na imprensa e pela classe política, de um modo geral, é que a Presidente da República se encontra nesta situação, porque levou o País a uma crise econômica sem precedentes, bem como perdeu a confiança de todos os agentes econômicos e da população em geral.

Um Presidente da República não é afastado por um mero aspecto formal e, sim, por um conjunto de fatores. Motivos não nos faltam. Não seria exagero afirmar que o Governo não possui mais as mínimas condições de governabilidade: não tem apoio parlamentar, não tem apoio popular e, muitas vezes, não teve aqui, nesta Casa, nem o apoio do seu próprio Partido.

O atual processo de *impeachment* apenas reforça o que aconteceu em nosso País nos últimos tempos. Numa sucessão de equívocos que se perpetuaram, o Governo gastou muito e gastou mal, muitas vezes sem nenhum compromisso com o Orçamento, transformando o Orçamento numa mera peça contábil.

A democracia não pode permitir tais excessos e tais exageros. A verdade é que, se o Brasil fosse uma empresa, inevitavelmente, estaria falido, diante do monumental desequilíbrio entre receita e despesa. Como dizia Peter Drucker – abre aspas –, “não existem países subdesenvolvidos, existem países subgovernados”.

Alguns dias atrás, ocupei a tribuna desta Casa para expressar a minha preocupação com o caos econômico que estávamos vivendo e, sobretudo, com as consequências dele. Na oportunidade, mencionei que era urgente a necessidade de um pacto nacional em que situação e oposição pudessem esquecer suas diferenças, sentar à mesma mesa e apresentar um plano de salvação nacional.

Os fatos são estes: o Governo está desestruturado; a máquina pública, emperrada; e os servidores, desmotivados; a dívida pública chegou a patamares alarmantes; há um sério risco de falência do setor público; os Estados e os Municípios já estão em queda livre; a economia, também; o mercado perdeu a confiança no País; os investidores, inseguros, estão em estado de espera, aguardando o desenrolar do processo de

impeachment.

Srª Presidente, não existe presidencialismo sem um Presidente forte. E, lamentavelmente, a atual Presidente, já há muito, perdeu essa credibilidade. O desemprego e a inflação estão na ordem do dia. Entendo que o Presidente da República tem que ser um indutor, um animador, um aglutinador dos anseios de seu povo, um produtor do desenvolvimento econômico e social, proporcionando aos brasileiros e às brasileiras um novo tempo.

Quanto ao Senado Federal, cabe cumprir o seu papel constitucional com responsabilidade e sobriedade. E este Senador, investido neste momento na condição de julgador, cumprirá com altivez o seu papel, não decepcionando aqueles que o elegeram, nem a população brasileira.

E, passado esse capítulo dramático da vida brasileira, espera-se que o governo se reencontre com os brasileiros e brasileiras e que reencontre também a estabilidade fiscal e monetária e também o tão sonhado crescimento econômico. Os brasileiros, confiantes que estão, esperam e merecem um governo mais eficiente, um País melhor, mais justo e mais ético.

Não há dúvidas de que não seria exagero afirmar que o atual Governo não reúne mais as mínimas condições de governabilidade. O Governo está quebrado, a máquina emperrada e os servidores desmotivados. O Governo perdeu o rumo e o presidencialismo, como eu falei, não existe, não funciona sem um Presidente forte, porque um Presidente da República tem que ser um animador, tem que ser o produtor, tem que ser o indutor de políticas públicas capazes de colocar o País no rumo, capaz de implantar um plano de estrutura, um plano estrutural necessário que privilegie quem produz e quem trabalha e que é o que não está acontecendo hoje, porque o País está parado.

O sentimento majoritário do povo de Santa Catarina e do Brasil é pela mudança, lamentavelmente pela mudança, porque este momento é um momento dramático da vida nacional que, evidentemente, merece o nosso respeito, a nossa consideração, mas requer de nós uma atitude firme, real, urgente, para que o País possa sair da crise em que se encontra.

Portanto, não posso deixar aqui de mencionar que esse é um desafio que nós temos pela frente e que esse desafio seja construído com equilíbrio e serenidade por todos nós e que todos nós possamos sair daqui e sair desse projeto, Senadora Simone, mais fortalecidos do que nós entramos, porque o que nós desejamos é um Brasil forte, produtivo, gerando oportunidade de empregos para a nossa gente e, sobretudo, que ele possa voltar a crescer, prosperar e que os brasileiros e as brasileiras possam crescer junto com o Brasil.

Esse seria o meu pronunciamento desta noite, Srª Presidente. Muito obrigado pela atenção e muito obrigado aos Senadores que me antecederam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento.

Agradeço o Senador José Agripino, pela aquiescência na permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin. Assim, acomodamos todos.

Agradeço a presença dos convidados ilustres: o Prefeito de Salvador e ACM Neto. Obrigado pela sua presença aqui, seja sempre bem-vindo a uma Casa que é quase sua também. E agradeço aos demais Deputados do Estado do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, que estão presentes aqui no plenário para aguardar o pronunciamento do Senador Agripino Maia.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Ana Amélia, eu também quero agradecer muitíssimo ao Senador. Muito obrigada, Senador Agripino, porque fui eu, inclusive que procurei o Senador, Senadora Ana Amélia, dizendo a ele que, certamente, ele teria inúmeros apartes a conceder e, de fato, eu imagino que assim será. Então, Senador, como me comprometi com V. Exª, serei muito breve neste meu pronunciamento.

Não poderia deixar de vir aqui, Srª Presidente, para registrar uma importante votação que tivermos, agora no início da tarde na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, onde aprovamos a autorização do Governo Federal para que a Prefeitura da minha querida cidade de Manaus possa acessar um empréstimo no valor de US\$150 milhões junto ao Banco Mundial.

Isso é muito importante, Srª Presidente. Todos sabem do meu posicionamento político em relação ao prefeito da minha cidade, mas o Brasil e o Estado do Amazonas também sabem do meu compromisso com o meu Estado e com a minha querida cidade. Então, eu fico feliz por poder ocupar esta tribuna e dizer que realizamos uma sessão tranquila na Comissão de Assuntos Econômicos e, por unanimidade, decidimos que não cumpriríamos, hoje, uma decisão interna da própria Comissão: em uma sessão, faz-se a leitura e há o pedido de vista coletiva, e, na semana seguinte, vota-se. Hoje, nós conseguimos – aqui se encontra o Deputado Pauderney Avelino – aprovar o projeto na Comissão por unanimidade, e outros três novos também

foram aprovados. Como tudo indica, tenho certeza absoluta, tenho convicção de que, logo mais, votaremos a matéria aqui na Casa.

O Senador Omar Aziz lá falou do seu empenho e do meu empenho como Senadores, ou seja, de toda a Bancada do Amazonas, o que é natural, o que é normal, mas eu aqui também gostaria, Senadora Ana Amélia, de destacar o papel da nossa Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senadora Gleisi Hoffmann, que contribuiu muito. Na semana passada, estivemos no Palácio do Planalto – eu e a Senadora. Tirei a Senadora, Presidente da CAE, de uma reunião para irmos até o Palácio e conversarmos com a Casa Civil, com os Ministros, para que pudessemos agilizar esse o processo e o Governo, a União desse a autorização, para que, de fato, a prefeitura pudesse acessar.

O valor a ser acessado é de R\$150 milhões, conforme já destaquei aqui, através do programa Proconfis. Diferentemente de outras operações de crédito que são concedidas às unidades da nossa Federação – Estados ou Municípios –, nas quais geralmente o dinheiro é liberado conforme a execução da obra, esse valor será liberado em duas parcelas e poderá ser utilizado para ser aplicado no orçamento da Prefeitura de Manaus.

Eu tenho convicção plena, e aqui quero fazer o registro, de que é preciso que a Prefeitura de Manaus avance muito na transparência, porque, infelizmente, entre as cidades brasileiras, entre os Estados brasileiros, a cidade de Manaus é uma das piores colocadas, ou seja, tem a pior situação quanto à transparência. Talvez também sirva para isto o empréstimo, Senador Otto: para ajudar novas tecnologias e garantir um nível, um percentual maior de transparência, a fim de que toda a população possa saber em que os recursos vêm sendo aplicados.

Senador Otto.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Vanessa Grazziotin, acompanhei de perto essa luta, esse trabalho feito por V. Ex^a e pelo Senador Omar Aziz na busca de liberar esses recursos para a Prefeitura de Manaus. Mas quero também ressaltar aqui que o meu Estado, a Bahia, também foi contemplado, hoje, com a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de um empréstimo de US\$200 milhões para os trechos rodoviários principais do Estado da Bahia. O Premar II foi um projeto que eu toquei quando Secretário de Infraestrutura, no período de 2011 até 2014. Fizemos lá 4 mil quilômetros de estradas e, agora, com esses US\$200 milhões, vamos ter condições de revitalizar, recuperar, fazer toda a revitalização desses principais trechos rodoviários, inclusive a estrada do feijão, que é um trecho rodoviário longo. Fizemos do Município de Feira de Santana até o Município de Barra do São Francisco, um trecho de quase 600km de estrada, além de outros trechos importantes que serão tocados. Vejo aqui o Senador Walter Pinheiro, que é membro da Comissão de Assuntos Econômicos e que também ajudou bastante. Acho que esse é o caminho que devemos trilhar, de buscar recursos para resolver essa questão da infraestrutura, ajudar sem pedir carteirinha de identidade ideológica ou partidária, quem quer que seja. O trabalho é importante e nada resiste ao trabalho. Teremos que trabalhar pelo Brasil, por Manaus e pela Bahia. Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Parabéns. Quero cumprimentar aqui o Senador Otto, que também foi vice-governador do Estado da Bahia e dizer, Senador Otto, que é muito importante a gente poder colaborar inclusive com a liberação de recursos.

Vejo, aqui no plenário, a presença do Prefeito de Manaus, e estou aqui registrando essa importante conquista que a nossa querida cidade obteve a partir da aprovação e que, logo mais, deveremos votar, aqui no Plenário do Senado Federal.

E para concluir, Senadora Ana Amélia, nesses poucos minutos que me restam, quero dizer que, apesar de termos tido, hoje pela manhã, a primeira reunião da Comissão, em que elegemos, por aclamação, o Presidente e, por maioria de votos, o relator, lamento muito não termos conseguido avançar para o consenso também no caso da relatoria, Senadora Ana Amélia. Digo isso de forma entristecida. Acho que seria melhor para a Comissão, seria melhor para o Senado Federal, seria melhor para o Brasil, se tivéssemos também, da mesma forma como alcançamos a unanimidade para a eleição do presidente, buscarmos a unanimidade para a eleição do relator.

Apresentei, ontem, uma questão de ordem, da qual estou extremamente segura, Senadora Ana Amélia, porque não sabia – fiquei sabendo apenas no dia de ontem – que também assina, subscreve a representação, portanto, a denúncia contra a Presidente Dilma, o Sr. Flávio Henrique Costa Pereira, que nada mais é do que um filiado do PSDB, do que o Coordenador Jurídico Nacional do PSDB, ou seja, a subscrição aqui não é um fato de apenas um nome estar escrito e impresso em uma denúncia contra uma Presidente democraticamente eleita. É óbvio que ele teve, inclusive como advogado, muita participação na própria elaboração da denúncia. Eu acho que demos um passo errado, porque passamos por cima das regras, passamos por cima das leis, porque não é admitido que ao mesmo tempo um partido seja o denunciante e seja o relator do processo daquela denúncia feita. Então, lamento muito, Senadora. Creio que essa discussão não se encerra hoje porque

estamos diante, na minha opinião, de um fato extremamente grave.

Senador, quero lhe pedir desculpas, porque me comprometi com o Senador Agripino, que usaria até menos do meu tempo para que ele pudesse fazer seu pronunciamento. Mas, teremos muitas oportunidades para debater esse assunto, Senador Medeiros.

Muito obrigada. Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senadora Vanessa, por ter, nessa permuta com o Senador José Agripino, conciliado os interesses. A senhora foi atendida, com todo o respeito.

Como saudei o prefeito de Salvador, ACM Neto, ex-Deputado, queria também saudar o Prefeito de Manaus – e, em nome dele, toda a Bancada do Estado do Amazonas –, Arthur Virgílio, que honra esta Casa, também ex-Senador da República. O Senador Omar Aziz ia fazer as honras da Casa, mas eu me antecipei. O Prefeito Arthur Virgílio foi Senador também, ocupou cadeira no Senado Federal.

Senador Walter Pinheiro, pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, acho que o Senador Otto até já tocou nesse assunto, mas acho importante realçá-lo aqui, tanto para o Estado da Bahia, como para o Município de Manaus, quanto para o Município de Niterói.

Nós acabamos de aprovar, na Comissão de Assuntos Econômicos, três operações de crédito. No caso específico do nosso Estado, a Bahia, na realidade, é o segundo projeto dessa magnitude que nós, de certa forma, entabulamos com o Banco Mundial. Tive oportunidade de trabalhar no primeiro projeto, quando fui Secretário de Planejamento; o Senador Otto Alencar teve a oportunidade de trabalhar nesse projeto, quando era Secretário de Infraestrutura; e hoje nós aprovamos essa operação de crédito, no valor de US\$200 milhões, importante para que o Governador Rui Costa possa aplicar esses recursos na recuperação da nossa malha rodoviária e também como um investimento, lembrando que esse já era um pleito antigo. Há muito tempo, Senador Agripino, estamos pleiteando a liberação desses recursos, para que possamos não só recuperar nossa malha, escoar a produção, permitir o deslocamento das pessoas, mas também fazer investimento.

Então, a expectativa nossa é que, na Ordem do Dia de hoje, nós possamos apreciar essas operações de crédito e, portanto, de certa forma, liberando esses recursos, retomar a atividade econômica, claro, entregando ao povo baiano, em particular, a possibilidade de recuperação e a possibilidade de pavimentação de novas estradas na Bahia.

Era isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou Senadora do Rio Grande, Senador Walter Pinheiro, mas apoio a demanda de V. Exª, da Bahia, e também do Estado do Amazonas, especificamente da capital, e, no caso, Salvador, a bela capital da Bahia. Então, estão todos atendidos, e certamente os Senadores apoiarão.

Com a palavra, como orador inscrito pela Liderança, o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a simpática presença do ex-Senador e hoje Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, companheiro de tantas lutas. Fizemos oposição durante vários anos, ganhamos muitas lutas neste plenário em favor do Brasil, e, curiosamente, ele hoje está presente no plenário, feliz da vida, porque acabou de ter, na Comissão de Assuntos Econômicos, aprovado um pleito de empréstimo para a Prefeitura de Manaus, empréstimo que deverá ser submetido agora, em seguida, em regime de urgência, à apreciação pelo Plenário do Senado, o que vai viabilizar a sua pretensão administrativa de ser o que merece ser, um grande Prefeito em Manaus.

A presença de Arthur Virgílio aqui me lembra os meus quatro mandatos de Senador, durante os quais nunca vim a esta tribuna para tratar de assunto que não fosse de interesse nacional, republicano, de interesse público, nunca de interesse pessoal, o que faço agora. Não que seja de interesse pessoal, mas que diga respeito a mim pessoalmente.

Senador Aloysio Nunes, V. Exª conhece minha vida pública e sabe que fui Prefeito, Governador duas vezes, e este é meu quarto mandato de Senador. Quero só lembrar que, enquanto fui ordenador de despesa, enquanto fui Prefeito e Governador, construí mais de 1.500km de estrada asfaltada no meu Estado, incontáveis barragens, não sei quantos quilômetros de edificação, ordenei muita despesa como Governador e como Prefeito. Durante todo esse tempo, enquanto eu tinha caneta na mão, nunca houve nenhuma acusação às minhas gestões, pelo contrário, as minhas contas sempre foram aprovadas por unanimidade nas Assembleias Legislativas, nos Tribunais de Contas, nunca fui objeto de nenhuma acusação. Depois de 13 anos de oposição, cavilosa e curiosamente, começam a surgir eventuais acusações contra mim, Senador de oposição, sem mais ser ordenador de despesa, sem ter a força de governo. Por que há 13 anos, como aqui mencionava, fazendo o

registro da presença de Arthur Virgílio, faço oposição, começam a surgir acusações de fatos que, curiosamente, acontecem lá, no meu Estado? São coisas que vêm do Rio Grande do Norte para cá. Como sou Senador, tenho foro especial, os fatos se desdobram aqui.

Quero me referir – e ocupo a tribuna hoje – ao noticiário do último final de semana que registra, dentro de uma das acusações anteriores que me haviam sido feitas, com origem no Rio Grande do Norte, a quebra de sigilo fiscal e bancário meu e de mais várias pessoas, pessoas e entidades. Não quero perder tempo, a Senadora Vanessa estava com receio de que meu discurso fosse longo, não vai ser, vai ser objetivo, tópico, quero ir direto ao ponto. Quem não deve não teme. Não é preciso muita palavra, não é preciso muito discurso, para justificar as coisas que têm fácil justificação com fatos. Quero me valer do texto que consta do despacho que autoriza a quebra do sigilo bancário e fiscal de José Agripino Maia. Diz:

As investigações apontam para a efetiva solicitação e recebimento pelo investigado de forma oculta e disfarçada de vantagens pecuniárias indevidas, oriundas de sua intervenção para solucionar entraves referentes a controles externos, sofridos pela construção da denominada Arena das Dunas pelo Grupo OAS [...].

Senador Ronaldo Caiado, meu Líder no Senado, deixe-me dividir essa assertiva em duas coisas que são as fundamentais: uma delas diz que a minha intervenção ocorreu para entraves referentes a controles externos sofridos pela construção da denominada Arena das Dunas pelo Grupo OAS. O que é Arena das Dunas? É o estádio de futebol do meu Estado, da minha capital. Deixem-me fazer uma retrospectiva, ainda que rápida, desta construção.

Natal foi a última capital a iniciar a construção do seu estádio de futebol para sediar a Copa do Mundo, que era um sonho no meu Estado. Era um sonho do meu Estado, que é pequeno, cuja capital é bonita, acolhedora, mas não é uma cidade grande. E foi a última cidade a definir a construção do seu estádio de futebol, que, depois de marchas e contramarchas, Senador Cristovam, optou por demolir o antigo Castelão, que tinha posição privilegiada dentro da cidade, e, naquele lugar, abrir um espaço físico para a construção da Arena das Dunas.

Feita como? Quem era dono do terreno? O Estado. Qual era o capital de que o Estado dispunha? Nenhum, a não ser o terreno, razão pela qual foi feita uma parceria público-privada, envolvendo o Estado, que se associou ao Grupo OAS, para fazer a Arena das Dunas.

Uma observação: durante as tratativas do Governo do Estado com o Grupo OAS, eu nunca participei, hora nenhuma, dos entendimentos, nem precisava participar. Era o entendimento do Governo com a OAS.

Muito bem, foi feita a parceria público-privada, e, numa parceria público-privada, não há concorrência pública. O sócio, dono do consórcio, executa a obra mediante os custos que ele estima, não houve concorrência pública com o estabelecimento de preços.

Muito bem. A obra, que começou atrasada, andou. A Copa do Mundo se aproximava, e a obra sofria a expectativa de não ficar pronta e frustrar a expectativa do povo do Rio Grande do Norte e do povo do Brasil de não ver Natal como sede da Copa do Mundo.

Nesse meio tempo, surgiram impasses decorrentes da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, que entendeu que uma questão ligada a preços unitários não estaria sendo obedecida na execução da obra. Questionou e esse questionamento produziu a interrupção dos pagamentos devidos à construção da obra pelo BNDES.

Onde é que entra o Senador José Agripino nesta história? A parceria é público-privada, é o Estado do Rio Grande do Norte com o consórcio liderado pela OAS.

O Secretário de Estado me procura e me pede a interferência junto ao conselheiro do Tribunal de Contas do Estado que estava fazendo questionamentos, para que eu promovesse uma reunião com o consórcio, com o Estado representado por ele, Secretário, e com Conselheiro Tribunal de Contas, para que as partes fossem ouvidas e, se possível, houvesse um entendimento.

O que eu fiz? As partes falaram, eu assisti. O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, que é uma pessoa ligada a mim, é filho de um ex-secretário meu, não decidiu nada, ouviu tudo e prometeu que daria uma posição daí a alguns dias.

Daí a alguns dias chamou as partes interessadas no Tribunal de Contas do Estado e decidiu que não mudaria a sua posição.

Muito bem. A ingerência, a participação que eu tive, republicana, em nome do meu Estado, para que a obra não fosse interrompida, terminou aí.

De onde é que a solução veio? Do Tribunal de Contas da União. Como? Há um parecer do Tribunal de Contas da União, que está dentro do processo. Esse processo que me acusa já tem a manifestação do Tribunal

de Contas da União, onde eu nunca estive – nunca –, e as agendas são públicas, as agendas são públicas. O Tribunal de Contas da União decidiu que o pagamento era legal e autorizou o pagamento, e o BNDES, que foi instado a se manifestar, se manifestou e disse que o pagamento ia continuar, porque não havia nenhum óbice que impedisse os pagamentos.

Aí, sou eu acusado de fazer, como dizem aqui, “intervenção para solucionar entraves referentes a controles externos, sofridos pela construção da denominada Arena das Dunas pelo Grupo OAS”.

Em função dessa intervenção, eu seria merecedor de algum tipo de compensação.

Eu ouço, com prazer, o Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador José Agripino, ouvindo esse relato de V. Ex^a, sobre um tema que, em linhas gerais, eu já conhecia, eu me recordei do teor do art. 17 do Código Penal brasileiro, que trata do chamado crime impossível. Crime impossível. O que é o crime impossível? É o crime que não pode existir, seja por absoluta ineficácia do meio, seja por absoluta impropriedade do objeto. Esse é o crime impossível. Ineficácia do meio. V. Ex^a não teria nenhuma ingerência para resolver sobre um contrato, ou influir na celebração de um contrato, que foi, digamos, negociado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte – eu nem sei quais eram as suas relações com o governador ou a governadora da época. Era simplesmente uma oferta por parte do Governo para que uma empresa privada viesse a assumir uma obra de interesse público, no caso, a Arena das Dunas. Não havia o que fazer. Não havia interferência política possível, apenas um entendimento entre o Governo do Estado e uma empresa privada, em torno de um objeto que era plenamente conhecido, determinado e detalhado na convocação para a PPP. É também um crime impossível quanto ao objeto, porque V. Ex^a teria sido instado a trabalhar para remover um obstáculo administrativo, um obstáculo de um órgão de controle à concretização desse grande desejo do povo do seu Estado. Ora, esse obstáculo não poderia existir. Por quê? Porque o próprio Tribunal de Contas da União já havia legitimado o procedimento do Governo. Então, V. Ex^a fez o quê? É um crime impossível por ineficácia, por absoluta ineficácia do meio, por impropriedade do objeto e, eu diria também, por absoluta inadequação do seu caráter, da sua atitude ao longo da sua vida pública, testemunhada por tantos e tantos anos, ao longo dos cargos que V. Ex^a ocupou no Executivo, no Senado da República, em que V. Ex^a deu provas mais do que suficientes para os seus concidadãos, para os brasileiros da sua retidão, do seu espírito público, da sua honestidade. Desse modo, também por isso, esse crime jamais poderia ter sido cometido por V. Ex^a. As notícias a que V. Ex^a se refere seguramente devem tê-lo mortificado, mas mortificaram a mim também. Mortificaram a mim, que o conheço, a mim, que tenho uma enorme admiração por V. Ex^a, V. Ex^a que é um modelo de homem público neste País. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Aloysio Nunes, muito obrigado pelas suas palavras generosas.

Quero dizer, só para concluir. Na verdade, o que eu quero é trazer uma palavra de esclarecimento à Casa onde eu trabalho, onde eu atuo há muitos anos e à opinião pública do Brasil.

Eu não desejo polemizar. Eu quero trazer fatos concretos, fatos como os que V. Ex^a acaba de traduzir, o crime impossível. O que eu tentei foi, em função de um relacionamento com um conselheiro do Tribunal de Contas, a quem nem o secretário, nem o responsável do consórcio conseguiram convencer... Eu me retirei do processo, nunca mais eu estive no Tribunal de Contas do Estado e muito menos no Tribunal de Contas da União, nem no BNDES. Imagine a minha força para autorizar ou para conseguir liberação de recurso no BNDES.

Esse povo do Governo do PT quer muito bem a mim.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse oposicionista ferrenho e intransigente que é V. Ex^a jamais poderia exercer esse tipo de influência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Intransigente nem tanto, mas ferrenho sim, em nome da correção de rumos e de erros.

Atribuem-me, incrível, pelo fato de ter tentado uma coisa que não foi aceita pelo TCE – foi aceita, sim, pelo TCU (Tribunal de Contas da União) e pelo BNDES –, o crédito, atribuem-me o incrível crédito junto à OAS de algo peculiar e inaceitável. Isso é o que mais me maltrata.

À empresa OAS – e aqui vejo vários Parlamentares do meu Partido, de diversos Estados –, como a várias outras empresas construtoras, empresas industriais ou empresas brasileiras, é permitida a doação legal a financiamentos de campanhas, e essa empresa fez. Não foi para o Estado do Rio Grande do Norte, foi para muitos Estados do Brasil. Fez, sim, doações legais, que estão todas registradas, com a prestação de contas feita junto aos TREs ou ao TSE. Que não me atribuam o recebimento de propina que não existiu por razões que eu estou procurando colocar, para conhecimento dos meus pares e daqueles que estão me vendo e me ouvindo.

Aí, vem a segunda parte da história. Atribuem a mim o recebimento de uma compensação por intervenção que eu teria feito e que não produziu resultado nenhum. Fiz republicanamente, em nome do

interesse do meu Estado. Meu Estado precisava ser sede da Copa do Mundo, as obras estavam com atraso, e esse colapso podia ser fatal e poderia humilhar o Estado do Rio Grande do Norte. Eu fiz o que fiz para beneficiar o meu Estado.

O que existia era uma parceria público-privada. Era uma sociedade do Estado, que entrava com um terreno, e uma empresa privada, que entrava com a construção. As faturas eram financiadas e pagas pelo BNDES. Nunca participei desses entendimentos e nunca me meti em qualquer tipo de entendimento espúrio ao longo de toda a construção da Arena das Dunas.

Antes de ouvir o Senador Tasso Jereissati, o que farei com muito prazer, vem a segunda parte. As investigações apontam para efetiva solicitação e recebimento pelo investigado, de forma oculta e disfarçada, de vantagens pecuniárias indevidas, oriundas de sua intervenção, blá-blá-blá.

Eu sei a que se refere. Trata-se de um fato que é recorrente. Falam de um depósito de R\$170 mil na minha conta. Senador Tasso Jereissati, eu tenho nas minhas mãos, para quem quiser ver, uma cópia de uma transferência bancária – V. Ex^a é empresário e eu também –, cópia da transferência de dividendos da empresa da minha família, de que eu sou acionista e, portanto, credor de dividendos.

Aqui está o documento bancário de transferência de R\$170 mil da empresa da minha família, atendendo à minha participação acionária, valor que foi transferido oficialmente para minha conta no Banco do Brasil e da minha conta do Banco do Brasil – é um direito que eu tenho – sacado em três cheques meus, em datas diferentes, por conta da programação feita junto aos bancos para fazerem a provisão devida. O dinheiro, portanto, é meu. É meu. O dinheiro veio de uma empresa da minha família. E é um direito que eu tenho, por ações que eu possuo e pelo rendimento das ações.

Essa transferência bancária oficial veio para minha conta do Banco do Brasil, sacada com cheques meus, nominais, do Banco do Brasil. E, decorrido um espaço de tempo, esse dinheiro, que é meu, foi depositado na minha conta. É esse o meu crime. É esse.

Eu acho muito bom que isso tudo venha à lume, porque essa quebra de sigilo vai me dar a oportunidade de mostrar com números, mostrar com as declarações de Imposto de Renda, com os extratos de conta bancária, mostrar isso tudo que até agora não foi mostrado. Vai me dar a oportunidade de mostrar exatamente como as coisas aconteceram, para que não parem dúvidas, como disse – e agradeço – o Senador Aloysio Nunes, que possam eventualmente manchar a minha biografia e a minha reputação como homem público.

Senador Tasso, a quem ouvirei com muito prazer, eu tenho 35, 36 anos de vida pública. Essas minhas mãos são limpas. E acho que esses fatos que são desagradáveis vêm para socorrer o esclarecimento da minha vida pública. O que eu quero é que se esclareça tudo. Podem vasculhar tudo. Apenas eu quero celeridade. Eu quero rapidez. Eu não quero ficar pendurado em suspeitas. O que eu desejo é celeridade nas apreciações, nas investigações e nas conclusões.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Garibaldi Alves, Presidente desta sessão, Senador José Agripino, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de aqui relatar um fato que aconteceu comigo há duas ou três semanas. O Governador do Estado do Ceará ligou para mim pedindo que eu fizesse uma interferência, como Senador do Ceará, junto ao Tribunal de Contas da União, para acelerar um processo que estava ocorrendo no TCU a respeito do aeroporto, sobre a questão da construção, da liberação do aeroporto de Fortaleza, em função da importância estratégica que esse aeroporto tem para o desenvolvimento de Fortaleza e do Estado do Ceará, o que imediatamente fiz. Entrei em contato com o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, conversei com ele, pedindo que houvesse uma celeridade, destacando a importância que tinha para o Estado. Isso é quase que rotineiro aqui, na nossa vida de Senador. Agora mesmo, por exemplo, vejo ali o nosso querido Prefeito e ex-Senador Arthur Virgílio, que está aqui presente conosco, pleiteando um empréstimo para a cidade de Manaus. Todos os Senadores do Amazonas aqui presentes fizeram interferência, de uma maneira ou outra, junto a Ministros, à Secretaria da Fazenda, pressionando para que esse empréstimo fosse concedido. Ouvindo V. Ex^a, conhecendo como conheço a vida pública de V. Ex^a, eu estava imaginando o risco que essa vida pública se tornou ultimamente para nós todos. Um homem como V. Ex^a, que conheço desde Prefeito de Natal, Governador do Rio Grande do Norte e Senador durante pelo menos três mandatos, ao dirigir e ao gerenciar milhões e milhões de reais, como Governador do seu Estado, como Prefeito da sua capital, nunca teve nenhuma mancha, nenhuma acusação que pudesse sequer manchar de longe a sua vida. Pelo contrário, é um exemplo de integridade de uma carreira, não é de um cargo, de uma carreira longa. Mas está sujeito, até por estar interferindo ou trabalhando pela sua cidade, a esse tipo de acusação nesse mundo meio enlameado que estamos vivendo hoje. Respingos dessa lama acabam vindo para cima dos homens honrados e honestos como V. Ex^a. O que me dá mais espanto, a palavra não é espanto, mas indignação, é o fato de que o político, o homem público honrado, que preza a sua honra, a sua história... O Prefeito ACM Neto,

de Salvador, está aqui também presente nos prestigiando e nos honrando e, com certeza, vindo escutar V. Ex^a. Como ouvi, em determinado momento, aqui do Senador Anastasia, o homem honrado, o homem que preza pelo seu nome mais do que qualquer outra coisa, quando é acusado injustamente, como agora, não se conforma. Fica se sentindo mal. Não dorme. Fica indignado. Não sabe como olhar para os filhos enquanto não vê solução, enquanto não vê o mal-entendido perfeitamente esclarecido. E estamos vendo de sobra, aqueles que não têm nenhum escrúpulo, que estão na vida pública sem nenhum sentimento ético, caras de pau, não estão nem aí para acusações de milhões. Contra coisas que são nítidas, fatos, eles lutam contra os fatos. Negam os fatos com a maior tranquilidade. Dormem tranquilamente e não fazem mal nenhum a sua pessoa. Sinto o mal que está lhe fazendo uma acusação como essa, pela sua vida, pela sua carreira, pelo seu caráter. E diria a V. Ex^a, como testemunho público: com certeza, se eu estivesse na sua situação quando vieram lhe pedir a sua interferência pela provável ligação pessoal que tinha com o Ministro do TCU ou o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, faria exatamente a mesma coisa. Talvez não com tanta competência como V. Ex^a faz, mas faria exatamente a mesma coisa. Eu queria, portanto, me solidarizar com V. Ex^a. E tenho certeza de que há males que vêm para o bem. Esse pedido de quebra do sigilo de V. Ex^a e do seu filho virá para comprovar, definitivamente, que qualquer ilação, qualquer insinuação nesse sentido é pura maldade, é pura malícia de quem não aceita conviver, na vida pública, com homens de bem como V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Tasso.

Veja V. Ex^a: realmente maltrata, maltrata muito. Quem não é do ramo da prática do ilícito sofre muito com esse tipo de acusação. Maltrata muito, V. Ex^a tem toda razão. E eu não sou desse ramo.

Para coonestar as últimas palavras de V. Ex^a, está no relatório do TCU, dentro do processo, que o TCU, para esclarecer a opinião divergente entre o TCE e o TCU, promoveu uma reunião com os mesmos participantes com que eu promovi, para esclarecer, para debater ideias e para tomar a posição que tomou, de autorizar os pagamentos. Aquilo que eu fiz. Não convenceram nem o Secretário nem o representante do consórcio. O Tribunal de Contas da União, com a força que tem, conseguiu convencer, autorizou os pagamentos, e o BNDES fez os pagamentos, por entender que estavam corretos.

Veja, o que V. Ex^a disse, que faria a mesma coisa, o TCU fez. O culpado sou eu, e, por isso, eu seria supostamente beneficiário de valores ilegítimos. Esse é o fato.

Ouçó, com muito prazer, o meu Líder, Ronaldo Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nosso Presidente do Partido, José Agripino, sei que neste momento estou falando aqui em nome de toda uma Bancada que se faz presente: são 28 Deputados Federais, a nossa Deputada, Prof^a Dorinha, o nosso Prefeito – que é uma referência –, o ex-Deputado e Prefeito ACM Neto. Eu estou me expressando aqui, neste momento, por ser Senador da República e ter a oportunidade de apartear-lo, em nome de todos que o conhecem bem, Sr. Presidente. Convivemos com V. Ex^a desde os idos de 1989, momento em que acompanhamos sua trajetória como Líder, ex-Governador, ex-Prefeito, Senador da República respeitado, querido até pelos mais ferrenhos adversários, pela maneira como V. Ex^a sempre se pautou na Casa. E tenho que reconhecer que, neste um ano e meio em que aqui estou, tenho aprendido muito. V. Ex^a é uma pessoa que soube orientar a Bancada nos momentos mais delicados da vida. Quando o Partido sofreu o risco de ser extinto, foi V. Ex^a que emprestou seu prestígio, assumindo a Presidência no momento em que ninguém mais acreditava na sobrevivência do Democratas, e aglutinou todos nós, sempre dando o norte, sempre sendo exigente com todos, não abrindo concessão a quem quer que seja naquilo que fosse o cumprimento das regras, da ética e da moral. Como Presidente responsável e sendo o nosso representante para fazer a interlocução no sentido de o Partido ter condições financeiras de participar das campanhas eleitorais, V. Ex^a sempre tratou o assunto com total transparência na executiva do Partido, assim como na Bancada. Eu sei, sem dúvida alguma, que V. Ex^a traz hoje um tema do qual por várias vezes nós até tentamos persuadi-lo a não fazer referência, já que não houve repercussão. A sociedade viu que aquilo era algo no sentido de atingir um homem com a trajetória política de V. Ex^a. Mas V. Ex^a me chamou ali e disse: “É questão minha, pessoal”. Eu respeito, Sr. Presidente. Eu respeito porque sei o que V. Ex^a está sentindo. Mas o que é mais importante e que eu quero reforçar aqui? V. Ex^a não veio aqui com um discurso agressivo nem emotivo. Com todo o momento de dificuldade por que está passando – pois sei da trajetória de vida de V. Ex^a, e V. Ex^a não comunga e não admite conviver com qualquer dúvida que possa macular a sua honra –, o mais importante é que V. Ex^a traz aqui, a todos os colegas, pares Senadores, documentos, um relato fiel, mostrando exatamente com provas tudo aquilo que ocorreu, no sentido de esclarecer a todos que não houve, de maneira alguma, participação de V. Ex^a no fato. Como tal, Sr. Presidente, eu quero dizer que V. Ex^a tem o respeito não apenas do Democratas, tenho certeza absoluta, pela convivência que tem nesta Casa depois de um ano e meio, e é querido pela maneira conciliadora e muitas vezes por ter uma posição clara de oposição, jamais tergiversando, mas jamais deixando de ceder aos argumentos, com provas e com argumentos que sejam

consistentes. É isto que V. Exª traz a todos nós: dados como o cheque, provas como a decisão do Tribunal de Contas da União e sobre um contrato que existiu como Parceria Público-Privada entre o Estado, V. Exª e a empresa, enfim, prestando esse esclarecimento e não deixando dúvida sobre toda essa trajetória, a fim de jogar por terra as insinuações maldosas feitas a V. Exª. Meus cumprimentos, e saiba V. Exª que a Bancada e todos nós temos a maior admiração e respeito por sua trajetória e por mais ainda: por salvar o Democratas numa hora difícil da vida política nacional, quando tentaram extirpá-lo. E foi graças ao seu prestígio junto à Bancada a condição de sobrevivência do nosso Partido, que é, até hoje, para orgulho nosso, presidido pelo Senador José Agripino. Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Líder Ronaldo Caiado. Obrigado mesmo pela sua palavra generosa e cirurgicamente – V. Exª é médico – colocada, relatando a história do nosso Partido, a nossa ação, falando em nome dos nossos companheiros de Senado, Davi Alcolumbre e Ricardo Franco, e em nome do Prefeito ACM Neto, que foi Deputado, que não pode falar; falando em nome dos nossos 28 Deputados Federais, a quem eu agradeço, e muito, na figura do Líder Pauderney Avelino e do Líder Mendonça Filho.

Estão todos aqui. Sintam-se homenageados com os meus sinceros agradecimentos por sua presença solidária.

Quero dizer a V. Exªs que a única coisa que quero é celeridade na conclusão das investigações. Confio na ação do Ministério Público, confio na ação da Polícia Federal, confio na ação da Justiça. Desde já, digo que não vão encontrar quaisquer movimentações que não estejam dentro da estrita legalidade. Não vão encontrar depósitos efetuados com quem quer que seja que não tenha origem legal. Não vão.

Agora, quero dizer aos meus companheiros de Partido que esses tipos de episódio, para quem já tem uma vida pública como a que eu tenho – depois de ter sido Prefeito, Governador, Senador, Governador, Senador, Senador e Senador –, fazem parte do exercício da política. Quem faz oposição, como nós fazemos, está sujeito a todo tipo de insinuação, de acusação, de provocação. É duro, mas faz parte.

O que eu desejo, sim, nesta tarde, é deixar clara a minha palavra de prestação de contas ao meu Partido, à minha Casa, aos Líderes da minha Casa e ao meu País.

Agradeço ao Presidente da sessão, meu conterrâneo e amigo de boas lutas.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Blairo Maggi, com muito prazer.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Agripino. Quero ser solidário com V. Exª. Infelizmente, no momento que vivemos no Brasil, uma investigação já é a condenação. O que V. Exª está na tribuna a reclamar, neste momento, é exatamente isso. Quer dizer, vem a notícia e ela já o condena. A sociedade já olha como se tudo o que foi dito na denúncia se transformasse em realidade, e não há contraditório. V. Exª reclama celeridade nesse processo. Acho que todos aqueles que militam na política e que são homens de bem, quando acontecesse esse tipo de situação, querem que a coisa seja rapidamente esclarecida. É aquela história: quem não deve não teme, mas também não pode ficar com uma espada sobre a cabeça o tempo todo. Infelizmente, isso tem acontecido nas investigações que temos visto ultimamente. Nos Ministérios Públicos Estaduais, por exemplo, existe sempre uma preocupação muito grande, principalmente com relação aos prefeitos do interior, nos inquéritos civis, em que não há regra, tudo se pode fazer. Os prefeitos, coitados, são chantageados – posso até dizer isso. Se você não seguir a recomendação do Ministério Público Estadual, você sofre uma ação; se seguir a recomendação, vem outro promotor e interpõe a ação porque você fez e não havia orçamento para isso. O mundo da política é um mundo muito complicado, realmente, como disse o Senador Tasso. É muito complicado. O que todos nós temos na política é o nome, é a credibilidade. Nada mais temos a defender além disso. O tipo de situação por que V. Exª está passando neste momento é o que nos arreventa o coração, é o que não deixa a pessoa dormir, é o que atormenta a pessoa. Eu quero ser solidário a V. Exª e dizer que o que V. Exª pode pedir dessa tribuna, depois de apresentar os documentos e de fazer o seu relato, é que as investigações sejam rápidas, que tudo se esclareça e que V. Exª possa subir novamente à tribuna daqui a algum tempo – eu não sei quanto tempo será – e dizer: “Olha, eu tinha razão. As coisas eram exatamente como eu relatei. Infelizmente, não fui ouvido naquela oportunidade, mas agora a justiça se fez e está tudo esclarecido”. Quero mais uma vez registrar a minha solidariedade e dizer que os seus colegas de partido o reconhecem como um grande líder e um grande presidente, que tem uma história política longa e riquíssima neste Congresso Nacional e no Brasil. Espero que tudo se esclareça o mais rápido possível para que V. Exª tenha tranquilidade e seja o líder que foi até então, combativo, de cabeça erguida, sem medo de fazer os enfrentamentos, porque quem não deve não tem medo de fazer enfrentamentos. É o que V. Exª deve ter daqui para frente. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

E vou continuar de cabeça erguida, tranquilamente, com a mesma combatividade e com o mesmo espírito. Sabe porquê? V. Exª falou em perder o sono. Eu não perco o sono, porque estou com a consciência completamente tranquila em relação aos atos que pratiquei. Tenho certeza de que essa quebra de sigilo vai mostrar a verdade. Eu tenho consciência dos meus atos. Eles estão lá, eu os conheço. Então, eu não perco o sono porque estou de consciência tranquila, e não vou baixar a cabeça, em hipótese alguma, nem perder o ímpeto para denunciar e combater o malfeito.

Ouçó com muito prazer o Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador José Agripino, meu conterrâneo, nessa mesma tribuna em que V. Exª está neste momento, lembro-me de que, no ano passado, o saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira disse uma célebre frase, em um momento de dificuldade como o que V. Exª está passando. Ele havia sido acusado de advocacia administrativa por uma entrevista em um programa de rádio. Ele estava assistindo ao Jornal Nacional com a família e ficou sabendo que era réu em um processo para o qual ele nem havia sido intimado. Ele disse, dessa tribuna, que a política é como uma rosa, mas, como a rosa, também tem seus espinhos. Ele estava, naquele momento, provando dos espinhos da política, da coisa mais difícil, daquele golpe que vem sem que se possa defender. No Nordeste, V. Exª conhece muito bem, há aquele ditado: “De pedrada de doido e de coice de burro ninguém se livra”. Às vezes, na política há disso. Era até de se estranhar, Senador Agripino, que sobre V. Exª ainda não tivesse vindo coisas nesse sentido, pela sua combatividade, pelo seu perfil de combater, pelo seu perfil de oposição. Eu imagino como deve ter sido esquadrinhada, filtrada e peneirada a sua vida esse tempo inteiro. Agora V. Exª tem esse embate, e nós aqui estamos torcendo, até pela sua postura de ocupar a tribuna, de enfrentar e de dizer: “Quero que isso seja investigado o mais rápido possível”. Na sabatina do Procurador-Geral da República Rodrigo Janot e falei um pouco sobre isso. Eu sou daqueles que defende, dou total apoio às investigações, ao Ministério Público. Mas me preocupa e eu disse a ele que me preocupava se o Ministério Público estava brilhando os olhos ou não para alguns processos. Como estava sendo conduzido o processo, quando se trata de uma personalidade pública e de um político. O Senador Blairo Maggi falava agora há pouco dos prefeitos, e hoje, Senador José Agripino, está mais fácil o sujeito sair de um homicídio sem processo do que de um mandato de prefeito. Não queremos aqui que se jogue nada para debaixo do tapete, não queremos absolutamente isso, e V. Exª tem dito isso na tribuna; o que queremos é que não sejam jogadas na lata do lixo biografias como a sua, não podemos deixar que assassinem reputações. Isso é preocupante. Creio que o Ministério Público vai, a cada dia, se preocupar com isso, porque nesses valores também está sustentada a instituição Ministério Público. Valores como a honra demoram a vida inteira para se constituir, e, às vezes, segundos, cinco segundos de Jornal Nacional destroem toda uma biografia, que depois fica impossível se reconstituir. Eu espero que, em breve, todos esses fatos possam ser esclarecidos e que V. Exª tenha a tranquilidade que já tem de continuar fazendo o bom combate aqui no Senado Federal brasileiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador José Medeiros, muito grato pela sua manifestação. Uma observação só, meu conterrâneo José Medeiros, conterrâneo potiguar hoje residente no Mato Grosso: qualquer acusação pode ser feita. Eu acho que sou objeto de uma acusação injusta, mas a acusação feita merece e tem que ser objeto de investigação. Eu entendo como tal, democraticamente, entendo como tal. O que eu desejo é que a investigação seja rápida e isenta, reafirmando a minha confiança no Ministério Público Federal, na Polícia Federal e nos órgãos da Justiça.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador José Agripino, talvez contrariando a expectativa de muitos, eu não estou aqui para lhe prestar solidariedade. V. Exª não precisa dela. Não precisa porque estamos diante de um momento em que o Brasil tem a necessidade de experimentar. Por mais doloroso que seja no campo pessoal, por mais constrangedor que seja no aspecto público, esse é o instante em que temos a chance de ter um país fortalecido nas suas instituições, nos seus valores de democracia, porque nenhum homem público está imune a investigação, isso é uma regra básica de quem exerce a atividade pública. Mas tenho certeza de que, com a decisão que foi tomada dentro de um rito processual, V. Exª terá oportunidade de fazer aquilo que já afirmou na tribuna: mostrar toda lisura e correção do seu procedimento, e isso servirá como instrumento de reafirmação daquilo que já conhecemos. Eu, particularmente, que o acompanho já de longa data, não só com o meu olhar atento de vizinho paraibano, mas também com as relações de fraternidade, de amizade, que não apenas nos une, mas, sobretudo, uniram V. Exª ao meu pai, o nosso Poeta Ronaldo Cunha Lima. Então, o Senador Tasso Jereissati foi muito feliz em sua exposição, que traduziu bem o sentimento de todos que estão aqui. É muito constrangedor prestar solidariedade àquilo que não se deve, que não se tem, que não se precisa. Não me interpretem mal aqueles que usaram essa palavra; estou apenas tentando trazer uma nova ótica para o pronunciamento de V. Exª, que é feito com muita

clareza, com muita firmeza, no sentido de pontificar aquilo que eu estou repetindo: ninguém está imune à investigação; que essa investigação seja feita de forma célere, de forma isenta e que floresça, mais uma vez, resplandeça a força da verdade. E é o que vai acontecer, com certeza, diante desse processo que está sendo hoje analisado pelo Supremo Tribunal Federal, dentro de um país que acompanha muito atentamente essas transformações, até porque precisamos fazer essas distinções. Eu hoje acordei com uma publicação não só agressiva, mas criminosa na página oficial do Partido dos Trabalhadores, que depois, ao longo da manhã, foi retirada, mas com inverdades, com acusações. Isso porque é um partido político com registro no Tribunal Superior Eleitoral. Eram acusações absolutamente difamatórias, calúnias, inverdades completas, para revelar o grau de disputa política, de calor, que está acontecendo no País. Grupos se organizam para esperar Parlamentares nos aeroportos com agressões, com palavras difamatórias. Enfim, a temperatura está subindo e vai se elevar ainda mais, mas nada vai nos intimidar. Continuaremos fazendo nosso trabalho com a coragem que o momento exige, com a altivez de que a circunstância necessita. Portanto, é tocar a bola para frente e esperar, de forma serena – como V. Exª tem feito –, a conclusão desse processo investigatório, que, ao final e ao cabo, vai atestar aquilo que nós já sabemos, diante da postura, do comportamento de V. Exª ao longo de toda sua trajetória como homem público. Sigamos em frente, porque o Brasil espera de todos nós uma contribuição efetiva, para uma mudança profunda em todo esse quadro lastimável de deterioração dos valores do que é público, da organização criminosa que tomou conta do Estado brasileiro e levou o País a enfrentar esta que é a pior crise de toda a nossa história.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Cássio, meu fraterno amigo, pela sua manifestação equilibrada. É isso aí. A acusação está feita, reputo injusta, os órgãos de investigação que têm a obrigação de fazer a investigação que o façam. Apenas isto: que o façam de forma célere e que cheguem ao veredito em função das provas que venham a ser exibidas de parte a parte. Eu estou tranquilo.

Ouçõ com muito prazer e quero registrar o Senador Omar Aziz, o Senador José Serra, o Senador Benedito de Lira, o Senador Anastasia e o Senador Flexa Ribeiro. Por favor.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador José Agripino, eu o conheci na década de 90, quando V. Exª era governador do Rio Grande do Norte. Eu prestei atenção no que V. Exª falou, ouvi os comentários dos colegas, a solidariedade de alguns, mas eu queria lhe dizer uma coisa: acho que V. Exª, neste momento, dá um exemplo para todos nós. Se existe um problema causado por alguém, é importante dar uma explicação à sociedade e, principalmente, àquelas pessoas que nós amamos, porque ninguém sofre mais, Senador Agripino, do que a nossa família. Eu não chamo ninguém, nunca ninguém vai me ouvir numa tribuna acusar alguém de ladrão, de corrupto, porque nós não estamos acusando aquela pessoa. Aquela pessoa, às vezes, até merece ser acusada disso, mas essa pessoa tem filhos, tem netos, tem mulher, que não são responsáveis pelos atos de ninguém. Ninguém pode ser acusado de ser filho de alguém que cometeu um crime, e nós não podemos colocar isso para a família toda. Por mais que nos esforcemos, todos nós que estamos na política, como se diz, “estamos na política para nos molhar”. E nós estamos acostumados, temos couro duro. A vida faz com que os anos passem e nós vamos assimilando certas coisas. Mas há coisas na vida que não dá para assimilar: a injustiça não dá para assimilar; a mentira não dá para assimilar. Quando o senhor pede celeridade – não é só no seu caso, mas eu acho que nos casos de muita gente neste País –, é para que nós possamos, no final, separar o joio do trigo. Nesse final de semana, saiu matéria em todos os jornais, nos *blogs*, na internet, dizendo que haviam quebrado o sigilo bancário de V. Exª e de outras pessoas ligadas ao senhor. Bem, amanhã, se não acharem absolutamente nada, o senhor vai procurar para dizer: “Olha, eu sou inocente”, porque não vai haver iniciativa de ninguém para colocá-lo como inocente. Quando o senhor traz isso agora, o senhor não está dando uma satisfação a ninguém; o senhor está primeiro mostrando àquelas pessoas que lhe querem bem, que confiam no senhor, que o senhor é uma pessoa de bem, que essas pessoas podem ficar despreocupadas, porque o senhor não cometeu erro nenhum, e que a sua vida é de uma transparência muito grande. Eu o conheço, tenho aqui um depoimento do meu querido Prefeito da cidade de Manaus, Arthur Neto, que conviveu muitos anos, aqui no Senado, com o nobre Senador, e quero dizer o seguinte: estou torcendo para que tudo seja esclarecido o mais rápido possível. Passei por isso como governador, passei por isso como Deputado, vice-prefeito. É normal. Faz parte da nossa vida. Tive problemas enormes para construir a Arena e me arrependo amargamente de tê-la feito. E, se hoje me perguntarem: “O senhor quer fazer a Copa do Mundo no Amazonas?”, eu direi: “Não. O meu povo não merece o sacrifício, para fazer quatro, cinco jogos numa Copa do Mundo”, como o Rio Grande do Norte também não merece esse sacrifício todo. Eu diria isso porque lá, diferentemente do Rio Grande do Norte, onde houve uma parceria público-privada, eu tive de provar – veja bem – que a cobertura da Arena, comprando fora, em Portugal, era a metade do preço do que se fosse comprar da Usiminas aqui. E o BNDES só me emprestava dinheiro se eu comprasse aqui. Quer dizer, eu tinha de comprar mais caro para o BNDES me dar o dinheiro, eu tinha de comprar mais caro para poder fazer a obra. Eu preferi

fazer com recursos próprios, para ser mais barato, a fim de que pudéssemos ter aquela beleza da Arena. Mas, infelizmente, não houve benefício nenhum para os Estados que bancaram essa Copa; não houve benefício nenhum para o Brasil. Mais um triste final de festa, quando pessoas que não têm compromisso nenhum com a verdade, muitas vezes, estão envolvendo pessoas de bem como V. Ex^a. Eu espero que, o mais rápido possível, V. Ex^a volte a essa tribuna, sem nenhum tipo de abatimento, mas com uma alegria estampada no rosto, não para dar satisfação a mim ou aos pares Senadores, mas principalmente para aquelas pessoas que nos amam de verdade, que são a nossa família. Essa, sim, merece o nosso respeito, essa, sim, merece saber muito bem. Primeiro, eu não envergonho a minha família, e tenho certeza de que V. Ex^a não envergonha a sua família como um todo, muito menos o povo do Rio Grande do Norte, que lhe tem um carinho muito grande. Se não tivesse, não estaria aqui há tanto tempo, como está. Então, que Deus te abençoe, Agripino, pelo carinho que tenho por você, pela relação antiga. Eu o conheci há muitos anos, éramos jovens àquela época, bem jovens. Tenho um carinho muito grande por você e sei do respeito que o Senador Arthur, Prefeito de Manaus, tem por V. Ex^a, do carinho e da amizade que tem, extensivo à minha pessoa. Espero realmente que você possa esclarecer o mais rápido possível, pela sua história e pela sua família. Um abraço, meu amigo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado pelas suas palavras fraternas, amigas e muito sinceras, Senador Omar Aziz. Muito obrigado mesmo.

Senador Serra, por favor.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Amigo José Agripino, ouvi a sua exposição e a fala do Senador Jereissati na minha sala, cheguei aqui e ouvi a fala do Senador Cássio e a fala do Senador Omar Aziz. Quero dizer que eles se expressaram muito melhor do que eu poderia fazer, mas quero aqui reiterar o que disseram. E quero reiterar também a importância pessoal e política, que, para mim, a nossa amizade sempre teve, que vem da época da Constituinte, 30 anos atrás. Desde então, aprendi a conhecer V. Ex^a e sou, dentro das minhas modestas possibilidades, um avalista a respeito da qualidade de homem público que V. Ex^a possui. Portanto, quero deixar aqui meu abraço muito sincero e muito apertado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Fala muito fundo, Senador Serra, o aval que V. Ex^a manifesta, de público, nesta tarde. Fala muito fundo à minha vida pública e à nossa amizade, que vem de longe.

Com muito prazer, Senador Benedito de Lira.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Meu caro Senador Agripino, eu ouvi V. Ex^a e alguns companheiros. Nesse final de semana, eu estava em casa, com minha família, quando – eu não sei como me segurei sentado na cadeira em que estava – apareceu a notícia. Eu disse para a minha mulher e para os meus netos: “Vejam vocês como está difícil exercer mandato eletivo neste País”. Conheço o Senador Agripino de muitos anos. Já tive muita alegria e honra de pertencer ao Partido que é dirigido por V. Ex^a. Hoje eu me sinto muito bem em conviver com V. Ex^a e com todos os Senadores com assento nesta Casa. Nós que fazemos política há muitos anos, como disse o Senador Tasso, eu e outros – como diz V. Ex^a que já foi tudo no Rio Grande do Norte –, eu faço política neste País há mais de 50 anos no meu Estado, de vereador a Senador, mas nós estamos vivendo um momento muito difícil. Muito difícil pela conjuntura, porque é uma coisa fácil e, até certo ponto, extraordinária acusar políticos. O crime que V. Ex^a cometeu, Senador, foi defender os interesses do Rio Grande do Norte; e isso cabe a todos nós. Como é que pode um Parlamentar da envergadura de V. Ex^a procurar autoridades constituídas para dirimir dúvidas com relação ao estádio de futebol que estava sendo construído no seu Estado, para atender a euforia de quem gosta de futebol?! Como disseram alguns companheiros, “qual foi o legado que a Copa do Mundo nos deixou?” Absolutamente nada. Então, compreendo o momento que V. Ex^a está vivendo, mas não é preciso ficarmos preocupados, muito menos V. Ex^a. Por quê? Porque V. Ex^a se conhece, nós o conhecemos, e o Brasil o conhece – o Rio Grande do Norte especialmente. Tenho certeza absoluta de que este momento vai passar. Ele está trazendo angústia? Sim, porque a pior coisa do mundo é você pagar por uma mercadoria que você não comprou, é você ser acusado de uma coisa que você nunca fez, que nunca passou pela sua cabeça. A sua história diz isso. Não é preciso ninguém fazer qualquer tipo de observação; é a história que lhe faz neste momento. Por isso, meu caro Senador Agripino, quero cumprimentar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, pedir a Deus que nos dê paz, que nos dê compreensão e, acima de tudo, que proteja este País, que está precisando de muita reza! Que Deus o proteja! Continue na sua trajetória, porque ela só dignifica não só o Rio Grande do Norte, mas este País. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Benedito. Fique tranquilo. Vou continuar a minha trajetória, sim. Hoje, eu tenho a prestação de contas aos meus pares, mas vou continuar a minha trajetória de cabeça erguida e consciente de que não fiz nada de errado.

Ouçó, com muito prazer, a Senadora Ana Amélia; em seguida, o Senador Anastasia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Agripino, eu queria aqui manifestar que um político que tem a sua vida exposta tem de dar explicações à sociedade, sobretudo aos seus eleitores, e o seu gesto exatamente assim se configura, neste cenário, neste momento. Também quero dizer que, ao defender a ação do Ministério Público como instituição, como estamos defendendo aqui o Poder Judiciário e também a Polícia Federal, esse já é um gesto de grandeza de V. Exª. E é um legítimo direito pedir pelo menos celeridade num julgamento desse, que tem consequências políticas sempre sobre a imagem do Parlamentar. Então, V. Exª, ao prestar esclarecimentos, já está dando transparência a todos os atos que V. Exª fez e também satisfação aos seus eleitores, mas está dando também ao País. Então, mais do que dar uma satisfação à Casa, V. Exª também está prestando contas aos seus eleitores, que, enfim, o mandaram para cá, para o Senado Federal. Eu acompanho o trabalho de V. Exª e posso, nesta relação, avaliar a seriedade e o compromisso que tem com os interesses do nosso País. E V. Exª faz muito bem em defender as instituições. Cumprimentos pela explicação e pela transparência nesta exposição, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigadíssimo, Senadora Ana Amélia, a V. Exª, uma *lady*, a quem todos nós admiramos tanto, que é uma mulher de compromisso com a seriedade. Isso valoriza muito o depoimento que V. Exª presta, equilibrado, sem loas, sem críticas; equilibrado. Obrigado.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Anastasia; em seguida, o Senador Lasier e os meus companheiros Flexa e Davi Alcolumbre.

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Agripino. Eu gostaria de fazer aqui um registro, ainda que célere, em primeiro lugar, fazendo coro a todos os nossos pares que me antecederam. Mas digo, de modo especial, que o que V. Exª sente no momento senti eu no ano passado, da mesma forma, vítima de uma injustiça, de uma acusação falsa, que não se manteve, mas, até o arquivamento final, houve o sofrimento, em razão da inverdade, da injúria, da calúnia, da aberração da acusação. Tenha, portanto, V. Exª a paciência e a certeza da prevalência da verdade e da justiça, como eu tive no passado. E tenho a serena convicção de que V. Exª demonstrará, de modo cabal, a correção, a ética, a probidade de sua trajetória, que, aliás, é nosso decano, para nosso orgulho. Queria fazer esse registro como testemunha desse mesmo sofrimento, mas que passará em razão da prevalência da verdade. Meus cumprimentos, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Belo conselho, Senador Anastasia! Belo Conselho! Obrigadíssimo a V. Exª.

Senador Lasier Martins, por favor.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Agripino, falar depois do Senador Anastasia me é muito favorável, porque todos nós ficamos muito constrangidos quando levantaram suspeitas sobre um dos nossos homens públicos mais competentes, como foi e continua sendo o Senador Anastasia, e contra o qual nada se provou. Nós estamos vendo uma similaridade muito grande entre a sua história e a história do nosso estimado Senador Anastasia e temos certeza de que as conclusões serão iguais. Nada há! Afinal de contas, V. Exª é um homem de oposição. Eu não consigo entender como que um Governo adverso iria permitir articulações de um adversário e de partidos muito antagônicos, como são o Democratas e o PT, que está há tanto tempo no Governo. Então, quando li também, no fim de semana, aquela notícia, confesso-lhe que fiquei muito constrangido e muito ansioso de que essa instrução processual ande muito rápido, para que tenhamos a oportunidade de festejar a sua absoluta inocência em qualquer participação em coisas espúrias, como estão insinuando. V. Exª tem uma carreira muito longa; acostumamo-nos a vê-lo, ouvi-lo, acompanhá-lo como Governador do Rio Grande do Norte, há tantos anos aqui, nesta Casa. De modo que tenha o nosso apoio, tenha a nossa expectativa, tenha a nossa certeza de que essa insinuação toda vai passar muito rapidamente, e que brevemente tenhamos aqui aquele homem espontâneo, cordial que sempre tivemos, e nenhum constrangimento. Nós temos certeza de que nada pode pairar sobre a conduta de V. Exª. Estamos ao seu lado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigadíssimo, Senador Lasier, do Partido Democrático Trabalhista, que muito me honra com a sua manifestação. Nosso sangue cruza bem desde que V. Exª chegou aqui.

Pode estar certo de que aquilo que V. Exª falou vai acontecer, porque eu estou completamente tranquilo com relação às minhas razões. E elas vão acontecer, elas vão ficar provadas. Obrigadíssimo a V. Exª.

Ouçó, com prazer, o Senador Davi Alcolumbre, meu companheiro de Partido.

O Sr. Davi Alcolumbre (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador José Agripino, Presidente, é lógico que nosso Líder Ronaldo Caiado já se expressou muito bem, falando em nome de todo o Partido, mas eu queria fazer referência, Presidente, à convivência que tenho com V. Exª neste Partido, ao qual me filiei há cerca de 13 anos. Com muita honra, convivo com V. Exª e com muitos líderes no nosso Partido, o Democratas. E queria,

Sr. Presidente, nesta oportunidade – Presidente e Senador Agripino –, fazer referência aos nossos colegas Deputados, junto aos quais tive a honra de exercer o mandato como Deputado Federal: Professora Dorinha, que está aqui presente; Deputado Efraim; Prefeito ACM Neto – hoje Prefeito de Salvador, tive a honra de ser Deputado ao lado dele; Líder Mendonça Filho; Marcelo Aguiar; Felipe Maia; Rodrigo Maia; Deputado Mandetta; todos os Líderes do nosso Partido que exercem o mandato de Deputado Federal, na pessoa do Líder Pauderney Avelino, que também se faz presente aqui. Mas, Presidente, seria redundante falar do apoio incondicional que V. Exª tem e terá do nosso Partido, pela conduta com a qual V. Exª exerce o mandato de Senador da República, pela sua trajetória política, pela sua biografia. E, com certeza, vem a esta tribuna do Senado Federal hoje prestar esclarecimentos às pessoas de bem deste País. Quando V. Exª traz a declaração, quando V. Exª traz os fatos, eu fico me perguntando: quanto cada um de nós, que exercemos mandato público hoje, fazemos isso todo o santo dia, defendendo os interesses do nosso Estado? Quantos prefeitos do Amapá não me ligam, quase que diariamente, pedindo nossa intercessão perante um Ministério para liberar o recurso de uma creche, que está bloqueado, ou para liberar o recurso para a construção de uma escola, ou para a construção de um ginásio esportivo? E essa, Senador Agripino, é também uma das nossas missões como representantes legítimos dos Estados brasileiros – no meu caso, representando o Estado do Amapá. Quantos prefeitos do interior do Amapá, num pedido de socorro, pedem auxílio ao nosso gabinete – ou a nós mesmos, quando das caminhadas, das andanças no interior do Estado do Amapá, ou até mesmo no aeroporto de Macapá? Presidente, quando chegamos ou saímos do Estado, vem um prefeito, vem uma autoridade pedir a nossa intercessão junto ao Governo estadual ou junto ao Governo Federal, para a liberação de um recurso importante destinado a uma obra importante no Município A, B ou C. E é nesse sentido, Presidente, que eu falo, preocupado com essa maneira colocada pela mídia, porque, a partir do momento que sai na mídia, em todo o território nacional, V. Exª já passa a ser não só um investigado ou um denunciado, passa a ser um condenado. Pela figura de homem público que é, combativo, na oposição a esse Governo, uma figura central da oposição – principalmente no Senado Federal – ao Governo... E V. Exª, com certeza, vem a esta tribuna hoje não tranquilizar os seus colegas Senadores e Deputados – e eu, como seu liderado, como membro do Partido que V. Exª preside, e que sou filiado, como falei, há 13 anos –, mas V. Exª vem a esta tribuna, com a serenidade que tem, pedir celeridade em um processo para que, ao fim e ao cabo, possa efetivamente ser constatado aquilo que V. Exª fez, apenas defendendo os interesses do Estado do Rio Grande do Norte, o Estado que o elegeu sempre para Prefeito, para Governador e para Senador, por quatro vezes. E é nesse sentido que todos nós estamos reféns, na vida pública, de momentos como este. Mas momentos como este nos fazem também – e V. Exª fará isso com certeza – continuar de cabeça erguida neste plenário do Senado Federal, fazendo o que tem que ser feito, defendendo o Brasil e defendendo o Rio Grande do Norte. Então, é essa solidariedade, sim, que trago hoje aqui, pelo reconhecimento que tenho ao trabalho de V. Exª e pela figura que é, pela pessoa que é, e pelo homem público que é. E isso, ao longo de tantos anos de vida pública, todos conhecemos muito bem. Mas, como filiado deste Partido – volto a repetir –, como liderado de V. Exª, eu precisava dar esse testemunho de dizer da correção e do espelho que V. Exª é para todos nós, democratas, especialmente para mim, representando o Estado do Amapá no Senado Federal. É solidariedade, sim, Presidente, porque é nestes momentos que nós precisamos ter os companheiros ao nosso lado, prestando solidariedade e possibilitando que sejamos respaldados por quem nos conhece e conhece a nossa trajetória. E é isso que tantos Senadores que me antecederam fizeram nesta tarde de hoje, no Senado Federal, respaldando a biografia de V. Exª. E é nesse sentido que faço das palavras de tantos Senadores as minhas. E quero dizer a V. Exª que, com certeza, breve, breve, nós teremos o desfecho dessa situação, e V. Exª voltará a esta tribuna com a cabeça tranquila, como é a cabeça que está hoje, porque não cometeu nada. Tanto é que está hoje aqui prestando contas perante a opinião pública, a quem todos nós devemos prestar contas todos os dias, no exercício do mandato eletivo. Enfim, é pela opinião pública, especialmente pelo povo do seu Estado, que V. Exª sobe a esta tribuna e tem a solidariedade de tantos Senadores. Estamos à sua disposição no Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, companheiro Davi Alcolumbre, pela sua fraterna palavra, pela manifestação de amizade. Esteja V. Exª certo de que eu vim à esta tribuna não foi para agredir ninguém, não foi para me lamentar, foi para prestar contas e continuar merecendo o respeito do País, deste Plenário e do meu Estado. É para isso, só para isso.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Flexa Ribeiro. E pediria a paciência do Senador Fernando Coelho e do Senador Magno Malta.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Agripino Maia, V. Exª tem o apreço, a admiração e o respeito de todos os seus pares que aqui já se pronunciaram, pelo exemplo de vida de V. Exª ao longo de décadas, exercendo cargos no seu Estado, o Rio Grande do Norte, como prefeito de Natal, governador. E a convivência com V. Exª por 12 anos aqui me fez ter não só o respeito, como disseram todos os seus pares, mas

a admiração e a amizade por V. Ex^a, que vem à tribuna hoje, de forma tranquila, para dizer que não teme nada e que quer que seja dado celeridade ao processo, para que ao final se mostre aquilo que todos nós já sabemos: que não há nada que desabone a conduta de V. Ex^a. Lembro que, em conversa que tivemos, V. Ex^a se referia a sua trajetória política e que não tinha, ao longo de todas essas décadas, nenhum processo, não respondia a nenhum processo. E não vai responder também agora, porque vai ficar, como V. Ex^a colocou, esclarecido a todos, não só aos seus eleitores, ao povo do Rio Grande do Norte, mas a todo o Brasil que o respeita, vê e ouve da tribuna do Senado. Ao longo dos três mandatos de Senador da República, V. Ex^a defende o Brasil e o Rio Grande do Norte. Tenho certeza de que o respeito que V. Ex^a tem dos seus pares também é o respeito dos seus eleitores e amigos do seu querido Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Flexa. Obrigado pela sua palavra amiga, solidária e confiante, acima de tudo confiante, pelo que lhe agradeço.

Senador Fernando Coelho, por favor.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Agripino Maia, tenho o dever de vir a esta tribuna de aparte para trazer um testemunho da trajetória de V. Ex^a. Comecei a minha vida pública no início da década de 80. Servi ao Governador Roberto Magalhães como Secretário de Governo e Secretário da Casa Civil. Desde aqueles tempos, eu ouvia o testemunho dos seus conterrâneos dessa liderança que V. Ex^a se tornou, primeiro como Prefeito de Natal e Governador do Rio Grande do Norte e depois pontuando, com muito destaque, o Senado Federal, sendo um dos melhores quadros desta Casa, ao longo de toda história. Tive a alegria de ver o seu testemunho quando Eduardo Campos, Governador de Pernambuco, se colocava como nome alternativo para a disputa da Presidência da República e a alegria dele de poder ter contado com o seu Partido, os Democratas, na eleição de 2014, em Pernambuco, tendo à frente o Presidente estadual da legenda, o Deputado Federal Mendonça Filho. Sei que V. Ex^a ajudou muito nessa construção, unindo Pernambuco para que Eduardo pudesse se apresentar à Nação. Estamos vivendo tempos de muitas dificuldades, estamos vivendo um tempo em que o Brasil precisa ser passado a limpo e será passado a limpo, mas trago aqui a palavra e o testemunho de quem só colecionou vitórias, respeito pela maneira reta, séria como sempre se comportou à frente dos mandatos que o povo do Rio Grande do Norte lhe outorgou. Portanto receba, em nome deste representante de Pernambuco, receba em nome dos seus amigos do Partido Socialista Brasileiro a certeza de que essas denúncias não prosperarão e as investigações haverão de esclarecer a conduta reta com que V. Ex^a sempre se houve à frente dos seus mandatos eletivos. Portanto, receba a minha solidariedade e a minha torcida para que V. Ex^a continue de voz ativa nesta Casa, continue defendendo seus ideais, defendendo essa visão que V. Ex^a expressa para o Rio Grande do Norte e para todo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Fernando Coelho, esteja certo V. Ex^a de que a sua manifestação é a manifestação de um conterrâneo nordestino por quem eu tenho imensa admiração e grande respeito, pela garra com que defende os seus pontos de vista, sejam regionais, sejam políticos, pela sua coerência de atitudes, pela firmeza de posições.

Eu sou seu fã. E a relação que temos vem das nossas famílias. O meu tio João Agripino foi grande amigo do seu tio Nilo Coelho. E o meu pai, Tarcísio Maia, idem, também o foi.

De modo que eu quero fazer esse registro de público e dizer que ouvi com muita alegria essa sua fervorosa manifestação de confiança no seu companheiro e conterrâneo nordestino que muito lhe agradece.

Ouçó, com prazer, o Senador Magno Malta.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador José Agripino, quando for oportuno, eu gostaria de um aparte de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Com o maior prazer, Senador Raimundo Lira.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Agripino, vinha ouvindo na *Rádio Senado* a manifestação de V. Ex^a. A política no Brasil está criminalizada. Os maus são muito atrevidos e a ação dos maus arrasta todos nós para a vala comum. Se os bons, que são maioria na vida pública deste País, tivessem a ousadia dos maus, certamente este País seria outro. Eu vejo que V. Ex^a, na tribuna, começou explicando, mas revelando o seu tom de indignação. E eu só vim apartear V. Ex^a por causa do seu tom de indignação, porque só os justos se indignam. Aquele que deve nem se atreve a vir se autodefender na tribuna, porque sabe que aparteado não será e que não haverá solidariedade. Quando um justo, Senador José Agripino, se indigna e tem a solidariedade, ele aumenta, ele dá à pessoa a possibilidade de acreditar na sua verdade, ainda que tenha pouca convivência. O que estou querendo dizer? Eu conheço V. Ex^a do plenário, tornei-me amigo de V. Ex^a aqui. Eu vou ao Rio Grande do Norte e sou bem recebido por V. Ex^a, pelo seu filho, que está na minha frente, o nosso Deputado, pela sua família, mas dizer que eu o conheço em profundidade, não tenho a ousadia de dizer isso. O que me traz a este microfone é a indignação de V. Ex^a, porque quem não lida com a justiça, quem

não está com a verdade faz cara de paisagem, toma Lexotan e fala na mídia: “Eu não fui notificado ainda, meus advogados falarão por mim”. Ah, tem uma dívida ali. Pode ir atrás que tem. A sua indignação me trouxe aqui. Um dia eu disse ao Senador Anastasia o que já repeti a outros. Abracei-o e disse: Senador Anastasia, o justo tem sempre um segundo momento. Citei a Bíblia para ele, assim como cito para V. Exª: o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem sempre ao amanhecer. O fato de a política no Brasil estar criminalizada faz com que nenhum de nós esteja imune a um ataque. Precisamos estar ávidos para tal. Eu já fui atacado. Fui a essa tribuna e, indignado, disse: ó Deus, me tire ou me mate, porque eu sei quem sou, o homem que sou, o que pratiquei e o que pratico. E só os justos se indignam, Senador Agripino. Eu não vim aqui para fazer um aparte a V. Exª, rasgar seda e contar mentira. Não. Eu não vim aqui por isso, até porque a minha relação com V. Exª é do tamanho dessa que falei. Eu o respeito. Acho V. Exª um grande orador, paro para ouvi-lo. A nossa relação é cordial e respeitosa. Desfruto do seu respeito e da sua família quando vou a sua terra, mas a sua indignação me trouxe ao microfone. Só os justos se indignam. Portanto, Senador Agripino, é a sua indignação que faz com quem nos vê neste momento... As redes sociais, não somente os seus amigos e a sua família, mas aqueles que fizeram julgamentos precipitados de V. Exª antes da hora haverão de refletir e esperar esse segundo momento de que V. Exª falou e que acabei de dizer agora, porque o justo terá sempre um segundo momento. O segundo momento dele já veio. O fato de você ser investigado... Há muita gente aqui sendo investigada. Não quer dizer necessariamente que são bandidos e já estão prontos para uma grade em uma penitenciária. Em absoluto. Ao final do processo, alguns deles serão inocentados. E V. Exª, quando se antecipa, abre os seus sigilos, e o seu tom compassado de discursar não se altera nunca, com verdades bem contundentes, sucintas, com raciocínio incrivelmente contundente e lógico nas suas colocações e a revelação da sua contundência. O salmista Davi, quando escreve o Salmo 102, fala da sua ansiedade. E o que assalta o coração de V. Exª agora é a ansiedade. Se pudesse lhe pedir para não ficar ansioso, eu lhe pediria. E a recomendação é essa, porque a ansiedade é a oposição da fé. Quando a gente fica muito ansioso, a gente esquece de acreditar, mas, quando a gente acredita, a gente aplaca a ansiedade. E Davi escreve sobre a ansiedade, dizendo: “...os meus ossos se apegam à minha pele.” Era um homem que não comia por conta da sua ansiedade. “...os meus ossos se apegam à minha pele. Sou semelhante ao pelicano no deserto. Sou como um passarinho solitário no telhado. Eu não durmo.” A ansiedade provoca isso na gente, a inquietação de querer a resolução agora, neste momento, o mais rápido possível. O tempo de Deus não é, necessariamente, o nosso tempo, mas, se V. Exª está lidando com a Justiça, o tempo de Deus virá a tempo para que V. Exª se livre da ansiedade. Para tanto, parabéns pela sua indignação, porque só os justos se indignam.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Magno Malta. V. Exª é tido por todos como uma inteligência aguda e muito perspicaz e vai ao ponto.

Eu concordo com o que V. Exª falou. A questão da ansiedade é própria de quem tem sensibilidade e não é do ramo da má conduta. Quem é má conduta não está nem aí para esse tipo de acusação. Quem não é adota a indignação como manifestação do seu íntimo. É o que V. Exª captou. Muito obrigado.

Senador Raimundo Lira.

Presidente, Garibaldi, eu prometo a V. Exª que é o último aparteante inscrito e agradeço muito a V. Exª pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Agripino, está aqui um conterrâneo de V. Exª que o conhece melhor do que todos esses que estão aí.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Meu amigo Senador José Agripino, eu estava me dirigindo para uma reunião importante e assistindo a Rádio Senado quando ouvi sobre o que se tratava aqui no Plenário. Então, acho que não haveria nada mais importante para eu fazer do que vir aqui me solidarizar com V. Exª. A família Maia é originária da Paraíba, na cidade de Catolé do Rocha. É uma família que já ofereceu ao Nordeste brasileiro, Paraíba e Rio Grande do Norte, grandes homens, como o seu pai, Governador Tarcísio, o Governador João Agripino, da Paraíba, Antônio Mariz. É uma família conhecida por várias virtudes e um defeito. A virtudes da perseverança, a virtude do trabalho, a virtude da determinação, e o defeito de serem considerados como pessoas valentes na defesa da sua honra e da sua dignidade. E aqui vou relatar um fato histórico. Depois da Revolução de 64, com o Governador da Paraíba João Agripino, seu primo, a Sudene foi entregue a um General de quatro estrelas. Na primeira reunião, os governadores foram todos muito humildes em relação ao momento histórico por que passava o Brasil. O General iniciou a sua superintendência presidindo aquela reunião, dando ordens aos governadores. E o Governador João Agripino Maia, seu primo, levantou-se e disse: “General, V. Exª não está comandando um quartel. Isso aqui é a Sudene e somos governadores do Nordeste brasileiro”. A partir daí, o General se comportou como se realmente aquilo fosse um fórum econômico e civil. Isso mostra a fibra da família Maia, apenas para citar um exemplo, porque teria vários. Telefonei para minha

esposa para dizer que faria este aparte, Gitana, que tem uma estima, um carinho e uma amizade de muitos anos com sua querida Anita. E ela mandou que eu transmitisse a solidariedade dela a sua irmã Anita. Conheço V. Exª há muito tempo, talvez mais, não diria do que Garibaldi, mas talvez mais do que a maioria dos nossos Senadores. Viajamos várias vezes durante o exercício de outros mandatos aqui no Senado Federal. V. Exª e sua esposa nunca demonstraram qualquer excesso, sempre tiveram um padrão de vida compatível com o que possuía a vossa família. E a sua família recebeu de herança um grande patrimônio imobiliário no Rio Grande do Norte, especificamente na cidade de Mossoró. Talvez seja o patrimônio imobiliário mais importante do Município de Mossoró, que é a segunda cidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mesmo assim, V. Exª não mudou o seu comportamento, a sua distinção, o seu modo de ser, o seu modo de se comportar. Nada de excessos. Portanto, eu fico muito à vontade, muito a cavaleiro aqui para testemunhar, junto aos meus pares, que V. Exª é uma pessoa correta, uma pessoa que tem uma vida limpa e uma história de família, não por ser importante politicamente ou economicamente, mas porque é uma família correta, direita, que só fez dar exemplo à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Portanto, meu amigo José Agripino, de muitos e muitos anos – não vou dizer de quantos anos para que a nossa idade não seja revelada –, eu quero aqui lhe dar esse abraço de solidariedade e dizer que eu tenho certeza, eu e minha família temos certeza de que a tranquilidade e a paz voltarão à família de V. Exª. Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Raimundo Lira, o depoimento de V. Exª calou fundo, porque V. Exª foi fundo, foi para as relações, foi para a convivência, foi para os hábitos, foi para o dia a dia, foi para o depoimento que V. Exª deu porque quis dar de que eu não sou homem de excessos. Minha vida é regrada. Por que eu haveria de estar envolvido com falcatuas? V. Exª conhece a minha integridade e prestou um depoimento – V. Exª, que é peemedebista, e eu sou democrata – que a mim sensibiliza e muito.

Eu quero agradecer a V. Exª muitíssimo pelo depoimento que presta e pela sinceridade com que o faz.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Senador José Agripino, um aparte a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador José Maranhão, com muito prazer.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Senador José Agripino, ao dar este aparte a V. Exª, eu quero dizer que estou simplesmente cumprindo com o meu dever: com o dever de cidadão, com o dever de político, que se acostumou a admirar o seu trabalho ali, no vizinho Estado do Rio Grande do Norte, e a admirá-lo de perto. Um trabalho marcado pela competência, pela inteligência, pela tradição política, mas, sobretudo, pela honestidade. Eu quero dizer que concordo com todos os depoimentos que foram apresentados aqui e quero apenas incorporar a este modesto aparte o depoimento de todos os colegas. Um depoimento interessante foi o de Garibaldi, que é meu vizinho e conterrâneo de V. Exª, ao dizer que conhece a sua história muito mais de que nós todos, mas eu conheço a história da família de V. Exª, da família Maia, que, na Paraíba, não é diferente da história de V. Exª no Rio Grande do Norte; tem o traço da firmeza, da coragem cívica e, sobretudo, da honestidade. Eu estou inteiramente solidário com V. Exª, que, se outras informações não fossem necessárias a mim, mas a sua própria história é a maior informação para me animar a dar este aparte de inteira solidariedade a V. Exª, nesse momento difícil que V. Exª atravessa, mas será mais um teste na sua vida. Poucos terão passado e gostariam de passar por essa experiência pela qual V. Exª está passando, mas essa experiência tem o seu lado positivo, que é a reafirmação do conceito de V. Exª perante esta Casa Legislativa que V. Exª já ocupa há tantos anos, mas, sobretudo, o testemunho de todos nós, e o atestado, o certificado que V. Exª vai receber no final de todo esse tumulto que se formou em torno da sua vida. Minha solidariedade, meu apreço e a reafirmação da minha admiração e do meu respeito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Maranhão, ninguém conhece melhor as pessoas do que os vizinhos: vizinho de casa, vizinho de Estado, vizinho de vida pública. V. Exª é de um Partido que não é o meu e fala com sinceridade, fala o que V. Exª julga ser o certo. Presta um depoimento que a mim envaidece muito, vindo de V. Exª, governador de Estado, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, homem com quem eu convivo há bastante tempo e que presta um depoimento candente sobre a minha vida pública e a minha vida pessoal, pelo que V. Exª acompanha, vizinho que é do meu Estado. As conversas chegam todas. Tanto chegam as conversas da Paraíba no Rio Grande do Norte quanto chegam as conversas do Rio Grande do Norte na Paraíba. Quem é bom é tido como bom, quem é ruim é tido como ruim, e as conversas chegam para colocar o chapéu do bom na cabeça do bom e o chapéu do ruim na cabeça de quem é ruim.

Eu agradeço profundamente a sinceridade da manifestação de V. Exª.

Senador Garibaldi, obrigadíssimo a V. Exª pela paciência e pela compreensão. Eu, aqui, quero fazer o registro dos apartes que recebi de Senadores e Líderes do PDT, do PP, do PR, do PSD, do PSDB, do PSB, do PMDB e do meu Democratas. Agradeço muitíssimo a manifestação de carinho e de confiança.

Quero terminar as minhas palavras dizendo a V. Exª que eu ocupei esta tribuna hoje não foi para alegar

perseguição. Longe de mim alegar perseguição. Quem está na vida pública está sujeito a ser acusado. O que é preciso é ter direito à defesa e querer que sejam rápidos e que sejam isentos.

Eu não vim aqui agredir ninguém.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Pelo contrário, longe de mim lamentar. Eu vim fazer a minha profissão de fé e de confiança nos órgãos de investigação, a quem respeito: ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, aos órgãos da Justiça.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Já lhe concedo um aparte com o maior prazer, Senador Randolfe.

Eu venho prestar contas pontualmente de fatos narrados, como eles ocorreram. Eu vim aqui fazer a narrativa dos fatos para compreensão da Casa e do País.

Ouçó, com muito prazer e muita alegria, a palavra do Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Desculpe-me interrompê-lo. Serei breve. Só para, no rol do que V. Exª acabou de declinar, incluir a manifestação deste amigo seu. Temos posições políticas diferentes. Em vários momentos, estamos, inclusive, em campos opostos, mas conheço a trajetória de V. Exª. V. Exª não poderia encerrar este pronunciamento sem, aqui, eu dar este testemunho e incluir, entre tantos outros, também este meu aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigadíssimo, Senador Randolfe, que incorpora a Rede, e a palavra de V. Exª tem muito peso. Pede que inclua a Rede, pelo fato de conhecer a minha vida. Isso me fortalece muito, me envaidece muito e me faz ficar devedor de V. Exª, que é uma referência nesta Casa. É um Senador jovem, de muita perspectiva, de muito futuro e que ainda vai brilhar muito neste País.

De modo que, Presidente Garibaldi, eu queria agradecer, reiterando que vim nesta tarde prestar contas, fundamentalmente prestar contas, narrando os fatos que narrei para a compreensão dos companheiros desta Casa, daqueles que nos ouvem no meu Estado, no nosso Estado, e daqueles a quem eu respeito e de quem quero continuar merecendo o respeito por este País, que é o nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Agripino, eu não poderia deixar de dar um depoimento a respeito do que disse V. Exª.

Por uma feliz coincidência, o seu pronunciamento, ao mesmo tempo, trouxe-me à Presidência desta Casa. Terminei me tornando o guardião do tempo que nós tivemos para ouvir os apartes de todos os Senadores.

Eu diria a V. Exª que o conheço de perto. Já fomos adversários políticos. Hoje, além de termos uma aliança no Rio Grande do Norte, que nos trouxe aqui ao Senado, temos uma amizade fraterna. Quero dizer a todos os Senadores que, a despeito de conhecê-lo tão bem, quem conhece melhor V. Exª é o povo do Rio Grande do Norte. Se o povo do Rio Grande do Norte pudesse se manifestar, como já se manifestou nas urnas, diria que V. Exª está sofrendo uma grande injustiça, uma injustiça que, infelizmente, aqui e acolá, os homens públicos sofrem e, realmente, vivem momentos, como disseram os Senadores, de constrangimento. Mas V. Exª vai sair desta tribuna com a tranquilidade de que o Senado, que o conhece tão bem, afinal V. Exª está no quarto mandato...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não fui capaz de zelar pelo meu tempo! *(Risos.)*

E o Rio Grande do Norte está dizendo: “Senador José Agripino, fique certo de que V. Exª é um dos grandes homens públicos deste País.”

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Muito obrigado, Presidente.

Obrigado a todos que me ouviram com tanta atenção.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Moderador/PTB - PI) – Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Elmano Férrer, para completar com o naipe do PTB, com a aquiescência do Presidente.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Moderador/PTB - PI) – Eu não poderia me furtar, neste momento, de somar-me aos demais Líderes e Partidos que se manifestaram nesse instante, nesta tarde. Quero dizer que não é só o Rio Grande do Norte que conhece o seu trabalho, a dignidade com que V. Exª se tem havido no exercício de muitos cargos públicos. O Brasil conhece V. Exª, como V. Exª se tem havido com bravura, com determinação não só em defesa do Rio Grande do Norte e do Nordeste, mas do próprio Brasil. Eu queria, nesta oportunidade, em nome do PTB, pela Liderança do Partido, solidarizar-me com V. Exª, ao tempo em que auguro a Deus que

a verdade seja restabelecida. V. Ex^a é de uma conduta ilibada, reconhecido por todos não só desta Casa, mas do Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer, pela sinceridade das suas palavras, que sei que vêm do coração.

Muito obrigado a todos os senhores que me honraram com as suas presenças.

(Durante o discurso do Sr. José Agripino, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra o Senador Ataídes Oliveira, como orador inscrito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a semana passada e nesta semana, eu vim a esta tribuna falar sobre o *impeachment*, deixar de forma clara para o povo brasileiro por que o governo do PT vai sair do poder, mas, hoje, quero levantar, Sr. Presidente, dois temas que vejo de muita importância.

Este governo do PT deixa ao povo brasileiro uma herança brutalmente danosa: a dívida pública do nosso País como também o desemprego. Hoje, porém, quero falar tão somente sobre o desemprego em nosso País.

Percebo que o novo governo que se deve instalar em curto prazo vai ter que tomar medidas urgentes; vai ter que agir urgentemente, porque essa dívida interna e, hoje, externa, que já bateu a casa dos R\$4 trilhões, dos quais tão somente no ano passado pagamos 501 bilhões, apenas dessa dívida, é muito séria, assim como o desemprego. O IBGE disse, há poucos dias, que esse índice chegou a 10,2%.

É sobre esse desemprego que eu quero, então, falar. Esse desemprego, na verdade, Sr. Presidente, não é de 10,2%. Hoje, vamos mostrar ao povo brasileiro qual é o verdadeiro índice de desemprego no nosso País e quantos milhões de brasileiros estão desempregados.

Começo dizendo o seguinte: o IBGE usava, até o mês de fevereiro deste ano, a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) para, então, verificar o desemprego no País. Esta PME, eu já havia dito aqui algumas vezes, era um sistema de pesquisa que não mostrava a realidade do desemprego. Por quê? Porque era calculado tão somente em seis regiões metropolitanas do nosso País. Pois bem, tiram, extinguiram o PME do País e colocaram, então, a PNAD Contínua, conforme todos já conhecem.

Ela, na verdade, é mais ampla; ela é feita em 3.500 Municípios.

Pois bem, mas a metodologia utilizada pelo IBGE é errática. Eu tenho colocado isso aqui muito claro. E vamos ver, então, por que esta metodologia é errática. Vamos lá:

Desalentados. O IBGE criou uma rubrica por nome de “desalentados”. O que são desalentados, segundo o IBGE? São pessoas, são trabalhadores que perderam seus empregos e que, durante 30 dias, procuraram emprego e não conseguiram encontrar, aí, então, eles saem da estatística de desempregados e vão para uma estatística chamada “desalentados”. Olhem só!

Ano passado, nós fizemos uma audiência pública com o coordenador de pesquisa do IBGE e, também, do Ministério do Trabalho e Emprego, e eles disseram que essa metodologia segue a orientação da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Pois bem, vamos ver, Sr. Presidente Renan Calheiros, o que diz, então, a OIT sobre esses “desalentados”, sobre essas pessoas que usam essa rubrica e que, hoje, estão na ordem de 4 milhões. O IBGE, então, repito, diz que, depois de 30 dias que não conseguiu encontrar emprego é “desalentado”, e não desempregado, e diz que a OIT é que, na verdade, orienta esta metodologia.

E o que diz a OIT? A OIT diz o seguinte: o trabalhador que buscar ajuda de amigos, atualizar currículos, responder a qualquer anúncio de emprego, procurar por suprimento para ter o seu próprio negócio, registrar em agências de emprego, solicitar alvarás, conectar diretamente a empregadores não poderá ser considerado “desalentado” porque está procurando emprego.

Portanto, aí está a primeira falha da metodologia do IBGE no cálculo desse desemprego. Esses 4 milhões de pessoas que estão hoje como “desalentados” não poderiam estar como empregados ou como desalentados; eles teriam de estar na estatística como desempregados.

Vamos lá. O seguro-desemprego. O IBGE diz que o trabalhador que está recebendo benefício do seguro-desemprego não pode ser considerado desempregado. Veja que barbaridade é isso. Hoje nós temos algo em torno de 9 milhões de pessoas recebendo o seguro-desemprego, de acordo com o último dado, de dezembro de 2015. Nós temos 9 milhões de brasileiros no seguro-desemprego. E aí eu repito: o IBGE disse que eles não podem ser considerados desempregados e diz que a OIT é que orienta.

Vamos ver o que a OIT diz.

A OIT diz o seguinte: devem ser excluídos do conceito de emprego – aspa – “pessoas que recebem transferências, em dinheiro ou em natura, não relacionadas a emprego”.

Olha esta informação que eu estou trazendo hoje a esta tribuna: esses 9 milhões de pessoas que estão no seguro-desemprego hoje – eu acredito que seja mais, porque eu não tenho os números deste ano – são considerados empregados, e não desempregados. Olha que barbaridade, Senador Dário Berger.

Pois bem. O trabalhador que trabalha uma hora por semana como bico – recebendo ajuda pecuniária ou não – também é considerado empregado na estatística do IBGE. Olha que absurdo.

Nessa audiência com a Coordenadora de Pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego, ela disse o seguinte: “Olha, nós achamos isto muito estranho: esse cidadão que faz bico uma hora por semana, recebendo ou não, ser considerado empregado.” E aí também nós temos um número – que eu não tenho – acima de 500 mil pessoas hoje.

Pois bem. E aqui, por derradeiro, vem a geração nem-nem, esses jovens que nem trabalham e nem estudam – nem estudam e nem trabalham. Hoje nós temos mais de 10 milhões no Brasil. São jovens de 16 a 29 anos, a força robusta de trabalho que o Brasil tem. Lamentavelmente, inclusive, falta qualificação para esse jovem.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse jovem está fora do mercado de trabalho.

Resumindo. Somente este ano, nós já perdemos mais de 400 mil empregos, Sr. Presidente. É a minha preocupação hoje: o desemprego no Brasil – e também a dívida interna e externa, que já ultrapassou a casa dos R\$4 trilhões.

Portanto, o IBGE disse que o desemprego, no mês de março, chegou a 10,2% – isso de pessoas economicamente ativas, que hoje são 101 milhões de brasileiros e brasileiras. Isso, então, representa algo em torno de 10,5 milhões de pessoas desempregadas. Mentira! Nós não temos 10,5 milhões de desempregados no Brasil – infelizmente.

Quantos milhões de brasileiros nós temos hoje desempregados no Brasil? Os 10,5 milhões mais 4 milhões dos “desalentados”, que não podem ser considerados “desalentados”, mas, sim, desempregados – mais 4 milhões –, foi para 14,5 milhões. E nós temos mais 9 milhões de trabalhadores hoje recebendo o seguro-desemprego.

Portanto, o desemprego hoje no Brasil é de 24,3%, sem contar os jovens nem-nem. Se contarmos os jovens nem-nem, o desemprego no Brasil vai para 34,5%. Portanto, hoje, nós temos em torno de 25 milhões de brasileiros desempregados. E isso é um risco enorme para uma nação.

Eu estou muitíssimo preocupado. Esse novo governo vai ter que fazer coisas imediatas, vai ter que equilibrar essas contas imediatamente, vai ter que pegar parte dessa reserva e pagar parte dessa dívida e também vai ter que sentar com os empresários, com a área produtiva, e falar para eles: “Olha, vamos voltar a produzir, fazer crescer a economia deste País e gerar emprego e renda.”

Portanto, alguma coisa tem que ser feita urgentemente, Sr. Presidente. O desemprego, no Brasil, me preocupa muito. Às vezes eu paro e começo a pensar: dez milhões de pais de famílias, hoje, por exemplo, saem às ruas do nosso País e não encontram emprego. E esses pais de família podem, ...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... inclusive, tomar outra decisão na vida. Resumindo: o IBGE tem que mudar essa metodologia enganadora, que sempre foi utilizada.

E eu encerro dizendo que pior do que números ruins é você não poder acreditar neles. O Governo tem que ser, pelo menos, mais honesto e levar uma informação precisa ao povo brasileiro. Hoje nós não temos 10,5 milhões de brasileiros desempregados; nós não temos uma taxa de desemprego de 10,2%. Nós temos uma taxa de desemprego de 24,3% e mais de 25 milhões de brasileiros desempregados. Isso é muito grave.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a, Senador Ataídes.

Eu faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa, a fim de que, por favor, venham ao plenário. Nós vamos ter algumas votações nominais. Especialmente, nós vamos aprovar alguns empréstimos para Estados e Municípios.

A propósito, eu quero registrar, com satisfação, as presenças honrosas dos ex-Senadores Arthur Virgílio Neto e Teotônio Vilela. O Arthur, como todos sabem, é Prefeito de Manaus, e o Senador Teotônio Vilela é ex-governador do Estado de Alagoas. Ambos, futuros Senadores.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – ... V. Exª colocou... Há alguns empréstimos que nós vamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, e lá solicitamos a urgência. E V. Exª, ontem, havia me garantido – inclusive já está aí na mesa –, e eu agradeço, em meu nome e em nome do Prefeito da cidade de Manaus. Há o da cidade de Manaus, do Estado da Bahia e de Niterói, que são os três empréstimos que foram aprovados. Nós pedimos a V. Exª que dê prioridade, para votarmos isso em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar, faremos, com muita satisfação, o que V. Exª pede.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Presidente, é só para reafirmar o que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria só encaminhar um pedido a V. Exª. Há um requerimento ajustado, no Colégio de Líderes e na Mesa, para a gente homenagear os trabalhadores, dia 1º de maio, segunda-feira, às 11 horas da manhã. Se V. Exª pudesse votá-lo, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Farei o possível, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – ... da mesma forma que o Senador Omar aqui fez o apelo, e V. Exª já havia até se antecipado a esse nosso apelo, creio que, diante até das circunstâncias... Nós tentamos, na semana passada, um acordo em relação às emendas constitucionais que estão na pauta. Não há acordo em relação a elas. Então, eu pediria a V. Exª que pudessemos começar apreciando essas propostas de operações de crédito que atendem à cidade de Manaus, à cidade de Niterói e ao Estado da Bahia.

Eu sei que V. Exª é um parceiro dessas iniciativas. O Relator de duas dessas matérias foi o Senador Fernando Bezerra, que está ao seu lado, portanto, à esquerda do plenário e à direita de V. Exª.

Então, de forma mais consistente, eu pediria que, se possível, apreciássemos – Já temos número no painel, não há nenhuma discordância – essas matérias na noite de hoje. Nós daríamos uma grande contribuição. V. Exª – eu sou testemunha – foi árduo defensor, durante o ano de 2015, de que nós tivéssemos a iniciativa – inclusive até com o Fundo de Desenvolvimento Regional – de tentar aportar recursos, para que façamos investimentos nas pontas dos investimentos, nos Estados, nos Municípios.

São operações de crédito. Lamentavelmente nós não logramos êxito com o Fundo de Desenvolvimento Regional, mas com essas operações de crédito, os Estados e os Municípios conseguem retomar projetos importantes, e nós conseguimos gerar trabalho e renda, que é uma das coisas importantes neste momento de crise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso, Senador Walter.

ORDEM DO DIA

Item primeiro da pauta.

Projeto de Resolução nº 25, de 2016, apresentado como conclusão do Parecer 453, que teve como Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, que autoriza o Município de Manaus, Amazonas, a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até 150 milhões de dólares dos Estados Unidos da América:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 453, de 2016, da CAE, Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho), que *autoriza o Mu-*

início de Manaus - Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 457/2016-CDIR - Vide item 2.2.2.1)**

Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Item 2 da pauta:

Projeto de Resolução nº 26, que teve como Relator o Senador José Pimentel, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até 32 milhões e 480 mil dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, para financiamento parcial do projeto de regularização ambiental de imóveis rurais no bioma Cerrado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 454, de 2016, da CAE, Relator: Senador José Pimentel), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo...

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Apenas, Sr. Presidente, para parabenizar o Governo Federal pela iniciativa.

Trata-se de um financiamento fundamental para o bioma Cerrado. Nós sabemos que, de todos os biomas do Brasil, ele é um dos mais vulneráveis. Só no meu Estado, 60% de sua extensão territorial tem o bioma Cerrado. Portanto, o bioma Cerrado é característico de Mato Grosso do Sul, do Centro-Oeste, atingindo até o Maranhão, pelo que tenho conhecimento.

Trata-se de um financiamento que vai dar suporte principalmente ao agricultor familiar, ao pequeno agricultor, que tem até quatro módulos rurais, bem como atenderá a uma exigência da lei.

O Código Florestal, aprovado por esta Casa em 2011 ou 2012, se não me engano, estabelecia que todos os imóveis rurais teriam que ter o Cadastro Ambiental Rural. E nós sabemos que, infelizmente, no Brasil, os pequenos produtores, os pequenos detentores de terra não têm nem tecnologia suficiente nem estrutura para fazer esse Cadastro. E, hoje, 80% desses imóveis rurais no Brasil são de módulos rurais pequenos ou de agricultores familiares. Esse recurso vai ser fundamental para que as pessoas possam, observando os preceitos legais, ter esse Cadastro e não entrem na lista de inadimplentes, o que significaria, por exemplo, não poder contrair empréstimos junto ao Banco do Brasil para o financiamento de sua safra.

Então, eu quero parabenizar o Governo Federal pela iniciativa, que tem todo o meu apoio, e dizer que Mato Grosso do Sul será contemplado. Serão dez Municípios beneficiados. Se me permitir aqui, são os Municípios de Coxim, Nioaque, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo e Terenos; na segunda prioridade: Água Clara, Bonito, Campo Grande, Ponta Porã e Sidrolândia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, nós gostaríamos de registrar a importância de estarmos aprovando este crédito, principalmente por todo o Centro-Oeste, e principalmente por todo o Mato Grosso, que é um Estado em que há inúmeros assentamentos. Inclusive, há um projeto de lei que está em tramitação e deve estar na pauta da CRA amanhã.

Hoje, essas regularizações fundiárias, principalmente dos assentamentos do Incra, só são possíveis serem feitas coletivamente. E o nosso projeto visa inclusive fazer com que aqueles assentados de forma individual também possam fazer a sua regularização fundiária e ter o seu documento, para terem autonomia e fazerem o seu financiamento. Portanto, esse crédito é também uma forma de trazermos principalmente mais justiça social ao campo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final. **(Parecer nº 458/2016-CDIR - Vide item 2.2.2.2)**

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

Projeto de Resolução nº 27, que teve como Relator o Senador Wellington Fagundes, que autoriza o Município de Niterói a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 27, de 2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 455, de 2016, da CAE, Relator ad hoc: Senador Wellington Fagundes), que *autoriza o Município de Niterói a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação. **(Parecer nº 459/2016-CDIR - Vide item 2.2.2.3)**

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Projeto de Resolução nº 28, que teve como Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US\$200 milhões de dólares dos Estados Unidos da América:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 28, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 456, de 2016, da CAE, Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Votação do projeto, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

Discussão da redação final. *(Pausa.)* **(Parecer nº 460/2016-CDIR - Vide item 2.2.2.4)**

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Já encerrou a votação. Falta declarar aprovado. *(Fora do microfone.)* Ia encerrar, mas não encerrou a votação do crédito da Bahia, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Porque Arthur pediu a palavra ali.

Por isso eu quero encerrar. Não encerrou a votação ali.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De onde é esta aqui?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor já falou aprovado para...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Exª aqui rapidamente... *(Fora do microfone.)* Primeiro, quero agradecer a todos os Senadores que nos apoiaram, em particular, é claro, aos Senadores da CAE, e principalmente aos Senadores da Bahia, a Senadora Lídice, o Senador Otto e também a nossa participação. Esse é um crédito importantíssimo, Sr. Presidente, para o Estado da Bahia. Nós estávamos, inclusive, com esse processo há um tempo razoável, pleiteando isso para cobrir, na realidade, uma dupla lacuna. De um lado, a possibilidade de nós inclusive extrairmos recursos para aplicar no investimento; de outro, para resolvermos os graves problemas da nossa malha de infraestrutura.

Esse é um projeto, Senador Otto, em que nós tivemos a oportunidade de trabalhar como Secretário de Planejamento do Estado da Bahia. V. Exª depois, inclusive, chegou ao governo em 2011, já como Vice-Governador, mas como Secretário de Infraestrutura. Portanto, pôde executar importantes obras no Estado da Bahia, com recursos dessa mesma origem e até com recursos de outras operações de crédito.

Veja bem a diferença, Senador Fernando Bezerra: no período de 2011 a 2014, mais ou menos, a Bahia captou mais de R\$5,6 bilhões para fazer investimentos. De lá para cá, nós começamos a amargar uma seca, tanto lá, na nossa região, como aqui, nos cofres públicos, ao ponto inclusive em que uma operação de crédito que nós fechamos com o Banco do Brasil, em dezembro de 2013, nós só conseguimos arrancar a segunda parcela, ainda sob a gestão de Joaquim Levy, no ano passado, já no apagar das luzes, depois de muita pressão da Bancada da Bahia para que a segunda parcela pudesse ser liberada. E hoje, Senador Otto, a liberação desses recursos é um alento para os baianos, para que possamos inclusive injetar recursos para gerar trabalho e renda, para recuperar as estradas e até implantar novas estradas, e sei que esse foi um trabalho que V. Exª fez sobejamente bem.

Portanto, agora, sob o comando de Marcus Cavalcanti – à época, inclusive, em que nós fizemos o acordo com o Banco Mundial, o atual Vice-Governador era Secretário de Infraestrutura, o Deputado João Leão –, nós conseguimos fazer uma reengenharia com o Banco Mundial, pela Secretaria de Planejamento, tratando inclusive da própria questão da contrapartida.

E agora o Banco Mundial reabre esse financiamento, a segunda etapa do Premar, em uma operação de US\$200 milhões, com mais US\$100 milhões de contrapartida do Estado da Bahia. A expectativa nossa é que isso dê ao Governador Rui Costa a condição de continuar o importante trabalho que vem desenvolvendo naquele Estado, que tem sido inclusive motivo de alegria para muitos baianos, mesmo na crise.

A Bahia está enfrentando dificuldades, como todos os Estados, Senadora Ana Amélia, como o Estado de V. Exª, mas a Bahia ainda é um Estado que não atrasa – ainda não, a Bahia é um Estado que não atrasa – pagamento de salários, nem negociou parcelamentos de salários, de décimo-terceiro e de aposentadorias. O Governador tem tido uma posição muito firme em trabalhar para melhorar a arrecadação, mas priorizando a sua mão de obra.

Com isso, nós agora ganhamos a possibilidade aumentar o nível de investimentos, assim como

pleiteamos mudanças consubstanciais na lógica dos precatórios, para que a Bahia tenha a condição de também aportar um pouco mais de recursos para aumentar a nossa capacidade de investimento, superando essa fase difícil, de maneira a criar oportunidades, porque é no trabalho, na geração de renda e na circulação de moeda na economia que fazemos a economia crescer.

Dinheiro na mão de banco, com taxas de juros elevadas e dinheiro concentrado na mão do Governo Federal não levam ao desenvolvimento, tampouco à geração de trabalho emprego e renda.

Era isso, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão, Suplente de Secretário.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com a palavra a nobre Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – O prestígio da Bahia e de Manaus foi confirmado...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... aqui no plenário, todos os Senadores e Senadoras apoiaram esses pedidos de empréstimos que foram aprovados pela manhã e já votados aqui no plenário. Mas quem trouxe o presente foi o Senador do Acre, oferecendo castanhas para todos os Senadores. Esse é apenas um detalhe do dia de hoje.

Eu queria perguntar a V. Exª se continua a ordem do dia e se haverá votação nominal. Tenho algumas coisas para fazer, mas se houver votação nominal... Eu queria uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Primeiramente, Senadora Ana Amélia, as castanhas foram doação do empresário acriano Mazinho Serafim, de Sena Madureira, que me pediu que as distribuisse aqui no plenário. A castanha é do Acre, esse negócio de dizer que a castanha é do Pará não existe, a castanha é do Acre. Hoje é castanha do Brasil. Mas essa de primeira qualidade que V. Exª está comendo é castanha do Acre.

E a nossa assessoria informa que nós teremos três projetos, mas será votação simbólica. São empréstimos de Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Exª. E continue trazendo as castanhas do Acre, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Grato, Senadora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com a palavra o meu amigo, colega de partido, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer coro com o Senador Walter Pinheiro. Hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovado esse empréstimo para o Governo do Estado da Bahia, para infraestrutura, para nossos melhores corredores rodoviários, responsabilidade do Governo do Estado.

Agora há pouco, recebi um telefonema do atual Secretário de Infraestrutura do meu Estado, Dr. Marcus Cavalcanti, agradecendo, em nome do Governador Rui Costa, o trabalho que hoje foi executado tão bem pelos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Senador Walter Pinheiro, e que dará, de alguma forma, condições de investimento para a manutenção e melhoria dos principais eixos e corredores rodoviários do meu Estado.

Então, a Bahia, hoje, recebe esse aporte de US\$200 milhões para aplicar muito bem em favor dos baianos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Parabênizo toda a Bancada Baiana na pessoa do Senador Walter Pinheiro, do Senador Otto Alencar e da Senadora Lídice da Mata.

Parabéns, meu querido amigo e parceiro de partido, Otto.

Encontra-se na mesa o Projeto de Resolução nº 13, de 2016, do Senador Alvaro Dias, que reabre o prazo estabelecido no art. 4º, da Resolução nº 22, de 2014, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Paraná contrate operação de crédito externo nela previsto.

Parecer nº 427, de 2016, da CAE. Relator, Senador Dalírio Beber, parecer favorável, nos termos da Emenda

nº 1, da CAE, que apresenta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2016, do Senador Alvaro Dias, que *reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 22, de 8 de agosto de 2014, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Paraná contrate a operação de crédito externo nela prevista.*

Parecer nº 427, de 2016, da CAE, Relator: Senador Dalírio Beber, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único.

Para discutir, o nobre Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente. Apenas para esclarecer que o objetivo do nosso projeto de resolução é ampliar o prazo.

A questão retorna ao Tesouro Nacional para reavaliação e, posteriormente, se houver o de acordo do Tesouro Nacional, o Estado do Paraná poderá retomar o empréstimo e realizar a finalidade.

Por isso, é apenas uma reabertura de prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Encerrada a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, da CAE.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. **(Parecer nº 461/2016-CDIR - Vide item 2.2.2.5)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

A matéria vai à promulgação.

Item 3: Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Parecer sob nº 912, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, com a Emenda nº 1, da CCJ, de redação, que apresenta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2012

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que *altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.*

Parecer sob nº 912, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Quarta sessão de discussão da proposta e da emenda, em primeiro turno. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Atendendo a um pedido do nobre Senador Paulo Paim, o último item da nossa pauta de hoje.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 15, de 2016**, do Senador Paulo Paim e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 2 de maio, destinada a comemorar o Dia Mundial do Trabalhador.

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Esta Presidência parabeniza mais uma vez o Senador Paulo Paim.

Encerrada a Ordem do Dia, voltamos à lista de oradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, pela lista de oradores, se não me engano, sou eu, se não for um líder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Pela liderança, com a palavra, seguindo a ordem dos inscritos, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Conforme entendimento entre a Senadora Vanessa e o Senador Telmário, com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Petecão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, antes de ir ao assunto que me traz a esta tribuna, quero aqui manifestar o meu pesar e a minha solidariedade aos familiares e amigos pelo falecimento, ocorrido em 22 de abril de 2016, do grande Antônio Torres de Mesquita. Em especial, apresento as minhas condolências aos seus filhos Jailson Reis de Mesquita, exemplar servidor da Codesaima, e Faradilson Mesquita, exemplar e dedicado líder comunitário do Município de Boa Vista, no meu Estado de Roraima.

Antônio Mesquita faleceu aos 83 anos, vítima de câncer, doença contra a qual lutou por dez anos. Nasceu em 5 de março de 1933, na cidade de São Benedito do Rio Preto, no Estado do Maranhão. Em 1963, casou com D. Raimunda Reis de Mesquita, com quem teve dez filhos, sendo sete homens e três mulheres.

Antônio Mesquita foi fundador da cidade de Governador Nunes Freire, no Maranhão, tendo sido eleito o primeiro vereador daquele Município, com mandato de 1983 a 1988. Após o mandato, mudou-se com toda a família para Boa Vista, capital do meu Estado, Roraima. Foi juiz de paz no período de 1962 a 1965 no povoado de Zé Doca, no Maranhão. Deixou um legado de honra e de honestidade para seus descendentes e para os amigos que o cercavam. Cristão de confissão protestante, deixa dois filhos pastores evangélicos e outros dois militantes na política, como lideranças comunitárias.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que esta Casa envie votos de pesar e condolências aos familiares deste grande homem, que tanto serviu ao Maranhão e ao meu Estado de Roraima.

Sr. Presidente, também quero aqui aproveitar para falar do grande desafio que temos pela frente. Antes disso, eu gostaria de trazer mais uma vez a minha contribuição sobre as equivocadas ou as intencionais e manipuladas discussões sobre o caráter ou a natureza do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma, que chegou a esta Casa.

Por isso, é preciso, inicialmente, deixar claro que o *impeachment*, como dispositivo constitucional, é legal, pois se trata de um estatuto da nossa Constituição, mas é preciso deixar claro também, de maneira definitiva, que a sua aplicação ou a sua admissibilidade exige a existência comprovada de crime de responsabilidade.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Telmário, aproveitando que V. Ex^a trata aqui sobre este assunto, permita-me, faz-se necessário comentar a declaração ainda há pouco do Vice-Presidente da República, Michel Temer – eu destaco: Vice-Presidente da República, Michel Temer –, dizendo que a proposta que um grupo de 33 Senadores, entre os quais eu, Walter Pinheiro e João Capiberibe, apresentamos aqui no Senado Federal seria golpe. Disse o Sr. Michel Temer, ainda há pouco, em reunião com lideranças sindicais, que seria golpe essa proposta de antecipação das eleições presidenciais para este ano e que uma proposta desse tipo, nos Estados Unidos, faria as pessoas ficarem coradas – de vergonha, eu imagino. Senador Telmário, essa declaração está vindo de alguém que quer assumir a Presidência da República sem nenhum voto popular. Veja, ele está dizendo que levar ao voto popular, que a soberania do voto popular é golpe. É essa a declaração do Sr. Michel Temer. E ele, por sua vez, quer ascender ao poder político sem ter um voto – sem ter um voto. Aliás, digo mais, na última eleição a que o Sr. Michel Temer se submeteu, como Deputado Federal, ele foi eleito na sobra do quociente eleitoral, é bom que se destaque isso. (*Pausa.*) Obrigado, Senador Walter Pinheiro. Então, me adequando, após a anulação de alguns votos para que ele pudesse ascender. E ele faz uma declaração que, para mim, Sr. Presidente, para alguém que pretende assumir a Presidência da República, é atentatória contra a soberania popular, esta declaração do Sr. Michel Temer. Eu vou lhe dizer o que eu acho que é golpe, Senador Telmário, me permita, aqui, rapidamente. Golpe é isso aqui: “Temer admite Meirelles na Fazenda e sugere Serra, Padilha e Geddel em Ministério”. Qual o papel do Senado da República, Senador Telmário? Este Senado da República, este Plenário tem duas funções essenciais. A primeira

é o juízo de admissibilidade sobre o processo de *impeachment* em relação à Presidente da República. Não me consta em nenhum lugar que este Plenário ou sequer a Comissão processante já tenha feito o julgamento da Presidente da República e a admissão do crime de responsabilidade da Presidente da República para afastá-la. Então, num flagrante desrespeito ao Senado Federal, aos membros do Senado Federal, aos Senadores, ele, abertamente, em escárnio público – em escárnio público! –, não há outra definição para isso, faz a composição do seu governo, faz a composição do seu ministério. Já diz e desdiz pela imprensa quem vai compor, quem vai integrar o seu governo. Sr. Presidente, Senador Telmário, rapidamente, para concluir, isto para mim é que é golpe e é desrespeito ao papel do Senado da República no juízo de admissibilidade do crime de responsabilidade da Presidente da República. É um desrespeito ao trabalho que estamos fazendo aqui, por parte do Sr. Michel Temer. Se ele pensa em ascender à Presidência da República desse jeito, já começou muito mal, já teve um péssimo começo. E golpe é desrespeitar a soberania popular. Golpe é não admitir a possibilidade de o povo brasileiro resolver esta questão, esta grave crise, que também tem a cumplicidade do PMDB. Resolver esta grave crise através da ascensão biônica, por um colégio eleitoral, porque o que estaremos, no fim, definindo aqui, pelo voto de alguns delegados, é quem será o novo Presidente da República. Optar por isso e negligenciar a vontade popular para resolver essa crise, isto sim é que é o verdadeiro golpe contra o Brasil.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora Fátima, antes de passar a palavra a V. Exª, eu queria agradecer ao Senador Randolfe.

Sem nenhuma dúvida, Senador Randolfe – já passo, Senadora Fátima –, a sua indignação é a indignação, naturalmente, do povo brasileiro. Olhando aqui o jornal *O Globo* e o jornal *Folha de S.Paulo*, vamos lá: Michel Temer, citado na Lava Jato, quer ser Presidente da República, o conspirador. Vamos lá, o Vice-Presidente, 22 processos de corrupção, citado em tudo que é de corrupção.

Henrique Eduardo:

Lava Jato investiga uma atuação conjunta com Eduardo Cunha. A Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão no apartamento do ex-ministro. Trocas de mensagens com executivo da OAS mostram *lobby* em tribunais a favor da empreiteira e busca por doações de campanha.

Ministro do Cunha. O outro lá, Geddel Vieira Lima:

Fez sucessivos *lobbies* para a OAS dentro da Caixa Econômica Federal, na Secretaria da Aviação Civil da Presidência e na Prefeitura de Salvador. Em outra via, pedia doações de campanha para aliados e para sua candidatura ao Senado.

Eduardo Cunha: 22 processos. Presidente do PMDB, Senador do mal: investigado em inquérito aberto por oito apurações na Lava Jato e mais seis processos.

Vamos lá. Eliseu Padilha:

Deu suporte para Delcídio Amaral ser diretor de Gás e Energia da Petrobras em 1999, conforme a delação do senador.

Moreira Franco:

Deu suporte para Delcídio Amaral ser diretor de Gás e Energia da Petrobras em 1999, conforme [também] a delação do senador.

Ou seja, o Sr. Michel Temer, conspirador, montou facilmente o ministério dele. Ele foi lá com o Janot e pediu a lista dos processados do Lava Jato e montou o ministério dele.

Brasil, vejam vocês, tirando a Dilma, sem nenhum processo, nenhum crime, o Michel Temer vai lá com o Janot, pega a lista do Lava Jato e monta o ministério. É Michel Temer mostrando a sua cara. Esperar o que de um conspirador? Está aqui nos dois jornais: *Folha de S.Paulo* do dia 26, e *O Globo* também.

Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário, eu quero me associar aqui ao aparte que o eminente Senador Randolfe acabou de fazer a V. Exª, dizendo que realmente golpe é cair de paraquedas numa cadeira presidencial que não lhes pertence. Essa é uma das respostas que merece o Vice-Presidente da República, Michel Temer, quando, em entrevista hoje, condena a ideia da proposta de antecipação das eleições diretas para Presidente em nosso País. Ele teve, inclusive, o atrevimento de dizer que uma proposta dessa natureza tem um conteúdo golpista. Ora, conteúdo golpista, repito, é cair de paraquedas numa cadeira presidencial que não lhes pertence. Golpe, Senador Telmário, é, de repente, querer impor

ao Brasil um programa intitulado Uma Ponte para o Futuro. Se esse programa viesse a ser implementado, redundaria, isso sim, no maior retrocesso do ponto de vista político, social e econômico para o nosso País. O programa do PMDB, o chamado Uma Ponte para o Futuro, tem um conteúdo explosivo do ponto de vista de ataque aos direitos sociais dos servidores, de ataque aos direitos dos trabalhadores – sejam os trabalhadores do campo, sejam os trabalhadores da cidade –, um conteúdo explosivo do ponto de vista do ataque à luta para fazer avançar a cidadania do nosso povo, especialmente no campo de políticas públicas essenciais, como saúde, como educação, na medida em que a proposta do PMDB, Uma Ponte para o Futuro – que deveria se chamar Uma Ponte para o Inferno ou Um Túnel para o Passado –, traz como um dos pilares a questão do orçamento zero e da desvinculação de receitas. Como se não bastasse tudo isso, infelizmente, o Vice-Presidente Michel Temer presta-se ao papel que está se prestando neste exato momento de abrir mão da liturgia do cargo de Vice-Presidente para ficar na linha de frente – como continua – do movimento golpista de caráter conspirador. Essa conspiração, Senador Telmário, cada dia mais se desnuda quando, inclusive ele, apressa-se a anunciar quem vai nomear como ministro para isso e para aquilo. Então, nós não podemos, de maneira nenhuma, ficar calados diante de gestos como esses. Para terminar, Senador Telmário, quero dizer que respeito a tese, inclusive, dos que defendem a antecipação das eleições diretas. Até porque essa tese, na verdade, traz um recado claro: é o recado de que a maioria do povo brasileiro, Senador Randolfe, não vai aceitar, de maneira nenhuma, que alguém ocupe aquela cadeira sem passar pelo crivo das urnas, sem passar pelo crivo da soberania popular. Essa tese que foi colocada vem no sentido de corrigir, sem dúvida nenhuma, um grande equívoco. Um grande equívoco que seria termos, à frente dos destinos do País, um Governo ilegítimo, um Governo sem legitimidade. Por quê? Porque não passou pelo veredicto popular de forma nenhuma. Por isso, Senador Telmário, termino dizendo que nós estamos lá na Comissão. Vamos lutar bravamente porque, para nós, *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe. Para nós, Governo sem voto popular não tem legitimidade. Quero concluir, dizendo que esperamos que o Senado da República, apesar dos percalços, não repita os vexames lá da Câmara dos Deputados ao analisar o mérito do pedido de *impeachment*. Esperamos que o Senado não reproduza aqui o circo de horrores que foi a votação do pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma. Até porque o Senado tem de se ater ao mérito, tem de discutir o mérito. O mérito trata de questões técnicas, de pedaladas fiscais de 2015 e da edição, exatamente, de decretos-leis. Ao ater-se ao mérito, vai ficar escancarado, comprovado que a Presidenta não cometeu crime de responsabilidade, que esse pedido de *impeachment* é uma farsa, é uma fraude! Por isso é que nós vamos continuar lutando, cada vez mais, no Senado e nas ruas, para derrotar esse golpe e derrotar esse programa Uma Ponte para o Futuro, cujo nome verdadeiro é Uma Ponte para o Passado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senadora Fátima.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, Senador pelo Amapá que muito honra o nosso Norte.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Telmário, obrigado pelo aparte. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadores, Senador Telmário, angustia-me ver o avanço da marcha da insensatez. Todos nós sabemos que o *impeachment* é opção pelo confronto. E o confronto não resolve a crise política, não resolve a crise econômica e a crise ética. Ao contrário, aprofunda a divisão da sociedade brasileira, amplifica o mal-estar que todos nós sentimos, a dificuldade de diálogo, de relacionamento, o sectarismo político. O *impeachment* não é solução para a crise. É o que está posto? Sim, e esta Casa tem que decidir, daqui a poucos dias, se mantém a Presidente Dilma no exercício da Presidência ou se ela será afastada. Eu tenho repetidas vezes me declarado contrário ao processo do *impeachment* como solução para a crise. A crise, do meu ponto de vista, a gente só consegue superá-la se for pela via política, pela via do entendimento, pela via do pacto político, porém com o aval do voto popular. O que está em jogo, na questão do *impeachment*, é a soberania do voto popular. A Presidente Dilma e o Vice-Presidente Temer chegaram ao poder pelo voto, como nós aqui. Nós aqui pelo voto popular. Então, só o voto popular legitima o poder. Portanto, Senador Telmário, nós precisamos entender que essa divisão não vai para canto nenhum. Ao contrário, nós estamos prolongando a crise. Em vez de encurtar caminho, nós estamos ampliando o caminho da crise. Nós precisamos nos entender. A representação política tem a responsabilidade de dar solução para os problemas da sociedade, e não jogar gasolina na fogueira. Portanto, é necessário que a PEC 20, de 2016, que estabelece eleição em outubro, seja analisada. Nós temos precedentes. O argumento é de que a PEC é inconstitucional. Se considerarmos a soberania do voto, que é um primado da nossa Constituição, encurtar o mandato não é inconstitucional. Diante de uma crise tão profunda, em que a opção tomada pela representação política do *impeachment* não resolve, nós precisamos, sim, nos debruçar sobre essa possibilidade de uma nova eleição, para legitimar o eleito para nos conduzir para a saída da crise. Eu não consigo imaginar o que acontecerá na hora em que este Senado da República afastar a Presidente Dilma. Nós teremos o seguinte cenário: nós teremos dois Presidentes – uma Presidente afastada e um interino. Aonde vamos com isso? Nós, aqui no

Senado, temos que aprofundar a discussão da crise, temos que debater se o *impeachment* leva a uma solução ou se aprofunda o confronto. Eu estou convencido de que a Presidente Dilma perdeu a legitimidade porque ela foi eleita com um programa, e esse programa foi engavetado na hora em que ela assume. Então, isso a levou a mergulhar na impopularidade, a perder o apoio do Congresso. Mas a solução colocada, a solução de *impeachment*, não cabe no regime presidencialista. Da forma como está feita essa solução, parece aquilo que se denomina golpe branco. Eu nunca usei essa expressão “golpe” aqui. Mas está quase se caracterizando como um golpe branco...

(Soa a campainha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... fundamentado na legalidade, que parece, de fato, um golpe legal. Ou seja, afastam-se uns para assumir o poder. Que é o caso: PMDB e PT eram casados até poucas semanas; tiveram uma separação litigiosa que hoje coloca a família brasileira numa situação de estresse jamais vista. Portanto, eu não vejo outra saída que eleição. Já existe precedente. Nós temos precedente na história do País, inclusive com aval do Supremo Tribunal Federal. Em 1980, foi aprovada uma PEC aqui, prorrogando os mandatos dos prefeitos, de quatro para seis anos. O Congresso votou, houve mandado de segurança, o Supremo Tribunal referendou a decisão...

(Interrupção do som.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Se nós logarmos o pacto político por uma nova eleição, não haverá, tenho certeza, dificuldade por parte do Supremo Tribunal Federal. Obrigado, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador João Capiberibe. Incorporo ao meu discurso a fala de V. Ex^a.

Eu queria, Sr. Presidente, agradecer a paciência de V. Ex^a, mas eu quero concluir.

Agora, no Dia do Índio, no meu Estado, os indígenas da comunidade de Três Corações, Senador Randolfe, o tuxaua e as famílias indígenas que sobrevivem da caça, da pesca, da natureza, abateram alguns animais para comer, para sobreviver. Aqui estão os animais, uma capivara e dois jabutis, Senador Petecão. No Dia do Índio, eles abateram esses animais para sobreviver, porque vivem da caça e da pesca para alimentação. Eles foram criados à base de animais. Foram presos; o tuxaua e os indígenas, presos. Foram bater na cadeia! E o Cunha rouba o Brasil e não é preso. Olha aí: o Cunha rouba mais de R\$50 milhões do Brasil, e ninguém prende o Cunha. O índio abate o animal para comer e é preso.

Olha o Brasil em que nós estamos vivendo! A mídia inteira e a corja do seu conspirador, Michel Temer, dizem que querem tirar a Dilma para combater a corrupção. Está aqui o jornal, trazendo sete prováveis ministros, todos envolvidos em corrupção.

Então, o jornal *New York Times* acaba começando a ter razão. Uma gangue começa a querer assumir a Presidência da República. Agora, imaginem o Exército Brasileiro, a Marinha, a Aeronáutica, as pessoas de bem batendo continência para uma corja que deveria estar sendo conduzida para a cadeia pública, mas está sendo conduzida para os ministérios e para ocupar a Presidência da República, em nome da moralidade. Olha a crise em que colocaram o Brasil. Olha a crise em que estão colocando esta Nação!

Então, eu queria fazer um apelo, meu amigo, minha amiga, você que foi para a rua, que pediu a moralidade, que pediu um basta na corrupção, que pediu um novo rumo para a economia brasileira: vamos embora arrumar a mala aí e vamos embora para a rua de novo, porque os sete prováveis ministros do Michel Temer estão todos envolvidos na corrupção. Esse não é o Brasil que nós queremos; não é esse o Brasil que tirou as famílias dos seus lares para irem à rua mostrar sua força.

E, sem nenhuma dúvida, Senador Randolfe e Senador João Capiberibe, na crise política, devolve-se o poder ao povo. E aqui só há uma forma de devolver o poder ao povo: é pelo voto direto; é pelas urnas. Aí, sim, nós vamos ter um Presidente que vai se sentar naquela cadeira com respaldo popular, com credibilidade de convidar a Nação brasileira para uma grande união, união nacional para tirar o Brasil da crise – da crise econômica, da crise política, da crise social, do momento em que o Brasil se encontra. Mas não é colocando uma corja de ladrões nos ministérios, na Presidência e na Vice-Presidência que se vai convidar a Nação para dar as mãos. Jamais! Não é esse o propósito da Nação brasileira.

A Nação brasileira foi às ruas, gritou em praça pública, sacrificou o seu sábado e o seu domingo, querendo a moralidade, querendo o caminho do bem, querendo políticos comprometidos com um País mais sério, um País mais honesto!

Portanto, trazem aqui os jornais, em primeira mão, os principais ministros do conspirador Temer: sete envolvidos em corrupção. É uma quadrilha: Ali Babá e seus sete ladrões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Seguindo a ordem de oradores inscritos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Antes de conceder a palavra ao...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Senador Randolfe pediu primeiro do que eu, mas aqui é igual ao Exército: antiguidade é posto. Eu sou mais velho do que ele...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu vou aqui registrar, com pesar, o falecimento da Srª Ramona Miranda de Britto, que é a mãe do nosso querido Senador Moka – hoje perdeu sua mãe. Na semana retrasada, eu também perdi a minha. Eu queria prestar as minhas condolências, a minha solidariedade à sua família, porque eu sei o tamanho dessa dor.

Então, Moka, nosso querido Senador Moka, receba, em meu nome, em nome dos demais colegas que estão no plenário, dos que não estão também, toda a nossa solidariedade.

E queria aqui fazer um registro. O primeiro suplente do nosso Senador Davi Alcolumbre está presente aqui: Josiel Alcolumbre. Ele é um ilustre amapaense, pessoa pela qual eu tenho um carinho e uma admiração muito grande.

A Casa é sua. Seja bem-vindo. Que o nosso Líder Davi Alcolumbre continue fazendo esse belo trabalho que ele faz em prol desse povo guerreiro lá do Amapá.

Obrigado pela sua presença, Josiel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

Eu sei que o precedente é do Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E por isso, por conhecer o Magno Malta, eu vou conceder a palavra ao Magno Malta. Em seguida, a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, eu queria saber se o senhor está fazendo alternância de um inscrito com uma Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É... Foi uma Liderança, agora vai ser o Senador Paim e depois V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Harry Potter só vai fazer um comunicado. Como ele é do cinema, eu vou deixá-lo falar na minha frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Presidente. Serei breve.

Muito obrigado ao Senador Magno Malta pela educação e pela condescendência de S. Exª, sempre presente.

Presidente, eu só queria que V. Exª fizesse o registro da presença, na tribuna de honra do Senado, dos vereadores da minha cidade de Macapá, do Vereador Marcelo Dias, da Vereadora Adriana Ramos, do Vereador André Lima, do Vereador Aldrin Torrinha e do Vereador Eddy Clay Góes, que ainda há pouco esteve conosco, fazendo uma visita ao Senado, acompanhado do Senador Josiel Alcolumbre, suplente do nosso querido amigo Davi Alcolumbre.

Além deles, obviamente quero registrar a presença de uma importante e ilustre jornalista do nosso Estado, a jornalista Alcilene Cavalcante.

Então, faço aqui o registro e peço que V. Exª registre nos *Anais*, na Ata desta sessão do dia de hoje.

Subsidiariamente, por último, Sr. Presidente, peço que depois me informe em que posição da longa lista de inscrições que nós temos estaria o momento para que eu possa utilizar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu gostaria que a nossa assessoria orientasse para que ficassem registrados todos os vereadores, o Senador citado e a jornalista nos *Anais* da nossa Casa.

Senador Magno Malta, eu só gostaria de comunicar a V. Exª que nós temos um orador aqui na tribuna...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Inclusive é meu irmão. Já me deu...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... que foi um dos primeiros a se inscrever e está ali. Ele vai lhe dar 30 segundos para que o senhor possa se manifestar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Inclusive, o Senador Benedito está chateado com o Randolfe, porque ele disse que o Randolfe não se inscreve. Ele faz a inscrição dele, fica esperando, o Randolfe fala e vai embora. Toda vez vem e fala pela ordem. Eu não costumo fazer isso. Só vou falar agora, Senador Paim. Trinta segundos.

Senador, é só para fazer um registro importante.

O Senador Telmário é contundente na defesa do Governo, e o Governo deve dar uma medalha para ele, porque, se alguém defende o Governo, Senador Cristovam, é o Senador Telmário. Por outro lado, ele defende com contundência, mas exagera de vez em quando, quando ele diz que, se a Presidente for afastada, vão formar um governo de pessoas investigadas na Lava Jato. Mas ele esquece que muita gente do Governo e da Base do Governo está investigada também. E é só para dizer que investigação não quer dizer que a pessoa já está pronta para ir para a penitenciária. E quando dá essa conotação de investigação agrada à Base do Governo, e na mesma hora desagrada, porque há muita gente investigada. Quando vai com contundência e diz que o Temer vai parar a Lava Jato... Quem é Temer, meu amigo, para parar a Lava Jato? Quem é Temer para parar a Lava Jato? Ninguém, neste mundo, para a Lava Jato, para essa investigação. E que ele vai parar para beneficiar o PMDB.

Ora, se ele conseguir parar e beneficiar o PMDB, vai beneficiar muito mais o PT, porque eles poderão soltar Vaccari, Dirceu, os ministros que estão ali por causa do foro vão perder o foro e não vão presos, o Lula não vai preso. Isso tudo é conversa jogada fora.

Com todo o respeito à contundência dele, eu penso que duas coisas o Temer tem que fazer, duas coisas, porque a Constituição diz que, no impedimento do Presidente, assume o Vice. Se o Senado decidir pelo impedimento dela, Senador Paim, se decidir, o Temer, então, vai assumir. Duas coisas ele tem que fazer: primeiro, ele tem que dizer para a Nação que ele não é candidato à reeleição, que ele não está ali se preparando para se perpetuar no poder, que ele não é candidato. E a segunda coisa é escolher os melhores quadros técnicos deste País, técnicos, preparados, sem copartidários, convidar até gente de bem do PT. O PT tem quadros preparados, todos os partidos têm. E não abrir o flanco para colocar apadrinhados políticos, mas pessoas que somem neste momento para tirar o País desse limbo onde o País está, porque esse é um momento de reconstrução.

São duas coisas que ele tem que fazer: dizer que não é candidato à reeleição e convidar quadros preparados para tirar o País desse fosso. E em todos os partidos e fora dos partidos tem gente preparada, porque onde tem trigo tem joio, segundo a Bíblia. Tem joio dentro da família da gente, tem joio dentro de igreja. Tem joio em partido político? Claro que tem! Mas tem trigo também. Então é convidar as pessoas de bem, técnicos de bem, independente de copartidários, para poder tirar o País desse limbo em que nós fomos metidos.

Só para ressaltar o que eu disse no começo, com todo o respeito ao meu amigo Senador Telmário, porque tenho um carinho pessoal por ele, quando ele diz que as pessoas são investigadas na base do governo... Há muita gente sendo investigada, mas a investigação não chegou ao final, não há nada transitado em julgado.

Então, penso que esse tipo de discurso não soma.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Sérgio Petecão, suplente de secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Medeiros, quero fazer um pronunciamento hoje na linha do que fez ontem a Senadora Lúcia Vânia, que deu um alerta ao País de que a Câmara está parada. Os presidentes das comissões não foram sequer eleitos e a discussão do Orçamento parou totalmente. Se continuar assim, pela força do Presidente da Câmara dos Deputados, nós estaremos numa situação de caos. Não teremos dinheiro, como disse V. Ex^a, para nada.

A Senadora Rose de Freitas foi na mesma linha, S. Ex^a que presidiu a Comissão de Orçamento.

A situação da Câmara hoje está totalmente paralisada. Isso é inexplicável e inaceitável. Quero cumprimentar ambas, começando com a Senadora Lúcia Vânia, que fez esse alerta.

O meu pronunciamento, Presidente, vai na mesma linha. Nós aqui votamos uma PEC, a PEC nº 143, de 2015, que é da maior gravidade para a saúde. Ela retira algo em torno de R\$80 bilhões da saúde e está para ser votada em segundo turno.

Recebi um documento da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas e da Associação Brasileira de Economia da Saúde, entre outras, que é o seguinte manifesto.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 143, de 2015, que já foi votada em primeiro turno, era o primeiro item da pauta. Felizmente, não foi apreciada hoje. Dizem inclusive que já terminou a discussão. Eu espero que ela seja retomada, porque essa PEC, que tramita em segundo turno aqui no Senado, pretende alterar, segundo dizem os especialistas, de forma abusiva, o regime constitucional de vinculações de receitas, patamares de gasto mínimo e fundos por meio da alteração do *caput* do art. 76 e da instituição dos artigos 101 e 102, todos

no bojo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O conteúdo dessa PEC, como diz a Associação Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Procuradores, Auditores, Associação Brasileira, o conteúdo da tal PEC reside na reinstauração, em tese, por mais quatro anos da chamada Desvinculação de Receita da União – DRU, cuja validade havia findado em 31 de dezembro de 2015, por força da redação dada ao art. 76 pela PEC nº 68.211.

Mas não é apenas isso. Agora vem o debate. A ideia da desvinculação de 25%, ou seja, um quarto a mais, pretende alcançar também as receitas e os deveres de gastos mínimos e os fundos dos Estados, DF e Municípios. Foram excetuadas da sua incidência tão somente as vinculações protetivas da repartição federativa de receitas, a Contribuição Social do Salário Educação e o dever de aplicação mínima de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino 1 de que trata o art. 212.

Serão, pois, afetados pela abrangente regra da DRU, DRE e DRM o custeio mínimo das ações e serviços públicos de saúde, art. 198, as contribuições sociais que amparam a Seguridade Social, e as contribuições de intervenção no domínio econômico, como se lê nos arts. 149 e 195 da nossa Constituição, bem como todos os fundos e órgãos que têm alguma vinculação orçamentária a seu favor.

Cabe, de plano, a pergunta: por que somente o piso constitucional da Educação foi excetuado, quando igual proteção não deveria ser conferida à saúde? É absolutamente paradoxal e inconsequente essa discriminação entre os direitos fundamentais de igual estatura, vez que ambos gozam da garantia constitucional de custeio mínimo por todos os entes da Federação, à luz dos arts. 198 e 212.

A perda de recursos para o custeio do SUS no momento em que a saúde está tão debilitada, em face do volume que fora aplicado em 2015 por todos os níveis da Federação, caso seja adotado esse corte linear de um quarto, a pretexto de desvinculação...

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...é alarmante – vou passar a palavra a V. Exª, um momento – e alcançará a cifra estimada de 80 bilhões.

É uma saúde, como todo mundo sabe, tanto os planos privados como o SUS, que está numa situação – eu diria – de desespero da população. E ainda poderemos perder R\$80 bilhões.

Senador Randolfe, sempre é uma alegria o aparte de V. Exª.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A honra é minha, Senador Paulo Paim. Quero só lembrar, Senador Paulo Paim, que nós, na votação em primeiro turno dessa Proposta de Emenda Constitucional nº 143...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Votamos contra.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...votamos contra, aqui no Plenário, e denunciamos o caráter dela. Espero que o Senado não cometa o desatino de, ao votar em segundo turno essa PEC, aprová-la. Junto com V. Exª, nós tivemos 17 votos, naquele momento, contrários a essa Proposta de Emenda à Constituição. Espero, quero acreditar que agora, no segundo turno de votação, nós possamos ter 30 ou até 40 votos que barrem essa Proposta de Emenda à Constituição. Nós temos nos vangloriado, e corretamente, Senador Paulo Paim, de estarmos um passo à frente da Câmara. A Câmara dos Deputados, lamentavelmente, está dirigida pelo principal criminoso deste País. É um absurdo e uma vergonha internacional para nós um criminoso, gângster, como o Sr. Eduardo Cunha ser Presidente da Câmara dos Deputados. Mas, nesse aspecto, pasmem, a Câmara esteve na nossa frente, porque a Câmara aprovou recentemente uma Proposta de Emenda à Constituição que incluía...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Amplia.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...acrescentava novas dotações orçamentárias, novas fontes de dotação orçamentária para a saúde e a educação. E aqui, Senador José Medeiros, estamos aprovando uma Proposta de Emenda à Constituição que desregulamenta, que desvincula, que possibilita...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fica pior do que já estava.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois é. Imagine a festa que vai ser se Estados e Municípios tiverem desvinculada a prerrogativa constitucional de garantir o mínimo constitucional para a educação e a saúde. É este o objeto, é este o tema dessa Proposta de Emenda à Constituição. E já digo aos colegas Senadores, fatalmente, Senador Paulo Paim, V. Exª será um, eu serei outro. Se ela for aprovada aqui, nós vamos arguir a sua inconstitucionalidade, porque não pode ser objeto de Proposta de Emenda à Constituição – está no art. 60 da Constituição – o direito adquirido. O que é mais trágico dessa Proposta? Em plena epidemia de zika vírus no Brasil, estamos aprovando uma Proposta de Emenda à Constituição que, na prática, significará a redução dos investimentos em saúde. Ainda bem que está havendo essa mobilização da sociedade civil, um pouco tardia, mas ainda bem que está havendo. Nós já estávamos denunciando aqui no

plenário. Eu espero – e vamos fazer o enfrentamento aqui – que essa Proposta de Emenda à Constituição não seja aprovada aqui no Plenário. Para concluir, Senador Paulo Paim, parece até que essa PEC é aquela anunciação de dias terríveis para os trabalhadores e para o povo brasileiro. O tal “Ponte para o futuro”, programa com que o Sr. Temer quer conduzir a nação, tem esta entre as medidas propostas, este tipo de medida. Então, essa parece que se anuncia como a primeira medida desta ofensiva, que é uma ofensiva contra o direito dos trabalhadores, dos mais pobres deste País. Cumprimento V. Exª e tenho a certeza de que estaremos juntos para impedir que essa Proposta de Emenda à Constituição seja aprovada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diz mais o documento – obrigado, Senador Randolfe, que enriquece, porque conhece muito bem o tema: “Ou seja, o risco – repito – é de desmonte expressivo da já precária situação da saúde pública brasileira”.

Outra questão que também merece ser trazida à tona é a absoluta contradição do debate havido no Congresso Nacional, que é isso que V. Exª levantou e os especialistas falam aqui.

Enquanto o Senado Federal pretende reduzir linearmente o custeio das ações e serviços públicos de saúde por meio dessa famigerada PEC 143, de 2015, a Câmara dos Deputados – a gente fala que de lá que vem a pauta reacionária – pretende corrigir a falta de custeio insuficiente por meio da majoração progressiva dos percentuais de aplicação mínima da União ao longo dos próximos sete anos, como se pode ler na PEC 1, de 2015, que lá tramita. Enquanto a Câmara dos Deputados quer melhorar, a PEC do Senado quer piorar o dinheiro da saúde e, por extensão, do SUS.

Em uma necessária retomada histórica, vale lembrar que a origem de tal instrumento de desvinculação orçamentária remonta à Emenda de Revisão nº 1, de 1994, tendo sido mantida mediante pequenas alterações de conteúdo e forma, ao longo das Emendas nº 10, de 1996; nº 17, de 1997; nº 27, de 2000; nº 42, de 2003; nº 56, de 2007; e nº 68, de 2011.

Essas sete emendas constitucionais, no decurso dos últimos 22 anos, deflagraram um processo de erosão constitucional sobre as garantias de consecução material dos direitos sociais pela via da limitação do financiamento das políticas públicas que lhe dizem respeito.

A perpetuação da DRU e a sua extensão a Estados e Municípios – DRE e DRM –, por meio da tergiversadora regra, no seio da ADCT, afetam a natureza jurídica das contribuições sociais ao desvincularem – ainda que parcialmente – nas de sua afetação a seguridade social (arts. 149 e 195).

O debate no Supremo Tribunal Federal a esse respeito certamente será instigado a retomar o precedente do Recurso Extraordinário nº 566.007, do Rio Grande do Sul, para firmar a inconstitucionalidade da mitigação, que remonta a 1994 e poderá se estender até 2020, da destinação de 25% da arrecadação de contribuições.

Cabe, pois, a nós, alertar que 26 anos de regime transitório e excepcional – que transitório é esse? – não é socialmente admissível, tampouco constitucionalmente adequado. Eis o caráter abusivo e tergiversador da desvinculação.

Ora, a vedação de retrocesso, no âmbito dos direitos sociais, deve ser interpretada de forma conjugada com a proteção que é conferida a esses direitos como “cláusula pétrea” e deve buscar garanti-los materialmente, além do seu enunciado formal.

Os dispositivos constantes dos arts. 71, 72 e 76 do ADCT apenas e tão somente se legitimaram no ordenamento brasileiro na condição de regra temporária e excepcional. Agora, em 2016, passados 22 anos desde a sua primeira regra, essa nova prorrogação da DRU – verdadeira perpetuação e não transitória – e a criação ainda agora da chamada DRE e da DRM operam como meio falseado de ajuste fiscal contra a expressa dicção do texto permanente da Constituição.

A administração da crise financeira com seus mecanismos ditos excepcionais de redefinição de prioridades orçamentárias tem se tornado, por si só, uma nova regra de priorização que atua em uma lógica de neutralização, no médio prazo, da desvinculação estabelecida na CR/1988. Afasta-se com isso a ideia de que se está a tratar de medida temporária e excepcional, diante de tamanha longevidade e desvio de finalidade.

Fato é, senhores e senhoras, que a DRU, ao que se somam agora a DRE e a DRM, efetivamente reduzem a obrigatoriedade constitucional de os entes políticos alocarem recursos, principalmente na área da saúde e na manutenção integral do orçamento da seguridade – e aqui estão todos os artigos que cito, baseado na Constituição –, sem falar nos fundos e órgãos que têm receitas próprias a eles vinculados.

A teor, na verdade, do art. 167, IV, em sua parte final da Constituição, as vinculações orçamentárias asseguradoras de piso de custeio para os direitos fundamentais à saúde e à educação foram expressamente excetuadas do princípio geral de não afetação da receita de impostos, por força da sua condição de conteúdo mínimo de validade das leis orçamentárias anuais de cada ente da Federação.

O comando de imutabilidade que confere máxima proteção aos direitos fundamentais também se estende às suas garantias estatuídas constitucionalmente, no que se inserem os deveres de gasto mínimo e a

vinculação de receitas, tal como se lê, por exemplo, no art. 60, §4º, IV, da nossa Constituição.

Assim, se se considerar a fórmula dada por esse documento, segundo a qual “quanto mais intensa se revelar a intervenção em um dado direito fundamental, maiores hão de se revelar os fundamentos justificadores dessa intervenção”, pode-se questionar como desproporcional e abusivo o fato de que a desvinculação, ou seja, a alocação discricionária de 25% de todos os impostos e contribuições dos três níveis da Federação, via ADCT, e por prazo tão longo, na prática, estabelecerá tanto um novo patamar de gastos mínimos a serem executados – como, por exemplo, com saúde – quanto um novo sistema tributário de financiamento da própria seguridade social, em que está a saúde, a assistência e a tão defendida por todos nós aqui Previdência pública, que dizem que está falida, mas a toda hora metem a mão nela para tirar alguns bilhões. Se estivesse falida, eles não fariam isso.

Ora, essa redefinição restritiva, via ADCT, das prioridades alocativas inscritas no Texto Constitucional tem sido empreendida, Sr. Presidente, desde 1994, sem que isso tenha sido explícita e diretamente discutido e aprovado pelo Legislativo na forma de emenda aos dispositivos permanentes, para rever as próprias vinculações ali instituídas para execução de gastos mínimos setoriais.

Desvio de finalidade e falta de transparência ocorrem no seio do instituto da desvinculação de receitas exatamente em função de estar sendo ele reinstituído e interpretado inequivocamente contra a própria finalidade publicística a que veio, qual seja, aplicar maiores recursos “no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário e outros programas de relevante interesse econômico e social”.

Sr. Presidente, ao instituir uma regra, em tese, “excepcional”, de forma paralela e ao se retirar do cenário em que a discussão sobre haver despesas mais ou menos vinculadas explicita o rol de prioridades orçamentárias do corpo permanente da Constituição de 1988, o Poder Constituinte Derivado – eu estava lá, inúmeros Senadores estavam lá – mitiga inconstitucionalmente o nível, determinado pelo texto permanente da Carta Magna brasileira, de obrigatoriedade de alocação de recursos para gerir, em sede de decisões administrativas discricionárias, uma crise financeira que remonta a 1994.

É francamente, Sr. Presidente, um desvio de finalidade e verdadeira fraude à Constituição esse redesenho feito em relação aos próprios limites mínimos de gasto com as políticas públicas vinculadas, bem como quanto à natureza tributária específica das contribuições sociais por meio de várias emendas contingenciais ao texto do Ato das Disposições Transitórias.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim sendo, Sr. Presidente, termino dizendo: não se pode reputar como constitucionalmente adequada qualquer iniciativa legislativa que vise a reinstituir a DRU, de forma pior do que era antes ainda; e pior ainda é querer ampliá-la para Estados e Municípios, como ora se pretende, a partir da PEC 143, como se ninguém mais tivesse responsabilidade com saúde e, por extensão, sabemos que pega a seguridade social, a Previdência e a própria educação.

A perpetuação da DRU e a criação destes famigerados DRE e DRM, via ADCT, lesa, Sr. Presidente, os arts. 167, IV, 195, 196 e 198, ao faticamente dar causa à insuficiência de recursos para o custeio constitucionalmente adequado dos direitos sociais, amparados por diversas formas de vinculação de receita e/ou despesa, em rota de lesão aos princípios da vedação e de retrocesso e vedação de proteção insuficiente.

Sr. Presidente, está em jogo aqui a saúde, a assistência, a Previdência. Não foi dito aqui, embora tivéssemos votado contra, mas não ficou explícito para todos os Senadores que há uma fraude, uma farsa por trás da PEC 143, que vai trazer prejuízo, sim, para o povo brasileiro dos Municípios, dos Estados e, claro, da União. Todos perderemos, mas, principalmente, quem perde mais são os mais pobres.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância e quero só que V. Exª registre também um outro documento que deixo à Mesa sobre a limitação de franquia de dado da Internet residencial; o que está acontecendo com algumas operadoras.

Sr. Presidente, agradeço muito, como sempre, Senador Medeiros, a tolerância de V. Exª. V. Exª tem sido meu parceiro aqui, no Senado, até altas horas da noite, cada um defendendo o seu ponto de vista, mas, tenho certeza, todos nós querendo o melhor para toda a nossa gente, para todo o nosso povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, recebi da Associação Nacional do Ministério Público de Contas,

Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas, Associação Brasileira de Economia da Saúde, entre outras, um manifesto que passo a ler:

A Proposta de Emenda à Constituição 143/2015, que tramita já em 2º turno no Senado, pretende alterar, de forma abusiva, o regime constitucional de vinculações de receitas, patamares de gasto mínimo e fundos, por meio da alteração do caput do art. 76 e da instituição dos arts. 101 e 102, todos no bojo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

O conteúdo de tal PEC reside na reinstituição – em tese, por mais 4 (quatro) anos – da chamada “Desvinculação de Receitas da União” – DRU, cuja validade havia findado em 31/12/2015, por força da redação dada ao art. 76 do ADCT pela EC 68/2011.

Mas não apenas isso. Agora a ideia de desvinculação de 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, 1/4 (um quarto) pretende alcançar também as receitas, os deveres de gasto mínimo e os fundos dos Estados, DF e Municípios.

Foram excetuadas da sua incidência tão somente as vinculações protetivas da repartição federativa de receitas, a contribuição social do salário-educação e o dever de aplicação mínima de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino¹ de que trata o art. 212 da CR/1988.

Serão, pois, afetados pela abrangente regra de DRU/DRE/DRM o custeio mínimo das ações e serviços públicos de saúde (art. 198), as contribuições sociais que amparam a seguridade social e as contribuições de intervenção no domínio econômico (como se lê nos arts. 149 e 195 da Constituição), bem como todos os fundos e órgãos que tenham alguma vinculação orçamentária a seu favor.

Cabe aqui, de plano, a pergunta: por que somente o piso constitucional da educação foi excetuado, quando igual proteção é conferida à saúde?

É absolutamente paradoxal e inconsequente essa discriminação entre direitos fundamentais de igual estatura, vez que ambos gozam da garantia constitucional de custeio mínimo por todos os entes da federação, à luz dos arts. 198 e 212.

A perda de recursos para o custeio do SUS, em face do volume que fora aplicado em 2015 por todos os níveis da federação, caso seja adotado esse corte linear de 1/4 a pretexto de desvinculação, alcança a cifra estimada de R\$80 bilhões.

Ou seja, o risco é de desmonte expressivo da já precária situação da saúde pública brasileira.

Outra questão que também merece ser trazida à tona é a absoluta contradição do debate havido no Congresso Nacional.

Enquanto o Senado Federal pretende reduzir linearmente o custeio das ações e serviços públicos de saúde por meio da PEC 143/2015, a Câmara pretende corrigir a falta de custeio suficiente por meio da majoração progressiva dos percentuais de aplicação mínima da União ao longo dos próximos sete anos, como se pode ler na PEC 01/2015 que lá tramita.

Em uma necessária retomada histórica, vale lembrar que a origem de tal instrumento de desvinculação orçamentária remonta à Emenda de Revisão n.º 01/1994, tendo sido mantido – mediante pequenas alterações de conteúdo e forma – ao longo das Emendas n.º 10/1996, 17/1997, 27/2000, 42/2003, 56/2007 e 68/2011.

Essas 7 (sete) Emendas Constitucionais, no decurso dos últimos 22 (vinte e dois) anos, deflagraram um processo de “erosão constitucional” sobre as garantias de consecução material dos direitos sociais pela via da limitação do financiamento das políticas públicas que lhes dizem respeito.

A perpetuação da DRU e a sua extensão a Estados e Municípios (DRE e DRM) por meio de tergiversadora regra no seio do ADCT afetam a natureza jurídica das contribuições sociais ao desvincularem nas (ainda que parcialmente) de sua afetação à seguridade (arts. 149 e 195).

O debate no Supremo Tribunal Federal, a esse respeito, certamente será instigado a retomar o precedente do Recurso Extraordinário 566.007/RS, para firmar a inconstitucionalidade da mitigação, que remonta a 1994 e poderá se estender até 2020, da destinação de 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação de contribuições.

Cabe, pois, o alerta de que 26 anos de regime transitório e excepcional não é socialmente admissível, tampouco constitucionalmente adequado: eis o caráter abusivo e tergiversador da desvinculação!

Ora, a vedação de retrocesso no âmbito dos direitos sociais deve ser interpretada de forma conjugada com a proteção que é conferida a esses direitos como “cláusula pétrea” e deve buscar garanti-los materialmente, além do seu enunciado formal.

Os dispositivos constantes dos arts. 71, 72 e 76 do ADCT apenas e tão somente se legitimaram no ordenamento brasileiro na condição de regra temporária e excepcional. Agora, em 2016, – passados

22 anos desde sua primeira instituição – essa nova prorrogação da DRU (verdadeira perpetuação) e a criação da DRE e da DRM operam como meio falseado de ajuste fiscal, contra a expressa dicção do texto permanente da Constituição.

A administração da crise financeira com seus mecanismos ditos excepcionais de redefinição de prioridades orçamentárias tem se tornado, por si só, uma nova regra de priorização que atua em uma lógica de neutralização, no médio prazo, das vinculações estabelecidas na CR/1988.

Afasta-se, com isso, a ideia de que se está a tratar de medida temporária e excepcional, diante de tamanha longevidade e desvio de finalidade.

Fato é que a DRU, ao que se somam a DRE e a DRM, efetivamente reduzem a obrigatoriedade constitucional de os entes políticos alocarem recursos nas áreas de saúde (art. 198, § 2º da CR/1988) e na manutenção integral do orçamento da seguridade social (art. 165, §5º, III c/c art. 195 da CR/1988), sem se falar nos fundos e órgãos que têm receitas próprias a eles vinculadas.

A teor do art. 167, IV, em sua parte final, da Constituição, as vinculações orçamentárias asseguradoras de piso de custeio para os direitos fundamentais à saúde e à educação foram expressamente excetuadas do princípio geral de não afetação da receita de impostos, por força da sua condição de conteúdo mínimo de validade das leis orçamentárias anuais de cada ente da federação.

O comando de imutabilidade que confere máxima proteção aos direitos fundamentais também se estende às suas garantias estatuídas constitucionalmente, no que se inserem os deveres de gasto mínimo e a vinculação de receitas, tal como se lê no art. 60, §4º, IV da CR/88.

Assim, se se considerar a fórmula dada por Alexy⁶, segundo a qual: “quanto mais intensa se revelar a intervenção em um dado direito fundamental, maiores hão de se revelar os fundamentos justificadores dessa intervenção”, pode-se questionar como desproporcional e abusivo o fato de que a desvinculação, ou seja, a alocação discricionária de 25% (vinte e cinco por cento) de todos os impostos e contribuições dos três níveis da federação, via ADCT e por prazo tão longo, na prática, estabelecerá tanto um novo patamar de gastos mínimos a serem executados (como, por exemplo, com saúde), quanto um novo sistema tributário de financiamento da seguridade social.

Ora, essa redefinição restritiva – via ADCT – das prioridades alocativas inscritas no texto constitucional tem sido empreendida desde 1994, sem que isso tenha sido explícita e diretamente discutido e aprovado pelo Legislativo na forma de emenda aos dispositivos permanentes da CR/1988, para rever as próprias vinculações ali instituídas para execução de gastos mínimos setoriais (a exemplo do art. 198) e para destinação de receitas (arts. 149 e 195).

Desvio de finalidade e falta de transparência ocorre no seio do instituto da desvinculação de receitas exatamente em função de estar sendo ele reinstituído e interpretado inequivocamente contra a própria finalidade publicística a que veio, qual seja, aplicar maiores recursos “no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social”, tal como previa a parte final do caput do art. 71 do ADCT, na redação dada pela ECR nº 1/1994.

Ao instituir uma regra, em tese, “excepcional”, de forma paralela e ao se retirar do cenário em que a discussão sobre haver despesas mais ou menos vinculadas explicita o rol de prioridades orçamentárias do corpo permanente da Constituição de 1988, o Poder Constituinte Derivado mitiga – inconstitucionalmente – o nível (determinado pelo texto permanente da Carta Magna brasileira) de obrigatoriedade de alocação de recursos para gerir, em sede de decisões administrativas discricionárias, uma crise financeira que remonta a 1994.

É francamente um desvio de finalidade e verdadeira fraude à Constituição esse redesenho feito em relação aos próprios limites mínimos de gasto com as políticas públicas vinculadas, bem como quanto à natureza tributária específica das contribuições sociais, por meio de várias emendas contingenciais ao texto do Ato das Disposições Transitórias da CR/1988.

Assim sendo, não se pode reputar como constitucionalmente adequada qualquer iniciativa legislativa que vise reinstituir a DRU, bem como ampliá-la para Estados e Municípios, como ora se pretende com a PEC 143/2015.

A perpetuação da DRU e a criação da DRE e DRM via ADCT lesa os arts. 167, IV, 195, 196 e 198 da CR/1988, ao faticamente dar causa à insuficiência de recursos para o custeio constitucionalmente adequado dos direitos sociais amparados por diversas formas de vinculação de receita e/ou despesa, em rota de lesão aos princípios da vedação de retrocesso e vedação de proteção insuficiente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas operadoras prestadoras de serviço da internet anunciaram que passarão, a partir de 2017, a cortar o acesso dos usuários que atingirem o limite de sua franquia de dados, e oferecerão pacotes com “franquias diferenciadas”.

Você que está me assistindo neste momento pelos veículos de comunicação do Senado Federal, imagine no meio do mês sua casa ficar sem internet?

Limitar a franquia de dados é um retrocesso. Um ataque aos direitos do consumidor e da cidadania.

O tema tem gerado enorme mobilização nas redes sociais. O meu gabinete vem recebendo uma avalanche de mensagens cobrando respostas.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que eu tenho a honra de presidir, recebeu uma proposta legislativa que pode se tornar lei federal.

As operadoras de banda larga poderão ser proibidas de cortar ou diminuir a velocidade de acesso à internet dos usuários residenciais que atingirem o limite de sua franquia de dados.

Em seis dias a proposta legislativa atingiu o número de 20 mil manifestações de apoio, necessário para o envio à deliberação dos senadores — tempo recorde no Portal e-Cidadania.

Conforme pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), o número de lares brasileiros conectados à internet ultrapassou os 30 milhões de domicílios.

Por outro lado, um estudo do Banco Mundial informa que 98 milhões de pessoas não têm acesso à internet no Brasil.

O “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2016: Dividendos Digitais”, coloca o Brasil em quinto lugar em número de usuários de internet, atrás da China, dos Estados Unidos, da Índia e do Japão.

Mas também em sétimo entre os países com o maior número de desconectados.

Sr. Presidente, pela inconformidade dos usuários da internet residencial no Brasil, pelas críticas que estão ocorrendo, e com razão, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa vai chamar uma audiência pública para debater o assunto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Obrigado pelas palavras gentis, Senador Paulo Paim, e parabéns pelo seu pronunciamento.

Com a palavra agora o Líder do PP, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao me dirigir à tribuna, a Senadora Rose de Freitas me perguntou sobre o que eu ia falar. Eu, então, respondi a ela que ficasse tranquila porque eu não falaria de *impeachment*, de crise, de Lava Jato, porque, praticamente neste último ano, é só do que se fala nesta Casa e neste país. Incrível! Nunca vi isso na minha vida.

Minha querida Senadora, vou tratar de um assunto genérico, conversar, para que os Senadores e as Senadoras imaginem este País, que paga um preço muito caro por conta desses desencontros.

Sr. Presidente, o último biênio impôs aos cidadãos sérias dificuldades de contingências em um quadro geral que exige o concurso de agentes políticos para que o Brasil retorne aos trilhos do desenvolvimento. É da concórdia entre partidos e representantes públicos, é do diálogo aberto e franco entre todos nós que haverá de ressurgir a possibilidade da retomada do crescimento e da harmonia do nosso País. E, com o crescimento econômico, poderemos novamente ambicionar o desenvolvimento social de todos os brasileiros.

Como é do conhecimento de todos, há mais de um ano o nosso País encontra-se paralisado, em estado letárgico e sem meios para a definição de projetos estruturantes na construção do amanhã. No presente, três temas dominam todos os debates na sociedade, na mídia e nos Parlamentos: um, a grave crise econômica em que nos encontramos; dois, a Operação Lava Jato e seus desdobramentos; e, por último, a crise política maximizada no presente, no processo de *impeachment* da Presidente da República.

A tríade temática é de importância real e autoevidente. Porém, é necessário que tenhamos em mente, neste Senado da República, na Câmara dos Deputados e nos legislativos das unidades federadas e municipais, que esses assuntos podem nos prejudicar, se o burburinho dos debates nos conduzir à paralisia, dificultando a hipótese de outros debates cruciais virem à tona.

Acredito ser fundamental para os políticos trabalharmos com foco na solução da problemática em que nos vemos uma vez que o papel central da política é encontrar mecanismos para a superação das crises

próprias à democracia, que se abatem sobre qualquer Estado em qualquer tempo e lugar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a nenhum de nós é dado negar que a mídia brasileira vem exercendo seu papel fundamental. Tampouco nos escapa que, dia a dia, somos bombardeados com a reiteração de manchetes, de editoriais, de matérias e de análises as mais pessimistas.

A problemática das crises e dos escândalos de corrupção merece, de fato, a nossa mais profunda reflexão. Porém, quando se toma – entre aspas – “o” tema e não mais – entre aspas – “um” entre muitos temas, acaba por afetar os ânimos da sociedade e de seus representantes.

Por essa razão, acredito que, sem abandonar ou afastar essa tríade temática a um segundo plano, a mídia deve assumir um papel mais propositivo, cumprindo, sim, sua função de noticiar, mas também de apontar, a partir da nossa história e dos contextos de crises vividas em outros países, caminhos possíveis para a superação de nossos impasses.

E como a vida sempre há de seguir, importa para nós temperarmos a ideia fixa instaurada sobre esta crise com uma visão mais otimista e propositiva sobre nosso futuro.

Cumprе lembrar, Sr. Presidente, que, a despeito de todas as nossas dificuldades históricas, o Brasil foi capaz de feitos impressionantes nos últimos 100 anos, foi capaz de avanços que credenciam este gigante e esta potência econômica a viabilizar os melhores cenários para a sociedade brasileira ao longo do promissor século XXI.

Entretanto, o que vemos hoje no Brasil são embates políticos com tamanha violência verbal, com enorme acirramento, em uma divisão ideológica sem sentido.

Não se extrai qualquer solução desses intermináveis insultos do presente nas páginas da internet ou nas ruas. É coxinha para lá, é petralha para cá, resultando em um debate estéril e infantil.

Convém, uma vez mais, sublinhar que é próprio da política a reunião de mulheres e homens para a solução racional dos problemas.

É preciso, portanto, insistir nesta ideia. A maior parte dos desafios que devemos enfrentar, as tantas crises de abastecimento ou de transporte das cidades, o saneamento básico ou a coleta de lixo, entre tantos outros exemplos, são de caráter pragmático e não raramente técnico e as preferências particulares do gestor do momento, quer seja prefeito, governador ou Presidente, alteram muito pouco o conteúdo das decisões sobre o que tem de ser feito.

Por isso, a nós nos parece artificial e contraproducente, para não dizer extemporâneo, o tensionamento ideológico do presente. E, neste aspecto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional pode exercer um grande papel.

Devemos protagonizar a educação pelo exemplo ao demonstrarmos à sociedade brasileira que, a despeito de nossas bandeiras partidárias, somos adeptos do diálogo sincero, sensato e cortês e que somos capazes de entabular uma dialética honrada e honrosa, respeitável e respeitosa na construção do nosso futuro e na busca incessante das soluções para a crise, inclusive a que vivemos.

E o Brasil tem pressa. Ao deparar com o gigantismo dos nossos potenciais e a situação indesejável de penúria do povo brasileiro na cidade e no campo, o cidadão comum se exaspera, porque a vida não pode ser assim. Ao testemunhar a falta de solidariedade entre todos, com o fortalecimento de discursos de ultraviolência, o brasileiro de fé desanima.

Senhoras e senhores, é este o preocupante estado de coisas que o Senado da República deve enfrentar. É este o quadro geral a ser pensado por cada Senadora e cada Senador...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, já foram 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – São dez.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Dez, está bem? Por isso que já cantou a cigarra.

... para que, em fina sintonia com a vontade geral, sejamos nós os promotores do bem comum da sociedade.

Apresenta-se a nós uma enorme pauta de reformas estruturantes que não podem esperar: solução da crise hídrica em nossas maiores cidades; o aperfeiçoamento do transporte público em respeito ao tempo dos que perdem horas desnecessárias no itinerário casa-trabalho-casa; a recuperação e a expansão de nossas malhas viárias, ferroviárias e aeroviárias; a modernização de nossos portos; o desenvolvimento das formas de energia limpa; a preparação educacional dos jovens brasileiros para uma complexa economia do amanhã, em

que o domínio das tecnologias será determinante para a plenitude de nossos avanços.

O momento, portanto, é de ação cooperativa e de união. E cada um de nós é corresponsável pela abertura de espírito em que somos chamados ao esforço parlamentar pela reconciliação nacional.

É imperioso que todas as representações adotem ações efetivas para o Brasil voltar a crescer política, econômica e socialmente. E, em contraponto, racional aos atos de violência verbal e de desrespeito ao próximo, por vezes presentes nas manifestações de rua, nós, Parlamentares, devemos reiterar nossa crença inabalável no diálogo, evitando todos os episódios de desrespeito já ocorridos neste Congresso, em que Parlamentares, tomados por inaceitável acesso de fúria e surdos às razões do outro, acusam-se mutuamente, partem para o clamor injurioso. Isso, na verdade, não constrói absolutamente nada.

Não. O que buscamos em verdade, colegas, é a imperiosa convergência, para que a democracia, em seu aspecto comportamental, deite raízes em nossas ações comuns nesse solo laico e sagrado a que denominamos Parlamento. No Parlamento falamos e no Parlamento temos o dever de escutar; neste Congresso Nacional ou em qualquer outro espaço público de deliberação política, das lutas, do empenho, das pulsações, dos erros e acertos, da maturidade, das esperanças e da boa-fé de incontáveis gerações de seres humanos.

Os nossos ancestrais nos libertaram da brutalidade cega e animalasca ao nos proporcionarem o espaço deliberativo para, ante o inevitável entrechoque de ideias e de interesses individuais e coletivos, buscarmos, por assim dizer, a força resultante e o tempo provisório das condições presentes no viver e no conviver em sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, acredito, em uma expressão, que este Brasil de paz, de conagração, de amor ao próximo e respeito aos cidadãos contribuintes, de convergência de propósito e de construção de ideias continue ao alcance de nossas mãos.

E para isso só depende de nós; da nossa ação e da nossa vontade política em dialogar com todos de forma pacífica e respeitosa, dando nossa contribuição na busca de soluções para os problemas que ora enfrentamos. O momento é de união, de trabalho em favor do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, é de fundamental importância que estas Casas do Congresso Nacional deixem de lado as paixões, deixem de lado os discursos meramente demagógicos. Esta é a Casa dos grandes debates. Aqui já se realizaram os mais fantásticos debates ao longo da história do Senado Federal. E o País está a precisar dessas ações de cada um de nós.

Deixemos de lado a paixão política. Deixemos de lado as controvérsias. Deixemos de lado a vaidade. Deixemos de lado a ânsia do poder, e possamos nos juntar, para encontrar os caminhos do desenvolvimento, da paz e da convivência pacífica.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradecerá a V. Ex^a pela tolerância.

Muito obrigado e que Deus nos ilumine.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senador Benedito de Lira. V. Ex^a sempre, com muita sensatez, fala da tribuna para toda a população brasileira.

Como oradora inscrita, concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas. *(Pausa.)*

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou apenas registrar o início dos trabalhos da Comissão Especial que vai analisar o *impeachment*. Hoje regulamentamos o trabalho porque foi empossado o Presidente e eleito o Relator.

É evidente que, quando existem controvérsias sobre qualquer assunto, o debate se alonga e toma um tempo infinito daquilo que poderia, até pela urgência, pela necessidade e pela gravidade do momento, ser resumido numa votação que expressasse o desejo da maioria e da minoria.

Então, há um plano de trabalho, uma meta e prazos definidos. A partir de agora, essa missão tem de ser exercida com responsabilidade, seguindo a Constituição, obedecendo ao Regimento para julgar se existe ou não a admissibilidade, se existe ou não crime de responsabilidade que justifique o afastamento da Presidente Dilma. Tem, também, por objetivo principal, ajudar o País a superar uma crise política sem precedentes na história do Brasil que paralisou a economia e compromete o nosso desenvolvimento nacional.

Mas o objetivo de estar nesta tribuna hoje não é só o de fazer o registro do início dos trabalhos, mas de falar, principalmente, desse processo da maior relevância para o País que quero destacar hoje. É outro assunto de extrema importância e que também está em pauta esta semana, Sr. Presidente. É a definição sobre os contratos da dívida de Estados e Municípios com a União. Esse é um assunto grave para a União, para os Estados e para os Municípios.

Nesta quarta-feira, amanhã, o Supremo Tribunal Federal decidirá sobre as taxas de juros que devem incidir sobre as dívidas dos Estados e Municípios com a União.

Esse é um tema crucial, Senadora Lúcia Vânia, porque os governos estaduais estão com o caixa cada vez

mais comprometidos e enfrentam uma crise financeira aguda, que é refletida e sentida inclusive, lá na ponta, pelo cidadão brasileiro.

Nesta quarta-feira, o Supremo decide se aprova ou não o recálculo da dívida dos Estados, se aprova ou não um desconto na taxa de juros do endividamento. Estados e grandes Municípios questionam, a todo momento, a adoção de juros compostos, ou seja, juros sobre juros, e os Estados reivindicam juros simples, que são aplicados sobre o valor inicial.

Com a crise que nós estamos vivendo, diante da paralisação das negociações para o alongamento do endividamento, coisa que não poderia ter acontecido, havia várias alternativas, que foram expostas ao longo da jornada de discussão. Esse alongamento da dívida é um dos aspectos. Provavelmente, por mais de vinte anos, vários governos estaduais recorreram ao STF para utilizar essa metodologia dos juros simples no pagamento dos seus débitos.

Não há dúvida de que essa é uma questão muito delicada e que tem colocado em lados opostos o Ministro da Fazenda e os entes federados. Não há dúvida também que é uma questão que provoca muitas interpretações diferenciadas. Mas, Sr. Presidente, é um tema que não pode ser mais postergado. Não há como jogar para frente uma crise que atinge Estados e Municípios, e Municípios em plena crise, sem uma resposta imediata para resolver seus problemas econômicos.

Estados e Municípios, como é do conhecimento de todos – quem estiver ouvindo vai reconhecer –, estão estrangulados. Uma soma de erros do Executivo Federal, no passado, contribuiu para essa situação. E é muito justo que encontrem juntos uma saída, mas não é o que está acontecendo. Para os Estados, o recálculo da dívida com juros simples significa uma economia mensal expressiva, que pode salvá-los nesta quadra da economia brasileira.

O Supremo Tribunal Federal já deu liminar ao Estado de Santa Catarina em ação que buscar garantir a aplicação dos novos parâmetros instituídos pela Lei Complementar nº 148, de 2014. O STF permitiu, em decisão liminar, que Santa Catarina utilize juros simples em vez de juros compostos para a quitação da dívida renegociada. Além de Santa Catarina, Alagoas, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso, e creio que Goiás e Pernambuco também têm processos tramitando no Supremo. E outros Estados, pelo que estou vendo na imprensa, pretendem ingressar no Supremo. A previsão é de que o Plenário do Tribunal julgue amanhã o mérito das liminares. Mas poderia ser diferente. Poderíamos ter mantido um debate, um diálogo, poderíamos ter a radiografia verdadeira, como tivemos oportunidade, na Comissão de Orçamento, para expor a situação do Brasil, examinar a situação do Estado e encontrar a saída negociada.

Existe uma situação muito grave na União, no Estado brasileiro. O Tesouro Nacional alega que a adoção de juros simples nos contratos provocaria, como está em toda a mídia nacional, um rombo de R\$300 milhões na dívida pública, que já chegou a R\$2,8 trilhões.

Estamos em um momento de queda de arrecadação. Isso nós vimos todo final de mês, naquela agonia permanente de tentar ver reagir por alguma ponta a economia brasileira. Estamos em momento de queda livre. A União alega dificuldades fiscais e, sem dúvida, nós entendemos o momento da crise nacional. Mas é crise para todos. Não há crise só da União, do Governo Federal, mas a crise do Estado repercute imediatamente nos Municípios, que sofrem para manter a mímica infraestrutura funcionando para atender socialmente a sua população.

Entender a crise financeira dos Estados, a situação dramática e o sofrimento dos Municípios é papel desta Casa também. Há aqui mais do que uma questão de índice de juros, se simples ou compostos. Nós temos a correta aplicação de critérios legais para o cálculo do desconto a que os Estados têm direito e que foi negado a ser discutido durante anos. A Lei Complementar nº 148, aprovada em 2014, foi alterada pela Lei Complementar nº 151, de 2015.

Essas leis fixaram as normas para reduzir os endividamentos dos Estados. Foram conhecidos novos indexadores de correção, 4% ao ano, mais IPCA, limitados pela taxa Selic, a taxa básica de juros, e, também, descontos sobre os saldos devedores. O que se questiona são os descontos concedidos para corrigir distorções provocadas no passado, como é a radiografia sincera do nosso País, a soma dos erros passados que nos trouxeram a situação grave do presente que vivemos.

Por exemplo, a diferença entre o custo da captação dos recursos pela União e o cobrado dos entes federados. Quantas vezes denunciamos e falamos sobre esse assunto? Os descontos, todos sabem, visam também dar mais fôlego ao combalido caixa dos Estados, um cenário em que até 15% das receitas estaduais seguem para o caixa da União.

A União se tornou dona do tesouro do faraó, a União está no topo da cadeia de arrecadação, concentra a maior parcela das receitas públicas e só repassa, gradativamente, as responsabilidades, transfere aos Municípios, cada dia mais, as responsabilidades do trabalho social que tem que exercer, dos programas

sociais que tem que aplicar. Aos Estados ficam a dependência e situações de prejuízo, com renúncias da União, atributos que são inteiramente compartilhados.

Segundo juristas, com a Lei Complementar nº 151/15, a União ficou obrigada a abater da dívida dos Estados a diferença entre a quantia devida em 1º de janeiro de 2013 e a quantia apurada desde a assinatura dos contratos. Para isso, o critério era a variação acumulada da Selic, ou seja, juros simples. Mas, em 2015, o Governo alterou a fórmula do cálculo do saldo devedor. Substituiu a expressão legal “variação acumulada”, igual a fator simples, por “fator acumulado”, que é igual a juros compostos.

Entretanto, Sr. Presidente, o texto da Lei Complementar nº 148, que estabeleceu os descontos, já dizia que não seria necessária regulamentação para esse ponto, como está redigido no parágrafo único de seu art. 4º – entre aspas –: “independentemente de regulamentação”.

Com o decreto federal, entretanto, os descontos foram praticamente neutralizados. Estados que já pagaram muito, continuam devendo muito. Essa é a situação que eu queria abordar desta tribuna. Estados e Municípios não podem pagar uma conta que parece não ter fim.

Por outro lado, também está claro que defendemos a necessidade de perseguir a redução do gasto público. Sem isso, não haverá um ponto de saída para o enfrentamento da crise. Como premissa, inclusive, para a retomada do crescimento do País, nós temos que abordar, em um primeiro ângulo, essa estratégia.

Por outro lado, nós temos a Fazenda, que sustenta que os Estados mais beneficiados pela adoção de juros simples seriam os mais ricos.

Na avaliação do Secretário-Executivo da Fazenda, Dyogo Oliveira – e aqui cito, entre aspas, o que foi proferido por ele –:

A adoção de juros simples resultaria em enorme prejuízo para o País, além de representar grande injustiça para os Estados mais pobres, que acabariam pagando pelos mais ricos. Por exemplo, cada contribuinte no Rio Grande do Norte e no Piauí pagaria [em média] R\$1,5 mil para que a dívida de São Paulo fosse refinanciada.

Pois bem, senhoras e senhores, nós estamos, então, diante de uma situação delicada e jamais enfrentada; postergada ao extremo. Chegamos agora a ter que recorrer novamente ao Supremo Tribunal Federal. Nós temos que resolver esta situação de qualquer maneira: a questão fundamental da dívida dos Estados, que verticalmente incide sobre a dívida dos Municípios.

Por isso a resolução do impasse sobre o desconto em parcelas de refinanciamento deve ser uma prioridade, assim como a negociação do alongamento da dívida. Esse assunto é recorrente e foi objeto de debates com vários ministros. E os problemas foram se acumulando, sem que encontrássemos a saída gradativa ou uma saída que solucionasse definitivamente, custasse o tempo que custasse, mas que fosse uma saída justa.

Este Congresso vai ser chamado, Sr. Presidente, mais uma vez, a superar divergências políticas para votar essa matéria e a alteração da meta fiscal de 2016, até agora sequer discutida, porque foi mandada no término, praticamente no último dia da nossa Presidência na Comissão de Orçamento.

O País, este é um fato concreto, Senadora Lúcia, precisa superar o imobilismo que nos acode a todo momento, dentro desta Casa, fora dela, dentro do Poder Executivo. É uma maneira que nós temos de debater os problemas e de agir.

Não sei por que essa sequência incomoda tanto os líderes políticos, os governadores, a Presidente da República. Nós precisamos encarar os fatos como eles são e estão na nossa frente. Não há maneira de avançar; não há maneira de falar que teremos como superar os problemas que aí estão.

É muito comum, quando você dá uma entrevista, alguém perguntar: “Mas se este Governo for afastado, o que vocês esperam do próximo governo?”. É uma incógnita, é uma incógnita. Ir ao Supremo Tribunal Federal, como fez zelosamente o Presidente Temer, é uma tentativa de assegurar, conter a crise da dívida de cerca de R\$300 bilhões.

Muito bem, contém-se o problema para assegurar um pouco de tranquilidade e iniciar um novo governo – talvez um novo governo –, mas se esquece que, diante dos seus olhos, estão os Estados e, mais adiante, os Municípios. Não há saída para um sem haver saída para todos.

Portanto, era o que eu queria dizer, Presidente.

Devemos preparar esta Casa para o embate, para o enfrentamento – sem tratar das divergências políticas, de que já tratei muitas vezes –, a fim de se pensar numa direção que seja comum a todos, como uma saída para enfrentarmos a crise econômica, agora tratada de maneira integral, porque atinge Estados e Municípios.

Concedo o aparte a V. Exª, com muito prazer.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Rose de Freitas, em primeiro lugar,

quero parabenizá-la pela brilhante exposição, detalhada, segura, sobre um problema que este País vive e que não será resolvido, do meu ponto de vista, com medidas paliativas. Nós precisamos – eu já disse isto aqui algumas vezes, inclusive no meu primeiro discurso, quando tomei posse – responder três perguntas importantes para chegarmos a uma solução. A primeira pergunta que o Congresso, o Poder Executivo, o próprio Poder Judiciário e a sociedade precisam responder é: que País queremos construir para os próximos 30, 50 anos? Para definir que País queremos construir, precisamos também definir como vamos construir. Quanto custa construir o País que queremos? Com equilíbrio entre todos os entes federados, nas ações a serem desenvolvidas no País que queremos construir. Quanto custa, então, e quem paga a conta? Nós precisamos responder a essas perguntas e planejar um desafio, um objetivo, com metas preestabelecidas, com o papel de cada ente federado. Mas de onde vem o dinheiro para pagar as contas? Não podemos mais penalizar sobretudo as trabalhadoras e os trabalhadores assalariados e o consumidor, que é quem, em última análise, paga todos os impostos neste País. Nós precisamos ter a coragem de enfrentar este desafio: que País queremos construir para os próximos 30, 50 anos; quanto custa este País; e quem paga a conta. Digo isso porque, a cada dia, aqui no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional, adota-se uma medida paliativa para resolver por mais alguns dias, mais um ano, superar o momento de dificuldade de um ano, mas isso não tem resolvido o problema do País. A meu ver, o desafio está colocado: que País queremos construir? Quanto custa? Quem paga a conta? Quem deve pagar a conta são aqueles que sempre ganharam muito dinheiro. O nosso País é rico, tem grandes fortunas, amealhadas com trabalho, com o desenvolvimento do País, mas que estão acumuladas. Esse acúmulo precisa fazer parte da resposta, para podermos corrigir as distorções que estão aí e construir o País que a sociedade brasileira espera. Portanto, era o desafio que eu queria deixar aqui, neste gentil aparte que V. Exª me concedeu. É a compreensão que eu tenho. As medidas paliativas ajudam em curtíssimo prazo, mas, em longo prazo, nós ainda não encontramos a solução para o País que precisamos construir para as próximas gerações. Obrigado, Senadora, pelo aparte.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu agradeço e parablenizo V. Exª.

Na verdade, se fôssemos montar um pedacinho da história, com as crises por que já passamos e superamos, no final, nós nos lembrariamos da sua pergunta: “Quem paga a conta?”, e da resposta: “Sempre paga o povo brasileiro”.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E o povo não é responsável, em absoluto, de maneira nenhuma, pelas crises geradas, por exemplo, na Previdência Social. O senhor sabe que o compromisso de vários governantes de enfrentar o problema da Previdência e equalizar os problemas internos, para fazer uma Previdência justa, nunca aconteceu.

Portanto, agradeço a V. Exª. Estou na mesma trincheira de V. Exª, Senadora Lúcia Vânia: lutando para que a gente possa fazer as perguntas que nos cabem e tomar as iniciativas para que a gente não ajude também a postergar mais a solução desta grave crise que acontece no País.

Muito obrigada!

(Durante o discurso da Srª Rose de Freitas, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senadora.

Seria ainda o Senador José Medeiros, mas passo, de imediato, a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exª a gentileza de me ceder o seu horário.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no momento em que o Senado Federal começa a analisar a admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, quero destacar que as evidências sugerem ter havido, sim, crime de responsabilidade na assinatura dos decretos de suplementação de crédito por parte da Presidência da República, em 2015.

Ao analisar as contas de 2014 da Presidente, o Tribunal de Contas da União considerou que haviam sido editados decretos de créditos suplementares sem a devida comprovação de sua compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário – isto é, a economia para pagar os juros da dívida pública – estabelecido pela LDO, ferindo, assim, no entendimento do Tribunal, o art. 45 da Lei Orçamentária e o disposto no art. 167, inciso V, da Constituição.

O Tribunal considerou que “qualquer alteração no gasto só poderia ter ocorrido depois de aprovada a mudança da meta fiscal”. Todos nós que trabalhamos o Orçamento sabemos que essa disposição tem que ser cumprida, para que nós possamos seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é, sem dúvida nenhuma, o norte que se impõe aos orçamentos.

É importante observar que o TCU já havia condenado essa prática em 2014. O Tribunal de Contas detectou o mesmo problema – o não cumprimento da meta e a evolução dos decretos – e fez a observação para que não fosse repetida a mesma situação em 2015.

Eis que, em 2015, fatos similares aos de 2014 foram verificados na conduta do Poder Executivo, em uma reincidência à determinação do Tribunal de Contas. Segundo levantamento feito pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, quatro desses decretos foram editados no dia 27 de julho de 2015, enquanto os outros dois o foram em 20 de agosto.

A edição dos decretos ocorreu após a mensagem e envio pelo Poder Executivo de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, no dia 22 de julho de 2015. No entanto, esse projeto só foi aprovado no dia 3 de dezembro de 2015. Então, é muito fácil: no dia 22 de junho de 2015 é mandada a Mensagem ao Congresso Nacional; no dia 27 de julho de 2015, editam-se quatro decretos suplementares; no dia 20 de agosto, mais dois decretos de suplementação; e a lei só foi aprovada em 2015, que estabelecia nova meta de resultado primário para 2015. Portanto, a edição dos decretos ocorreu após a Mensagem, pelo Poder Executivo, do projeto de lei ao Congresso Nacional.

A redução da meta foi justificada pelo impacto da redução do crescimento da economia sobre a arrecadação do Governo, assim como pela elevação das despesas obrigatórias acima do projetado.

Fica evidenciado, assim, que a Presidência da República não poderia ter editado os decretos de suplementação de crédito, sob risco de agravar ainda mais a situação fiscal da economia.

Apesar das alterações constantes no cenário, da deterioração do comportamento da economia em 2015 e do consequente impacto sobre a arrecadação da União, a edição dos referidos decretos ignorou os pontos de controle quadrimestral e bimestral da meta fiscal.

Isso está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo art. 1º estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Portanto, nós vimos que toda orientação do Tribunal de Contas e todas as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal foram solenemente ignoradas durante o período de 2015, mesmo após a advertência do Tribunal de Contas em 2014.

Ademais, dos seis decretos editados pela Presidência da República, dois apresentaram efeito negativo consolidado de R\$921,3 milhões para a apuração do resultado primário de 2015, visto que o acréscimo das despesas primárias é superior ao somatório do cancelamento de outras dessas despesas.

Portanto, tais decretos não eram compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário em 2015 e evidenciam o descumprimento de dispositivo da Lei Orçamentária daquele exercício.

Como se não bastasse, Sr. Presidente, toda essa lesão à Lei de Responsabilidade Fiscal, todo o descumprimento da Lei Orçamentária, as consequências disso são claras. As consequências são dez milhões de desempregados, as consequências são programas sociais cortados, as consequências são o descrédito do País lá fora, as consequências são todas essas que vivemos neste momento.

Portanto, eu quero aqui deixar consignada a minha preocupação com a situação da economia brasileira. Diante disso, é preciso que tenhamos a decisão de fazer alguma coisa. Eu acho que o grave erro hoje é não fazer nada diante desse quadro caótico que vive a economia brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Srª Lúcia Vânia, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Concluída a fala da Senadora Lúcia Vânia, no seu pronunciamento, nós vamos ouvir agora o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, próximo orador inscrito. Ele está como Líder. E o próximo inscrito é o Senador Flexa Ribeiro. *(Fora do microfone.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Donizeti, agradeço a V. Exª.

Senador Donizeti, eu me pergunto – eu já fiz um aparte na sessão de hoje – e me pergunto por que o desassossego, a exasperação do Vice-Presidente da República, Michel Temer, com a proposta de novas eleições presidenciais. Por quê? Como se diz lá, no meu Amapá, por que tanta agonia com essa proposta? Ao ponto, como já dissemos aqui na sessão de hoje de o Vice-Presidente da República declarar que novas eleições

– pasmem –, o povo brasileiro ser chamado para decidir o rumo do País, pela soberania do voto, é golpe. Ou seja, não é golpe o Vice-Presidente da República, sem um voto sequer, conduzido por um colégio eleitoral de Deputados e Senadores, assumir a Presidência da República; agora, o povo brasileiro ser chamado para votar é golpe.

Eu não tenho dúvida, Senador Donizeti, de que a Proposta de Emenda Constitucional nº 20 que nós apresentamos é constitucional e é a única resposta possível neste momento para a crise que vive o País. E é a única resposta possível, porque, cada vez mais que eu vejo as atitudes do Sr. Michel Temer, eu me convenço de que um governo de três anos desse senhor desestabilizará o País irremediavelmente.

Esse senhor, desrespeitando o Senado Federal, que ainda aprecia o processo de impedimento da Presidente da República, está, há quase 48 horas, a se reunir organizando seu ministério, convidando pessoas para integrar o seu ministério. Isso eu já disse aqui e repito, Senador Donizeti, que preside esta sessão, é um desrespeito ao Senado da República, que ainda está avaliando, está analisando o então crime de responsabilidade da Senhora Presidente da República.

Quanto mais eu vejo os nomes que são indicados para os ministérios, me parece que fica mais claro o que está em curso. Ainda há pouco, o jornal *O Globo* veicula a notícia de que o nome cogitado – pasmem – para ser Ministro da Justiça do governo do Sr. Michel Temer é o advogado dele, Antônio Mariz, que o defende inclusive das acusações que ele sofre na Operação Lava Jato.

Ainda há pouco, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e o seu Presidente Robalinho destacaram a preocupação e a insatisfação dessa entidade com o advogado – um advogado de eventuais réus da Operação Lava Jato dirigindo o Ministério da Justiça. É esse o senhor que está sendo cogitado para o Ministério da Justiça.

O Sr. Michel Temer, já que está na iminência de assumir a Presidência da República, desrespeitando – repito – o Senado Federal, já que tenta compor o seu governo, poderia tomar uma atitude, por exemplo: assumir o compromisso público de que não paralisaria, de que continuaria a dar total independência e autonomia e não paralisaria a Operação Lava Jato. Seria um gesto do Sr. Michel Temer; mas o gesto dele é convidar o advogado para ser o eventual Ministro da Justiça.

Eu estou cada vez mais convencido, Presidente Donizeti, está cada vez mais claro: o que une no Brasil, neste momento, é a realização de novas eleições presidenciais. A pesquisa Ibope do final de semana, com 62% dos brasileiros favoráveis a novas eleições e somente 6% ou 8%, no máximo, acreditando em um eventual governo Temer, é a prova mais do que material.

Outro fato me traz a convicção da necessidade de novas eleições, Presidente Donizeti. Ainda há pouco, há duas semanas, em um domingo desses, enquanto uma pequena multidão gritava contra o golpe, em frente à Fiesp, na Avenida Paulista, outro grupo se reuniu, vestindo verde e amarelo, e começou a levantar uma grande bandeira pedindo eleições gerais já. Essa bandeira de eleições gerais é, neste momento, a bandeira que une o povo brasileiro, que une os dois lados que estão se digladiando na rua. Aliás, o ideal seria, o cenário ideal e mais justo seria a realização de eleições gerais para Presidente da República e também para o Congresso Nacional ainda este ano. Mas esse não é um cenário realista, porque é impensável imaginar que o conjunto dos senhores Deputados Federais e a maioria daqui do Senado renunciaria ao mandato. Eu estaria disposto a renunciar para que tivéssemos novas eleições e gerais ainda este ano – e gerais. Eu digo eleições gerais, porque seria a solução. O núcleo dessa crise política não é só a Presidente e o Vice-Presidente da República, é o Congresso Nacional, que tem no Sr. Eduardo Cunha o principal réu da Operação Lava Jato, um senhor que foi citado por todos os delatores da chamada Operação Lava Jato. Esse seria o cenário ideal.

Senador Donizeti, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Excelente! Quero parabenizá-lo pela fala e lembrar um episódio de 2013.

Quando as ruas se encheram com a população, que manifestou o seu descontentamento com a atual situação política do País, a Presidenta Dilma, imediatamente, propôs que fosse realizado um plebiscito para perguntar à população se queria uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política. O Congresso não teve a coragem, nem a vontade de ouvir a voz da rua para fazer essa reforma política tão clamada pela população.

Então, o papel da Presidenta naquele momento foi dar uma resposta para a população, que estava pedindo, e ela propôs o plebiscito para a constituinte exclusiva. O Congresso se levantou contra a Presidente. Inclusive, um dos principais porta-vozes para fazer isso foi o Vice-Presidente da República, que se levantou, contrapondo-se à ideia da Presidente do plebiscito.

Penso que agora, mais do que nunca, é a hora e a vez de o Congresso Nacional ouvir as ruas, pois já mais de 60% da população pede eleições já. É hora de atendermos à população para encontrar uma saída para o nosso País.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Donizeti, incorporo seu aparte, concordo com V. Ex^a. O que ocorre, Senador Donizeti, é que esse Sr. Michel Temer claramente tem aversão a povo e a rua. Foi contra o plebiscito para uma reforma política. A última vez que ele recebeu voto em uma eleição foi em função da sobra do coeficiente eleitoral, isso porque parte de alguns votos foram anulados. E agora ele se agarra e chega à declaração – o que chega à raia do absurdo – de que novas eleições presidenciais é golpe, de que a soberania do voto popular é golpe.

Claramente, nós estamos vendo um senhor ascender à linha sucessória da Presidência da República que tem aversão à soberania popular, um senhor que tem aversão ao voto, que tem distância da rua e que, por conta disso, Senador Jorge...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Permite-me um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Claro, Senador Jorge.

... por conta disso, no meu entender, não terá legitimidade política nenhuma para conduzir este País pelos próximos três anos.

Senador Jorge Viana, por favor.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Randolfe, queria parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. Eu falei hoje no começo da tarde, presidi a sessão, passei a manhã trabalhando numa sessão temática e confesso que fico pensando, refletindo sobre o Brasil o tempo inteiro. Fico imaginando o que o povo brasileiro, o que nós todos fizemos para estar vivendo este momento de enfrentamento, este momento onde a intolerância, o ódio está atingindo as relações pessoais. Amigos estão deixando de ser amigos, pessoas que se frequentavam estão deixando de agir assim, pessoas já não podem ir no mesmo ambiente em que haja outros grupos, tudo isso no País da tolerância, um país que criava inveja no mundo inteiro por ser um país bacana e onde todos acolhem todos. Por que isso tudo? Não tenho nenhuma dúvida de que alguns vão dizer: “Ah, é culpa do PT! É culpa da Dilma!” Olhe, esse mesmo PT que alguns acusam de tudo hoje é o mesmo PT que muitos queriam usar como sombrinha, como guarda-chuva, porque era o Partido mais popular do Brasil, tinha o Presidente mais popular da história do Brasil, o Presidente Lula, e fez o maior programa de inclusão social do mundo, gerando 20 milhões de empregos, controlando a inflação, fazendo empresários ganharem muito dinheiro e olhando pelos mais pobres. Eu não vou falar da juventude, das universidades criadas. De uma hora para outra, entra uma campanha, que começa em veículos de comunicação, que começa em setores da elite da sociedade brasileira, e, diante dessa situação toda, um senhor poderoso, Eduardo Cunha, envelope tudo isso e faz chantagem com o Governo, que já tinha cedido o que podia e o que não podia para o PMDB. O PMDB já era uma força dominante no nosso Governo. Talvez isso explique muitos dos erros que o Governo cometeu. Não estou tirando os outros, os da Presidente, não estou tirando os do meu Partido, o PT, porque erramos muito, senão não estaríamos vivendo essa situação. Mas nenhum erro cometido por nós justifica rasgar a Constituição e agora tentar impor goela abaixo, no povo brasileiro, um presidente sem voto, que é o Sr. Michel Temer. Tomara que ele não viva a maldição dos vices, porque hoje ele é um Vice-Presidente que conspira contra a Presidente. Tem gente na nossa sociedade, Senador Randolfe, que adora uma história de traição, mas tem horror ao traidor. Senador, quem vai ser Vice, caso se configure esse Governo de Michel Temer, é o Deputado Eduardo Cunha, o perverso. Eu não sei o que daria isso, só não daria boa coisa para o nosso País. E acho que um país como o nosso não merece passar pelo que estamos passando. Eu ouvi colegas da oposição, até mesmo de partidos que fazem oposição dura contra nós, dizendo: “Puxa, pensei que vocês fossem segurar o *impeachment* na Câmara”. E agora, Senador, esse processo está aqui, e, no rito estabelecido pelo Supremo, o Senado Federal é o tribunal! Mas veja que tribunal nós somos. Hoje, foi eleito o Relator, um Senador do PSDB. Não é nada contra a figura do Senador, por quem tenho muita estima, o Senador Anastasia, mas acho que é um grande equívoco do Senador Aécio Neves, porque ele está escrevendo o nome dele. É óbvio que um relatório de *impeachment* feito pelo PSDB tem resultado conhecido. Agora, o pior dos mundos é a gente ver o Sr. Michel Temer distribuindo ministérios sem que o Senado tenha feito uma só sessão sobre o processo de *impeachment*. Que tribunal é esse em que os algozes já sabem o resultado? Então, é um tribunal de faz de conta, o Senado? Estão desmoralizando o Senado, falei hoje na sala do Presidente Renan quando estava lá para uma audiência que havia pedido – V. Ex^a estava também – com os movimentos sociais brasileiros em defesa da democracia. Então, eu queria concluir, dizendo que é um absurdo o que nós estamos vendo: o Vice-Presidente Michel Temer, já sabendo do resultado da Comissão do *Impeachment*, do Plenário e dos seis meses que deve durar a investigação, começa, antecipadamente, a montar um governo, a fazer convite, a desconvidar, e por aí afora. Mas hoje ele foi mais infeliz ainda – e concluo com isso. V. Ex^a e outros colegas Senadores aqui, diante dos fatos, dizendo como tem um golpe em curso, como tem um enfrentamento daqueles que foram responsáveis pelos próprios erros do nosso Governo, eu falo, sem medo de errar: eu acho que nós chocamos

o ovo da serpente no nosso Governo. E ela agora está vindo para nos envenenar. E acho que vai envenenar o Brasil. Vemos agora o Sr. Michel Temer, que é operador desse plano, junto com o Sr. Eduardo Cunha, dizer que falar em voto, falar em eleição direta, falar na soberania, como bem V. Exª está pondo, é golpe. Gente, eu não sei se vamos ter que aumentar a produção de óleo de peroba neste País, mas, sinceramente, com todo o respeito, na democracia, a essência está na soberania do voto. E é exatamente sobre isso que esse pessoal, que nem chegou ao poder – ainda está em meados do golpe –, já está dizendo que soberania do voto é golpe. É muito perigosa a manifestação de hoje do seu Michel Temer, que se soma com a do Presidente do PMDB, nosso colega Romero Jucá, de ontem. Eu parablenizo V. Exª e me pergunto: qual é a razão para um político, para alguém que quer assumir cargo na democracia brasileira ter medo do voto, ter medo da decisão soberana do povo? Será que esse não pode ser, dependendo do tamanho do confronto, a única saída para pacificar a sociedade brasileira, diante de um governo ilegítimo e diante da retirada por golpe de um Governo legitimamente eleito? Diante dessa situação, quem sabe não vamos ter a eleição como única possibilidade de criar paz no nosso País, de pacificar nosso País, de retomar o caminho da democracia brasileira pelo voto que o candidato a Presidente sem voto, Michel Temer, sataniza hoje? Parabéns, Senador Randolfe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorge. Isso lembra, Senador Jorge Viana, os tristes anos da ditadura, em que se ouviam declarações por parte dos ditadores de plantão de que o povo brasileiro não estaria preparado para votar. Essa declaração da ditadura de que o povo não está preparado para votar e a declaração de hoje, nos jornais, do Sr. Michel Temer de que eleição direta, sufrágio popular pelo voto é golpe são similares, são faces da mesma moeda. V. Exª citou e me fez lembrar aqui Brizola e uma frase dele: “A política ama a traição e abomina os traidores.” Quem trai na política tem esta certeza: é abominado por ela, responde pelos seus atos.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É a mesma coisa com os golpistas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente. É por isso que utilizo.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quem é cúmplice de um golpe, que rompe com a democracia, que atinge o direito do cidadão nunca mais vai deixar de se envergonhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Jorge Viana, Senador Donizeti, já para concluir, essa declaração de hoje do Sr. Temer, pelo menos, deixa as questões às claras; mostra que, de fato, o que esse senhor quer é um atalho para o poder. Alguns dos nomes, como o de seu próprio advogado – que, repito, é advogado de réus da Lava Jato, para o Ministério da Justiça –, mostram também qual a intenção ao chegar à Presidência da República.

A orquestração dessa ação por parte de um senhor – já foi dito aqui, o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que eu acredito está prestes a experimentar o frio do cárcere, está muito prestes a frequentar a prisão por conta de tantos crimes que ele tem carregado nas costas – mostra a ilegitimidade de resolver essa crise sem consultar o povo para votar.

E eu quero concluir, Sr. Presidente, dialogando até com a Senhora Presidente da República. Eu acho que hoje... Nós apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, Senador Jorge Viana, a PEC 20/2016, mas eu diria que hoje quem teria legitimidade moral para puxar esse tema é a própria Presidente da República. Ela, estando ainda no exercício da Presidência da República, poderia mandar, aqui para o Congresso Nacional, ou uma proposta de emenda à Constituição ou ainda uma carta, declarando que abriria mão do restante do seu mandato presidencial se o Congresso Nacional aprovasse a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, realizando novas eleições, no formato que fosse: seja um plebiscito ou um referendo feito antes, consultando sobre a continuação da chapa presidencial do Governo, seja realizando diretamente, ainda em outubro, nova eleição presidencial.

Essa seria uma proposta que uniria os brasileiros, Sr. Presidente. Essa é uma proposta que uniria os dois lados nas ruas: aqueles que estão contra a deposição da Presidente e aqueles que argumentam – e alguns, eu diria, a grande maioria, na melhor das intenções – que têm que combater a corrupção com a derrubada do atual Governo.

Eu tenho certeza de que isso é o que o conjunto desses brasileiros querem neste momento, para cumprir a Constituição – para cumprir a Constituição, sim, porque a nossa Constituição é aquela que, em seu parágrafo único do art. 1º, diz que o poder emana do povo.

A Presidente da República, ao fazer isto – mandar essa proposta de emenda à Constituição para cá, ou, alternativamente, mandar uma carta para cá –, encontraria a nossa solução da crise política, similar ao que ocorreu na Argentina com o Pacto de Olivos, quando uma crise sem precedentes ocorreu na sociedade argentina, sucederam-se vários governos e, para evitar a hecatombe, a catástrofe nacional, através de um consenso de todas as lideranças políticas, realizaram-se eleições, e o país, a partir dali, restabeleceu a vida

democrática.

Nós precisamos, neste momento de convulsão nacional, do nosso Pacto de Olivos. E o melhor remédio, o remédio que purifica a matéria e espanta o mal, que potencializa os efeitos positivos de qualquer oração, é o poder da urna e da soberania popular.

Ainda bem que há essas declarações contrárias às eleições, porque aí, de um lado, colocam-se os agentes das sombras, que não querem levar essa questão para ser resolvida pelo voto; e, de outro lado, nós – e, eu tenho certeza, daqui a pouco, cada vez mais, a sociedade brasileira, que vê que ninguém pode temer o poder das urnas, que o poder e a luz das urnas é que poderão iluminar a resolução desta gravíssima crise política.

Fica aqui esse apelo à Presidente da República. O jogo aqui, no Senado, parece que já está dado, já está jogado. A Presidente da República pode praticar um ato para a história: unir o Brasil e unir as ruas brasileiras em torno da proposta de nós irmos às urnas este ano e elegermos Presidente e Vice-Presidente da República.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Randolfe, eu tenho uma relação – e olhe bem o que eu vou dizer aqui, agora – pessoal, de longos anos, com o Presidente da OAB. Hoje, junto com o Senador Capiberibe e outras lideranças, fui fazer uma visita a ele. Lamachia, depois de uma conversa do mais alto nível, de uma visão de que se precisava neste momento, de estadistas, de homens que querem dialogar com o País, de homens e mulheres que querem uma saída para a crise, homens e mulheres, Senador Donizeti – e assisti a dois pronunciamentos seus nesse sentido, de Jorge Viana, também. O Senado não é uma Casa de pessoas que não têm uma história. O Senador Flexa Ribeiro tem a sua história, estão aqui ex-Governadores, estão aqui Senadores, estão aqui ex-Presidentes da República, ou já estiveram pelo menos. É a Casa do bom senso, do equilíbrio, e, nesse momento em que o País está tão dividido, eu disse para ele: “Nós precisamos de estadistas”. A classe política não tem que concordar com aquilo que eu vi na capa de uma grande revista britânica, por exemplo, que diz: “No Brasil, a política está podre”. Nós temos que mostrar que não, que esta Casa, que é o Senado, que é a Casa da reflexão, do entendimento, não é uma Casa que só carimba o que vem da Câmara dos Deputados. Por isso, agora é que vou dizer o que é que me disse o Presidente da OAB: “Mas que bom! Que bom que esse debate está vindo de baixo para cima na sociedade brasileira”. E disse ele: “Se for esse o caminho, o caminho das urnas”, que é o símbolo maior, da maior causa de todos nós, que é a democracia. Eu digo que sem democracia não tem liberdade. Sem democracia não tem direitos humanos. Sem democracia não tem justiça, não tem política de igualdade, não tem políticas sociais. E nós sabemos o que foi no tempo em que não tínhamos democracia. Senador Jorge Viana, o que ele disse? “Eu quero estar nesse caminho com todos os homens...”

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e mulheres de bem que queiram fortalecer o País via processo democrático”. E o melhor caminho, nesse momento, disseram lá que seria o caminho das urnas, deixar o povo decidir, já que não encontramos outro caminho. Por isso eu quero cumprimentar V. Ex^a. Sei claramente da sua posição, sei da posição de muitos Senadores que no momento não querem se expor, mas que gostariam muito que o caminho fosse esse, do grande entendimento, do diálogo, da concertação nacional, não em nome desse ou daquele que vai chegar ao poder, mas em nome de 210 milhões de brasileiros. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a e, já concluindo, Senador Donizeti, eu reitero o apelo à Senhora Presidente da República. A Senhora Presidente da República tem nesse momento a foice no pescoço, colocada por conta das circunstâncias que nós mesmos sabemos. Apresentando aqui, ou apoiando a proposta de eleições diretas, nada terá a perder. Entrará para a história em definitivo pela porta da frente e entrará grande para a história no último minuto, dando uma de craque do futebol, virando o jogo a essa altura, levando o que eu acredito que está presente nas ruas, em todas as posições.

Então, à Presidente da República é fundamental e é necessário tomar essa decisão de apoiar a Proposta de Emenda à Constituição nº 20 ou então encaminhar uma proposta de emenda à Constituição para cá.

Propõe-se, assim, um pacto com novas eleições. Restabeleceríamos o tabuleiro do jogo constitucional. O povo, soberano, detentor de nossos mandatos, aquele a quem nunca é demais consultar, resolveria essa crise política com um final feliz e elegeria um governo com legitimidade política para fazer as mudanças e as transformações de que o País necessita. É a única alternativa. Cada vez mais me convenço, Sr. Presidente, de que a luz das urnas é a única alternativa possível para superarmos a crise.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Randolfe, pelo pronunciamento que traz luz para esse debate.

Queria saber se tem alguém para presidir a Mesa para o Senador Flexa Ribeiro fazer o seu pronunciamento.

O Senador Paim vai assumir a coordenação, a Presidência da Mesa e dos trabalhos. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para o seu pronunciamento como orador inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Donizeti Nogueira, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, vou iniciar o meu pronunciamento de hoje com uma parte que fará bem a todos os brasileiros, neste momento tão difícil por que passa a nossa nação.

Refiro-me ao requerimento que encaminho à Mesa, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, para que seja consignado nos *Anais* do Senado voto de congratulações à estudante paraense Laryssa da Silva Pinto, que acaba de conquistar o título nacional, Senador Paim, que assume a Presidência neste instante, do Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovido pela União Postal Universal e realizado no Brasil pelos Correios.

Requeiro ainda que esse voto seja encaminhado à homenageada, a sua mãe, Srª Raquel da Silva Pinto e ao seu pai, Sr. Raimundo Pinto, ao Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene, à Secretária de Educação do Estado do Pará, Srª Ana Cláudia Hage, à Diretora da Escola, Professora Marinete Freitas, e a todas as professoras da Escola do Município de Oriximiná.

A vencedora nacional deste ano do Concurso Internacional de Redação de Cartas é do Pará. Laryssa da Silva Pinto, do Distrito de Porto Trombetas, no Município de Oriximiná, foi a campeã, Senador Donizeti, da 45ª edição do concurso, que teve como tema: “Escreva uma carta a você mesma, aos 45 anos”.

A aluna de 15 anos estuda na escola pública Professor Jonathas Pontes Athias – e eu peço à Presidência que o voto de aplauso chegue aos professores e professoras da escola Professor Jonathas Pontes Athias, como já disse, do Município de Porto Trombetas, no Município de Oriximiná, no meu Pará – e cursa o 1º ano do ensino médio.

Nesta redação, ela discorreu sobre a expectativa de melhor convivência entre os cidadãos no mundo, com respeito à religião, ao meio ambiente e atenção às artes e sobre a importância de questionar a realidade. Também expressou a sua intenção de ser aluna e professora do mundo, à espera de nunca se cansar de aprender, sabendo que para aprender é preciso ensinar.

O concurso é de autoria da União Postal Universal, que congrega as atividades postais de 191 países em todo o mundo e que, neste ano, teve a participação de 1,6 mil escolas públicas e particulares em todo o Brasil.

No Brasil, ele é realizado pelos Correios e o funcionamento de forma geral é feito em quatro etapas: escolar, estadual, nacional e internacional. As escolas escolhem até duas redações para participarem da etapa estadual. Depois, a primeira colocada da fase estadual concorre na fase nacional, onde é escolhida apenas a primeira colocada nacional, que irá representar o Brasil na fase internacional.

Dessa forma, a redação de Laryssa irá agora representar o Brasil na etapa internacional, a ser realizada em Berna, na Suíça.

Ao mesmo tempo em que desejo toda a sorte para a jovem Laryssa, peço o apoio de meus pares na aprovação deste voto, valorizando assim o esforço dessa brilhante paraense e estimulando, cada vez, mais o investimento em educação em nosso País.

Para o conhecimento dos brasileiros, Senador Paulo Paim, vou ler a carta da jovem paraense de 15 anos, Laryssa da Silva Pinto, vencedora do concurso em nível Brasil, que irá representar o nosso País no concurso internacional em Berna, na Suíça.

Diz a carta:

Cara Dúvida,

Tenho pensado muito sobre você esses dias. Você bem sabe que ter 15 anos não é nada fácil. Parece que tentei fugir tanto da infância que agora, quando me deparo com as incertezas, medos e pressões da adolescência, só me resta recorrer a você, o meu futuro.

Neste momento em que a escrevo, meu olhar está parado, como se tudo estivesse em um mesmo ponto. Os pensamentos voam e, em minha opinião, se vê melhor o mundo com eles do que com os próprios olhos.

Como disse um certo escritor, “o pensamento atravessa as cascas e alcança o miolo das coisas. Os olhos só acariciam as superfícies”. Então, o que toca dentro de mim agora é a imaginação.

Não pretendo ser dona da verdade, pois esta, muitas vezes, não nos permite errar.

O que permeia toda a minha mente agora são mais dúvidas que verdades e é assim começo a dizer o que meu presente espera de você.

Eu gosto da palavra dúvida. Ela nos permite mudar de opinião; não ser certo nem errado. A dúvida nos concede a escuta e disso o mundo está muito carente. Já me encantei inúmeras vezes com os questionamentos do outro e isso me fez mudar de lugar, de opiniões. Desse modo, não tomem minhas palavras como verdades irrefutáveis, mas considere o que for sensato.

Diante disso, espero que esta sede em compreender o meio à minha volta permaneça também em você. Eis, portanto, minha primeira expectativa, que não me canse de aprender. Contudo, para aprender, é preciso também ensinar. Então, acrescente em minha espera mais um princípio. Faça-me aluna e professora do mundo, mas, por favor, não me ensine a fazer armas, bombas e guerra. Quero aprender a fazer paz, fazer justiça e ser amor. Quero ver no reflexo do mundo a minha casa e nas pessoas, minha família. Lecione-me para que eu seja capaz de ser o que tanto falta em nosso redor hoje: tolerância. E quando digo ser tolerância, embasa-me que hoje, na teoria, muito dos politicamente corretos condenam Charlie Hebdo, entretanto não estão aptos a enxergar nas preferências sexuais, vestuárias, políticas e religiosas do outro uma oportunidade para serem passíveis e compreensíveis. Por isso, minha segunda expectativa é que você seja inteiramente aberta ao diferente. E por falar em religião, eis nossa principal solução, nosso principal problema e nossa maior descoberta até hoje. Afinal, é a nossa crença que nos concede vivacidade, já que por meio dela acreditamos em algo maior e mais forte do que nós, a ponto de saciar nossos medos, nossas apreensões e todas as nossas impossibilidades humanas. Entretanto, esse refúgio vem tornando-se cada vez mais motivo de rivalidades, bombardeios e mortes, ao ponto de que minha terceira expectativa é o fim do desrespeito a Alá, a Javé, a Buda, aos Orixás, a Jesus, a Tupã, enfim, é o surgimento de uma era ecumênica. Uma vez que o tempo é capaz de curar, eu espero também que ele seja capaz de findar nossas mazelas internas e externas. Já que é impossível termos uma sociedade melhor se nós não formos pessoas melhores, se não abandonarmos nossas deficiências éticas e nossas corrupções diárias, que, mesmo que não incluam o desvio de verbas ou lavagem de dinheiro, como fazem alguns de nossos líderes políticos, são alicerçados nos mesmos motivos que nos levam a corromper-se mais a fundo: o egoísmo.

Perante isso, minha quarta expectativa é que vivamos o melhor que o outro tem a nos oferecer, tendo em mente que nós devemos nos manter em conjunto porque estamos entrelaçados ao ambiente que nos cerca.

Reconheçamos, pois, isto. Somos ecossistema.

E quando, enfim, esta consciência de respeito mútuo for levada em conta, tenho certeza de que serão as desigualdades sociais, de gênero e econômicas que se extinguirão, e não a nossa fauna, a nossa flora e os nossos biomas. Espero isto de você também, pode incluir: escrúpulo.

Porém, o mundo atual não é constituído apenas de consecutivos deslizamentos. Temos algo que transmite o que sentimos, que toca, que emociona e que está presente no interior de cada ser vivo, talvez no seu próprio existir, na sua conexão com o Planeta. Esta dádiva que edifica o meio é a arte. E se todo artista é também um pouco altruísta, espero que esta se solidifique ainda mais no coração do mundo e na alma humana.

Posta todas essas minhas expectativas do auge da minha juventude e do mundo no ápice da sua insanidade desumana, considere-se, pois, um bote salva-vidas. Desde já, por favor, reconheça a sua importância em mudar. Tanto a mim quanto ao mundo. Você não é só o porvir, você é a esperança. Mas sou eu, agora, que posso escolher que amanhã quero para o mundo, porque o futuro é o segundo que se segue após este ponto final.

Senador Paulo Paim, essa é a carta premiada da estudante Laryssa da Silva Pinto. Sem sombra de dúvida, uma jovem de 15 anos, Senador Donizeti, que escreve uma carta para ela quando tiver 45 anos – o título é “Escreva uma carta a você mesmo aos 45 anos” – e que, em sua adolescência, tem a capacidade de fazer um texto como esse, um texto que atinge todos nós, a ponto de ela ter sido escolhida entre todas as cartas do Brasil inteiro para representar o nosso País no concurso internacional em Berna, na Suíça.

Concedo um aparte ao Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Flexa Ribeiro, meus parabéns por trazer essa carta ao Senado. Senador Paim, parece que é um espírito iluminado trazendo luz a um momento grave em que o mundo vive – não é o Brasil, é o mundo –, mas, sobretudo, o nosso País, quando ela se refere à religião. Essa carta precisa chegar a cada templo, a cada denominação religiosa, para que possa ser lida e para que possamos pensar que mundo queremos construir, porque, com pastores, leigos, pessoas que consideram que os negros não são seres humanos abençoados, esse não é o mundo que nós precisamos construir.

Portanto, essa adolescente de 15 anos traz para nós uma reflexão, e eu queria sugerir que o Senado não só registrasse a carta nos *Anais*, mas que também a publicasse e a fizesse chegar a todos os Poderes. Vamos nós cumprir o papel de fazer essa carta chegar a todos os agentes públicos, políticos, para que essa reflexão seja, no cotidiano, para nós, uma baliza do que nós, hoje, com 60 anos, esperamos ver daqui a mais 30 anos. Ela está colocando para si uma tarefa de 15 para mais 30 anos, e nós podemos nos colocar essa tarefa, homens e mulheres de 60 anos, para os 90 anos. Acredito que vou viver bastante tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se Deus quiser.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tenho fé nisso; tenho a bênção de Deus para continuar contribuindo com o meu País e sigo aprendendo para evoluir. Eu não poderia falar outra coisa, além de que eu fico surpreso, positivamente, com a reflexão feita nessa carta. O Brasil todo precisa conhecer, o mundo precisa conhecer essa reflexão, que foi iluminada, certamente, por espíritos evoluídos, pelo Divino Espírito Santo – eu, que sou católico –, para trazer uma reflexão tão importante para nós. Parabéns, Senador Flexa, por trazer hoje uma reflexão tão importante e, assim, por não entrarmos aqui naquele debate de todos os dias, de discutir contra e a favor do *impeachment*, mas discutirmos uma carta de tão grande importância para o mundo e, sobretudo, para o nosso País. Obrigado por me conceder o aparte, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu que agradeço, Senador Donizeti, o aparte de V. Ex^a.

Quero dizer que, ao ler a carta da Laryssa, em que ela, Senador Paim, na sua adolescência, com 15 anos, fala em tolerância, fala em egoísmo e fala em escrúpulo, resolvi deixar de fazer a segunda parte do meu pronunciamento – em homenagem à Laryssa –, que trataria dos problemas pelos quais, lamentavelmente, passa o nosso País.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, eu também estou suspendendo o meu discurso de hoje para outra data. Talvez, amanhã.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela grandeza da carta e do momento, podemos encerrar esta sessão, presidida pelo Senador Paim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso mesmo. Vamos encerrar, com a leitura da carta da Laryssa. Amanhã, nós falaremos da questão que aflige e angustia todos nós, brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu a encaminho à Mesa, para registro nos *Anais* do Senado.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Requerimento de voto de congratulações a estudante Laryssa da Silva Pinto.
- Redação de Laryssa da Silva Pinto.

REQUERIMENTO Nº /2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Congratulações a estudante paraense Laryssa da Silva Pinto, que acaba de conquistar o título nacional do Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovidas pela União Postal Universal e realizadas no Brasil pelos Correios.

Requeiro ainda que este Voto seja encaminhado para:

- A homenageada, a sua mãe Sr^a. Raquel da Silva Pinto e o seu pai Sr. Raimundo Pinto;
- O Governador do Estado do Pará, Sua Excelência Simão Jatene;
- A Secretária de Educação do Estado do Pará, Sr^a. Ana Cláudia Hage;
- A Diretora da escola, a Senhora Professora Marinette Freitas.

JUSTIFICATIVA

A vencedora nacional deste ano do Concurso Internacional de Redação de Cartas é do Pará. Laryssa da Silva Pinto, do Distrito de Porto Trombetas, no Município de Oriximiná, foi a campeã da 45ª edição do concurso que teve como tema "Escreva uma carta a você mesmo aos 45 anos". A aluna de 15 anos estuda na escola pública Professor Jonathas Pontes Athias, e cursa o primeiro ano do Ensino Médio. Nesta redação ela discorreu sobre a expectativa de melhor convivência entre os cidadãos no mundo, com respeito à religião, ao meio ambiente e atenção às artes, e sobre a importância de questionar a realidade. Também expressou sua intenção de ser "aluna e professora do mundo", à espera de nunca se cansar de aprender, sabendo que para aprender é preciso ensinar.



O concurso é de autoria da União Postal Universal que congrega atividades postais de 191 países em todo mundo e que este ano teve a participação de 2600 escolas públicas e particulares em todo o País. No Brasil ele é realizado pelos Correios e o funcionamento de forma geral é o seguinte – São quatro etapas – escolar, estadual, nacional e internacional. As escolas escolhem até 02 (duas) redações para participarem da etapa estadual. Depois, a primeira colocada da fase estadual concorre na fase nacional, onde é escolhida apenas a 1ª colocada nacional que irá representar o Brasil na fase internacional, desta forma a redação de Laryssa irá, agora, representar o Brasil na etapa internacional, a ser realizada em Berna, na Suíça.

Ao mesmo tempo em que desejo toda a sorte para a jovem Laryssa, peço o apoio de meus Pares na aprovação deste Voto, valorizando assim o esforço desta brilhante paraense, e estimulando cada vez mais o investimento em educação no nosso País.

Sala das Sessões, em de 2016.

Senador FLEXA RIBEIRO

Redação de Laryssa da Silva Pinto

Cara dúvida,

Tenho pensado muito sobre você esses dias. Você bem sabe que ter 15 anos não é nada fácil. Parece que tentei fugir tanto da infância, que agora, quando me deparo com as incertezas, medos e pressões da adolescência, só me resta recorrer a você, o meu futuro.

Neste momento em que a escrevo, meu olhar está parado, como se tudo estivesse em um mesmo ponto. Os pensamentos voam, e, em minha opinião, se vê melhor o mundo com eles do que com os próprios olhos. Como disse um certo escritor “o pensamento atravessa as cascas e alcança o miolo das coisas. Os olhos só acariciam as superfícies”. Então, o que toca dentro de mim agora é a imaginação. Não pretendo ser dona da verdade, pois esta, muitas vezes, não nos permite errar. O que permeia toda a minha mente agora são mais dúvidas que verdades. E é assim que começo a dizer o que meu presente espera de você.

Eu gosto da palavra dúvida. Ela nos permite mudar de opinião, não ser certo nem errado. A dúvida nos concede a escuta, e disso o mundo está muito carente. Já me encantei inúmeras vezes com os questionamentos do outro e isso me fez mudar de lugar, de opiniões. Desse modo, não tome minhas palavras como verdades irrefutáveis, mas considere o que for sensato.

Diante disso, espero que esta sede em compreender o meio a minha volta permaneça também em você. Eis, portanto, minha primeira expectativa: que não me canse de aprender. Contudo, para aprender é preciso também ensinar, então, a crescente em minha espera mais um princípio faça-me aluna e professora do mundo.

Mas, por favor, não me ensine a fazer armas, bombas e guerra. Quero aprender a fazer paz, fazer justiça e ser amor. Quero ver no reflexo do mundo a minha casa e nas pessoas, minha família. Lecione-me, para que eu seja capaz de ser o que tanto falta em nosso redor hoje: tolerância.

E quando digo “ser” tolerância, embasa-me que hoje, na teoria, muitos dos politicamente corretos condenam Charlie Hebdo, entretanto, não estão aptos a enxergar nas preferências sexuais, vestuárias, políticas e religiosas do outro uma oportunidade para serem passíveis e compreensíveis. Por isso, minha segunda expectativa é que você seja inteiramente aberta ao diferente.

E por falar em religião, eis nossa principal solução, nosso principal problema e nossa maior descoberta até hoje. Afinal, é a nossa crença que nos concede vivacidade, já que por meio dela, acreditamos em algo maior e mais forte do que nós, a ponto de saciar nossos medos, nossas apreensões e todas as nossas impossibilidades humanas.

Entretanto, esse refúgio vem tornando-se cada vez mais motivo de rivalidades, bombardeios e mortes, ao ponto de que minha terceira expectativa é o fim do desrespeito a Alá, a Javé, a Buda, aos Orixás, a Jesus, a Tupã, enfim, é o surgimento de uma era ecumênica.

Uma vez que o tempo é capaz de curar, eu espero também que ele seja capaz de findar nossas mazelas internas e externas. Já que é impossível termos uma sociedade melhor se nós não formos pessoas melhores, se não abandonarmos nossas deficiências éticas e nossas corrupções diárias que mesmo que não incluam desvios de verbas ou lavagens de dinheiro, como fazem alguns dos nossos líderes políticos, são alicerçados nos mesmos motivos que os levam a corromper-se mais a fundo: o egoísmo.

Perante isto, minha quarta expectativa é que vivamos o melhor que o outro tem a nos oferecer, tendo em mente que nós devemos nos manter em conjunto, porque estamos entrelaçados ao ambiente que nos cerca. Reconheçamos, pois, isto. Somos ecossistema.

E quando enfim, esta consciência de respeito mútuo for levada em conta, tenho certeza de que serão as desigualdades sociais, de gênero e econômicas que se extinguirão, e não a nossa fauna, a nossa flora e os nossos biomas. Espero isto de você também, pode incluir: escrúpulos.

Porém, o mundo atual não é constituído apenas de consecutivos deslizos. Temos algo que transmite a que sentimos, que toca, que emociona e que está presente no interior de cada ser vivo, talvez no seu próprio existir, na sua conexão com o planeta. Esta dádiva que edifica o meio é a arte. E se todo artista é também um pouco altruísta, espero que esta se solidifique ainda mais no coração do mundo e na alma humana.

Posta todas essas minhas expectativas do auge da minha juventude e do mundo no ápice da sua insanidade desumana, considere-se, pois, um bote salva vidas. Desde já, por favor, reconheça sua importância em mudar. Tanto a mim, quanto ao mundo. Você não é só o porvir, você é esperança. Mas sou eu, agora, que posso escolher que amanhã quero para o mundo. Porque o futuro é o segundo que se segue após este ponto final.

(Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Donizeti Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Flexa Ribeiro.

Parabéns pela iniciativa. Brilhante carta. Trouxe uma energia boa – desculpe a expressão –, nesse período de tantas trevas sobre o Congresso Nacional, vinda, eu diria, de tudo quanto é lado. A sua fala trouxe uma energia positiva. Quem sabe, deu uma luz para todos nós, aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A fala da Laryssa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A fala da Laryssa, mas também pela sua expressão de voz, aqui, que deu luz para todos nós, para encontrarmos o melhor caminho para o povo brasileiro.

Parabéns a V. Ex^a.

Assim, encerramos a sessão de hoje, como fizemos ontem, e estamos rezando muito para que Deus ilumine o nosso caminho e para que encontremos uma saída que seja a melhor para os 210 milhões de brasileiros que, nesse momento, estão passando por essa situação que não é boa para ninguém. Por isso, eu peço energia lá de cima, de Deus, para caminharmos juntos, junto com o senhor e com a senhora, que estão esperando uma solução para o bem de todos.

Está encerrada a sessão.

Que Deus ilumine todos.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 55 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazo**

Os Projetos de Resolução nºs 25 a 28, de 2016 (apresentados como conclusão dos Pareceres nºs 453 a 456, de 2016, da CAE), ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

Avisos do Tribunal de Contas da União

- Nº 241, de 2016, encaminhando cópia dos Acórdãos nºs 366 e 767, de 2016, proferidos nos autos do TC 005.933/2014-5, em resposta ao Requerimento nº 20, de 2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

- Nº 250, de 2016, na origem, encaminhado cópia do Acórdão nº 858/2016, proferido nos autos do TC 025.568/2015-9, em resposta ao Requerimento nº 714, de 2015, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Comunicações**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**À Publicação
Em 26/4/2016

Ofício 002/2016

À Sua Excelência
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico que estive presente na sessão do dia 19/04/2016, na qual fiz a leitura da Denúncia de crime de responsabilidade contra a Presidente Dilma Rousseff e da autorização da Câmara dos Deputados para a abertura dos processos, conforme registros taquigráficos, comunico também, que precisei me ausentar antes que tivesse início a votação nominal.

Sala de Sessões,

Senador **VICENTINHO ALVES**

(PR-TO)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Memorando n 001/2016 – CEI2016

Brasília, 26 de abril de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

*A publicação
em 26/04/16*
[Assinatura]

Assunto: **Instalação da Comissão Especial do Impeachment 2016**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na presente data, foi instalada a Comissão Especial do Impeachment 2016, criada com a finalidade de “proferir parecer sobre a Denúncia nº 1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade”.

Por fim, esclareço que, na oportunidade, foram preenchidos os cargos da Comissão da seguinte forma:

PRESIDENTE	Senador Raimundo Lira
RELATOR	Senador Antonio Anastasia

Respeitosamente,

SENADOR RAIMUNDO LIRA
Presidente da Comissão Especial do Impeachment

Recebido em 26/04/16
Hora: 16:10
[Assinatura]
Marcos Helder Crisóstomo Damasceno
Matrícula 267868
SLSE/SCM

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Democracia Progressista/PP - GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Brasil vive o apogeu da criminalização do trabalho. E o responsável é o governo. A crise obriga o empreendedor a demitir, porque não aguenta a falta de ação. E o culpado é o governo.

A carga tributária é praticamente um assalto a mão armada. E quem lucra é o governo. O País inteiro já sabe como termina esse filme de terror: as empresas morrem antes do final. Melhor seria que o investidor não precisasse do governo para nada.

Mas vivemos no estado-mãe. Tudo é com o estado, até o que nada tem a ver com ele. O estado vira as costas para suas obrigações e se intromete no que não é da sua alçada. Entre as muitas vítimas do estado-mãe estão os trabalhadores, sejam eles patrões ou funcionários.

Um trabalhador que ganha 5 mil reais por mês recebe menos de 4 mil e custa mais de 10 mil para o empregador. Quem embolsa os 6 mil reais é o estado. O dinheiro sai do bolso do patrão e não chega à carteira do assalariado. Vai direto para o cofre do governo, que se confunde com o estado e está desgastado como ambos. Por isso o estado se torna sócio majoritário de toda empresa e algoz de todo trabalhador.

Todos os dias úteis, 11 mil funcionários perdem o emprego no Brasil. Isso mesmo: mil times de futebol de desempregados todos os dias. Esse jogo interessa apenas ao governo. Enquanto o Palácio do Planalto discute sítio e triplex, o trabalhador atrasa o aluguel do barracão.

Não consegue nem pagar a prestação de Sua Casa, Sua Vida. Uma em cada cinco famílias que ganham até dois salários mínimos por mês está com as mensalidades atrasadas. É um percentual dez vezes maior do que outras faixas de renda com imóveis financiados. A crise não se resolve porque não atinge seu autor, o governo. As empresas fechando, os arrimos de família perdendo suas únicas fontes de renda e o governo inchando a folha.

A quantidade de servidores federais cresceu 30% na última década. Onze mil pais e mães de família perdem o emprego por dia, todo dia. Mil times de futebol com os titulares desempregados. E 16 mil servidores entram nos quadros do governo todos os anos. Mil times de companheiros titulares, mais os reservas. É uma conta que não fecha porque fecha empresas no País inteiro. Quanto menos empresas sobram abertas para o governo espolar, mais acordos são fechados para o contribuinte pagar.

Os aeroportos administrados por empresas privadas batem seguidos recordes de satisfação do usuário. Viracopos, em Campinas, é o melhor e está privatizado. O aeroporto de Goiânia, que está entre os piores, permanece sob comando do governo.

Hoje, o jornal O Popular, de Goiânia, publicou manchete dizendo que “para chegar ao aeroporto, só de avião”. Poderia ser apenas uma piada a mais, mas não tem graça nenhuma. Nisso o governo realmente socializou o Brasil: consegue desagradar a todos os segmentos.

Sob administração estatal, as rodovias estão emperradas. O trabalhador gasta uma hora e meia para ir do Plano Piloto, aqui em Brasília, para as cidades goianas a 40km de distância. Debaixo do tacão estatal, as ferrovias pararam. Só evoluem nos tribunais.

Sem transporte aéreo, nem terrestre, nem ferroviário, o único lugar para o qual o País vai é o buraco. Para sair dessa enrascada, o governo deve se resumir a seus afazeres.

Passar para a iniciativa privada a gestão do que deve produzir bem-estar e outros dividendos para a população. Privatizar principalmente o que os militantes consideram sagrado para seus sindicatos. Reduzir drasticamente os impostos. Fortalecer as agências reguladoras. Fazer reforma urgente na legislação trabalhista. Manter os direitos dos trabalhadores sem quebrar os patrões, apenas tirando a mão leve do governo dos bolsos de ambos. Enfim, em plena era do Uber, acabar com o úbere estatal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não é mais segredo para ninguém a absoluta incapacidade do Governo Federal na gestão da política econômica. Mas, pior do que a incompetência para tomar as decisões necessárias, é a natural aptidão do Governo para o erro, repetidas e repetidas vezes.

São tantas as falhas, tantos os enganos, tantas as decepções impostas a nós, brasileiros, na economia, que a atitude mais natural seria a de deixarmo-nos levar pelo desânimo, nos resignando a aguardar a mudança de governo como saída única para a crise econômica.

Infelizmente, essa é a verdade, Senhoras e Senhores. Temos um Governo vacilante, que não consegue nem mesmo reunir todas as cabeças teoricamente pensantes que trabalham para ele, e chegar a uma conclusão compartilhada, chegar a um diagnóstico em comum, e traçar um caminho definido para o enfrentamento da crise econômica.

Não! No Governo Federal, é cada um para um lado diferente, cada um olhando apenas para o próprio umbigo, para os próprios interesses, para o próprio credo, para a própria ideologia.

No Governo Federal, o Ministério da Fazenda afirma alguma coisa, os ministérios setoriais falam outra. O Ministério do Planejamento defende uma política, e é contradito pelo Banco Central. O Palácio do Planalto anuncia um plano de ajuste, e é atacado por seu próprio partido.

É um saco de gatos, onde ninguém se entende, onde cada qual cuida de si, da própria sobrevivência, e ninguém se preocupa com o futuro de nossa Nação.

De todos os erros do Governo na condução da economia, um dos que me causa mais espécie é sua incapacidade para elaborar e colocar em prática uma política de concessões públicas minimamente consistente.

Digo isso porque, entre todas as ações necessárias para tirar o país do fundo do poço em que se encontra, um verdadeiro e efetivo Programa de Concessões Públicas seria a ação mais simples, mais viável de se colocar em prática, mais pragmática do ponto-de-vista da política econômica, além de ser a ação com efeito mais rápido para reanimar nossa economia.

Nós precisamos ter em mente que Concessões Públicas significam a entrada de dinheiro privado para investimento em obras que beneficiarão toda a população na forma de serviços de melhor qualidade.

Além disso, as concessões públicas, se realizadas de forma constante e estruturada, vitaminam o sistema econômico como um todo. O primeiro efeito dos investimentos é o aumento da demanda, seguido da redução do Custo Brasil e do aumento da oferta.

No entanto, o Governo, ao longo dos últimos anos, vem se demonstrando absolutamente incapaz de desenhar e efetivar um programa de concessões que tenha uma linha estratégica, um fluxo contínuo, que tenha um senso de institucionalidade, tornando-se atraente para os investidores e verdadeiramente benéfico para a população.

O principal problema, na minha visão, é que este Governo coloca a ideologia à frente do pragmatismo econômico. É uma visão antiquada, marxista, que demoniza o capital, que enxerga o investidor como um aproveitador a ser subjugado, domado por rédeas curtas impostas por um Estado de caráter socialista.

Em todo seu histórico, o Governo vem tratando as concessões de forma política, enviesada. Toda e qualquer melhoria que possa ter acontecido no processo se deveu não a uma decisão consciente do Planalto, mas sim ao agravamento da crise econômica, que vai fazendo o Governo, pouco a pouco e com muita dor, se render à realidade dos fatos.

No setor do petróleo, por exemplo, quando foram descobertas as reservas do pré-sal, o Governo decidiu faturar politicamente e jogou no lixo o modelo de concessão de poços de petróleo que estava funcionando muito bem, e gerando muitas riquezas para o país.

Assim, o Governo inventou o modelo de partilha, pelo qual a empresa que explora o poço paga a União não mais com dinheiro, e sim com o próprio petróleo extraído. A alegação foi a de que, desta forma, o petróleo continua sendo do Brasil, não indo para as mãos de empresas internacionais.

Além disso, o modelo de partilha obriga a Petrobras a ser sócia-investidora em todos os contratos. A inspiração do Governo foi o velho lema getulista: "o petróleo é nosso". Nada mais anacrônico, nada mais atrasado.

E qual foi o resultado? O sistema está falido, a Petrobras está falida, e o Governo, envergonhadamente, não teve alternativa a não ser concordar com a aprovação, aqui no Senado, de um projeto de lei que extingue o modelo de partilha e retoma o formato das concessões para a exploração do petróleo.

Algo semelhante ocorreu no setor elétrico. Em 2012, de forma populista e eleitoreira, o Governo decidiu reduzir a conta de luz por decreto. Para tanto, obrigou as usinas elétricas a anteciparem a renovação de suas concessões. Nas novas concessões, as usinas foram contratualmente obrigadas a fornecer energia mais barata.

Isto ocasionou um completo desequilíbrio econômico e financeiro em todo o sistema, o que veio à tona logo depois, com a escassez de chuvas que obrigou o acionamento das usinas termelétricas.

O governo fez de tudo para segurar o repasse às contas de luz para depois da eleição. Um verdadeiro estelionato eleitoral! Passada a eleição, veio o inevitável reajuste.

No setor de infraestrutura, assistimos, no meio do ano passado, ao lançamento, pelo Governo Federal, de um novo Plano de Investimento em Logística, o PIL 2. Tratou-se de uma grande peça de propaganda, de uma tentativa de criar uma agenda positiva, em meio ao caos econômico.

O Governo inclui no PIL 2 uma Ferrovia Bioceânica que existia apenas no terreno dos sonhos, pois não tinha nem mesmo estudo de viabilidade. A intenção era apenas engrossar os números, sem nenhuma expectativa de real implementação, sem compromisso algum com a realidade.

Todas as concessões incluídas no PIL 2 arrastam-se com morosidade. Meu estado, Goiás, é muito

prejudicado por isso. Duas concessões de rodovias fundamentais para o seu desenvolvimento encontram-se paradas.

A primeira é o trecho entre o município goiano de Jataí e a mineira Uberlândia. O outro é a ligação entre nossa capital, Goiânia, e Rondonópolis, no Mato Grosso, que até há pouco ainda estava na fase de audiências públicas.

Tal morosidade, tal inapetência governamental, deixa-nos absolutamente descrentes e sem esperança em uma mudança nesse cenário.

Enquanto países próximos, como Chile, México, Peru e Colômbia, avançam economicamente, em muito impulsionados por seus bem-sucedidos programas de concessões públicas, o Brasil chafurda na incompetência, no uso político e eleitoreiro das concessões.

O mais lamentável é que, nesse impasse, quem mais sofre é a população brasileira, que não dispõe de serviços públicos minimamente aceitáveis. Se as concessões para a iniciativa privada fizessem parte de um efetivo programa de governo, em pouco tempo esta realidade poderia ser alterada, com mais e melhores serviços para todos nós, brasileiros.

É o que eu tinha a dizer sobre o assunto até o momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Pareceres



SENADO FEDERAL

PARECER N° 453, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 39, de 2016 (nº 154, na origem), da Presidente da República, que encaminha pleito do Município de Manaus (AM), solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus - PROCONFINS/Manaus”

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Manaus (AM), por intermédio da Mensagem nº 39, de 2016, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus - PROCONFIS/Manaus”.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o referido empréstimo será concedido na modalidade de apoio às políticas públicas, denominada *Development Policy*

Loan – DPL. Nessa modalidade de financiamento do Banco Mundial, os recursos são disponibilizados em apoio a políticas públicas consideradas relevantes para o desenvolvimento econômico e sustentável dos mutuários, não existindo a obrigatoriedade de que os recursos obtidos sejam direcionados a um programa de investimentos específico.

Nesse contexto, de acordo com informações contidas em parecer técnico da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno do Município de Manaus, anexo à mensagem em exame, *o empréstimo de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) que o Município de Manaus pretende tomar junto ao Banco Mundial (World Bank), contribuirá para a consolidação e o fortalecimento do equilíbrio fiscal, melhorando a prestação de serviços públicos do Município de Manaus, através da profissionalização, racionalização e melhor aplicação dos recursos públicos. Esses desafios exigem, acima de tudo, a modernização da capacidade de gestão e de instrumentos que possibilitem o aumento da arrecadação e a eficiência no controle da despesa pública.*

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA747968, de 25 de novembro de 2015.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à LIBOR semestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem variável e, de acordo com cálculos da STN, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 3,85% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR.

Os recursos a serem captados serão pagos em vinte e quatro anos, tendo cinco anos de carência e dezenove anos para amortização do empréstimo, e as taxas de remuneração desse capital se apresentam bem abaixo do mercado, tendo em vista que o objetivo do Banco Mundial é aplicar os seus recursos de forma a erradicar a pobreza e buscar o desenvolvimento econômico dos países beneficiados pelos empréstimos.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o

cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40, 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Manaus (AM) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer nº 78, de 16 de fevereiro de 2016, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Município de Manaus (AM) atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Os referidos limites são os definidos, pelo Senado Federal, nos incisos I, II e III do art. 7º da sua Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada do Município.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Município de Manaus apresenta reduzido nível de endividamento consolidado, equivalente a 0,36 vez a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto comprometendo apenas 30,16% do limite de 1,2 vez fixado pela Resolução nº 40, de 2001.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas no presente exercício corresponde a 12,94% dessa receita, declinando-se a partir de então, para atingir tão somente 1,22% em 2019, último ano da projeção realizada para esse limite.

Já o comprometimento anual da RCL do município com o serviço de sua dívida será de 3,54% em 2016, atinge 4,75% em 2018 e passa a apresentar tendência declinante até 2039. Nesse período, a média de comprometimento será de 2,45%, inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal (21,3% do referido limite).

Vale notar que o cálculo do comprometimento referido foi feito pela média anual da relação entre as despesas com juros e demais serviços da dívida e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida, que se estende até 2039, conforme determina a Resolução nº 36, de 2016.

Adicionalmente, fundamentada em um dos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Município de Manaus (AM) apresenta margens de disponibilidades orçamentárias suficientes. Em estudo que define projeções para o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há margem disponível para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União.

Por fim, relativamente às demais exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Manaus (AM) não possui débitos com a União e suas entidades controladas, nem apresenta pendências relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União. Nesse aspecto, estão sendo cumpridas as exigências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Manaus (AM). Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Manaus (AM) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 29, de 15 de fevereiro de 2016, também anexo ao

processado, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, inclusive os da operação de crédito pleiteada. A análise da capacidade de pagamento indicou classificação “B+”, indicando que o Município de Manaus apresenta situação fiscal forte e risco de crédito baixo, sendo a operação, portanto, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para o recebimento da garantia da União.

Portanto, também estão sendo observadas as condições e exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativamente à prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende às exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Manaus (AM), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Manaus (AM) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 25, DE 2016

Autoriza o Município de Manaus (AM) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Manaus (AM) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus - PROCONFIS/Manaus”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Manaus (AM);

II – Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Desembolso: US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos EUA), equivalentes a R\$ 585.720.000,00, sendo que o banco disponibilizará esses recursos em uma única tranche e o ente resgatará em duas parcelas anuais, sendo US\$ 82.500.000,00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos EUA) em 2016, equivalentes a R\$ 322.146.000,00; e US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos EUA) em 2017, equivalentes a R\$ 263.574.000,00, convertidos à taxa de câmbio de 3,9048, de 31/12/2015;

VI – Modalidade: empréstimo na modalidade de apoio às políticas públicas, denominada *Development Policy Loan – DPL*;

VII – Opções de conversão: é facultado ao Mutuário, com a anuência do Fiador, exercer a opção de mudança na Moeda do Empréstimo, a

de mudança na base da taxa de juros e a estipulação de limites sobre uma Taxa Variável ou uma Taxa de Referência, aplicáveis a todo ou parte do montante principal do Empréstimo sacado ou não-sacado;

VIII – Prazo de amortização: 228 (duzentos e vinte e oito) meses;

IX – Prazo de carência: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de aprovação do empréstimo pela Diretoria do BIRD;

X - Prazo total: 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – Juros: Libor de 6 meses para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem variável a ser definida pelo BIRD e de atualização cambial da moeda do financiamento;

XII – atualização monetária: variação cambial;

XIII – Demais Encargos e Comissões: taxa inicial de 0,25% do valor do empréstimo e taxa de compromisso de 0,25% ao ano sobre o saldo do empréstimo não sacado.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Manaus (AM) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Manaus (AM) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Manaus (AM) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2016.

SENADORA GLEISI HOFFMANN, Presidente

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA		2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS		4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTEs
DOUGLAS CINTRA	1. EDUARDO AMORIM PRESENTE
MARCELO CRIVELLA PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI PRESENTE



SENADO FEDERAL

PARECER N° 454, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 40, de 2016 (nº 155/2016, na origem), da Presidente da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do "Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP"*.

Relator: **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

A Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, com o Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP”, a ser executado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Acompanham os autos, dentre outros documentos:

1. Exposição de Motivos (EM) nº 44, de 18 de abril de 2016, do Ministério da Fazenda;

2. Parecer N° 1679, de 26 de novembro de 2015, da Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que conclui pela legalidade das minutas contratuais e regularidade dos documentos apresentados, inexistindo óbice legal ao pleito do MMA;
3. Ofício n° 2167/2015-Depcc/Dicin/Surec do Banco Central do Brasil (BACEN), de 6 de novembro de 2015, confirmando que a operação de crédito externo pretendida já se encontra com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o n° TA741497;
4. Cópia da Recomendação n° 1327, de 27 de julho de 2012, da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, identificando o projeto como passível de obtenção de financiamento externo;
5. Parecer n° 3/2015/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN, de 22 de setembro de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com as devidas informações financeiras e que conclui favoravelmente à contratação da operação; bem como cópia da minuta do contrato a ser celebrado, acompanhada da devida tradução juramentada.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, combinado com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Resolução n° 48, de 2007, do Senado Federal, a celebração de operações de crédito externo de interesse da União dependem de prévia e específica autorização do Senado Federal.

Pelo exame da documentação contida no processado, conclui-se pela observância de todos os preceitos legais pertinentes à matéria, de

forma que o Senado Federal pode efetivamente conceder a autorização solicitada.

Saliente-se ainda que o Projeto CAR-FIP faz parte do Plano de Investimentos Florestal do Brasil, elaborado no contexto das iniciativas do Programa de Investimento Florestal (PIP), um dos três programas vinculados ao Fundo Estratégico do Clima (SCF).

A execução do projeto fortalecerá a implementação de iniciativas estruturantes para o controle do desmatamento no cerrado, contribuindo para as ações de seu monitoramento e controle, alinhando-se às ações da Política Nacional de Mudanças do Clima- PNMC, que motivaram a elaboração do Plano de Investimento Florestal do Brasil.

Conforme explicitado no referido parecer da STN, *o Projeto CAR-FIP está estruturado para apoiar os estados do bioma Cerrado e respectivos municípios selecionados na inscrição dos imóveis rurais no CAR, além de apoiar as Organizações Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS na análise das informações ambientais dos cadastros inscritos e apoiar os 'proprietários e posseiros de imóveis rurais que tenham passivos em APPs e áreas de Reserva Legal na adesão aos Programas de Regularização Ambiental, instituídos pelo Novo Código Florestal*. Trata-se, portanto, de projeto com largo alcance social, econômico e ambiental, digno da autorização desta Casa.

No que diz respeito às características financeiras da operação, cabe ressaltar que a operação de crédito externo pretendida será realizada em termos concessionários do Fundo de Investimento Florestal (Forest Investment Program - FIP), com recursos advindos do Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund - SCF), e será celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Banco Mundial, na qualidade de Agência Implementadora do referido Programa de Investimento Florestal, do citado Fundo Estratégico do Clima.

Nessa modalidade de operação financeira não incidem a cobrança de juros, nem quaisquer outras taxas financeiras acessórias, como comissão de crédito, de supervisão ou multas.

A propósito, o custo efetivo da operação, medida em termos de sua Taxa Interna de retorno (TIR), foi calculada em 0,25% a.a., para a duração de 18,21 anos, que, considerando que o custo da curva de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, na mesma data, ou seja, em 1 de julho de 2015, para a mesma duração, é de 5,71% a.a., levou a STN a concluir que a operação se encontra em patamares favoráveis.

III – VOTO

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 40, de 2016, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26 , DE 2016

Autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

§1º Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito referida no art. 1º são as seguintes:

I – Devedor: República Federativa do Brasil;

II – Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, atuando como entidade implementadora (implementing entity) do Fundo de Investimento Florestal (Forest Investment Program - FIP), com recursos do Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund - SCF);

III – Valor Total: de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – Modalidade: Empréstimo em termos concessionais do FIP;

V – Período de Desembolso: de 2015 a 2019, de acordo com cronograma previsto pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA;

VI – Carência: 10 (dez) anos, sendo que a primeira amortização está prevista para ocorrer em 15/12/2025 e a última em 15/6/2055;

VII – Amortização do Saldo Devedor: 60 (sessenta) parcelas semestrais e consecutivas, sendo as 20 (vinte) primeiras no valor de 1% do montante total do empréstimo e as 40 (quarenta) seguintes no valor de 2% do montante total do Empréstimo, pagas em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

VIII – Juros Aplicáveis: Não há cobrança de taxa de juros, por tratar-se de empréstimo em termos concessionários do FIP/SCF;

IX – Taxa de Serviço Taxa de Serviço (Service charge): de 0,25% a.a sobre o saldo devedor, devida em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, calculada utilizando padrão internacional 30/360 e pagas ao BIRD;

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2016.

SENADORA GLEISI HOFFMANN, Presidente

SENADOR JOSÉ PIMENTEL, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA		2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPLCY	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS		4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTEs
DOUGLAS CINTRA	1. EDUARDO AMORIM PRESENTE
MARCELO CRIVELLA PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI PRESENTE



SENADO FEDERAL

PARECER N° 455, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 41 de 2016, da Presidente da República (nº 156/2016, na origem), que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e a Corporação Andina de Fomento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Região Oceânica Sustentável”.*

RELATOR: Senador DOUGLAS CINTRA

RELATOR “AD HOC”: Senador WELLINGTON FAGUNDES

I – RELATÓRIO

A Mensagem nº 41 de 2016, da Presidente da República (nº 156 de 2016 na origem), sob análise nesta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Niterói e a Corporação Andina de Fomento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Região Oceânica Sustentável”.

O principal objetivo do Programa é reverter a degradação ambiental existente na Região Oceânica, por meio da recuperação de áreas degradadas, melhoria da mobilidade urbana, diminuição da insalubridade dos bairros e implantação de infraestrutura urbana adequada.

Os recursos financiados serão liberados do seguinte modo: US\$ 19,4 milhões em 2016, equivalentes a R\$ 75,9 milhões; US\$ 33,3 em 2017,

equivalentes a R\$ 130,2 milhões; US\$ 33,3 milhões em 2018, equivalentes a R\$ 130,2 milhões; US\$ 13,9 milhões em 2019, equivalentes a R\$ 54,2 milhões (convertidos à taxa de câmbio de 3,9048, do último dia de 2015). O prazo total da operação será de 144 meses, sendo que a primeira amortização ocorrerá após 54 meses contados da data de assinatura do contrato. A amortização se dará em 96 meses, mediante 16 prestações semestrais consecutivas e preferencialmente iguais. A taxa de juros será a *Libor* de seis meses mais o *spread*, além dos demais encargos e comissões. O custo efetivo médio estimado da operação é de 3,30% ao ano.

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), por meio da Recomendação nº 01, de 11 de novembro de 2014, homologada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na mesma data, recomendou a preparação do Programa no valor de até US\$ 100 milhões com a Corporação Andina de Fomento, com contrapartida de igual montante, no mínimo. O Banco Central do Brasil, por meio do Ofício nº 695 Depec/Dicin/Surec de 2016, credenciou o Município de Niterói para negociar a referida operação, sob o registro TA753195, de 9 de dezembro de 2015.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer nº 175/Copem/Surin/STN, de 17 de março de 2016, o órgão manifestou-se favoravelmente ao oferecimento da garantia, condicionada à verificação, pelo Ministério da Fazenda, das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário e de suas entidades controladas com a União, bem como à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer nº 534/PGFN/COF, de 14 de abril de 2016, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal, sujeitando a operação às mesmas condicionantes previstas pela STN.

II – ANÁLISE

O inciso V do art. 52 da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições

para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo artigo constitucional. Tais normas constam das Resoluções do Senado Federal nº 43 de 2001 e nº 48 de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), também normatiza o tema, notadamente em seus arts. 32 e 33.

Segundo o art. 29 da Resolução do Senado nº 43 de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda, com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida Resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48 de 2007 detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União. Essas disposições foram atendidas, como se verá adiante.

De acordo com a STN (Parecer nº 175/Copem/Surin/STN, de 17 de março de 2016), o pleito atende às exigências do art. 32 da LRF e das Resoluções do Senado Federal, notadamente os enquadramentos previstos nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001. Vale observar, contudo, que a própria STN alerta que o prazo de validade da verificação desses limites é de noventa dias. Embora não esteja explícito, é de se supor que esse prazo comece a contar a partir de 17 de março de 2016, data do parecer do órgão.

O Projeto a ser financiado está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2014-17 (Lei Municipal nº 3.070, de 17 de dezembro de 2013) e conta com dotação na lei orçamentária do Município relativa ao exercício de 2016 (Lei Municipal nº 3.191, de 30 de dezembro de 2015).

Já a Lei nº 3.102, de 25 de julho de 2014, autoriza a presente contratação de operação de crédito e a vinculação como contragarantia à garantia da União das cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159, complementadas ainda pelas receitas previstas no art. 156, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas. A STN considera as garantias oferecidas pelo Município de Niterói suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Quanto à capacidade de pagamento da Prefeitura de Niterói, a STN a classifica como pontuação “A-”, *sendo a operação, portanto, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para o recebimento da garantia da União.*

Em relação à adimplência, a STN afirma estar o Município adimplente com as instituições financeiras e com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou as garantias por ela honradas.

Quanto aos precatórios, as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (Cedin) estão suspensas até decisão final de mérito do processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0005633-70.2010.2.00.0000.

A STN atesta também que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada, dentro do limite estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado nº 48 de 2007. Ademais, com base na análise das cláusulas contratuais, constata que as obrigações são passíveis de cumprimento e não geram ao Tesouro Nacional riscos superiores aos normalmente assumidos nesse tipo de operação.

A STN cita ainda documentos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas que atestam a observância dos gastos mínimos com saúde e educação, o cumprimento dos limites máximos para as despesas com pessoal, o pleno exercício da sua competência tributária e a ausência de despesas com parcerias público-privadas, dispensando qualquer cotejamento com os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A STN, por fim, justifica uma aparente contradição relativa ao prazo de carência estabelecido contratualmente. A já citada Lei nº 3.102, de 2014, autoriza prazo de carência de 48 meses. Entretanto, a Cláusula Décima do contrato afirma que a primeira amortização se dará após 54 meses da assinatura do contrato. Segundo a STN, a aparente contradição se desfaz quando se leva em conta a definição de carência contida no Anexo A do contrato: *período de tempo transcorrido ente a assinatura do Contrato e seis meses antes do vencimento da primeira parcela de amortização do empréstimo*.

A PGFN (Parecer nº 534/PGFN/COF, de 14 de abril de 2016), a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional ou à ordem pública, contrária à Constituição ou às leis do País, nem que implique compensação automática de débitos e créditos.

Assim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices à autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser atualizada a verificação da adimplência do Município de Niterói e de suas entidades controladas em face

da União, formalizado o contrato de contragarantia e verificado o cumprimento das condições necessárias para a efetividade do contrato.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Niterói encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, notadamente as Resoluções do Senado Federal nºs 43 de 2001 e 48 de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2016

Autoriza o Município de Niterói a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Niterói autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento, no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao “Programa Região Oceânica Sustentável”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Niterói;

II – Credor: Corporação Andina de Fomento;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Desembolso: 4 (quatro) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VI – Carência: 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VII – Amortização: 16 (dezesesseis) parcelas semestrais consecutivas e, preferencialmente, iguais;

VIII – Juros: pagos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, à taxa anual variável dada pela *Libor* para operações de seis meses, mais margem, sendo parte da taxa de juros financiada pelo credor, nos termos contratuais;

IX – Comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – Comissão de Financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), sobre o valor total do empréstimo; e

XI – Gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), no momento do primeiro desembolso do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Niterói na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada a que:

I – o Município de Niterói celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, por meio de vinculação da participação do

Município na arrecadação da União de que trata o art. 159, bem como das receitas próprias do Município a que se referem os arts. 156 e 158, todos da Constituição Federal, assim como de outras garantias em direito admitidas;

II – seja comprovada a situação de adimplência das obrigações do Município de Niterói e de suas entidades controladas junto à União; e

III – seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN, Presidente

Senador WELLINGTON FAGUNDES, Relator “Ad hoc”



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA		2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPICY	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS		4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTEs
DOUGLAS CINTRA	1. EDUARDO AMORIM PRESENTE
MARCELO CRIVELLA PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI PRESENTE



SENADO FEDERAL

PARECER N° 456, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 42, de 2016, da Presidente da República (nº 157, de 19 de abril de 2016, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia – PREMAR 2ª Etapa”.

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 42, de 2016, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 200.000.000,00.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios subordinam-se à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo, em particular, estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43, de 2001.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia – PREMAR 2ª Etapa”. O programa terá o valor total de US\$ 300 milhões, sendo US\$ 200 milhões financiados pelo BIRD e US\$ 100 milhões como contrapartida do Estado da Bahia.

O objetivo geral do programa é melhorar a eficiência e a segurança dos transportes e da logística na Bahia, promovendo o crescimento socioeconômico sustentável e inclusivo do Estado, notadamente nas regiões Oeste e do Sertão. A análise do custo-benefício e a demonstração do interesse econômico e social do Projeto enfatiza os seguintes investimentos: pavimentação de estradas estaduais, obras de melhoria de vicinais e melhoria dos índices de segurança viária.

A operação de crédito externo pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com margem variável (*variable spread loan*) e juros vinculados à LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América.

II – ANÁLISE

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado da Bahia, no valor de até US\$ 200.000.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do “Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia – PREMAR 2ª Etapa”.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer COPEM/SURIN/STN nº 226, de 29 de março de 2016, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das condições e

exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), conforme a Recomendação nº 06/0105, de 25 de abril de 2014, homologada pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado Parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, em especial, quanto aos limites de endividamento do Estado da Bahia. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam da Lei do Plano Plurianual do Estado da Bahia para o período 2016-2019.

d) Ademais, a Lei Estadual nº 13.470, de 30 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2016, contempla dotações para a execução do programa no exercício em curso. Consta desse orçamento dotações relativas à receita da operação de crédito externo, aporte de contrapartida e despesa com encargos da dívida.

e) A STN também verificou que há previsão legal do oferecimento de contragarantias da parte do Estado da Bahia. Para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois: (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas; e

(ii) o Estado da Bahia conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

g) De acordo com o último Relatório de Gestão Fiscal da União, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

h) O Estado da Bahia encontra-se adimplente em relação às metas e compromissos assumidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, tendo cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

i) Ademais, o Estado da Bahia encontra-se adimplente com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos e às garantias honradas.

j) A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC) por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

k) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota COREM/SURIN/STN nº 106, de 3 de julho de 2015, o Governo do Estado da Bahia foi classificado na **categoria “B”**, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União.

l) O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA754475.

O custo efetivo médio da operação, de acordo com cálculo estimativo realizado pela STN, deverá ser equivalente a 3,49% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR, indicando que as condições financeiras se encontram em patamares aceitáveis, tendo em vista o custo de captação do Tesouro Nacional no mercado internacional.

A análise técnica realizada pelo Governo do Estado da Bahia mostra os benefícios do programa, com uma rentabilidade suficiente para justificar sua execução do ponto de vista social.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer PGFN/COF nº 517, de 13 de abril de 2016. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Ademais, o Parecer da PGFN esclarece que o prazo da verificação dos limites de endividamento apurados no Parecer COPEM/SURIN/STN nº 226, de 29 de março de 2016, é de duzentos e setenta dias, portanto até 14 de dezembro de 2016.

A análise da PGFN registrou que há pendências em relação ao ente, com relação a: Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS, Cadastro de Registro de Adimplência e Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais. Isso, no entanto, não é impeditivo de encaminhamento ao Senado Federal, por interpretação do art. 10, § 4º, da Resolução nº 48, de 2007.

O Parecer da PGFN ressalta que a operação é condicionada ao procedimento previsto no art. 10 da Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, que, como enfatizado anteriormente, prevê a verificação da adimplência financeira por ocasião da assinatura do contrato de garantia. Assim, o projeto de resolução do Senado Federal a seguir contém dispositivo condicionando expressamente a autorização a essa verificação.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização

para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 28, DE 2016

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia – PREMAR 2ª Etapa”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado da Bahia;

II – **credor**: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – **modalidade**: empréstimo com margem variável (*variable spread loan*);

VI – **prazo de desembolso**: até 4 (quatro) anos, contados a partir da vigência do contrato;

VII – **amortização**: 61 (sessenta e uma) prestações semestrais e consecutivas;

VIII – **juros**: exigidos semestralmente, calculados com base na *LIBOR* semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem (*spread*) de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento). Adicionalmente, poderá ser cobrada uma sobretaxa de 0,50% (cinquenta centésimo por cento) ao ano sobre o montante não amortizado do empréstimo, durante o período em que o Brasil permanecer acima do teto de exposição junto ao BIRD.

IX – **comissão de compromisso**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – **comissão de financiamento**: 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento) sobre o valor do empréstimo;

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, solicitar ao Banco uma conversão de moeda ou uma conversão de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no *caput* fica condicionada a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado da Bahia ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN, Presidente

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA		2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS		4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTEs
DOUGLAS CINTRA	1. EDUARDO AMORIM PRESENTE
MARCELO CRIVELLA PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI PRESENTE

Projetos de Lei do Senado



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 177, DE 2016

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre reparações imediatas previstas no § 3º do art. 18.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 18.

.....

§ 7º Entende-se por produto essencial aquele cuja demora para ser reparado prejudique significativamente as atividades diárias do consumidor e o atendimento de suas necessidades básicas, como por exemplo:

I – fogão;

II – geladeira;

III – aparelho de telefone, fixo ou celular;

IV – computador pessoal;

V – televisor;

VI – óculos, lentes de contato e quaisquer outros acessórios destinados a corrigir problemas de visão;

VII – equipamentos de auxílio à mobilidade, como cadeiras de rodas, andadores, muletas etc;

§ 8º A reparação imediata prevista no § 3º deste artigo dar-se-á em até cinco dias úteis nas capitais, nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal, e em até dez dias úteis nas demais cidades”.

§ 9º Os produtos utilizados como instrumento de trabalho, bem como aqueles destinados a atender necessidades de pessoa com deficiência, são considerados essenciais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal consigna, no inciso XXXII do seu art. 5º, a garantia de que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”; faz notar que a própria ordem econômica, conquanto fundada na livre iniciativa, observará o princípio da defesa do consumidor (CF, art. 170, V); e previu a elaboração do Código de Defesa do Consumidor (CDC) no art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, concedendo prazo de cento e vinte dias após a promulgação da Constituição, demonstrando sua relevância constitucional e a importância de seu aperfeiçoamento.

Nessa linha, o CDC foi promulgado em 11 de setembro de 1990, sob a forma da Lei nº 8.078, mas, à medida que a sociedade se desenvolveu, as relações de consumo ganharam diferentes contornos, sendo necessário manter o CDC atualizado de forma a garantir a plena defesa do consumidor.

O art. 18 prevê hipótese de responsabilidade do fornecedor por vício do produto ou do serviço. O mencionado artigo estabelece que os fornecedores respondem por vícios de qualidade que tornem o produto impróprio ou inadequado ao consumo, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Já o § 1º desse artigo preceitua que, se não sanado o problema em até trinta dias, poderá o consumidor, à sua escolha, exigir: (i) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso (inciso I); (ii) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos (inciso II); ou (iii) o abatimento proporcional do preço (inciso III).

O art. 18 dispõe, ainda, em seu § 3º, que o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas previstas no § 1º sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de um produto essencial. Contudo, o referido Código não definiu produto essencial, fato que gera inúmeras controvérsias e prejudica a proteção dos consumidores. Ao mesmo tempo, os órgãos reguladores falham ao descumprir as promessas de listar quais produtos podem ser considerados essenciais.

Segundo os dados provenientes do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, constata-se que há um grande número de reclamações apresentadas por consumidores acerca da dificuldade de obter a imediata reparação de produtos que podem ser considerados como de uso essencial. Para muitos desses consumidores, é necessário

aguardar por tempo demasiadamente longo até que o vício seja sanado por algum dos fornecedores reclamados.

No âmbito legal, conforme já assinalado, o CDC não definiu o que seria produto essencial. No Judiciário, é possível encontrar sentenças que definem a essencialidade e determinam a substituição do produto, todavia costumam demorar, uma vez que não há estímulo – sob o ponto de vista processual – para aguardar uma decisão que em regra leva mais tempo que os trinta dias, previstos no art. 18, para que o vício do produto seja sanado. Na doutrina também não se encontra uniformidade ou debate satisfatório sobre o tema.

Com o objetivo de garantir eficácia às disposições do Código com relação à imediata reparação de produto essencial, o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), criado pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, dispôs em seu artigo 16, que “o Conselho de Ministros da Câmara Nacional das Relações de Consumo elaborará, em prazo definido por seus membros e formalizado em ato do Ministro de Estado da Justiça, proposta de regulamentação do § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990, para especificar produtos de consumo considerados essenciais e dispor sobre procedimentos para uso imediato das alternativas previstas no § 1º do art. 18 da referida Lei.”

Contudo, até o presente momento nada foi feito, razão pela qual propomos o projeto a fim de minimizar os danos já produzidos pela inércia de regulamentação da questão.

O projeto, portanto, apresenta uma proposta de conceituação dos produtos essenciais, bem como lista exemplificativamente alguns desses produtos, além de estipular prazo máximo de substituição dos produtos.

O presente projeto, assim, é uma iniciativa que pretende beneficiar todos os consumidores que fazem uso de produtos considerados essenciais.

Diante do exposto, rogamos o apoio dos nobres Pares a esta importante Proposição.

Sala das Sessões,

Senador **CIRO NOGUEIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](#)

[artigo 48](#)

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013 - 7963/13](#)

[Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90](#)

[artigo 18](#)

[parágrafo 3º do artigo 18](#)

*(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em
decisão terminativa)*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 2016

Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É conferido à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Três Lagoas é uma cidade próspera, que serve de exemplo do que o empreendedorismo pode fazer pelo País. Localizada na divisa com o Estado de São Paulo, tem experimentado um crescimento econômico muito superior à média brasileira, e é líder mundial na produção da celulose de eucalipto.

Fundada em 1915, Três Lagoas teve a maior parte de sua história relacionada à antiga ferrovia Noroeste do Brasil, com forte tradição pecuária. Entretanto, nos últimos dez anos, vem desenvolvendo uma pujante vocação industrial, atraindo fábricas de tecelagem, fios, embalagens plásticas e outras indústrias. E foi na produção da celulose que se revelou todo o potencial do Município. Com a instalação de duas das maiores fábricas de papel do mundo, a Fibria e a Eldorado Brasil, o desenvolvimento desse setor da economia local ganhou tal destaque que a cidade passou a ser informalmente conhecida como a Capital Mundial da Celulose.

As negociações para a instalação da primeira fábrica de celulose em Três Lagoas se iniciaram em 2005, quando tive a alegria, como Prefeita – e, posteriormente, como Vice-Governadora – de participar de todas as etapas do processo, uma exitosa parceria entre a Prefeitura, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a iniciativa privada. Em 2006, instala-se a primeira planta (da Fibria), que começa a operar em 2009, com capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano. Em 2012, entra em operação a segunda fábrica (da Eldorado Brasil), com capacidade produtiva de 1,7 milhão de toneladas – totalizando, portanto, 3 milhões de toneladas.

Essa produção saltará, nos próximos anos, para nada menos que 7 milhões de toneladas de celulose, pois as duas fábricas já iniciaram o processo de duplicação de suas plantas, com investimento total previsto de 15,7 bilhões de reais. É um dos maiores investimentos privados da atualidade no País, e, quando as novas unidades produtivas estiverem em plena operação, Três Lagoas se distanciará de qualquer concorrente na condição de município maior produtor de celulose do mundo.

A evolução dos dados é impressionante. Somente durante a construção da primeira fábrica, de 2006 a 2009, foram gerados mais de 20 mil empregos diretos e indiretos; o PIB municipal aumentou 300%; o PIB estadual, 13%.

Segundo informações do IBGE, entre 2009 e 2013, o número de trabalhadores assalariados em Três Lagoas aumentou 87,6%. Impacto significativo registrou-se também na renda dos trabalhadores: o salário médio mensal no mesmo período teve um incremento de 14,8%, subindo de 2,7 salários mínimos para 3,1 salários mínimos. Esse crescimento se expressa também no número de empresas do município, que cresceu 27,9%, passando de 2.597 empreendimentos para 3.322 nesse período.

Na esteira desse desenvolvimento industrial, outros setores foram se expandindo. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, desde meados dos anos 2000, Três Lagoas tem tido o maior crescimento econômico do Estado, estimulando o surgimento de novas fábricas, como as de metalmeccânica, e investimentos no campo da siderurgia. O desenvolvimento do setor da celulose, portanto,

proporciona a criação de um círculo virtuoso, em que vários outros setores se beneficiam e se expandem, gerando emprego e renda.

Vale lembrar que Três Lagoas é uma cidade privilegiada também em termos logísticos. A hidrovía Tietê-Paraná é uma via de navegação que liga as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste por meio dos rios que lhe dão o nome. Essa hidrovía cumpre importante função econômica, uma vez que é fundamental para o escoamento da produção de grãos dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rondônia. Esse modal de transporte também foi fundamental para o desenvolvimento das indústrias de celulose.

Outro aspecto merecedor de destaque é a maneira responsável como são tratados os resíduos industriais em Três Lagoas. Como se sabe, a indústria de celulose é potencialmente perigosa para o meio ambiente. Por isso, a população e as autoridades locais monitoram as decisões referentes ao tema, isso desde que, ainda em meus tempos de Prefeita, garantimos ao Município a instalação de um aterro sanitário completo. Dessa forma, questões como a destinação de resíduos sólidos, tratamento de efluentes, abastecimento de energia e tráfego de caminhões são debatidas por todos os setores interessados e relacionados, atendendo às expectativas da comunidade.

Três Lagoas, portanto, representa um exemplo do Brasil que desejamos, com desenvolvimento industrial, responsabilidade social e consciência ambiental.

Particularmente neste momento, em que vivemos uma crise econômica já de longa duração, com profundo impacto sobre as taxas de emprego e renda da população, Três Lagoas demonstra, para todo o País, que é possível crescer por meio de um trabalho conjunto do Poder Público, da iniciativa privada e dos trabalhadores.

Falei de crescimento, e quero citar aqui algo que disse no ano passado, por ocasião do centenário de Três Lagoas: “Para uma cidade, o crescimento que interessa é aquele que atende às necessidades e anseios de sua gente, que respeita os seus valores e valoriza a sua qualidade de vida. ”

O volume de investimentos efetuados no Município, nesses últimos anos – notadamente pelas empresas do ramo da celulose –, é um testemunho eloquente de que os empresários acreditaram na vocação econômica da cidade e na criatividade e produtividade do seu povo.

A concessão, por esta Casa, do título de “Capital Nacional da Celulose” para Três Lagoas, representará o reconhecimento à capacidade empreendedora de sua gente, que não se intimida diante das crises e adversidades.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Senadora **SIMONE TEBET**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Proposta de Emenda à Constituição

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 21, DE 2016

Estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renomeando-se como § 2º o atual parágrafo único:

“Art.3º.....

§ 1º Para o professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos em cinco anos os requisitos a que se refere o inciso I deste artigo e serão considerados, para efeito de redução da idade mínima a que se refere o inciso III deste artigo, os limites decorrentes do art. 40, § 5º, da Constituição Federal.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a edição da Emenda Constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981, as Constituições brasileiras determinam que os professores fazem jus a normas especiais para a sua aposentadoria. Essas normas sempre permitiram a eles passarem à inatividade com

2

um redutor de cinco anos sobre as exigências gerais destinadas aos demais servidores públicos.

Essa discriminação decorre do reconhecimento, pelos constituintes, das condições especiais de trabalho a que são submetidos os docentes.

Dentro desse entendimento, observa-se que, quando ocorreram reformas da previdência, as suas regras de transição sempre buscaram ser neutras no tema, mitigando as suas exigências na mesma proporção da regulamentação geral da matéria, prevista, hoje, no § 5º do art. 40 da Constituição.

Foi assim tanto na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, quanto na Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

A “PEC Paralela” (Emenda Constitucional nº 47, de 2005) introduziu, em seu art. 3º, uma nova opção para a aposentadoria dos servidores públicos que tiverem ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998. Aqui se permite a aposentadoria voluntária quando o servidor tiver:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, ou trinta, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente ao limite de sessenta anos, se homem, ou cinquenta e cinco, se mulher, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder trinta e cinco anos, se homem, ou trinta, se mulher.

Quando essa matéria retornou ao Senado Federal, após a sua aprovação na Câmara dos Deputados, o dispositivo acima referido continha norma explicitando a sua aplicação ao caso da aposentadoria dos professores, também mitigando as suas exigências na mesma proporção do previsto no corpo permanente da Carta Magna para esses profissionais.

3

Essa norma, entretanto, foi suprimida pelo Senado Federal, quando de sua votação por esta Casa.

Ora, se a Constituição afirma que os professores são diferentes no tocante à sua aposentadoria, estaríamos descumprindo o princípio da igualdade se os tratássemos de forma idêntica aos demais trabalhadores nas regras de transição, uma vez que isso se traduziria em tratar desiguais igualmente, e já é lugar comum lembrar que estamos obedecendo ao princípio da isonomia não apenas quando tratamos os iguais igualmente como quando tratamos os desiguais desigualmente.

Assim, para corrigir essa falha da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, estamos apresentando a presente proposta de Emenda à Constituição retornando o texto do seu art. 3º aprovado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **BENEDITO DE LIRA**
Senador **BLAIRO MAGGI**
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Senador **DÁRIO BERGER**
Senador **DONIZETI NOGUEIRA**
Senador **EDUARDO AMORIM**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**
Senadora **GLEISI HOFFMANN**
Senador **IVO CASSOL**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **JORGE VIANA**
Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **LASIER MARTINS**
Senadora **LÍDICE DA MATA**
Senadora **LÚCIA VÂNIA**
Senador **MAGNO MALTA**
Senador **PAULO ROCHA**
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **REGUFFE**

4

Senador **ROMÁRIO**Senador **TELMÁRIO MOTA**Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**Senador **WALTER PINHEIRO**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[parágrafo 5º do artigo 40](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[Emenda Constitucional nº 18, de 1981 - 18/81](#)

[Emenda Constitucional nº 20, de 1998 - EMENDA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA - 20/98](#)

[Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - REFORMA DA PREVIDENCIA - 41/03](#)

[Emenda Constitucional nº 47, de 2005 - REFORMA DA PREVIDENCIA - 47/05](#)

[artigo 3º](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Requerimentos**SENADO FEDERAL**
REQUERIMENTO
Nº 308, DE 2016

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada pelo falecimento, hoje, em Campo Grande, da Sra. Ramona Miranda de Brito, mãe do Senador Waldemir Moka.

JUSTIFICAÇÃO

A justificação de um voto de pesar pelo falecimento de uma pessoa que nos é muito querida é, na sua essência, difícil, porque é quando mais nos aproximamos do interior da nossa alma. Se esse mesmo voto é pela partida de uma mãe, em especial a de um amigo como o senador Waldemir Moka, mais ainda, porque a nossa alma encontra um coração ferido e nada mais nos resta que manifestar a nossa tristeza e levar a ele a nossa palavra de conforto. Este é, portanto, muito mais, um voto de consolo ao nosso colega que hoje chora a dor da partida de quem lhe fez luz. De quem lhe fez do ventre o seu primeiro chegar, e do coração o seu eterno morar.

Mas os cinco filhos eram poucos para o tamanho do coração de mãe da Sra. Ramona Miranda de Brito. Ela adotou mais dois. Mais que isso: ela adotou muitos outros, adotou todos aqueles que com ela conviveram nos seus 93 anos. Por isso, todos os sul-mato-grossenses que a conheceram mais de perto também estão, hoje, de coração ferido. Considero, por isso, todos eles, signatários deste meu requerimento de voto de pesar. A cada assinatura, ainda que virtual porque escrita com as tintas da alma, uma palavra que tem o significado do autoconsolo, porque todos nós sempre nos sentimos como familiares da Dona Ramona.

Além de mãe exemplar e participante ativa da vida da comunidade, ela foi também uma militante política incansável, exercendo importante papel em todas as campanhas enfrentadas pelo seu filho Waldemir Moka, que, com sua inestimável ajuda, foi Vereador,

2

três vezes Deputado Estadual, três vezes Deputado Federal e agora Senador, defendendo sempre os interesses mais legítimos do povo sul-mato-grossense e os seus valores mais profundos, que sempre foram, também, os valores de sua mãe.

Sou amiga e grande admiradora do Senador Waldemir Moka. Companheiro de lutas do meu pai, ele muitas vezes o substitui nos aconselhamentos, principalmente nas minhas labutas políticas. Mas hoje a Dona Ramona faz do Senador Moka o meu irmão.

Manoel de Barros, conterrâneo sul-mato-grossense, fez poesia das palavras de uma mãe: *“meus filhos, o dia já envelheceu, entrem pra dentro”*. O poeta também dizia de um menino que gostava mais do vazio do que do cheio, porque *“os vazios são maiores, e até infinitos”*. Para o Senador Moka, seus irmãos e amigos, este dia 26 de abril envelheceu mais cedo. No ar, entre as nuvens do tempo, há um vazio do tamanho do infinito. Mas a Dona Ramona, continuará, com certeza, a nos convidar para “entrar pra dentro” do seu coração. Um lugar muito conhecido de todos nós, porque é nele que todos nós moramos durante todo o tempo. E moraremos, porque a nossa fé faz o tempo infinito.

E é por todo esse infinito de bondade, de solidariedade, de fraternidade e de fé, que peço aos meus nobres pares desta Casa, em nome de todos os sul-mato-grossenses, a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento da Sra Ramona Miranda de Brito. À família, mais uma vez a poesia simples e humana de Manoel de Barros: “Tem mais presença em mim o que me falta”.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2016

Senadora **SIMONE TEBET**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 309, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhamento de voto de congratulações pelo trigésimo aniversário da TV Cidade Verde.

JUSTIFICAÇÃO

O desafio de construir uma emissora de televisão profundamente identificada com o Piauí e com sua capital, Teresina, tomou forma e veio a público em um já distante janeiro de 1986. Chamava-se a emissora TV Pioneira e era afiliada à Rede Bandeirantes.

Se muito mudou desde então, manteve-se o espírito que concilia a ousadia empreendedora de seu diretor presidente Jesus Elias Tajra, e de toda sua equipe, com a firme valorização das tradições piauienses. É o que constatamos quando a emissora adota, em 1998, o belo nome com que o escritor Coelho Neto brindou Teresina: Cidade Verde. Em janeiro de 2000, a TV Cidade Verde passa a afiliar-se ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), sem nada perder de sua identidade marcada com Teresina e o Piauí.

Momento memorável dessa sintonia entre a emissora e o Estado é a transmissão do programa História da Independência do Piauí, assinalando a comemoração dos 250 anos do Piauí, em 19 de março de 2008, programa que causou grande repercussão ao retratar o heroico episódio da Batalha do Jenipapo.

Menos de um ano depois, a TV Cidade Verde é a primeira emissora do Piauí e a primeira das afiliadas ao SBT a inaugurar a transmissão digital de seu sinal.

Por tudo que fez ao longo desses 30 anos pela informação, entretenimento e cultura da população do Piauí, requeremos aos Nobres Pares a aprovação deste voto de congratulações à TV Cidade Verde.

Sala das Sessões,

Senador **CIRO NOGUEIRA**

(Encaminhe-se)

À
Comissão Diretora

EM 26/4/2016

REQUERIMENTO Nº 310 DE 2016
(SEN. BLAÍRO MAGGI)

SF/16356.96451-52

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Comunicações, André Figueiredo, informações sobre a decisão cautelar da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2016, que impede temporariamente as operadoras de internet fixa de reduzir a velocidade ou suspender a prestação do serviço de banda larga após o término da franquia prevista.

Nesses termos, questiona-se:

1. Quais foram os embasamentos jurídicos que levaram a Anatel a autorizar as operadoras a limitarem os serviços de internet fixa, e posteriormente a suspender essa autorização, vindo a proibir essa limitação à internet “por tempo indeterminado”?

2. Considerando a regulamentação do Marco Civil da Internet, quais medidas serão adotadas para que uma decisão como essa não venha a prejudicar os consumidores, em especial, aqueles que, hoje, ainda têm maior dificuldade de acessar a internet?

2. Qual documentação que embasou as empresas a adotar a medida que determina que as operadoras possam oferecer planos de internet fixa, usada em residências e empresas, com limite de download, em que o serviço pode ser

Página: 1/4 26/04/2016 12:39:05

b162017b6b24e65134b62a577aff793d23224ab



suspenso quando o usuário atinge uma determinada quantidade de arquivos e dados baixados?

3. Quais providencias foram e serão adotadas em relação à regulamentação dos serviços cobrados da operadora?

4. Não seria mais correto investir em qualidade da banda larga ao invés de limitar a banda larga aos usuários?

JUSTIFICAÇÃO

O Despacho nº 1/2016/SEI/SRC da Superintendência de Relações com os Consumidores da Anatel sobre as mudanças na banda larga fixa tem gerado muita polêmica entre os consumidores.

A medida determina que as operadoras possam oferecer planos de internet fixa, usada em residências e empresas, com limite de download, em que o serviço pode ser suspenso quando o usuário atinge uma determinada quantidade de arquivos e dados baixados.

A determinação da Anatel é de que as empresas de telefonia não podem reduzir a velocidade, suspender o serviço ou fazer cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia – mesmo se isso estiver previsto em contrato – até que cumpram as condições estabelecidas pela agência reguladora.

Entre as condições definidas pela Anatel está a comprovação, por parte da operadora, da disponibilidade de ferramentas que permitam o acompanhamento do consumo do serviço, aos clientes, o histórico da utilização e a notificação quanto à proximidade do esgotamento da franquia, além da possibilidade de comparar preços.



SF/16356.96451-52

Página: 2/4 26/04/2016 12:39:05

b162017b6b24e65134b62a577aff793d23224ab



Também é necessário, segundo a Anatel, que a operadora deixe explícito em sua oferta e nas publicidades a existência e o volume de eventual franquia nos mesmos termos e com mesmo destaque dado aos demais elementos essenciais da oferta, como a velocidade de conexão e o preço.

As operadoras terão que comprovar à Anatel que adotaram as medidas. Em seguida, a agência vai publicar um ato reconhecendo o cumprimento das condições. Após 90 dias desse ato as empresas serão liberadas para restringir o serviço de internet fixa (suspender ou reduzir o sinal), nos casos de contratos por franquia que prevejam essa possibilidade.

Contudo, no último dia 23 de abril, a Anatel mudou seu entendimento e proibiu as operadoras de limitar o acesso de internet fixa à banda larga, até que o Conselho julgue a questão de mérito. Assim, as prestadoras continuaram proibidas de reduzir a velocidade, suspender o serviço ou cobrar pelo tráfego excedente, nos casos em que os consumidores utilizarem toda a franquia contratada, ainda que tais ações estejam previstas em contrato.

Atualmente, esse serviço é cobrado de acordo com a velocidade de navegação contratada, sem teto de uso da internet. Já o sistema que limita a quantidade de dados baixados, ou seja, que fixa uma franquia, já funciona na internet móvel, dos celulares.

As críticas à decisão das operadoras e a atuação da Anatel devem ser bem analisadas, pois afetam a posição jurídica de consumidores, notadamente a parte mais frágil dessa relação, principalmente quando se está diante de mercado tão amplo e essencial, como o de telecomunicações. Além disso, o Marco Civil da Internet, regido pela Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, estabelece como princípios básicos a defesa do consumidor e a finalidade social da rede (art. 2º, incisos V e VI) e



SF/16356.96451-52

Página: 3/4 26/04/2016 12:39:05

b162017b6b24e65134b62a577aaff793d23224ab



tem por objetivo, entre outros, a promoção do direito de todos de acesso à internet (art. 4º, inciso I).

Nesse sentido, esse requerimento, pretende que o Diretor-Presidente da Anatel, Senhor João Rezende, preste esclarecimentos ao Senado Federal sobre o regime jurídico dos planos de banda larga fixa de internet.

Sala das Sessões, de de .


Senador Blairo Maggi



Página: 4/4 26/04/2016 12:39:05

b162017b6b24e65134b62a577aff793d23224ab





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 311, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Itacoatiara, por seus 142 anos de instituição.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o referido voto ao Prefeito Mamoud Amed Filho, no endereço sito à Rua Dr. Luzardo Ferreira de Melo, nº 2225, Centro, Itacoatiara-AM. CEP 69.100-000; com cópia para a Câmara Municipal de Itacoatiara, localizada à Avenida Parque, nº 1452, Bairro Iraci, Itacoatiara-AM. CEP 69.101-053.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 25 de abril do corrente ano, o município amazonense de Itacoatiara – situado no centro do estado, na microrregião de Itacoatiara - completou 142 anos de fundação.

O termo que deu nome ao município é originário da língua indígena e significa "Pedra Pintada", devido às inscrições gravadas em algumas pedras localizadas no rio Urubu em frente à cidade. Dentre seus habitantes nativos, estavam os povos Muras, Juris, Abacaxis, Anicorés, Aponariás, Cumaxiás, Barés, Jumas, Juquis, Pariguais e Terás.

Embora Itacoatiara esteja completando 142 anos de fundação enquanto município, sua história remete a um período bem mais antigo. Em meados do século XVIII, foi fundado pelo jesuíta Frei João da Silva o primeiro povoamento em território do atual município de Itacoatiara. No entanto, em decorrência dos ataques sofridos por parte dos índios Muras, os habitantes da aldeia foram obrigados a se retirarem para o rio Canumã.

Novamente os Muras passaram a atacar, e desta vez, os habitantes partem para o rio Abacaxis, afluente do Paraná Tupinambarana, onde teve início a aldeia de Abacaxis, administrada pelos padres jesuítas.

2

Mais tarde, mais precisamente no ano de 1759, a então aldeia foi elevada à categoria de vila, passando a se chamar Serpa. Já no ano de 1874, a Velha Serpa recebeu os foros de cidade, passando a denominar-se Itacoatiara.

Itacoatiara foi palco de momentos históricos, e um destes se deu quando a revolução dos cabanos atingiu duramente aquela região, à época do Brasil Imperial.

O município tem grande potencial na agricultura, atividade essa que contribui fortemente com a economia da região e, inclusive, colocou Itacoatiara entre os maiores polos agropecuários do norte do país.

Merece especial destaque a força cultura que Itacoatiara carrega e ajuda difundir, uma vez que o Fecani (Festival da Canção de Itacoatiara) é vitrine para muitos artistas. O festival é um verdadeiro propagador da arte musical do Amazonas.

Portanto, a Velha Serpa é digna que prestemos as devidas homenagens e devemos celebrar juntamente com os itacoatiarenses os 142 anos de fundação de nossa bela Itacoatiara, razão pela qual envio este Voto de Aplauso a essa importante cidade que tanto nos traz orgulho.

Sala das Sessões, de abril de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 312, DE 2016

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, que "Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros", seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, além da Comissão constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, de abril de 2016.

Líder do Governo no Senado

Senador **HUMBERTO COSTA**

(Inclua-se em Ordem do Dia, oportunamente)

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**Projeto de Resolução nº 25/2016****SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 457, DE 2016**

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2016, que *autoriza o Município de Manaus (AM) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de abril de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

ELMANO FÉRRER

ANEXO AO PARECER Nº 457, DE 2016.

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2016

Autoriza o Município de Manaus – AM a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Manaus – AM autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus (Proconfis/Manaus)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Manaus – AM;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – desembolso: US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 585.720.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco milhões,

setecentos e vinte mil reais), sendo que o banco disponibilizará esses recursos em uma única *tranche* e o ente os resgatará em 2 (duas) parcelas anuais, sendo US\$ 82.500.000,00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2016, equivalentes a R\$ 322.146.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões, cento e quarenta e seis mil reais), e US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, equivalentes a R\$ 263.574.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais), convertidos à taxa de câmbio de 3,9048, de 31 de dezembro de 2015;

VI – modalidade: empréstimo na modalidade de apoio às políticas públicas, denominada *Development Policy Loan* (DPL);

VII – opções de conversão: é facultado ao mutuário, com a anuência do fiador, exercer a opção de mudança da moeda do empréstimo e da base da taxa de juros e estipular limites sobre taxa variável ou taxa de referência, aplicáveis a todo ou a parte do montante principal do empréstimo sacado ou não sacado;

VIII – prazo de amortização: 228 (duzentos e vinte e oito) meses;

IX – prazo de carência: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de aprovação do empréstimo pela diretoria do Bird;

X – prazo total: 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – juros: *Libor* de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem variável a ser definida pelo Bird e de atualização cambial da moeda do financiamento;

XII – atualização monetária: variação cambial;

XIII – demais encargos e comissões: taxa inicial de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor do empréstimo e taxa de compromisso de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo do empréstimo não sacado.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Manaus – AM na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Município de Manaus – AM celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Manaus – AM quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Resolução nº 26/2016**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 458, DE 2016**

Redação final do Projeto de
Resolução nº 26, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2016, que *autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de abril de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

ELMANO FÉRRER

ANEXO AO PARECER Nº 458, DE 2016.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 26, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2016

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado (Projeto CAR-FIP)”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

§ 1º Os recursos da operação de crédito a que se refere o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado (Projeto CAR-FIP)”.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito referida no art. 1º são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), atuando como entidade implementadora do Programa de Investimento Florestal (Forest Investment

Program – FIP), com recursos do Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund – SCF);

III – valor total: até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – modalidade: empréstimo em termos concessionais do FIP/SCF;

V – período de desembolso: de 2015 a 2019, de acordo com cronograma previsto pelo Ministério do Meio Ambiente;

VI – carência: 10 (dez) anos, sendo que a primeira amortização está prevista para ocorrer em 15 de dezembro de 2025 e a última em 15 de junho de 2055;

VII – amortização do saldo devedor: 60 (sessenta) parcelas semestrais e consecutivas, sendo as 20 (vinte) primeiras no valor de 1% (um por cento) do montante total do empréstimo e as 40 (quarenta) seguintes no valor de 2% (dois por cento) do montante total do empréstimo, pagas em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano;

VIII – juros aplicáveis: não há cobrança de taxa de juros, por tratar-se de empréstimo em termos concessionais do FIP/SCF;

IX – taxa de serviço: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor, devida em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano, calculada utilizando padrão internacional 30/360 e paga ao Bird.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Resolução nº 27/2016**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº459, DE 2016**

Redação final do Projeto de
Resolução nº 27, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 27, de 2016, que *autoriza o Município de Niterói a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de abril de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

ELMANO FÉRRER

ANEXO AO PARECER Nº 459 , DE 2016.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 27, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2016

Autoriza o Município de Niterói – RJ a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Niterói – RJ autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao “Programa Região Oceânica Sustentável (PRO-Sustentável)”.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Niterói – RJ;
- II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – desembolso: 4 (quatro) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato;
- VI – carência: 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VII – amortização: 16 (dezesseis) parcelas semestrais consecutivas e, preferencialmente, iguais;

VIII – juros: pagos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a taxa anual variável baseada na *Libor* para operações de 6 (seis) meses, mais margem, sendo parte da taxa de juros financiada pelo credor, nos termos contratuais;

IX – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – comissão de financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), calculados sobre o valor total do empréstimo;

XI – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), no momento do primeiro desembolso do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Niterói – RJ na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada a que:

I – o Município de Niterói – RJ celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, por meio de vinculação da participação do Município na arrecadação da União de que trata o art. 159 e das receitas próprias do Município a que se referem os arts. 156 e 158, todos da Constituição Federal, assim como de outras garantias em direito admitidas;

II – seja comprovada a situação de adimplência das obrigações do Município de Niterói – RJ e de suas entidades controladas perante a União;

III – seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Resolução nº 28/2016**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 460, DE 2016**

Redação final do Projeto de Resolução
nº 28, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 2016, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de abril de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

ELMANO FÉRRER

ANEXO AO PARECER Nº 460, DE 2016.

Redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2016

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia (Premar 2 – 2ª Etapa)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Estado da Bahia;
- II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – modalidade: empréstimo com margem variável (*variable spread loan*);

VI – prazo de desembolso: até 4 (quatro) anos, contado a partir da entrada em vigor do contrato;

VII – amortização: 61 (sessenta e uma) prestações semestrais e consecutivas;

VIII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na *Libor* semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem (*spread*) de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento), podendo ser cobrada, adicionalmente, sobretaxa de 0,50% a.a. (cinquenta centésimo por cento ao ano) sobre o montante não amortizado do empréstimo durante o período em que o Brasil permanecer acima do teto de exposição junto ao Bird;

IX – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – comissão de financiamento: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, solicitar ao Bird uma conversão de moeda ou uma conversão de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no *caput* é condicionada a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado da Bahia ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Resolução nº 13/2016**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 461, DE 2016**

Redação final do Projeto de
Resolução nº 13, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 2016, que *reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 22, de 8 de agosto de 2014, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Paraná contrate a operação de crédito externo nela prevista*, consolidando a Emenda nº 1 – CAE, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de abril de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

ELMANO FÉRRER

Redação final do Projeto de Resolução
nº 13, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2016

Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da
Resolução do Senado Federal nº 22, de 8
de agosto de 2014, a fim de possibilitar
ao Estado do Paraná contratar a operação
de crédito externo nela prevista.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É reaberto em 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução, o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 22, de 8 de agosto de 2014.

Art. 2º A operação de crédito externo de que trata a Resolução do Senado Federal nº 22, de 8 de agosto de 2014, deverá ser realizada apenas após a verificação de que os requisitos previstos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, continuam atendidos no momento da contratação.

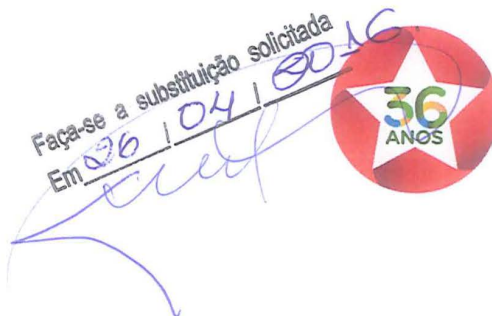
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONGRESSO NACIONAL

Comunicação



Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança



OF nº 181/GAB-LidPT

Brasília - DF, 26 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titular a deputada **MARIA DO ROSÁRIO - PT/RS**, na Medida Provisória nº 712 que "dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus".

Atenciosamente,


Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada

ATA**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*Aprovada na 9ª reunião,
realizada em 26.04.2016.
Publique-se.*

ATA DA 8ª REUNIÃO DE 2016

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião de 2016, realizada em 19 de abril de 2016, terça-feira, às 10h, no Plenário nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva do Representado, Senador Delcídio do Amaral, no âmbito da Representação nº 1, de 2015.

Estiveram presentes os Srs.(as) Senadores(as) membros do Conselho:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PT)

José Pimentel
Lasier Martins e
Paulo Rocha

MAIORIA (PMDB)

João Alberto Souza
Romero Jucá e
Otto Alencar

BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM, PV)

Ataídes Oliveira
Cássio Cunha Lima e
Dalirio Beber

BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Randolfe Rodrigues e
João Capiberibe

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PSC, PTB, PRB)

Douglas Cintra e
Telmário Mota



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 2

19/04/2016

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, de 2016, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, destinada a colher o depoimento do representado, Senador Delcídio do Amaral, em face da Representação nº 1, de 2015.

Inicialmente submeto à deliberação deste Conselho a Ata da 7ª Reunião, de 2016, dispensada a sua leitura.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Informo ao Plenário deste Conselho que a defesa do representado enviou ontem, às 9h55, via *e-mail*, nova petição requerendo deste Conselho as providências a seguir mencionadas: a suspensão desta reunião de oitiva pessoal do representado pelas seguintes razões:

1) que as cópias do Inquérito Policial nº 4.170 ainda não foram trasladadas para o presente feito;

2) que a defesa ainda não foi instada a se manifestar sobre a juntada de tais documentos no prazo de 5 dias, conforme deliberou este Conselho na última reunião;

3) o aditamento que será realizado na denúncia ofertada no bojo do Inquérito Policial nº 4.170 em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, e o adiamento da oitiva do representado para momento posterior aos eventos processuais supramencionados, ressaltando desde logo que o Senador Delcídio do Amaral não abrirá mão de seu direito de ser ouvido por este órgão julgador.

Informo a todos que a cópia da petição apresentada pela defesa se encontra distribuída sobre as bancadas.

Aqui está o requerimento do Sr. Delcídio do Amaral. Eu gostaria que o Relator o lesse e desse sua opinião sobre ele. Em seguida, eu concederei a palavra ao Srs. Senadores presentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Após o Relator já peço inscrição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Após o Relator? Vamos anotar por gentileza: Randolfe, Lasier.

Por gentileza, Sr. Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu queria só fazer uma verificação.

O advogado de defesa está aí? Que levante a mão, por favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É necessário que o advogado se sente à mesa para responder a alguma pergunta?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele pode ficar na plateia mesmo...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. S^a pode vir tomar assento em qualquer cadeira, por gentileza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, vamos ao requerimento do Senador Delcídio.

REPRESENTAÇÃO Nº 1, de 2015



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 3

19/04/2016

[Delcídio do Amaral Gomes, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe por intermédio de seus bastantes procuradores, infrassignatários, vem respeitosamente por esta, e na melhor forma do Direito, perante V. Ex^a expor e requerer o que segue.]

Sr. Presidente, eu queria aqui fazer uma observação. O requerimento do Senador Delcídio, além de estar *on-line*, foi distribuído para cada membro da Comissão.

O fundamento dele é exatamente com base... A defesa entrou com um requerimento anteriormente solicitando que fosse pedida a gravação e cópia dos autos. Esta Casa o acatou e fez uma solicitação ao Supremo Tribunal Federal. Esses documentos não chegaram. Naquela hora, nós demos prazo para eles: a partir da recepção desses documentos, a defesa teria 5 dias para se manifestar.

Agora, em vez de eu ler o requerimento, eu queria que o advogado – passaria ao Dr. Raul Amaral – fizesse uma defesa sucinta para nos dizer qual é o objetivo desse novo requerimento.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Bom dia a todos.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, o requerimento foi formulado justamente com o objetivo de demonstrar que o traslado dos documentos necessários, que materializam a própria Representação, que seria efetivamente, a gravação e a colaboração... A colaboração veio *a posteriori*, mas veio integrar os argumentos para o requerimento de procedência da representação. Esse requerimento foi deferido por esta Comissão justamente para que tanto a defesa quanto a própria representação pudessem dispor de todos os argumentos para formulação dos esclarecimentos necessários a este Conselho.

Este foi um ponto do requerimento sobre o qual, na verdade, por não haver sido concluído o traslado, não poderia a defesa ser ouvida e se manifestar sobre o seu conteúdo.

Outra questão muito importante trazida no requerimento seria a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal a esta representação, que determina que o depoimento do acusado conclui a instrução, razão por que todas as questões prévias e produção probatória antecedem o próprio depoimento do acusado. Isso não só está no Código de Processo Penal como também está na própria Resolução nº 20 deste Conselho, no Código de Ética e Decoro Parlamentar deste Conselho.

O terceiro ponto, que talvez seja um dos mais importantes deste requerimento, é o fato de que a Procuradoria-Geral da República solicitou vista da ação penal para fins de aditamento da denúncia. Esse fato novo modifica substancialmente o conteúdo, e não se sabe qual a finalidade do próprio requerimento da Procuradoria.

Todos esses fatos foram trazidos por esta petição, onde a defesa entende que, para não haver prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, deverá, sim, o Senador ser ouvido já com um conhecimento prévio de toda a produção probatória que foi requerida e deferida neste Conselho.

O Senador, repito – são termos desta petição –, não abre mão de estar aqui esclarecendo, *ipsis litteris*, todas as dúvidas que este Conselho levar quando do seu depoimento.

Portanto, a gente requer o adiamento desta reunião, para que ela ocorra em momento posterior ao traslado dessas peças, para que seja o Senador intimado e a defesa, então, possa se manifestar no prazo deferido por este Conselho.

É este o requerimento que nós fizemos, em síntese, Srs. Senadores.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 4

19/04/2016

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós ouvimos a razão e as motivações do advogado de defesa, Dr. Raul, em função desse novo requerimento.

Eu queria fazer algumas ponderações.

Vocês viram que ele falou que poderão surgir fatos novos no processo. Só que nós não estamos julgando aqui o mérito. Nós não estamos julgando o mérito desse processo aqui. Com a petição inicial que aqui foi apresentada, com essa, sim, nós já temos elementos suficientes para concluir o nosso trabalho.

Entretanto, a Comissão, naquele momento, acatou aquela solicitação, embora a defesa tenha autonomia suficiente para requerer esses documentos e apresentá-los.

Então, não pode esta Comissão ficar aqui... Ela foi aberta e já teve os relatórios iniciais, e nós não podemos ficar esperando o julgamento de um processo do Supremo. Nós não estamos no mérito daquele processo. Estamos julgando aqui o decoro, um Senador que foi preso, e os autos ficaram bem claros.

Outra coisa que eu queria colocar é que o momento probatório já precluiu.

Eu queria dizer mais: chama a minha atenção aqui, Senador Otto, que pediu a palavra – depois vamos passá-la –, que o Senador Delcídio, sempre, nesse intervalo entre um prazo e outro, vai à mídia e faz declarações. No último domingo – ele não pôde vir na semana passada; apresentou atestado –, ele foi ao SBT, no programa Conexão Repórter, e agora quer sair de réu para julgador. Ele quer vir julgar o *impeachment*! Quer dizer, para responder na Comissão, ele não quer vir, mas já quer vir julgar alguém nesta Casa.

Então, diante dos fatos, eu queria fazer um novo requerimento, Sr. Presidente. Quero requerer a dispensa da juntada dos documentados solicitados pela defesa do representado, aceita pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, na 6ª Reunião de 2016 do Colegiado, realizada em 29 de março do corrente ano, conforme os itens 1 e 2 do resultado da referida reunião, que segue anexo. Portanto, peço que indefiramos o requerimento ora apresentado e também que, ao mesmo tempo, nós cancelemos aquela solicitação. Ao mesmo tempo, o que eu quero solicitar? Primeiro, que cancelemos aquela autorização da Comissão, a solicitação dos documentos, que a nós, ao processo, não interessa; que esse requerimento também seja indeferido e que o Senador Delcídio se apresente daqui até a outra terça-feira, dia 26, para fazer a oitiva dele. Ele não vindo, nós temos, de acordo com a resolução, o direito de dispensá-lo. Eu queria propor isso à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, excelsa defesa aqui presente, Srs. Senadores, esta Comissão, este Conselho tem se comportado com toda tolerância para com a defesa e no princípio de assegurar à defesa os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Agora, neste momento, com a devida permissão da defesa aqui presente, veja, está claro que entramos em uma fase em que fica caracterizada a intenção de protelar a decisão deste Conselho.

Veja só, Sr. Presidente, na primeira convocação deste Conselho ao representado, Senador Delcídio do Amaral, na primeira convocação deste Conselho, o representado apresentou atestado, dizendo que não vinha, que não poderia vir, mas, dois dias antes, concedeu uma entrevista presencial ao Jornal Nacional, da Rede Globo – ou seja, não pôde vir, mas, dois dias antes, estava no Jornal Nacional. Na última vez, na segunda



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 5

19/04/2016

tentativa deste Conselho de convocar o representado, mais uma vez ele apresentou aqui um novo atestado médico, dizendo que não poderia vir, mas, dois dias antes também, coincidentemente, no dia 4 de abril, o representado concedeu uma entrevista ao *New York Times*, também em que estava presente, inclusive com direito a foto.

Sr. Presidente, o representado mais uma vez destaca, pela terceira vez consecutiva o representado argui que não pode vir, mas, há exatos dois dias, o representado concedeu entrevista ao jornalista Roberto Cabrini, do SBT. Pasmem as senhoras e o senhores: o representado disse que estaria na sessão de votação do *impeachment* da Presidente da República para votar, inclusive destacando o voto dele, que seria a favor do impedimento da Presidente.

Veja, Sr. Presidente, é a inversão completa da situação, dos valores. O representado se recusa a vir, protela o funcionamento deste Conselho de Ética, mas o representado quer atuar como julgador; quer julgar a Presidente da República! Recusa-se a se defender aqui, mas quer ser julgador na sessão que vai apreciar o impedimento da Presidente da República.

Sr. Presidente, com a devida permissão da defesa, mas aqui já está faltando um pouco – para ser eufêmico – o respeito para com este Conselho de Ética.

Eu tenho tido toda a tolerância com a defesa, tenho arguido aqui e ponderado nas nossas reuniões prévias, a necessidade de acatar, inclusive, os requerimentos da defesa. O último, inclusive, foi por nós aqui defendido. Mas agora, parece-me, não é aceitável este Conselho estar funcionando regularmente, o representado conceder depoimentos e entrevistas à imprensa, em paralelo a este Conselho, e não vir aqui. Não é exequível, não tem razoabilidade este encaminhamento.

Sr. Presidente, o processo de impedimento da Presidente da República na Câmara dos Deputados tem uma grave nódoa: aquele processo ser conduzido por um réu do Supremo Tribunal Federal, que é o Sr. Eduardo Cunha. Isso foi destacado na sessão de domingo. Nós não podemos, inclusive, correr esse risco aqui no Senado. Não acho aceitável igualar o Senado às cenas absurdas a que nós assistimos na Câmara dos Deputados. O que me parece é que o representado aqui, neste caso, assim quer proceder, assim quer encaminhar.

Diante disso, Sr. Presidente, eu quero apoiar a posição do Relator para nós indeferirmos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... esse requerimento da defesa e, tão logo possível, arguirmos mais uma vez, oportunizarmos mais uma vez a possibilidade de o representado vir. Não vindo, ato contínuo, passemos para as alegações finais. E o Sr. Relator, com base na exordial, na representação que aqui movemos e com a defesa que foi já apresentada aqui a este Conselho, proferirá seu relatório e encaminharemos este procedimento, se assim for o parecer deste Conselho, à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Senador Telmário Mota tem que presidir outra reunião. Eu queria perguntar a V. Ex^{as} se votaríamos logo os dois requerimentos e depois passaríamos a palavra a todos os Srs. Senadores, inclusive para marcarmos a próxima reunião. Daqui para a frente, nós continuaríamos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu acho que esta reunião é muito importante.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 6

19/04/2016

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu sei que é.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Telmário vai presidir outra reunião, mas eu acho que esta tem que ter uma definição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sim, tem, e os dois requerimentos estão dando a definição.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concordo com o que falou o Senador Randolfe Rodrigues. Eu assisti à sessão da Câmara. Por 43 vezes, o Presidente da Câmara Eduardo Cunha foi chamado de gangster, ladrão, corrupto, e apenas ria.

Eu nunca pensei, na minha vida, conviver num Colegiado em que as pessoas pudessem ter tanto cinismo. É o caso, por exemplo, agora, do que falou o Senador Randolfe Rodrigues. O Senador Delcídio está dando entrevista, ele já se colocou contra... a favor do impedimento da Presidência, do Governo que ele defendeu como Líder! É uma geleia geral! É uma coisa assim...

Eu vejo que tanto Eduardo Cunha, como Delcídio, como outros tantos que são réus – e são 50 réus que estão na Câmara Federal –, esperam, talvez, o que se está anunciando na Câmara: se o Michel Temer for Presidente, salvar essa corporação toda de réus que existe aí, na Câmara, e também o caso do Senador aqui, uma corporação, todos eles já indiciados em crimes de várias naturezas. E o que se anuncia é isto, que se, por acaso, o Vice-Presidente chegar ao poder, vai fazer essa assepsia geral nos réus aqui da Câmara Federal.

Diz-se, inclusive, que esse caso da delação do Senador Delcídio em acusar, agora, como está acusando, de forma aguda, o Governo que ele defendeu... E isso me chama muita atenção, como é que o Governo colocou Delcídio para ser Líder do Governo sem conhecer sua história? Acho até que o Governo devia conhecer a história dele, como muitas pessoas hoje já sabem.

Na verdade, a delação dele é uma confissão de crime, a gravação do Bernardo Cerveró é outra confissão de crime. Ele quebrou a ética completamente, foi preso pelo Supremo Tribunal Federal, dizendo que era amigo dos Ministros do Supremo, que ia falar com um e com outro para libertar o Cerveró e dar-lhe fuga.

Na minha opinião, ele deveria inclusive renunciar ao mandato dele, sair. Não é possível que ele vai ter coragem de encarar os Senadores aqui. Seria muita desfaçatez da parte dele fazer um acordo. Ele devia sair desse processo, ficar livre disso, de um problema dessa natureza.

O que se diz aí é que a delação, a acusação agora contra a Presidente Dilma... Eu não estou aqui defendendo a Presidente Dilma, absolutamente, não sou advogado de defesa de Governo, de jeito nenhum. Agora, se diz aí que ele está incluído no meio desses réus que poderão ser, amanhã, anistiados pela força política do Presidente, se vier a assumir, do Vice-Presidente Michel Temer. Eu acho que não, porque eu não quero colocar nenhuma nódoa aqui na história do Vice-Presidente Michel Temer. Tenho o maior respeito por ele como tenho por todos. Mas o que se fala é isto: que vai haver uma assepsia geral. Vai-se fazer uma limpeza geral através do Poder Executivo, se for assumido, lá na frente, pelo Vice-Presidente da República, e o Delcídio estaria incluído nessa lista de réus que podem ser absolvidos. Mas, no caso do Delcídio do Amaral, foi preso por determinação do Supremo Tribunal Federal, preso porque disse – textualmente disse! – que ia conversar com o ministro A, B ou C.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 7

19/04/2016

Que República é esta em que estamos vivendo? Que Senado é este em que nós estamos vivendo? Que Conselho de Ética é esta que não pode dar uma definição, quando ele está dando entrevistas em rádio, televisão, montando em moto, passeando e debochando de nós Senadores que estamos aqui no Conselho?

Concordo plenamente com o Senador Randolfe Rodrigues e, mais ainda, com a veemência e a indignação do Senador Lasier Martins na sessão anterior, quando ele quis que fosse logo feito esse julgamento aqui, porque provas, quebra de decoro parlamentar, falta de ética não sobram nessa questão, é o que eu digo aqui, do ex-Senador Delcídio do Amaral. Não quero mais ser o colega dele aqui no Senado em hipótese nenhuma! Em hipótese nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Srs. Senadores, a votação dos requerimentos não impede que continuemos as discussões. Eu gostaria de votar os requerimentos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E os requerimentos são rápidos. Dentro de cinco minutos votamos. Se não aceitarem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas eu estou inscrito, Presidente. Inclusive o meu estimadíssimo Senador Otto, numa bela argumentação à qual eu adiro completamente, falou um pouquinho antes. A minha manifestação é relativamente curta também.

O que eu quero dizer, Presidente João Alberto, Vice-Presidente Paulo Rocha, Sr. Relator Telmário e meus colegas, é que esse processo disciplinar está indo longe demais, está nos criando um enorme desconforto e numa época em que os Parlamentares, o Congresso Nacional, não têm muita simpatia popular. As pesquisas têm mostrado isso. Nós temos que mostrar que estamos numa época de recuperação, de reabilitação do conceito deste Congresso. E devemos começar pelo Senado e muito mais pela Comissão de Ética, que está sendo abusada neste caso muito simples, um caso muito claro, um caso que advém de um fato rumorosíssimo conhecido de toda a população brasileira, porque os jornais, as televisões, as rádios divulgaram tudo. Foi quando houve aquela entrevista do Sr. Bernardo Cerveró procurando proteger o seu pai, que está preso e para o qual se articulava uma fuga para o exterior. O fato é por demais conhecido. Delcídio falou e não contestou o que disse. Isso está nos autos, isso está no documento autenticado, referendado pelo Supremo Tribunal Federal, que mandou prender o Sr. Delcídio, que esteve preso por bastante tempo.

Então, por que vamos perder mais tempo com filigranas, com ações visivelmente procrastinatórias? Não tem mais sentido isso. O depoimento pessoal do acusado é algo facultativo pelo nosso Código de Ética, art. 17. Mas nós não queremos, não interessa ouvi-lo porque tudo está comprovado nos autos. Basta constar nos autos esse documento que veio do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, Presidente, não concordemos. Não sejam ainda tão complacentes com essa protelação. Vamos julgar isso e vamos nos livrar logo da suspeita, da pecha de que, aqui, tudo vai conforme a vontade dos acusados. Basta o que está acontecendo na Câmara dos Deputados. Vamos decidir isso, vamos dar o bom exemplo, de que esta Comissão de Ética é eficiente, é eficaz, é responsável, porque nós já estamos caindo no descrédito.

E concordo com o que disseram também o Senador Randolfe e o Senador Otto. Não vamos permitir que compareça ao julgamento da Presidente da República alguém



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 8

19/04/2016

que é réu, que está no Supremo Tribunal Federal, que tenha saído da prisão para votar. Não é possível! E estão nos arrastando para isso.

Então, que se suspenda e se indefira qualquer outra prova e se dê por encerrada a instrução.

É o meu voto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadores, eu insisto em querer votar os requerimentos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas é muito rápido, Sr. Presidente. Mais dez ou quinze minutos. É muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, esse relatório é altamente técnico, e o Relator Telmário o trouxe a este Plenário há aproximadamente 30 dias com muita sabedoria. Muito bem elaborado o relatório do Senador Telmário, e eu percebo que o Relator deu ao Senador Delcídio do Amaral ampla defesa, inclusive ao contraditório. Hoje, aqui, o Relator inclusive abriu a fala ao representante do Senador Delcídio, Dr. Raul, coisa que, na verdade, nem se faz.

Portanto, Sr. Presidente, quando se iniciou o processo de admissibilidade desta representação aqui neste plenário, o rito foi devidamente cumprido: o prazo para o Relator apresentar seu relatório, o prazo para o Senador Delcídio apresentar a sua defesa prévia. Enfim, repito: o Senador Delcídio teve direito amplo de defesa, inclusive ao contraditório.

E, aqui, Sr. Presidente, existem indícios, conforme disseram os Senadores Otto e Lasier, bastante contundentes de que o Senador Delcídio do Amaral abusou de suas prerrogativas como membro do Conselho Nacional, tentou obter vantagem indevida por meios ilícitos e praticou irregularidades gravíssimas e contundentes no desempenho de seu mandato, conforme previsto no art. 55, inciso II, §1º, da Constituição Federal, art. 32, §1º do RISF e art. 5º, inciso III, da Resolução nº 20, que baliza todo o Conselho de Ética, de 1993, do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, eu percebo que nós devemos, então, rejeitar este requerimento hoje, neste momento, e devemos... Acredito que o Relator deve... porque o Senador Delcídio não deverá realmente vir a este plenário. Eu sinto isso. O que está acontecendo é uma manobra para procrastinar este Conselho, e a nossa situação fica muito delicada. Eu até confesso que, se assim permanecer, que eu não acredito que venha a continuar, eu peço a minha renúncia daqui. Eu não estou aqui para fazer papel de palhaço. Eu não estou aqui para ser mais um para apresentar desta forma...

Eu espero que o Relator, na próxima reunião, leia o seu relatório final e abra o prazo de três dias para que o Senador Delcídio do Amaral apresente a sua defesa final, e que nós possamos, Sr. Presidente, imagino, na primeira semana do mês seguinte, de maio, aprovar este relatório final do Relator, cassando os direitos do mandato do Senador Delcídio do Amaral.

É assim que penso, é assim que eu acredito que este Conselho de Ética deve agir. Não dá para continuarmos fazendo de conta.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 9

19/04/2016

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Relator pede a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, antes de passar para o nobre Senador Capiberibe, eu só queria passar algumas informações.

A documentação que nós temos aqui, por exemplo, é a degravação e a delação, elemento suficiente que estamos apurando.

Na próxima semana, vamos fazer as alegações finais para, aí sim, concluir o nosso relatório e oitiva do Senador. Queria só fazer um registro: a licença médica do Senador Delcídio já terminou dia 15. Se ele quisesse, hoje poderia estar aqui, como esteve no SBT.

Só a título de passarmos essas informações.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Senador João Capiberibe. Depois, Dr. Raul, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao advogado. Eu gostaria de perguntar ao advogado, Sr. Presidente, se ele tem conhecimento da gravação e também da delação do Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Sr. Advogado poderia responder, por gentileza, ao Senador João Capiberibe?

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Srs. Senadores, a gravação foi levada a conhecimento nas mídias, mas não efetivamente aquela gravação, aquela mídia que consta da ação penal, assim como também o processo de colaboração que surgiu *a posteriori*.

Dessa forma, a defesa insiste, *data venia*, com respeito a esta Comissão, insiste na produção de uma prova que foi deferida nesta Comissão, prova esta que vai definir e espantar todas as dúvidas, Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Dúvidas? Dúvidas de que, meu amigo? A voz não era do Delcídio, não?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar, por gentileza, Senador.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – ... todas as dúvidas acerca da extensão da colaboração. Eu tenho absoluta certeza de que nenhum dos senhores – nem eu – pode definir com precisão a extensão dessa colaboração, porque ela não veio trasladada do Supremo, com respeito, Sr. Senador, nenhum! E este foi o requerimento da defesa: que viesse a esta Comissão o documento que efetivamente, tantas vezes citado aqui, esclarece de a a z os limites dessa colaboração.

Só para concluir a minha fala, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu queria só lembrar ao Sr. Advogado que estamos aqui julgando ética e decoro.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Sim, Sr. Presidente, eu só queria pontuar que o requerimento de produção dessa prova é um requerimento da defesa deferido aqui.

Então, só para melhor compreensão, a vinda do Senador Delcídio para prestar este depoimento é uma garantia constitucional de sua presença. O requerimento foi feito e foi



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 10

19/04/2016

deferido. Eu gostaria de entender esse novo requerimento, Sr. Relator, para verificar se está mantida a produção dessa prova requerida deferida por esta seção.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a resposta...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como Relator, antes, para fortalecer sua pergunta, que acho que foi...

Nós não estamos aqui julgando...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Estou satisfeito com a resposta e estou pronto para votar o requerimento. Ele respondeu que conhece, que a sociedade brasileira inteira conhece, todos os Senadores conhecem, não falta mais nada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nesta Casa não está para ser julgado nada *a posteriori*. Nós estamos julgando aqui o ato que gerou a petição inicial.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vamos votar os requerimentos.

Primeiro requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9, de 2016

Dispensa da juntada da documentação referente ao Inquérito nº 4.170, aprovado à sexta reunião deste Conselho.

Autoria: Telmário Mota

Em votação

Aqueles Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo.

Petição apresentada pela defesa do representado solicitando a suspensão de seu depoimento no Conselho e posterior designação, como última oportunidade, a suspensão do seu depoimento no Conselho e posterior designação de uma nova sessão.

Suspende petição apresentada pela defesa do representado, solicitando a suspensão de seu depoimento no Conselho.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Esse é o requerimento que foi distribuído por último, que ele está pedindo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos fazer nominal, Sr. Presidente, para que não haja dúvidas depois?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos fazer nominal.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Relator, seria o não acolhimento pleno do requerimento de hoje? É isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Exatamente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 11

19/04/2016

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Então, é o não acolhimento do requerimento. Não tem nada a ver com o comparecimento ou não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É o não acolhimento do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só quanto à votação nominal... Quem rejeita levanta a mão e está identificado. Então, se todo mundo... Fica acatado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Unanimidade. Terceiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, é só para registrar na ata.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está aprovada a rejeição, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Aprovada a rejeição.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) –

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2016

Designação como última oportunidade de reunião para que o representado preste o seu depoimento: dia 26/04, às 14h30.

Sr. Relator, por gentileza, o requerimento é de V. Ex^a. Como foi feito aqui à Mesa, ele não tem os detalhes. Designação, como última oportunidade, de reunião para que o representado preste o seu depoimento no dia 26.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Requeiro a convocação do representado, Senador Delcídio do Amaral, para prestar depoimento pessoal na 9ª Reunião de 2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal a ser realizada no dia 26 de abril de 2016, às 14h30. Não sendo possível o seu comparecimento pessoal, como já aprovado por este Colegiado, aceita-se a tomada de seu depoimento por meio de videoconferência, formação de uma comissão de Senadores membros deste Colegiado para colher o seu depoimento onde quer que ele se encontre e recebimento de suas considerações, em face da Representação nº 1, de 2015, por escrito por meio de seus procuradores.

Esse é o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu queria mais um esclarecimento de V. Ex^a. E se ele não vier?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele não vindo nesse dia, nós vamos obedecer à Resolução nº 20, art. 17-B, que diz o seguinte: "O Conselho poderá convocar o representado ou denunciado para prestar depoimento pessoal." Como



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 12

19/04/2016

nós já oportunizamos por diversas vezes, como insistimos – hoje mesmo, ele poderia estar aqui, pois ele está de licença –, esse é o prazo que nós estamos dando. Como o artigo diz que "o Conselho poderá", se, na próxima terça-feira, ele não vier, nós vamos dar continuidade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, o meu voto é pela não concessão de novo prazo. Nós já demos oportunidades demasiadas. Chega. O que nós queremos ouvir do acusado? Eu não tenho nada para perguntar. Então, eu sou contra a oferta de nova reunião. Chega de reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Exª diverge do requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Divirjo. Sou contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E os outros Senadores?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, como bem disse o Senador Lasier, nós não podemos ficar aqui aguardando a boa vontade do Senador Delcídio do Amaral. Nós não podemos! O direito da ampla defesa e do contraditório já foi dado a ele. O que eu gostaria é que, no dia 26 próximo, agora, nós votássemos o relatório final do Relator Telmário. Então, eu sou contra um novo prazo ao Senador Delcídio. Ele já teve todo o direito à defesa e ao contraditório e não o fez, porque é cômodo a ele. Vamos lá, Sr. Presidente. Vamos tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Senador Randolfe pediu a palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, mesmo oralmente, queria apresentar um requerimento de dispensa da oitiva, isso porque já ficou caracterizada a necessidade em três oportunidades. Por três vezes, convocamos o representado; ele, por diversas razões, justificou que não poderia estar presente.

Paralelamente a isso, publicamente, apareceu, concedendo entrevistas. Hoje, foi uma dessas oportunidades, inclusive, em que ele, mais uma vez, dois dias antes, concede entrevista a um veículo de comunicação.

Então, o requerimento verbal que faço à Mesa e ao Relator é no seguinte sentido: a dispensa da oitiva, junte-se à instrução a exordial proposta pela Rede e pelo PPS, o contraditório que a defesa já apresentou, para que o relator possa, na próxima reunião, já apresentar o seu parecer.

É o requerimento e encaminhamento que faço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Exª que providenciasse, para que constasse dos autos e do relatório, todas as provas do comparecimento do Senador Delcídio do Amaral aos órgãos que ele visitou – ele deu entrevista na Rede Globo, no Jornal Nacional; andou de moto, para acrescentar que ele estava com todas as condições de comparecer; agora, deu uma declaração, dizendo que vem votar contra o impedimento da Presidente Dilma aqui.

Então, era importante que se colocassem essas provas, para mostrar que ele está apto a vir a esta Casa. Ele não quer comparecer aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Otto Alencar, só a título de informação, já fiz um requerimento nesse sentido. Ele já foi aprovado, exceto essa última manifestação, que também vai constar do seu requerimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 13

19/04/2016

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Dr. Raul, por gentileza, advogado do Senador Delcídio do Amaral.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Já manifestando a defesa por um requerimento, o que motivou essa petição?

Essa petição, que foi ingressada ontem, motivou a seguinte compreensão: a compreensão de que, primeiro, as provas viriam aos autos e de que, depois, o Senador seria convocado para prestar o depoimento, com o traslado das provas do Supremo, que foi deferido.

Tendo em vista que este requerimento já foi aprovado de dispensa dessas provas, questão de que a defesa discorda, mas, enfim, foi aprovada aqui, queria apresentar um requerimento no sentido de que, tendo em vista esta situação de o Senador se manifestar sobre as provas previamente nos autos não ser mais possível, que o Senador, então, se compromete, agora, pela defesa, a estar na próxima terça-feira aqui – este é o requerimento: estar na próxima terça-feira aqui –, já com o conhecimento de que as provas, pela defesa solicitadas, não foram trasladadas, nem estarão nesse processo possivelmente.

Esse é o requerimento que a defesa faz, Sr. Presidente, em benefício da ampla defesa e do contraditório.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há o requerimento do Senador Randolfe, que foi oral, que ele vai depois...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só a título de informação, o requerimento do Dr. Raul coincide com o meu. O meu requerimento, neste momento, está sendo rejeitado aparentemente. Faltam a votação dos Senadores Otto Alencar, Cássio Cunha Lima e Dário Berger. Faltam os três se manifestarem.

Só a título de informação, como o Senador Cássio estava em outra atribuição, entrei com um requerimento, solicitando o seguinte. Vou ler o requerimento novamente.

Requeiro a convocação do representado, Sr. Delcídio do Amaral, para prestar depoimento pessoal na 9ª Reunião, de 2016, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, a ser realizado no dia 26 de abril de 2016 às 14h30.

Não sendo possível o seu comparecimento pessoal, como já aprovado por este Colegiado, aceita-se a tomada do seu depoimento, por meio de videoconferência, a formação de Senadores, membros deste Colegiado, para colher o seu depoimento, onde quer que ele se encontre, e o recebimento de suas considerações, em face da Representação nº 01, de 2015, por escrito, por meio de seus procuradores.

Tivemos duas votações contrárias dos Senadores Lasier Martins, Capiberibe e Ataídes de Oliveira. Faltam as votações dos demais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Senador Ataídes pediu a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 14

19/04/2016

Sugiro também ao nobre Relator Telmário que, hoje, nesta reunião, já solicite, já que estamos com a presença do representante, defensor do Senador Delcídio do Amaral, que ele já apresente a sua defesa final.

Já poderíamos abrir prazo. Sugiro a V. Ex^a, Sr. Relator, que abra prazo para o Senador Delcídio do Amaral já apresentar a sua defesa final.

Era só esse registro que gostaria de fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rápido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só um encaminhamento que queria fazer, para que possamos suspender a reunião por cinco minutos, com a finalidade de trocarmos uma ideia sobre esse requerimento da defesa, sentarmos aqui e tentarmos construir um acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Os Senadores concordam que suspendamos a reunião, para que tenhamos uma conversa?

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, sou membro suplente desta Comissão. Tenho inclusive de me dirigir à Presidência, onde o Colégio de Líderes estará reunido, para iniciar o processo de discussão sobre o rito do *impeachment* no Senado.

Portanto, peço vênica antecipada se porventura cometer alguma impropriedade. Mas acabo de ouvir o Dr. Raul, advogado do Senador Delcídio, apresentando um requerimento, para que o Senador Delcídio seja escutado ou ouvido por esta Comissão nesta próxima terça-feira.

Estou errado, Dr. Raul?

Não vejo como esta Comissão pode negar a um Senador da República, que está em julgamento o direito... Ele pode até ter faltado quantas vezes forem. Não vou abrir mão. Sou advogado por formação. Tenho um juízo formado em relação a esse processo, mas esta Comissão negar o direito ao Senador Delcídio do Amaral que requer o direito à presença nesta terça-feira me parece um absurdo. A classificação é essa.

Pelo que entendi, transcrições realizadas pelo Senador estavam sendo aguardadas pela Comissão; a Comissão não recebeu essa documentação. Na dinâmica do processo de instauração, estamos num período de instrução probatória, o investigado, o réu, nesta Comissão, se assim possamos denominar – não é propriamente esta a denominação, mas é o investigado – pede para comparecer na próxima terça-feira.

E esta Comissão vai negar o direito ao Senador Delcídio do Amaral de comparecer a esta Comissão para prestar o seu depoimento? Quero ponderar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, para que possamos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a pode votar, porque estamos em processo de votação.

Já votaram quatro Srs. Senadores.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Então, voto favoravelmente ao requerimento da defesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a vota com o Relator?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – No caso, então, com o Relator, para que o Senador Delcídio possa estar na terça-feira.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 15

19/04/2016

E faço um apelo aos Senadores Ataídes e Otto Alencar, para que esta Comissão não negue ao Senador Delcídio o direito de prestar um depoimento.

Não é possível que num Estado democrático de direito alguém que esteja investigado, que, por várias razões, não compareceu – é fato; não vamos discutir isso –, mas agora está, por seu advogado, dizendo "na próxima terça-feira, pretendo e desejo ter o direito de prestar o meu depoimento na Comissão".

Vamos negar esse direito ao Senador Delcídio?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pela primeira vez, existe a iniciativa por parte do advogado, que representa os interesses do Senador Delcídio, de solicitar, ou seja, de requerer e estabelecer dia e horário em que compareceria o Senador para fazer o seu requerimento.

Apenas gostaria de consultar o Relator, Senador Telmário Mota, como lá existem duas outras condicionantes ou duas eventuais possibilidades, que essas ficassem totalmente eliminadas, ou seja, a de abrir uma Comissão para ir a São Paulo e a de fazer uma teleconferência, porque o depoimento, segundo o requerimento do representante, do advogado, do Dr. Raul, é no sentido de que haja a presença dele neste local.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, V. Exª é muito equânime em suas decisões. Isso é peculiar a V. Exª. É o nosso Líder.

O que vejo aqui, Senador Cássio, é que o direito à ampla defesa e ao contraditório, concedido já ao Senador Delcídio, já por três o convocamos para vir aqui...

O sentimento que particularmente tenho é o de que o Senador Delcídio, lamentavelmente, está procrastinando o andamento desta Comissão, mas conforme bem V. Exª colocou, Senador Cássio, eu mudo o meu voto e acho que nós devemos, sim, dar mais uma oportunidade ao Senador Delcídio. Eu espero que ele não brinque com os seus colegas e que venha aqui realmente, na próxima semana, no dia 26, fazer a sua defesa pessoalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente eu...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... pondere, à luz do encaminhamento que foi feito pela defesa, com o compromisso firmado e público aqui, presente na ata e nas notas taquigráficas, de que o Senador Delcídio estará aqui, na próxima terça-feira, na próxima convocação, à luz dessa ponderação, eu declino do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Excelência, desde o início, eu acusei o sentido procrastinatório desse processo. Inclusive, as provas requeridas deveriam ter sido providenciadas pela defesa e não o foram. Mas eu não vou discordar dos companheiros. Até vejo o sentido humanitário do requerimento do Senador Cássio. Mantenho certo descrédito de que o Senador Delcídio venha aqui, mas, se não vier, vai ser uma espécie de corolário, uma derradeira escaramuça, que deverá dar por encerrado o nosso processo. Então, eu concordo que o Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Senador Randolfe retirou o requerimento.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 16

19/04/2016

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria a palavra. Eu queria só perguntar ao advogado do Senador se ele garante que o Senador não vai apresentar outro atestado médico, porque já apresentou dois. Ele não tem problema para dar entrevista em televisão, pegar a moto, sair pela rua e aí traz atestado médico. V. S^a garante isso?

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Nas condições atuais do Senador, o requerimento foi no sentido de que...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu perguntei e quero que o senhor responda sim ou não. O senhor garante que ele não vai apresentar outro atestado médico? O senhor garante?

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Senador, se amanhã acontece um infortúnio e o Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, já sei que vai ser um atestado médico novo.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Não, em absoluto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu falei que eu não acredito na vinda. Vai surgir mais um pretexto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não acredito, não. Já são dois atestados médicos. Inclusive, o primeiro foi um problema, um código, um CID de distúrbio de neurovegetativo, mas, no outro dia, ele estava de moto. Então, esse distúrbio neurovegetativo deu para não vir aqui, mas deu para pegar a moto.

Eu quero perguntar se o senhor garante que ele não vai apresentar um novo atestado médico, se não vai, por exemplo, fazer uma cirurgia plástica, pintar o cabelo ou uma coisa dessa natureza.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Senador, Srs. Senadores, o requerimento é de boa-fé, e de boa-fé eu represento o Senador Delcídio do Amaral, que está declarando que estará presente aqui, na próxima reunião. Se efetivamente acontecer um acidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a tem comunicação com ele agora?

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Eu não estava com ele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Para V. Ex^a dizer dia 26, houve alguma comunicação para marcar essa data?

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Não, eu estou falando em nome da defesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu solicito que seja registrado, na ata desta reunião, que, a pedido da defesa – destaque-se isso –, o Conselho reconsiderou e acordou em ouvir o Senador Delcídio, na próxima reunião que o Relator marcar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Nós temos um relatório...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me. E que, se estiver...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Que o requerimento conste também da ata e dos autos desta reunião do Conselho.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só a título de balizamento, na reta final aqui, como todo mundo já falou, o que vai se votar agora? O



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 17

19/04/2016

Senador... Nós tínhamos dois requerimentos, um que era suspensão da oitiva e foi retirado. O requerimento que vai ser votado agora – o meu eu retirei – e vai ficar só o do advogado de defesa, comprometendo-se, pedindo que o Senador Delcídio quer estar aqui, no dia 26. Bote em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não. Dr. Raul, V. S^a, como advogado da defesa, teria que fazer por escrito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Já está por escrito? Onde? Já pedindo... Eu gostaria de ler. Já está pronto?

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Fizeram por mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Leia, por gentileza.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Eu teria uma modificação aqui, no requerimento. O requerimento é no sentido de ainda insistir na produção de provas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – Calma, calma! Eu vou chegar lá. Ainda insistir na produção de provas, mas declarar oficialmente que o Senador pretende estar aqui na próxima terça-feira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – E se amanhã ele for atropelado, Sr. Senador, por exemplo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Peça para ficar em casa e não sair de casa, doutor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como ele está colocando peça nova, querendo mais provas, eu queria que se atentasse para isto: vamos colocar em votação o requerimento dele, se se aprova ou não se aprova.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nos termos em que foi lido, não. Só se ele garantir que vem aqui. Se ele pretende vir aqui, de jeito nenhum. Ele já mudou o requerimento dele, modificou. Certamente o chefe dele ligou para ele e mandou mudar o requerimento, dizendo que ele pretende vir aqui. Essa é uma desmoralização para o Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu quero saber dos Srs. Senadores que decisão vão tomar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Depende do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu sugiro, Presidente, que o nobre advogado faça agora um requerimento manuscrito, comprometendo-se a trazer o acusado na próxima reunião. Só isso. Bem simples.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, acho que, no debate, ficou assentado que se aceitaria o requerimento no que diz respeito ao comparecimento do Senador. Nenhuma coisa a mais.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mas ele mudou, o advogado mudou. Ele disse que pretende.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 18

19/04/2016

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Trata-se, Senador Telmário, de ajudar. Foi debatido aqui única e exclusivamente o atendimento ao pedido, ao requerimento que a Comissão permitisse o colhimento do depoimento pessoal do Senador no dia 26, terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O requerimento do Senador Randolfe Rodrigues foi retirado, em função da presença do Senador Delcídio do Amaral no dia 26. Agora, eu queria saber como é que fica, porque nós temos agora só um requerimento, uma vez que o Relator retirou o dele. Como é que fica agora?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu peço a V. Exª que ouça de novo o ilustre advogado...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O requerimento? Para ele ler o requerimento?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Que ele leia o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, vamos ouvir o requerimento. Vamos ouvir o requerimento de V. Sª, Dr. Raul.

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – O meu requerimento é no sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que seja deferido o depoimento do Senador na próxima terça-feira, no dia 26, na hora determinada por este Conselho. Esse é o requerimento. Essa garantia já faz parte do requerimento que eu acabo de fazer, que a defesa acaba de fazer.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está correto, Sr. Presidente. Esse requerimento, sim. Vamos, então, colocar em votação. Esse, sim. Vamos dar mais esta oportunidade ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, em votação. Eu gostaria que V. Sª me redigisse.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Já está oral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A taquigrafia aqui anotou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu queria só perguntar à defesa se é possível vazar o requerimento nos seguintes termos:

Requeiro a convocação do representado, Senador Delcídio do Amaral, para prestar depoimento pessoal na 9ª Reunião de 2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, a ser realizada no dia 26 de abril, de 2016, às 14h30.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, com todo o respeito, o requerimento dele preenche. Vamos votar o requerimento dele. Está oral, está na taquigrafia para ele assinar. Vamos votar. É importante.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vamos votar?

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 19

19/04/2016

Cumprida a finalidade da presente reunião, convoco o Conselho para a nossa 9ª Reunião.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente. Sugiro que a Presidência da Comissão informe ao Supremo todo este...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Andamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... sim, este andamento e também as faltas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... as ausências do Senador Delcídio e que dispense as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Foi aceita a sugestão de V. Ex^a.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 20
19/04/2016

DOCUMENTOS DA 8ª REUNIÃO DO CEDP

1. Lista de Presença das Senhoras e Senhores Membros do Conselho;
2. Cópia do Requerimento CEDP nº 9, de 2016, de autoria do Relator da Representação nº 1, de 2015, Senador Telmário Mota, solicitando a dispensa da juntada dos documentos solicitados pela Defesa do Representado, aceita pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal na 6ª Reunião do Colegiado, com anexos. (Aprovado. À publicação)
3. Cópia do Requerimento CEDP nº 10, de 2016, de autoria do Relator da Representação nº 1, de 2015, Senador Telmário Mota, solicitando a convocação do Representado para prestar depoimento pessoal perante o Conselho no dia 26 de abril de 2016, às 14h30. (Retirado); e,
4. Cópia do Requerimento CEDP nº 11, de 2016 (oral, levado a termo por meio das notas taquigráficas), de autoria do Advogado de Defesa, Dr. Raul Amaral Júnior, solicitando seja deferida a oportunidade de depoimento pessoal do Representado, perante o Conselho, no dia 26 de abril de 2016, às 10 horas. (Aprovado. À publicação).



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Reunião: 8ª Reunião do CEDP

Data: 19 de abril de 2016 (terça-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - CEDP

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Regina Sousa (PT)	2. VAGO
Lasier Martins (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. VAGO
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Omar Aziz (PSD)
Romero Jucá (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (DEM, PSDB, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. Ricardo Franco (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Randolfe Rodrigues (REDE)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
João Capiberibe (PSB)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Moderador (PTC, PR, PSC, PTB, PRB)	
Douglas Cintra (PTB)	1. VAGO
Telmário Mota (PDT)	2. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	1. VAGO

REQUERIMENTO CEDP 09, DE 2016

Publique-se.
je

Requeiro a dispensa da juntada dos documentos solicitados pela defesa do Representado, aceita pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal na 6ª reunião de 2016 do Colegiado, realizada em 29 de março do corrente ano, conforme Itens 1 e 2 do Resultado da referida reunião, que segue anexo.

Sala do Conselho, em 19 de abril de 2016.

Senador Telmário Mota
Relator





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 29 de março de 2016
(terça-feira)
às 14h30

RESULTADO
6ª Reunião

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - CEDP

	Oitiva de testemunhas
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Oitiva de testemunhas

Finalidade:

Oitiva de testemunhas, nos termos do Requerimento CEDP nº 5, de 2016.

Anexos do Resultado

[Petição da defesa do Representado](#)

Resultado: A oitiva das testemunhas foi dispensada por deliberação do Conselho.

Foram aprovados dois pedidos da defesa do Representado:

1. Oficiar ao Supremo Tribunal Federal para que seja trasladada cópia integral dos autos do Inquérito nº 4170, com autenticação magnética da mídia original da gravação encartada aos autos;
2. Oficiar ao STF a fim de que seja trasladada cópia integral dos autos do Inquérito nº 4170.

Foram indeferidos por deliberação do Conselho os seguintes pedidos da defesa do Representado:

1. Suspensão da tramitação da Representação nº 1, de 2015 até o término da licença médica do Representado;
2. Adiar o oitiva de testemunhas, tendo em vista que duas delas (Edson Ribeiro e Diogo Ferreira) dependem de requerimento mediante ofício ao STF;
3. Abertura de novo prazo à defesa para apresentação do rol de testemunhas;
4. Solicitação de prova pericial sobre a mídia de gravação;
5. Abertura de prazo à defesa para apresentação de quesitos sobre a perícia; e
6. Abertura de prazo à defesa para indicação de assistente técnico sobre a perícia a ser realizada.

Está convocada a 7ª reunião de 2016, a realizar-se em 7 de abril, às 10h, com a finalidade de colher o depoimento pessoal do Representado.

REQUERIMENTO CEDP Nº 10, DE 2016

RETIRADO

Publicado

Em 19/4/2016

João Pedro de Souza Lobo Caetano

Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Requeiro a convocação do Representado, Senador Delcídio do Amaral, para prestar depoimento pessoal na 9ª reunião de 2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, a ser realizada no dia 26 de abril de 2016, às 14h30.

Não sendo possível o seu comparecimento pessoal, como já aprovado por este Colegiado, aceitam-se a tomada de seu depoimento por meio de videoconferência; a formação de uma comissão de Senadores, membros deste Colegiado, para colher o seu depoimento onde quer que ele se encontre; e o recebimento de suas considerações, em face da Representação nº 1, de 2015, por escrito, por meio de seus procuradores.

Sala do Conselho, em 19 de abril de 2016.



Senador Telmário Mota
Relator

Publique-se
ja

REQUERIMENTO CEDP Nº 11, DE 2016

Requerimento oral feito pelo advogado do Senador Delcídio do Amaral, Raul Amaral Júnior, durante a 8ª reunião de 2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, realizada em 19 de abril de 2016, às 10h, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, conforme trecho das notas taquigráficas a seguir transcritas:

O SR. RAUL AMARAL JÚNIOR – O meu requerimento é no sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que seja deferido o depoimento do Senador na próxima terça-feira, no dia 26, na hora determinada por este Conselho. Este é o requerimento. Essa garantia já faz parte do requerimento que eu acabo de fazer, que a defesa acaba de fazer.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está correto, Sr. Presidente. Esse requerimento, sim. Vamos, então, colocar em votação. Esse, sim. Vamos dar mais esta oportunidade ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, em votação. Eu gostaria que V. Sª me redigisse.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – *(Fora do microfone.)*) – Já está oral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A taquigrafia aqui anotou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu queria só perguntar à defesa se é possível vazar o requerimento nos seguintes termos:

Requeiro a convocação do representado, Senador Delcídio do Amaral, para prestar depoimento pessoal na 9ª reunião de 2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, a ser realizada no dia 26 de abril, de 2016, às 14h30.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, com todo o respeito, o requerimento dele preenche. Vamos votar o requerimento dele. Está oral, está na taquigrafia para ele assinar. Vamos votar. É importante.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vamos votar?
Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (8ª Reunião)

SF - 21

19/04/2016

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Cumpridas as finalidades da presente reunião, convoco o Conselho para nossa 9ª Reunião, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 26, às 14h30, para ouvir o Senador Delcídio do Amaral.

Agradeço a presença e a participação de todos.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

DOCUMENTOS DIVERSOS**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Aprovado.
junte-se aos autos
da Rep. nº 01/2015.
je

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2016

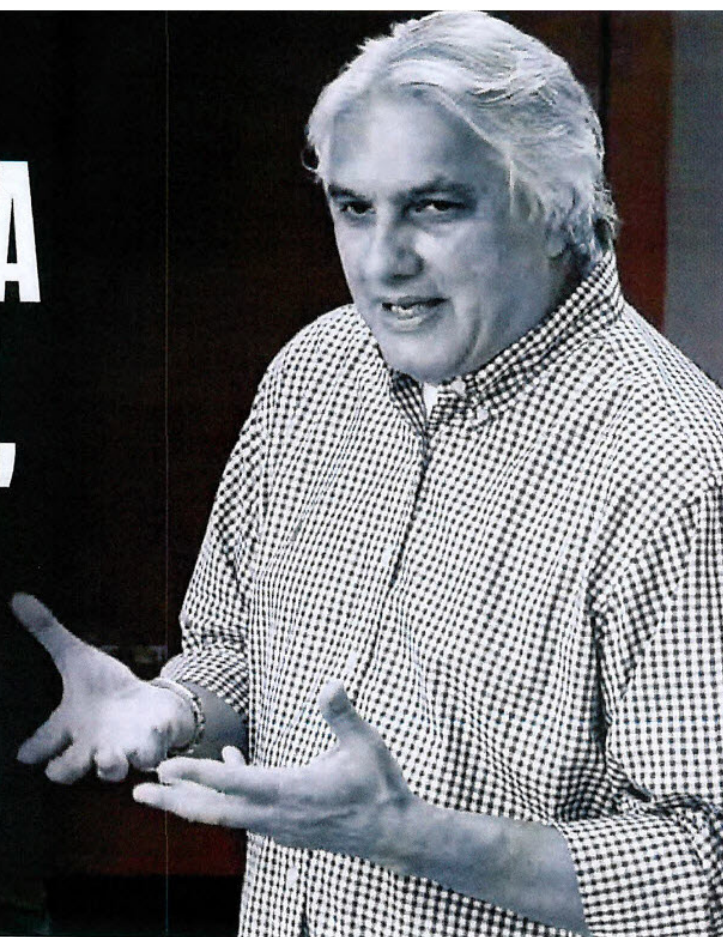
Requeiro a juntada aos autos da Representação nº 1, de 2015, de cópia de matéria jornalística intitulada “A Estratégia do Governo, segundo Delcídio”, publicada pela Revista ISTO É, em sua edição datada de 27 de abril de 2016.

Sala do Conselho,

Senador TELMARIO MOTA

Brasil **ESPECIAL IMPEACHMENT** EXCLUSIVO

A ESTRATÉGIA DO GOVERNO, SEGUNDO DELCÍDIO



Em entrevista à ISTOÉ, o senador diz que governo vai jogar todas as fichas na desqualificação do vice Michel Temer e que poderá aperfeiçoar a própria delação para corrigir injustiças

Sérgio Pardellas

Ex-líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (sem partido - MS) conhece como poucos os meandros do Palácio do Planalto e como funciona a cabeça do ex-presidente Lula e de Dilma Rousseff. Por isso, é um dos únicos políticos capazes de antever os movimentos do PT. Em entrevista à ISTOÉ, depois de se ver livre dos pontos de uma cirurgia realizada no hospital Sírio Libanês, em São Paulo,

para retirada da vesícula, Delcídio fez vaticínios que, não por acaso, já começaram a se confirmar no fim da semana. Segundo ele, como perderam a capacidade de articulação política, Dilma e Lula partirão para tentar desqualificar de todas as formas o vice Michel Temer, enquanto o afastamento da presidente não é aprovado no Senado. “É pouco provável que o governo chegue a um número suficiente para evitar o impeachment. O único jeito é criar um cenário fora da Casa. E a maneira é jogar na desconstrução. Se eu conheço bem o governo, vão apostar nisso. Jogar todas as fichas possíveis na desqualificação. O governo não tem mais capacidade de fazer gestões políticas”, afirmou.

Ao discorrer sobre as investigações da Lava Jato, Delcídio apontou suas baterias contra o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Questionou o fato de o ministro ainda permanecer impune, a despeito das fortes evidências contra ele verificadas no episódio da tentativa de compra do seu silêncio. “O meu caso era uma conversa a quatro onde quem gravou nem era o interlocutor principal. E eu, por muito menos, enfrentei esse calvário

que você conhece. E o Mercadante? No caso dele, já há jurisprudência”, disse, lembrando em seguida que o ministro nada faz sem o consentimento da presidente Dilma. “Isso que eles fizeram é claramente obstrução de Justiça”, reforçou. Ao mesmo tempo, segundo o parlamentar, o presidente do PSDB, Aécio Neves, virou alvo por situações colocadas à base do “ouvir dizer”. O senador ainda disse que poderá aperfeiçoar trechos da delação e ajustar pontos para “não cometer injustiças”.

Na quarta-feira 20, um dia depois de o STF homologar a delação do seu ex-chefe de gabinete, Diogo Ferreira, em que ele confirmou os principais pontos do seu próprio depoimento aos integrantes da Lava Jato, antecipado com exclusividade por ISTOÉ, o ministro Teori Zavascki autorizou a inclusão das menções feitas a Dilma, Lula e Temer por Delcídio no principal inquérito da Lava Jato em tramitação no Supremo. É o primeiro passo para investigá-los formalmente por participação no esquema do Petrolão. O STF indica que Delcídio tinha razão.

ISTOÉ – Como o sr. avalia o cenário após a votação do impeachment pela Câmara?

Delcídio do Amaral – Já há votos pelo afastamento de Dilma no Senado. Agora, é preciso trabalhar pelo impeachment em si. Pelos 54 votos. Acho que vai passar. A única preocupação é o tempo. Estão trabalhando com a votação em 12 de maio. Imagina o País três semanas esperando? Ninguém exporta, ninguém compra, ninguém investe. O País fica trabalhando na lateral. Mas a posição do Senado está se consolidando fortemente.

ISTOÉ – O governo pode faturar politicamente com esse tempo?

Delcídio do Amaral – O governo vai jogar na desconstrução. É uma estratégia de desqualificação. Principalmente do vice Michel Temer. Do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) já fazem. Vão continuar. É pouco provável que o governo chegue a um número suficiente para evitar o impeachment. O único jeito é criar um cenário fora da Casa. E a maneira é jogar na desconstrução. Se eu conheço bem o governo, vão apostar nisso. Jogar todas as fichas possíveis na desqualificação. O governo não tem mais capacidade de fazer gestões políticas. Falei com deputados que estiveram com a presidente

Dilma Rousseff nesses últimos dias. Que foram conversar com ela. A Dilma nem sabia o nome dos caras, acredita? É como eu ir à ISTOÉ e não saber seu nome. O governo cometeu uma série de erros na política responsável por levar a essa situação difícil em que se encontra. Ainda há a crise econômica. Então você junta a crise econômica, a crise política e, na outra ponta, a Operação Lava Jato. É o pior dos mundos para o governo.

ISTOÉ – Sobre a Lava Jato, na avaliação do sr. até onde podem chegar as investigações?

Delcídio do Amaral – Olha, há um trem descompensado aí. Eu não tinha conhecimento da gravação do ministro (da Educação) Aloizio Mercadante (gravação feita pelo seu assessor José Eduardo Marzagão em que Mercadante tenta comprar o silêncio de Delcídio). Só soube depois. E não tirei as razões do Marzagão de fazer aquilo. Só que é um caso que já tem jurisprudência no STF. E não acontece nada com o Mercadante? O meu caso era uma conversa a quatro onde quem gravou nem era o interlocutor principal. E eu, por muito menos, enfrentei esse calvário que você conhece. E o Mercadante? Olha, e isso tem implicações para a própria presidente Dilma. O Aloizio Mercadante não faz nada sem a Dilma mandar. Isso que eles fizeram é claramente obstrução de Justiça. Há um trem descompensado aí. Não fazem nada com Mercadante. Agora falam do Aécio. Por exemplo, o Aécio é o principal líder da oposição. Mas tudo o que pesa contra ele é na base do ouvir dizer. O do Mercadante e que implica Dilma, não. É factual. Ta aí.

ISTOÉ – O sr. ainda pretende fazer uma segunda etapa da delação?

Delcídio do Amaral – Na verdade eu fiquei os últimos quarenta dias me recuperando. Tudo o que aconteceu teve reflexos na minha saúde. Não poderia trabalhar em cima de um material que vocês publicaram com muita competência, que foi a delação. Pretendo afinar algumas coisas já ditas. Qualificar melhor, aperfeiçoar. Isso é natural. É uma iniciativa própria minha. Pretendo trabalhar nisso. Mas não é uma segunda delação. É fazer ajustes. E vou fazer. Na busca da verdade dos fatos. Vou fazer ajustes até para não cometer injustiças com ninguém. ■

45

**“TUDO O QUE PESA
CONTRA AÉCIO É
NA BASE DO OUVIR
DIZER. O DO
MERCADANTE, E QUE
IMPLICA DILMA,
NÃO. É FACTUAL.”**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14

PT-11 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 10

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE

Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

S/Partido - 3

Delcídio do Amaral.	MS
Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco de Apoio ao Governo.	14
Bloco Moderador.	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
S/Partido.	3
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Hélio José* (PMDB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,75) Telmário Mota (4,30,41,51,70) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Regina Sousa (40) </p> <p>Líder do PT - 11 Paulo Rocha (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,75) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Fátima Bezerra (33,72) Donizeti Nogueira (68)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,51,70)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (38,62)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (37) Antonio Anastasia (45) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11,57)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (39)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (38,62)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,77)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (14,26)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (63,81) Vanessa Grazziotin (21,23) </p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (63,81)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (44,65)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (76)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (16,53)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Otto Alencar (59) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,15,43,52,56)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (16,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,79,84)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (50,55,83) Elmano Férrer (80,82) Eduardo Amorim (85) </p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (80,82)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (50,55,83)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (85)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,79,84)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,61,64)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,58) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Wellington Fagundes (50,55,83) Telmário Mota (4,30,41,51,70)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
38. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
39. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
48. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
52. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
53. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
57. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
58. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
59. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).

61. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
62. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
63. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
64. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
65. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
68. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
76. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
77. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
78. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
79. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
80. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
81. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
85. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁸⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

** Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55, 56 e 57/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24 e 25/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32 e 33/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹²⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ^(32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. VAGO ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lidice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

*** Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,24)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,24)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e
Controle da Execução Orçamentária - CFIS**

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (22,23)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,22,23)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.

20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, a Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
23. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, a Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT ⁽¹⁹⁾
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA ^(15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR ⁽¹⁸⁾
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS ⁽¹⁷⁾
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

